

---

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR**  
**N.º 456, DE 2013**  
**(Do Poder Executivo)**  
**MSC 143/2013**  
**AV 278/2013**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 18 de fevereiro de 2013, que outorga concessão à Televisão Costa Branca Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

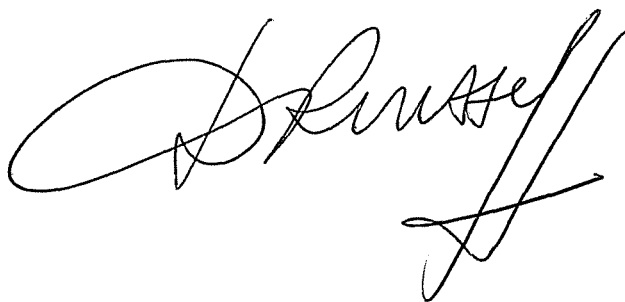
(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 143

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 18 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 fevereiro de 2013, que “Outorga concessão à Televisão Costa Branca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte”.

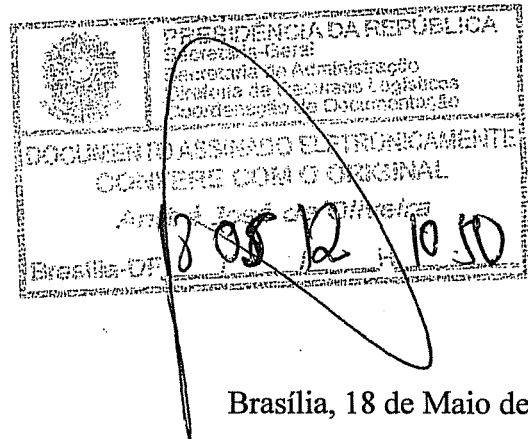
Brasília, 9 de abril de 2013.

A handwritten signature in black ink, likely belonging to the President of the Republic, is written over a large, faint, circular watermark. The signature is stylized and cursive, with a prominent loop at the beginning and a long, sweeping stroke at the end.

out. conc.

511

EM nº 00173/2012 MC



Brasília, 18 de Maio de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 067/2009-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. (Processo nº 53000.063153/2009) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do projeto de decreto. \_
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva*

COORDENAÇÃO-GERAL  
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO-CODIN/SA/PR

2 Publicado na Seção 1 do DOU de 19 FEV 2013  
Cópia Autenticada

A-1

DECRETO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013.

Outorga concessão à Televisão Costa Branca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput**, inciso IV, e 223 da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e de acordo com o que consta do Processo nº 53000.063153/2009-71, Concorrência nº 067/2009-CEL/MC,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada concessão à Televisão Costa Branca Ltda., para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente da concessão deverá ser assinado no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação da deliberação de que trata o artigo 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013; 192º da Independência e 125º da República.



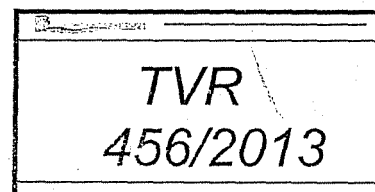
mc





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Nota 2870/12



TERMO DE INSTAURAC

BRASÍLIA - DF

53000 063153/2009-71

SEPRODIOLOG/COLOG/CGRL/SPD

16/12/2009-11:55

CONCORRÊNCIA N.º : 067/2009 – CEL/MC

SERVIÇO : TV (CANAL 18)

LOCALIDADE : MOSSORÓ - RN

PROPONENTE : TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.

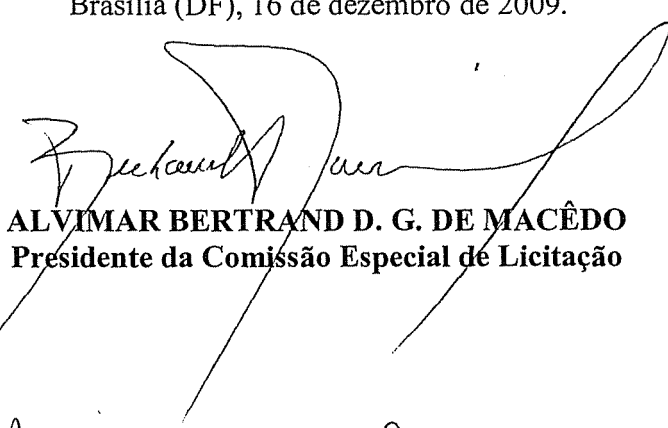
CNPJ n.º : 11.042.517/0001-60

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

A Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria n.º 432, de 24 de julho de 2009, e suas alterações, por seu presidente, instaura o presente processo, consignando que o invólucro que segue em anexo, relativo aos documentos de habilitação da proponente em epígrafe, continha 100 páginas (excluídos os documentos a que se refere o subitem 8.2.1 do edital, também ora anexados).

Brasília (DF), 16 de dezembro de 2009.

  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

  
VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA

CNPJ n.º 11.042.517/0001-60

## PROCURAÇÃO

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

A Televisão Costa Branca Ltda., com sede na rua Holdercim, nº 1.061, sala 103, Civit II, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, nomeia e constitui seu bastante procurador, **MÁRIO CÉSAR DEGRÁZIA BARBOSA**, residente e domiciliado em Brasília – DF, portador da RG nº 231711/DPF-DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 057.096.521- 72 e **VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA**, brasileira, casada, advogada, CPF nº. 126.480.781-34, Carteira de Identidade nº. 1.497 - OAB/DF, a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº. 067/2009-CEL/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, não validar as propostas apresentadas, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, solicitar cópias e certidões, comprar o referido edital, enfim praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Serra/ES, 17 de novembro de 2009.



*[Handwritten signature]*

Maria de Fátima Arpini Camargo  
Administradora

10 OFÍCIO DE CAMPOS

Valido somente com Selo de Fiscalizacao

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE: MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO

\*\*\*\*\*

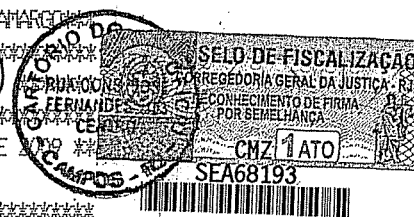
EMOLUEN: 3,68 \*\*\*\*\* CONF. POR *[Handwritten signature]*

PETJ: 0,73 EM TESTEM *[Handwritten signature]* DA VERDADE. \*\*\*\*\*

FUNDPERJ: 0,18 CAMPOS DOS GUAYACAZES/RJ, 09 DE DEZEMBRO DE 2009 \*\*

FUNDPERJ: 0,18 *[Handwritten signature]*

TOTAL : 4,77 RENATA DOS SANTOS RAMBEL - ESCRIVENTE \*\*\*\*\*





**Instrumento Particular de Contrato Social de Constituição de Sociedade  
Empresária Limitada, denominada TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato Social e na melhor forma de direito, as partes,

SERVICO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

**ALUIZIO ALVES NETO**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de identidade no. 71.472.948/SSP-RJ, inscrito no CPF sob o nº. 444.046.891-87, residente e domiciliado na cidade de Natal, RN, na rua Jaguarari, No 4980, casa 48, Green Ville, Candelária. CEP: 59.064-500,

**HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de identidade nº. 123 emitida pela Câmara Federal inscrito no CPF sob o nº. 130.470.197-20, residente e domiciliado em Brasília, DF, SQS, No 311, bloco I apto 404. CEP: 70.364-090, e

**MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO**, brasileira, casada, decoradora, portadora do documento de identidade No 444.352/SSP-ES, inscrita no CPF sob o No 726.888.587-34, residente e domiciliada na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ na avenida doutor Nilo Peçanha, No 245, Parque Santo Amaro. CEP: .28.030-035 ,

ajustam entre si, constituir uma sociedade empresária limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CONTRATO SOCIAL**

**CLÁUSULA 1ª.** A Sociedade girará sob a denominação de **TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**,

**CLÁUSULA 2ª.** - A sede da sociedade será na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo na rua Holdercim, nº. 1.061, sala 103, Cívica II, CEP.: 29.168-020, e seu Foro será o da Comarca de Serra, Espírito Santo.

Parágrafo Único: A sociedade poderá instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades, após prévia autorização do Poder Público Concedente.

**CLÁUSULA 3ª** — A sociedade tem como objeto social a execução de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, seus ancilares, auxiliares, afins e correlatos, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessão, permissão ou autorização, nesta ou em outra localidade do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

das Comunicações  
N.º 03-V  
R. 07

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012  
R

EM BRANCO

1º SERVIÇO NOTARIAL DE CABO FRIO - RJ

C E R T I F I C O que esta cópia é reprodução fiel  
do original que me foi apresentado e que dou fé.

Cabo Frio, 15 de Janeiro de 2009.

MARCELLO MARINHO DE MELLO - ESCRIVENTE  
MATRÍCULA n.º 54-11542 - CUSTAS: R\$ 4,89



FER63139



**Instrumento Particular de Contrato Social de Constituição de Sociedade  
Empresária Limitada, denominada TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**

**CLÁUSULA 4ª.** - O prazo de duração é por tempo indeterminado, podendo ser dissolvida pelos preceitos da legislação específica.

**CLÁUSULA 5ª.** - O capital social é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), representado por 1.000.000 (um milhão) de quotas com valor nominal unitário de R\$ 10,00 (dez reais) distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR R\$
Aluizio Alves Neto	50.000	500.000,00
Henrique Eduardo Lyra Alves	201.000	2.010.000,00
Maria de Fátima Arpini Camargo	749.000	7.490.000,00
<b>TOTAL: .....</b>	<b>1.000.000</b>	<b>10.000.000,00</b>

**Parágrafo Único:** A integralização do capital pelos sócios será efetivada na proporção da participação de cada um, da seguinte forma:

- 50% (cinquenta por cento) do capital, correspondente a 500.000 (quinhentas mil quotas) no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em até 30 dias após o registro na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.
- 50% (cinquenta por cento) correspondente a 500.000 (quinhentas mil quotas) no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ~~será integralizada~~ em até doze meses a contar desta data.

**CLÁUSULA 6ª.** - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLÁUSULA 7ª.** - As quotas representativas do capital social poderão ser transferidas até no máximo de 30% (trinta por cento) do capital total e do capital votante a estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos, sendo permitida essa participação de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

**CLÁUSULA 8ª.** - As alterações dos objetivos sociais, a modificação do quadro diretivo, a alteração do controle societário e a transferência da concessão, permissão ou autorização, dependerão de prévia anuência do Poder Concedente, sendo que as demais alterações deverão ser comunicadas no prazo de sessenta dias.

**CLÁUSULA 9ª.** - As quotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

**CLÁUSULA 10** - A propriedade das quotas da sociedade deverá pertencer em pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, de forma direta ou indireta, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

**CLÁUSULA 11** - Os administradores da Sociedade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

das Comunicações  
Nº 04-V  
Ribeiro  
FE

SERVIÇO NOTARIAL FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012  
R

EM BRANCO

1º SERVIÇO NOTARIAL DE CABO FRIO - RJ

C E R T I F I C O que esta cópia é reprodução fiel  
do original que me foi apresentado - que dou fé.

Cabo Frio, 15 de Outubro de 2009.

MARCELLO MARTINS DE MACEDO - ESCRIVENTE  
MATRÍCULA n.º 84-11542 - CUSTAS: R\$ 4,89



**Instrumento Particular de Contrato Social de Constituição de Sociedade  
Empresária Limitada, denominada TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**



**CLÁUSULA 12** - O quadro de funcionários da Sociedade será formado, preferencialmente, de brasileiros, ou constituído, ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

**CLÁUSULA 13** - A Sociedade será administrada por um ou mais de seus sócios, ou por terceiros, sob a denominação de Administrador (es), quando indicado(s), eleito(s) e demissível (is) por deliberação de sócio(s) que represente(m) a maioria do capital social, observado o disposto na Cláusula 11 deste instrumento, aos quais compete *in solidum* ou cada um de *per si*, o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da Sociedade, a ele(s) cabendo quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes das Sociedades Empresárias, a fim de garantir o funcionamento da empresa.

**CLÁUSULA 14** - Fica indicada para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Administradora, a sócia **MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO**, eximida de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

**CLÁUSULA 15** - O Administrador depois de ouvido o Poder Concedente, poderá em nome da Sociedade, nomear procurador de acordo com a legislação vigente, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos com prazo de duração, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição.

**CLÁUSULA 16** - É expressamente proibido ao Administrador, aos procuradores e sócios, utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, bem como a prática de atos de favor, assim entendidos a prestação de fiança, cauções, avais, ou endossos, ou constituição, em favor de terceiros, de garantia fiduciária, caucionária, hipotecária ou pignoratícia, ainda que deles não resultem obrigações para a sociedade ou ponha em risco o seu patrimônio, ficando a Administradora, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelo ato praticado.

**CLÁUSULA 17** - A título de pró-labore, o Administrador poderá retirar mensalmente importância fixa, convencionada entre sócios que representem a maioria do capital social para vigir num determinado período, de preferência coincidente com o encerramento do exercício social, a qual não sendo inferior ao piso nacional de salários, não ultrapasse os limites da sistemática da legislação em vigor, sendo o produto bruto ~~escritural desde logo~~ considerado para todos os fins como o encargo operacional da empresa e, como tal, dedutível da receita bruta.

SERVIÇO DE REGISTRO E NOTARIAS  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

**CLÁUSULA 18** - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social, após o que, deverão notificar por escrito à Sociedade, discriminando preço, prazo e forma de pagamento, para que seja através dos sócios, exercido, ou não, o direito de preferência dentro de sessenta dias, a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da vontade de aquisição, as quotas poderão ser transferidas, com a anuência prévia do Poder Concedente, ou a comunicação no prazo de sessenta dias dependendo do caso.

das Comunicações  
N.º 05-V  
Rúbrica  
O

SERVIÇO NOTARIAL FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012  
R

EM BRANCO

1º SERVIÇO NOTARIAL DE CABO FRIO - RJ  
C E R T I F I C O que esta cópia é reprodução fiel  
do original que me foi apresentado e que deu fé.  
Cabo Frio, 15 de Outubro de 2009.

MARCELLO MARINHO DE MATEO - ESCRIVENTE  
MATRÍCULA nº 94-11541 - CUSTAS: R\$ 4,89





**Instrumento Particular de Contrato Social de Constituição de Sociedade  
Empresária Limitada, denominada TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**

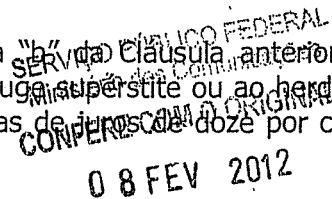


**CLÁUSULA 19** - No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou herdeiro à faculdade de optar entre:

- a) a sua participação na Sociedade, o que ocorrerá desde que, para tanto, obtenha a aprovação de sócio(s) que represente(m) a maioria do capital social e a prévia autorização do Poder Concedente quando for o caso, ou
- b) o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das quotas, de acordo com os termos da Cláusula 18 deste instrumento, caso, por motivo qualquer não ingressar na Sociedade;



**CLÁUSULA 20** - Ocorrendo a hipótese prevista na letra "b" da Cláusula anterior, as quotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro, em doze prestações iguais, mensais e sucessivas acrescidas de juros de doze por cento ao ano.



**CLÁUSULA 21** - Executada a hipótese de sucessão hereditária não será permitida a transferência de concessão, permissão, antes de decorrido o prazo estipulado na legislação específica.

**CLÁUSULA 22** - Em caso de dissolução da Sociedade o patrimônio será distribuído na proporção de quotas que cada sócio possui.

**CLÁUSULA 23** - O instrumento de alteração será assinado por sócios que representem no mínimo três quartos do capital social, e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no órgão competente e ressalvados os direitos dos interessados.

**CLÁUSULA 24** - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço patrimonial da sociedade como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas.

**CLÁUSULA 25** - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender despesas inadiáveis ou que impliquem no funcionamento das estações.

**CLÁUSULA 26** - A Sociedade por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelo Poder Concedente.

**CLÁUSULA 27** - O início das atividades da Sociedade será a partir da data do respectivo registro deste instrumento no órgão competente.

M. das Comunicações  
# 06-V  
R

1º SERVIÇO NOTARIAL DE CABO FRIO - RJ  
M. das Comunicações  
COMO ORIGINAL  
08 FEV 2012  
R

EM BRANCO

1º SERVIÇO NOTARIAL DE CABO FRIO - RJ  
C E R T I F I C O que esta cópia é reprodução  
do original que me foi apresentado e que dou fe.  
Cabo Frio, 15 de Outubro de 2009.

MARCELLO MARINHA DE MACEDO - ESCRIVENTE  
MATRÍCULA nº 94-11542/- CUSTAS: R\$ 4,89



**Instrumento Particular de Contrato Social de Constituição de Sociedade  
Empresária Limitada, denominada TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**



**CLÁUSULA 28** - Os sócios declaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercerem os atos empresários, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal, inclusive incapacidade superveniente, estando no exercício pleno dos seus direitos cíveis, inclusive de personalidade.

**CLÁUSULA 29** - A Administradora ora nomeada, declara, sob as penas da Lei, que não está impedida, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade, e nem condenado ou sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência; contra as relações de consumo; a fé pública ou propriedade mercantil em virtude de condenação criminal.

**CLÁUSULA 30** - Não sendo ou deixado de ser permissionária, concessionária ou autorizada de serviços de radiodifusão, poderá alterar qualquer das cláusulas, sem consentimento prévio do Poder Concedente.

**CLÁUSULA 31** - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regem o funcionamento das Sociedades Empresárias conforme disposto na Lei 10.406 de 10/01/2002 - Código Civil Brasileiro, e supletivamente pelas normas aplicáveis às sociedades anônimas, Lei 6.404.76, e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

E, assim por estarem justos e contratados, de comum acordo mandaram digitar o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo, que após será levado o registro no órgão competente, para produzir efeitos legais.


Vitória, ES, 01 de julho de 2009.


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

  
ALUIZIO ALVES NETO

  
HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES

  
MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO

  
Leonardo Camanho Camargo  
Advogado  
OAB-RJ nº. 088.992

JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/07/2009 SOB Nº: 32201429868  
Protocolo: 09/081773-7, DE 08/07/2009  
TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA  
PAULO CESAR BECACICI ESTEVES  
SECRETARIO-GERAL

M. das Comunicações  
01-01-V  
R. 01-01-V

SERVIÇO NOTARIAL DE CABO FRIO  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COMO ORIGINAL  
08 FEV 2012

10 OFÍCIO DE CAMPOS Valido somente com Selo de Fiscalização  
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE: MARIA DE FATIMA AFFINI CAMPOS  
\*\*\*\*\*  
EMOLUEN: 3,48 \*\*\*\*\* CONF. POR \*\*\*\*\*  
FEIJ: 0,73 EM TESTEM DA VERDADE. \*\*\*\*\*  
FUNDPERJ: 0,18 CAMPOS DOS GUYTACAZIS/PA, 07 DE JULHO DE 2009 \*\*\*\*\*  
FUNFERJ: 0,18  
TOTAL : 4,77 THAIS DE SOUZA RABELO - ESCRIVENTE \*\*\*\*\*



7o. Ofício de Notas - Edyenne Moura da Costa Cordeiro - Tabelião  
Rua do Rosario, 78 - RJ - Tel. (21) 3078-1122  
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:  
[CO]C63K0]-ALUIZIO ALVES NETO.....  
[CO]C67A0]-HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES.....  
[CO]C20E0]-LEONARDO CARANHO CARARGO.....  
Rio de Janeiro, 06/07/2009 Em Test. da Verdade  
Serventia : 11,04  
30% TJ+ Fundos : 3,27  
Total : 14,31  
SC067009

MORRA SUEL GUNES DOS SANTOS  
Selo(s): SC066959 a SC066960



1º SERVIÇO NOTARIAL DE CABO FRIO - RJ

C E R T I F I C O que esta cópia é reprodução  
do original que me foi apresentado e que dou fe.

Cabo Frio, 15 de Outubro de 2009.

MARCELLO MARIANO DE SAEDO - ESCRIVENTE  
MATRICULA n.º 94-11542 - CUSTAS: R\$ 4,89



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

CONJUNTO Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
Edital da Concorrência nº 067/2009 – CEL/MC  
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO

LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: **Mossoró - RN**

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: **TELEVISÃO COSTA BRANCA  
LTDA.**

Conteúdo:

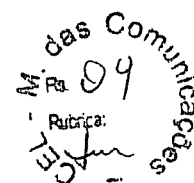
Conjunto nº 1- Documentação de Habilitação:  
Habilitação Jurídica;  
Qualificação Econômico-Financeira;  
Regularidade Fiscal.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

R

000001



# Documentação de Habilitação

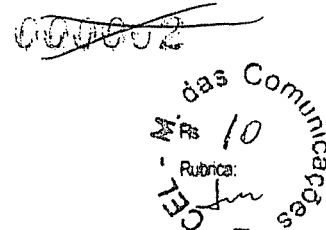
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

MOSSORÓ - RN

TELEVISÃO COSTA  
BRANCA LTDA.

Proponente: **TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**  
Edital da Concorrência nº. 067/2009-CEL/MC  
Localidade: Mossoró - RN



**CONJUNTO Nº. 1**  
**INDICE**  
**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL.  
08 FEV 2012

**1 – Habilitação Jurídica (5.1)**

- 1.1 – Contrato Social e Alterações (5.1.1)
- 1.2 – Prova de nacionalidade dos sócios (5.1.2)
- 1.3 – Declaração Anexo I (5.1.3)
- 1.4 – Declaração Anexo II (5.1.4)
- 1.5 – Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e do de Protestos e Títulos (5.1.5).
  - 1.5.1 – Certidões Cíveis/Criminais.
  - 1.5.2 – Certidões Criminais.
  - 1.5.3 – Certidão Cível e Criminal da Justiça Federal.
  - 1.5.4 – Certidão dos Cartórios Distribuidores de Protestos de Títulos
- 1.6 – Certidão de quitação Eleitoral (5.1.6).
- 1.9 – Alvará de funcionamento da proponente ou documento congênere (5.1.7).

**2 – Qualificação Econômico-financeira (5.2)**

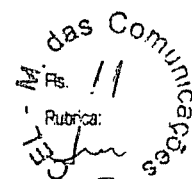
- 2.1 – Balanço de Abertura (5.2.2)
- 2.2 – Fiança Bancária (5.2.3 a).
- 2.3 – Índice de Solvência (5.2.5b)
- 2.4 – Certidão Negativa de Pedido de Falência, Recuperação Judicial e Concordata (5.3).

**3 – Regularidade Fiscal (5.4)**

- 3.1 – Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes – CNPJ/MF (5.4a)
- 3.2 – Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual
- 3.3 – Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal.
- 3.4 – Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (5.4b)
- 3.5 – Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (5.4c)
- 3.6 – Certidões Negativas de Débitos com a Fazenda Nacional (5.4d).
- 3.7 – Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual (5.4d).
- 3.8 – Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal (5.4d).
- 3.9 Código de Organização e Divisão Judiciárias Jurisdição das varas de execuções penais do Estado do Espírito Santo



000003



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012


# 1 - Habilitação Jurídica (5.1)

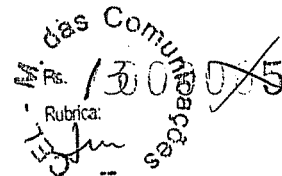
000004

Min. das Comunicações  
M.º 12  
Rubrica:  
CEL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

# 1.1 - Contrato Social e Alterações/Consolidação (subitem 5.1.1)

The bottom right section of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. There are approximately seven distinct marks, including a large, stylized signature at the top right and several smaller, more compact initials or signatures below it.



**Instrumento Particular de Contrato Social de Constituição de Sociedade  
Empresária Limitada, denominada TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato Social e na melhor forma de direito, as partes,

**ALUIZIO ALVES NETO**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de identidade no. 71.472.948/SSP-RJ, inscrito no CPF sob o nº 046.891.87, residente e domiciliado na cidade de Natal, RN, na rua Jaguarari, No 4.980, casa 48, Green-Ville, Candelária. CEP: 59.064-500,

08 FEV 2012

**HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de identidade nº. 123 emitida pela Câmara Federal inscrito no CPF sob o nº. 130.470.197-20, residente e domiciliado em Brasília, DF, SQS, No 311, bloco I apto 404. CEP: 70.364-090, e

**MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO**, brasileira, casada, decoradora, portadora do documento de identidade No 444.352/SSP-ES, inscrita no CPF sob o No 726.888.587-34, residente e domiciliada na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ na avenida doutor Nilo Peçanha, No 245, Parque Santo Amaro. CEP: 28.030-035,

ajustam entre si, constituir uma sociedade empresária limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CONTRATO SOCIAL**

**CLÁUSULA 1ª.** A Sociedade girará sob a denominação de **TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**,

**CLÁUSULA 2ª.** - A sede da sociedade será na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo na rua Holdercim, nº. 1.061, sala 103, Civit II, CEP.: 29.168-020, e seu Foro será o da Comarca de Serra, Espírito Santo.

Parágrafo Único: A sociedade poderá instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades, após prévia autorização do Poder Público Concedente.

**CLÁUSULA 3ª** - A sociedade tem como objeto social a execução de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, seus ancilares, auxiliares, afins e correlatos, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessão, permissão ou autorização, nesta ou em outra localidade do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

das Comunicações  
13-V  
Folha  
13

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012  
R

EM BRANCO

1º SERVIÇO NOTARIAL DE CABO FRIO - RJ  
C E R T I F I C O que esta cópia é reprodução F.F. 100  
do original que me foi apresentado e que CONFERE  
Cabo Frio, 15 de Outubro de 2009.

MARCELLO MARINHO DE MACEDO - ESCRIVENTE  
MATRÍCULA n° 94-11542 - CUSTAS: R\$ 4,89



**Instrumento Particular de Contrato Social de Constituição de Sociedade  
Empresária Limitada, denominada TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**



**CLÁUSULA 4ª.** - O prazo de duração é por tempo indeterminado, podendo ser dissolvida pelos preceitos da legislação específica.

**CLÁUSULA 5ª.** - O capital social é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), representado por 1.000.000 (um milhão) de quotas com valor nominal unitário de R\$ 10,00 (dez reais) distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

das Comu.  
R\$ 14  
000000  
R\$ 10,00

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR R\$
Aluízio Alves Neto	50.000	500.000,00
Henrique Eduardo Lyra Alves	201.000	2.010.000,00
Maria de Fátima Arpini Camargo	749.000	7.490.000,00
<b>TOTAL: .....</b>	<b>1.000.000</b>	<b>10.000.000,00</b>

**Parágrafo Único:** A integralização do capital pelos sócios será efetivada na proporção da participação de cada um, da seguinte forma:

- 50% (cinquenta por cento) do capital, correspondente a 500.000 (quinhentas mil quotas) no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em até 30 dias após o registro na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.
- 50% (cinquenta por cento) correspondente a 500.000 (quinhentas mil quotas) no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), será integralizada em até doze meses a contar desta data.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

**CLÁUSULA 6ª.** - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLÁUSULA 7ª.** - As quotas representativas do capital social poderão ser transferidas até no máximo de 30% (trinta por cento) do capital total e do capital votante a estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos, sendo permitida essa participação de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

**CLÁUSULA 8ª.** - As alterações dos objetivos sociais, a modificação do quadro diretivo, a alteração do controle societário e a transferência da concessão, permissão ou autorização, dependerão de prévia anuência do Poder Concedente, sendo que as demais alterações deverão ser comunicadas no prazo de sessenta dias.

**CLÁUSULA 9ª.** - As quotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

**CLÁUSULA 10** - A propriedade das quotas da sociedade deverá pertencer em pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, de forma direta ou indireta, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

**CLÁUSULA 11** - Os administradores da Sociedade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo Poder Concedente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012  
R

EM BRANCO

1º SERVIÇO NOTARIAL DE CABO FRIO - RJ

C E R T I F I C O que esta cópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado e que dou fé.

Cabo Frio, 15 de Outubro de 2009.

MARCELLO MARINHO DE MACEDO - ESCRIVENTE  
MATRÍCULA n° 94-11542 - CUSTAS: R\$ 4,89



**Instrumento Particular de Contrato Social de Constituição de Sociedade  
Empresária Limitada, denominada TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**



**CLÁUSULA 12** - O quadro de funcionários da Sociedade será formado, preferencialmente, de brasileiros, ou constituído, ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

**CLÁUSULA 13** - A Sociedade será administrada por um ou mais de seus sócios, ou por terceiros, sob a denominação de Administrador (es), quando indicado(s), eleito(s) e demissível (is) por deliberação de sócio(s) que represente(m) a maioria do capital social, observado o disposto na Cláusula 11 deste instrumento, aos quais compete *in solidum* ou cada um de *per si*, o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da Sociedade, a ele(s) cabendo quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes das Sociedades Empresárias, a fim de garantir o funcionamento da empresa.

**CLÁUSULA 14** - Fica indicada para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Administradora, a sócia **MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO**, eximida de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

**CLÁUSULA 15** - O Administrador depois de ouvido o Poder Concedente, poderá em nome da Sociedade, nomear procurador de acordo com a legislação vigente, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos com prazo de duração, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição.

**CLÁUSULA 16** - É expressamente proibido ao Administrador, aos procuradores e sócios, utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, bem como a prática de atos de favor, assim entendidos a prestação de fiança, cauções, avais, ou endossos, ou constituição, em favor de terceiros, de garantia fiduciária, caucionária, hipotecária ou pignoratícia, ainda que deles não resultem obrigações para a sociedade ou ponha em risco o seu patrimônio, ficando a Administradora, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelo ato praticado.

**CLÁUSULA 17** - A título de pró-labore, o Administrador poderá retirar mensalmente importância fixa, convencionada entre sócios que representem a maioria do capital social para vigir num determinado período, de preferência coincidente com o encerramento do exercício social, a qual não sendo inferior ao piso nacional de salários, não ultrapasse os limites da sistemática da legislação em vigor, sendo o produto bruto escritural desde logo considerado para todos os fins como o encargo operacional da empresa e, como tal, dedutível da receita bruta.

**CLÁUSULA 18** - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social, após o que, deverão notificar por escrito à Sociedade, discriminando preço, prazo e forma de pagamento, para que seja através dos sócios, exercido, ou não, o direito de preferência dentro de sessenta dias, a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da vontade de aquisição, as quotas poderão ser transferidas, com a anuência prévia do Poder Concedente, ou a comunicação no prazo de sessenta dias dependendo do caso.

das Comunicações  
M. P. 15-V  
Rubrica:  
W. Am

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012  
B

EM BRANCO

1º SERVIÇO NOTARIAL DE CABO FRIO - RJ

CERTIFICADO que esta cópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado e que dou fé.

Cabo Frio 15 de Outubro de 2009.

MARCELLO MARINHO DE MACEDO - ESCRIVENTE  
MATRÍCULA n° 97-11542 - CUSTAS: R\$ 4,89





**Instrumento Particular de Contrato Social de Constituição de Sociedade  
Empresária Limitada, denominada TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**

000008



**CLÁUSULA 19** - No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou herdeiro a faculdade de optar entre:

- a) a sua participação na Sociedade, o que ocorrerá desde que, para tanto, obtenha a aprovação de sócio(s) que represente(m) a maioria do capital social e a prévia autorização do Poder Concedente quando for o caso, ou
- b) o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das quotas, de acordo com os termos da Cláusula 18 deste instrumento, caso, por motivo qualquer não ingressar na Sociedade;

**CLÁUSULA 20** - Ocorrendo a hipótese prevista na letra "b" da Cláusula anterior, as quotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro, em doze prestações iguais, mensais e sucessivas acrescidas de juros de doze por cento ao ano.

CONFERE COM O ORIGINAL

**CLÁUSULA 21** - Executada a hipótese de sucessão hereditária não será permitida a transferência de concessão, permissão, antes de decorrido o prazo estipulado na legislação específica.

**CLÁUSULA 22** - Em caso de dissolução da Sociedade o patrimônio será distribuído na proporção de quotas que cada sócio possui.

**CLÁUSULA 23** - O instrumento de alteração será assinado por sócios que representem no mínimo três quartos do capital social, e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no órgão competente e ressalvados os direitos dos interessados.

**CLÁUSULA 24** - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço patrimonial da sociedade como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas.

**CLÁUSULA 25** - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender despesas inadiáveis ou que impliquem no funcionamento das estações.

**CLÁUSULA 26** - A Sociedade por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelo Poder Concedente.

**CLÁUSULA 27** - O início das atividades da Sociedade será a partir da data do respectivo registro deste instrumento no órgão competente.

M. das Comunicações  
16-V  
Rubrica  
E

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012  
R

EM BRANCO

1º SERVIÇO NOTARIAL DE CABO FRIO - RJ

CERTIFICO que esta cópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado e que dou fé.

Cabo Frio, 15 de Outubro de 2009.

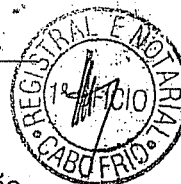
MARCELLO MARINHO DE MACEDO - ESCRIVENTE  
MATRÍCULA n° 94-14542 - CUSTAS: R\$ 4,89



FER63141



**Instrumento Particular de Contrato Social de Constituição de Sociedade  
Empresária Limitada, denominada TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**



**CLÁUSULA 28** - Os sócios declaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercerem os atos empresários, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal, inclusive incapacidade superveniente, estando no exercício pleno dos seus direitos cíveis, inclusive de personalidade.

**CLÁUSULA 29** - A Administradora ora nomeada, declara, sob as penas da Lei, que não está impedida, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade, e nem condenado ou sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência; contra as relações de consumo; a fé pública ou propriedade mercantil em virtude de condenação criminal.

**CLÁUSULA 30** - Não sendo ou deixado de ser permissionária, concessionária ou autorizada de serviços de radiodifusão, poderá alterar qualquer das cláusulas, sem consentimento prévio do Poder Concedente.

**CLÁUSULA 31** - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regem o funcionamento das Sociedades Empresárias conforme disposto na Lei 10.406 de 10/01/2002 - Código Civil Brasileiro, e supletivamente pelas normas aplicáveis às sociedades anônimas, Lei 6.404.76, e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

E, assim por estarem justos e contratados, de comum acordo mandaram digitar o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo, que após será levado o registro no órgão competente, para produzir efeitos legais.


Vitória, ES, 01 de julho de 2009.

  
ALUIZIO ALVES NETO

  
HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES

  
MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO

  
Leonardo Camanho Camargo  
Advogado  
OAB-RJ nº. 088.992

  
JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/07/2009 SOB Nº: 32201429868  
Protocolo: 09/081773-7, DE 08/07/2009

TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA

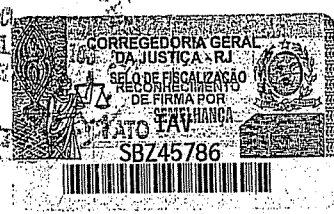
PAULO CESAR BECACICI ESTEVES  
SECRETARIO-GERAL

M. das Comunicações  
17-V

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

10 OFICIO DE CAMPOS Valido somente com Selo de Fiscalização  
RECONHECO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE: MARIA DE FATIMA ARPINI CAVALCANTE  
\*\*\*\*\*  
EMOLUEN: 3,48 \*\*\*\*\* CONF. POR \*\*\*\*\*  
FETJ: 0,73 EM TESTEM DA VERDADE. \*\*\*\*\*  
FUNDPERJ: 0,18 CAMPOS DOS GOYTACAZIS/RJ, 07 DE JULHO DE 2009 \*\*\*\*\*  
FUNPERJ: 0,18  
TOTAL: 4,77 THAIS DE SOUZA ROZEL - ESCRIVENTE \*\*\*\*\*

OFÍCIO DO 12º



70. Ofício de Notas - Edyenne Moura da Frota Cordeiro - Tabelião  
Rua do Rosario, 78 - RJ - Tel. (21) 3028.1922  
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:  
[CO]CGJAO]-ALUIZIO ALVES NETO.....  
[CO]CGJAO]-HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES.....  
[CO]CZ000]-LEONARDO CANABINO CANABINO.....  
Rio de Janeiro, 06/07/2009 Em Test. da Verdade  
Serventia: 11,04  
30% TJ+ Fundos: 3,27  
Total: 14,31  
5C067009  
NORMA SUELI BONES DOS SANTOS  
Selo(s): 5C066939 a 5C066960



1º SERVIÇO NOTARIAL DE CABO FRIO - RJ  
C E R T I F I C O que esta cópia é reprodução fiel  
do original que me foi apresentado e que deu fé.  
Cabo Frio, 15 de Outubro de 2009.

MARCELLO MARINHO DE MACEDO - ESCRIVENTE  
MATRÍCULA nº 84.11542 / CUSTAS: R\$ 4,89

OFÍCIO DO 12º




000010  
M. das Comunicações  
Fls. 18  
Rubrica:  
TELE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



## 1.2 - Prova de nacionalidade dos sócios (subitem 5.1.2)





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 444.352-ES DATA DE EXPEDIÇÃO: 30.11.1988

NOME: MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO.

Octavio Arpini e  
Olga Fulcheira Arpini.

Colatina-ES 18.01.1960

Cert. cas. n. 2726 L. BALO fls. 26 de CRC de H.  
V. Sarlo, Vitória-ES, 29.12.1986

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI N.º 7.116 DE 29/08/83

000011

M. das Comunicações  
Fb. 19  
Rubrica:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

IMPRESSÃO DE DEDÃO

FOTO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

10 OFÍCIO DE CAMPOS Valido somente com Selo de Fiscalização

CERTIFICO QUE ESTA CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO QUE ME FOI APRESENTADO COMO ORIGINAL.\*\*\*\*\*

EMULMEN: 3,78 \*\*\*\*\* CONF.

FETJ: 0,75 \*\*\*\*\*

FUNDPERJ: 0,18 CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, 16 DE NOVENO DE 2007

FUNDPERJ: 0,18

TOTAL : 4,89 RENATA DOS SANTOS/RANGEL - ESCRIVENTE \*\*\*\*\*

SELO DE FISCALIZAÇÃO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ

IDENTIFICAÇÃO

RIL

1ATO

FGF23562

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

07147294-S

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA  
DGP/DP/INSTITUTO FELIX RACHGO

NOME: ALUIZIO ALVES NETO

NOME DO PAI: ALUIZIO ALVES FILHO

NOME DA MAE: SUZANA MARIA ALVES

NACIONALIDADE: RIO GRANDE DO NORTE

DATA NASC: 26/11/1967

EMISSAO: 23/12/2008

7º OFÍCIO DE NOTAS  
LUIS CELIO SOARES - TABELIAO

Maria José Brandão Soares  
Volane de Lima Carvalho  
Stephanie Brandão Soares Pereira  
Valéria de Lima Cid Medeiros  
Ana Cláudia Pereira de Aguiar Bone Silva  
Dausladedit Batista de Macêdo  
SUBSTITUTOS - NATAL-RN

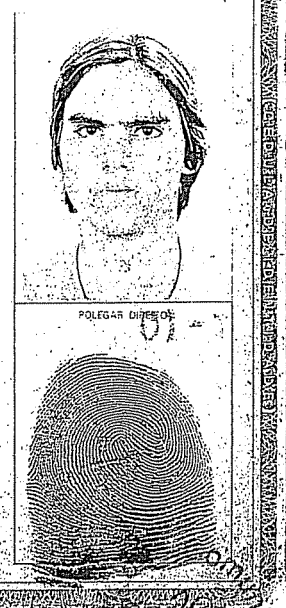
02 JAN. 2008

Natal-RN

AUTENTICAÇÃO  
Certifico que esta é a reprodução  
fidel do original que me foi apresentado  
a qual autentico dou fe



000012



7º OFÍCIO DE NOTAS  
LUIS CELIO SOARES - TABELIAO

Maria José Brandão Soares  
Volane de Lima Carvalho  
Stephanie Brandão Soares Pereira  
Valéria de Lima Cid Medeiros  
Ana Cláudia Pereira de Aguiar Bone Silva  
Dausladedit Batista de Macêdo  
SUBSTITUTOS - NATAL-RN

02 JAN. 2008

Natal-RN

AUTENTICAÇÃO  
Certifico que esta é a reprodução  
fidel do original que me foi apresentado  
a qual autentico dou fe

ALUIZIO ALVES NETO

26.11.67

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the document.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 86.479(2a.via) DATA DE EXPEDIÇÃO 28.06.2002

NOME Henrique Eduardo Lyra Alves

FILIAÇÃO Aluizio Alves  
Ivone Lyra Alves

NATURALIDADE Rio de Janeiro-RJ DATA DE NASCIMENTO 09.12.1948

DO LUGAR Seção Identificação nº 865

CPE 130.470.197-20 Dr. José Anílio Fernandes

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



# DECLARAÇÃO DE AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia gráfica é a reprodução fiel do original que me foi apresentado.

31 NOV. 2005

*Cloris Maria de Andrade*

☐ Karina Olímpio Freire Q. Brito - Substituta

Cloris Maria de Andrade  
Escrevente Autorizada

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

CEL. 21/11/2005  
Comunicação

*[Handwritten signatures and marks]*

*[Handwritten signature]*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nome Completo  
**Henrique Eduardo Lyra Alves**

Filiação  
**Aluizio Alves e Ivone Lyra Alves**


Sangue: **B** Idade: **66** Anos  
**86479-1MLC-RJ**

GPF: **130.470.197-20** Registro: **123** Posse: **01/02/2007**

Naturalidade: **Rio de Janeiro - RJ** Nascimento: **09/12/1948**

*[Assinatura]*  
**Director-Geral**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**PODER LEGISLATIVO**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**53ª LEGISLATURA - 2007 - 2011**  
**DEPUTADO FEDERAL**

Nome Parlamentar  
**HENRIQUE EDUARDO ALVES**

*[Assinatura]*  
**Assinatura**

00214  
M. das Comunicações  
n.º 22  
Rubrica:  
*[Assinatura]*

**7º OFÍCIO DE NOTAS**  
**LUIS CELIO SOARES - TABELIAO**  
Maria José Brandão Soares  
Nolane de Lima Carvalho  
Stephanie Brandão Soares Pereira  
Valéria de Lima Cid Medeiros  
Ana Claudia Pereira de Aquino-Elone Silva  
Deusladedit Batista de Macêdo  
**SUBSTITUTOS - NATAL/RN**

**AUTENTICACAO**  
Certifico que esta é a reprodução fiel do original que me foi apresentado a qual autentico, dou fé.  
**Natal-RN**

**22 JUL. 2009**

*[Assinatura]*  
**Tabelião Público**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Ministério das Comunicações**  
**CONFERE COM O ORIGINAL**

**08 FEV 2012**

*[Assinaturas]*

000015  
Min. das Comunicações  
M. 23  
Rubrica:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL.  
08 FEV 2012

## 1.3 - Declaração, Anexo I (subitem 5.1.3)

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located in the bottom right quadrant of the page. There are approximately eight distinct marks, including a large, stylized signature at the top right and several smaller, more compact signatures and initials below it.

000016

**ANEXO I****DECLARAÇÃO****Ref.: Concorrência nº. 067 / 2009-CEL/MC**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações**CONFERE COM O ORIGINAL**

08 FEV 2012

A **TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº. 11.042.517/0001-60, por intermédio de sua representante legal a Sra. Maria de Fátima Arpini Camargo, portadora da Carteira de Identidade nº. 444.352/SSP-ES, e do CPF nº. 726.888.587-34, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº. 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

Serra-ES, 17 de novembro de 2009.

**MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO**

Dirigente

CPF nº. 726.888.587-34

10 OFÍCIO DE CAMPOS

Valido somente com Selo de Fiscalização

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE: MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO

\*\*\*\*\*

EMOLPEN: 3,68 \*\*\*\*\* CONF. POR

FETJ: 0,73 EM TESTEM DA VERDADE. \*\*\*\*\*

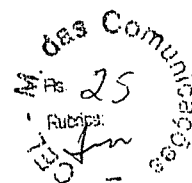
FUNFERJ: 0,18 CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, 14 DE DEZEMBRO DE 2009

FUNFERJ: 0,18

TOTAL : 4,77 RENATA DOS SANTOS RANGEL - ESCRIVENTE \*\*\*\*\*



~~000017~~



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

## 1.4 – Declaração Anexo II (subitem 5.1.4)

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

000018  
Ministério das Comunicações  
M. Rs. 26  
Rubrica:

A abaixo assinada dirigente da **TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**, declara que:

a) a entidade não possui autorização pra explorar o mesmo tipo de serviço na localidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Serra/ES, 17 de novembro de 2009.

**MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO**

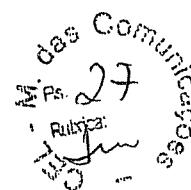
Dirigente

CPF nº. 726.888.587-34

10 OFÍCIO DE CAMPOS Valido somente com Selo de Fiscalização  
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE: MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO  
\*\*\*\*\*  
EPILOGUE: 3,48 \*\*\*\*\* CONF. FOR  
FETJ: 0,73 EM TESTEM DA VERDADE. \*\*\*\*\*  
FUNFERJ: 0,18 CAMPOS DOS GUATACAZES/RJ, 27 DE NOVEMBRO DE 2009  
FUNFERJ: 0,18  
TOTAL : 4,77 RENATA DOS SANTOS RANDEL - ESCRIVENTE \*\*\*\*\*



000019



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

1.5- Certidões expedidas  
pelas Justiças Estadual  
e Federal referentes  
aos Cartórios  
Distribuidores Cíveis,  
Criminais e do de  
Protestos de Títulos do  
dirigente (subitem  
5.1.5)

A collection of handwritten signatures and scribbles in black ink, located at the bottom right of the page.

~~002020~~



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

## 1.5.1 – Certidões Cíveis/ Criminais (subitem 5.1.5)



PODER JUDICIÁRIO  
 JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

das Comunicações  
 00021  
 Rubrica  
 FOLHA 1  
 100894  
 13:11:16

# CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

AV. ALBERTO TORRES, 315 - CENTRO - TELEFAX: (22) 2723-5022 / 2726-4102

E-MAIL: cartorioidistribuidor@globo.com

MANOEL JOSÉ FILHO, OFICIAL DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, ESTADO DO RIO DE JANEIRO E REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

## CERTIFICA

COM REFERÊNCIA AOS ASSUNTOS ABAIXO MENCIONADOS, E DÁ FÉ QUE, REVENDO EM SEU PODER E CARTÓRIO OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO RELATIVOS A;

- I- Ações e Execuções Fiscais promovidas pela Fazenda Publica Estadual e Autarquias;
- II- Ações e Execuções Fiscais promovidas pela Fazenda Publica Municipal e Autarquias.

VINTE E TRES DE NOVENO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E NOVE xxxxxx ate  
 VINTE E TRES DE NOVENO DE DOIS MIL E NOVE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
 que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de  
 MARIA DE FATIMA AFFINI CAMARGO xxxxxx  
 QUALIFICACAO : CPF N. 726.888.587-34 CONFORME REQUERIDO/////////  
 REQUERIDA E EMITIDA EM: 23/11/2009, CAMPOS DOS GOYTACAZES.////

FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE: CADASTRO./////////  
 PORT. N.º 55 de 30 de dezembro 2008: (Tab. 01-Ato 01) R\$:7,68 (Tab.  
 01-Ato 02) R\$:2,51 (Tab. 01-Ato 08) R\$:7,74 (Tab. 01-Ato 09) R\$:2,90  
 (Tab. 01-Ato 10) R\$:2,90 ( F.E.T.J.): R\$:4,74 (FUNPERJ) R\$:1,18  
 (FUNPERJ) R\$:1,18 > Total R\$:30,85/////////  
 EU, OFICIAL A ASSINO.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Cartório Distribuidor  
 Manoel José Filho  
 Titular



URB40339



Handwritten signatures and marks at the bottom of the document.





PODER JUDICIÁRIO  
 JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

das Comunicações  
 Nº 30  
 Rubrica 00022  
 13/11/2009  
 13:11:16  
 1  
 100674

# CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

AV. ALBERTO TORRES, 315 - CENTRO - TELEFAX: (22) 2723-5022 / 2726-4102

E-MAIL: cartoriiodistribuidor@globo.com

MANOEL JOSÉ FILHO, OFICIAL DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

CONFERE COM O ORIGINAL

## CERTIFICA

08 FEV 2012

COM REFERÊNCIA AOS ASSUNTOS ABAIXO MENCIONADOS, E DÁ FÉ QUE, REVENDO EM SEU PODER E CARTÓRIO OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO RELATIVOS A:

- I- Ações Privativas das Varas de Acidentes de Trabalho;
  - II- Ações Privativas das Varas de Orfãos e Sucessores;
  - III- Ações Privativas das Varas de Menores;
  - IV- Ações Privativas das Varas de Família, como Separação Judicial, Divórcio Judicial, Alimentos e Outros;
  - V- Ações Privativas de Registros Públicos, como cancelamentos de procurações ou de Registros e Retificações ou Registros de Títulos Imobiliários e outros;
  - VI- Ações de Falência e Concordata bem como Inqueritos Judiciais Falimentares ou Falências Dolosas;
  - VII- Ações Privativas das Varas Cíveis, tais como Sumaríssimas, Despejos, Ordinárias, Arrestos, Sequestro de Bens, Buscas e Apreensões, Reservas de Domínio, Anulação ou Apreensão ou Substituição de Títulos, Consignatórias, Renovatórias, Execuções e outras;
  - VIII- Interdição e/ou Indisponibilidade de Bens Previstas pela Lei nº 6024 de 13/03/74 que trata de Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda;
  - IX- Ações e Precatórias de Competência dos Juizados Especiais Cíveis.
- VINTE E TRES DE NOVEMBRO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E NOVE xxxxxx ate  
 VINTE E TRES DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E NOVE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
 que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de  
 MARIA DE RAJIMA ARFINI CAMARGOxxxxxx  
 QUALIFICAÇÃO: CPF Nº 724.888.587-34 CONFORME REQUERIDO/////////  
 REQUERIDA E EMITIDA EM: 23/11/2009, CAMPOS DOS GOYTACAZES.////

FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE: CADASTRO./////////  
 PORT. Nº. 55 de 30 de dezembro 2008: (Tab. 01-Ato 01) R\$:15,84 (Tab. 01-Ato 02) R\$:2,51 (Tab. 01-Ato 08) R\$:7,74 (Tab. 01-Ato 09) R\$:2,90 (Tab. 01-Ato 10) R\$:2,90 ( F.E.T.J. ):R\$:6,37 (FUNPERJ) R\$:1,59 (FUNPERJ) R\$:1,59 > Total R\$:41,44/////////  
 EU, OFICIAL A ASSINO





PODER JUDICIÁRIO  
 JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

das Comunicações 000025  
 Nº. 31  
 FOLHA: 1  
 100894  
 15/11/16

# CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

AV. ALBERTO TORRES, 315 - CENTRO - TELEFAX: (22) 2723-5022 / 2726-4102

E-MAIL: cartorioidistribuidor@globo.com

MANOEL JOSÉ FILHO, OFICIAL DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, ESTADO DO RIO DE JANEIRO E REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

CONFERE COM O ORIGINAL

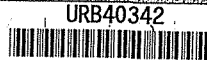
## CERTIFICA

08 FEV 2012

COM REFERÊNCIA AOS ASSUNTOS ABAIXO MENCIONADOS, E DÁ FÉ QUE, REVENDO EM SEU PODER E CARTÓRIO OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO RELATIVOS A:

I- Ações de Falência e Concordata, Recuperação Judicial e Inqueritos Falimentares;  
 II- Intervenção e Liquidação Extrajudicial da Lei 6.024/74;  
 III- Administrações Provisórias, Tutelas, Interdições, Curatela e Declarações de Ausência.  
 VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E NOVE xxxxxx ate  
 VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E NOVE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
 que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de  
 MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO xxxxxx  
 QUALIFICAÇÃO : CPF Nº 726.888.587-34 CONFORME REQUERIDO/////////  
 REQUERIDA E EMITIDA EM: 23/11/2009, CAMPOS DOS GOYTACAZES.////

FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE: CADASTRO./////////  
 PORT. Nº. 55 de 30 de dezembro 2008: (Tab. 01-Ato 01) R\$:15,84 (Tab. 01-Ato 02) R\$:2,51 (Tab. 01-Ato 08) R\$:7,74 (Tab. 01-Ato 09) R\$:2,90 (Tab. 01-Ato 10) R\$:2,90 ( F.E.T.J.):R\$:6,37 (FUNPERJ) R\$:1,59 > Total R\$:41,44/////////  
 EU, OFICIAL A ASSINO



12

*[Handwritten signatures and marks]*



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DA CAPITAL - JUIZO DE SERRA  
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

CERTIDÃO DO DISTRIBUIDOR

000/24

M. das Comunicações  
M. 32  
Rubrica

Cartório Contador, Distribuidor, Partidor  
e Depositário Público do Juízo de  
Serra - Comarca da Capital - ES  
CNPJ: 30.966.535/0001-82

Nome: MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO

CPF: 726.888.587-34

Pai: OCTAVIO ARPINI

Mãe: OLGA PULCHEIRA ARPINI

Natureza da Certidão: CRIMINAL E CÍVEL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Certifico que consultando o Sistema de Gerenciamento Processual de 1ª Instância (e-Jud) NADA CONSTA contra o solicitante acima identificado(a).

Certidão elaborada por Rafaela Duarte Siqueira e expedida em 23/11/2009 às 14:38h.

VANIA FRANÇA GUINZANI

Chefe da Distribuição

Matrícula: 205.995-64

Natureza da Certidão:

Cível: Acidente de Trabalho, Cível, Defesa do Consumidor, Execuções Fiscais, Família, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, Juizado Especial Cível, Meio Ambiente, Microempresa, Registro Público, Órfãos e Sucessões, exceto Falência e Concordata.  
Criminal: Criminal, Juizado Especial Criminal, Tóxico, Tribunal do Juri, Trânsito, exceto Auditoria Militar, Central de Inquéritos, Central de Penas Alternativas e Execuções Criminais.

Observações:

1. Esta certidão abrange somente os processos e procedimentos distribuídos nesta Comarca.
2. Esta certidão é emitida em uma única via, sem rasuras e mediante assinatura do servidor.
3. As informações e certidão de atos judiciais, policiais e administrativos referentes a crianças e adolescentes infratores serão fornecidas exclusivamente pelas Varas da Infância e Juventude. (art. 143 e 144 da Lei 8069/1990 - ECA).
5. Não constam as Cartas Precatórias.

Parâmetros da pesquisa: não constam os processos, procedimentos, incidentes processuais, inquéritos, flagrantes, termos circunstanciado e medidas protetivas com as situações "baixados, arquivados, ou cancelados" e constam os processos, procedimentos, incidentes processuais, inquéritos, flagrantes, termos circunstanciado e medidas protetivas com as situações "cadastrado, concluído, distribuído, reativado, redistribuído, remetido ao TJ, sentenciado, suspenso, tramitando, transitado julgado, arquivados - guia remetida a VEP."



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
FÓRUM DA SERRA  
CONTADORIA/DISTRIBUIÇÃO

000025

das Comunicações  
M. 33  
RUBRICADO  
[Assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a consulta realizada no sistema informatizado de 1ª Instância (eJud) para emissão de Certidão do Distribuidor não determina um período específico, posto que abrange todos os processos em tramitação neste juízo, conforme dispõe o artigo 134 do Código de Normas:

Art. 134. As petições, inquéritos policiais, representações e qualquer processo ou procedimento estarão sujeitos à classificação e distribuição, livre ou por dependência, ainda que de natureza urgente, e somente depois disso serão objeto de jurisdição, salvo aquelas apresentadas durante o regime de plantão.

Certório Contador, Distribuidor, Partidor  
e Depositário Público do Juízo de  
Serra - Comarca da Capital - ES  
CNPJ: 30.986.535/0001-82

Serra, 23 de novembro de 2009.

\_\_\_\_\_  
**VANIA FRANÇA GUINZANI**  
Chefe da Contadoria  
Matrícula 205995-64

[Assinaturas manuais]



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
JUIZADO DE DIREITO DE VITÓRIA  
1ª CONTADORIA

**CERTIDÃO CÍVEL, CRIMINAL  
E AUDITORIA MILITAR**

MARCELO TAVARES DE ALBUQUERQUE, CONTADOR, PARTIDOR, DISTRIBUIDOR E DEPOSITÁRIO PÚBLICO COMPETENTE PARA AS VARAS CÍVEIS (1ª à 9ª), CRIMINAIS (1ª à 11ª), FAMÍLIA (1ª à 4ª), ORFÃOS E SUCESSÕES (1ª E 2ª), E AUDITORIA MILITAR, POR DESIGNAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC....

**CERTIFICA**, que revendo o banco de dados de nosso sistema (CPD/TJ/Vitória), destinado aos registros de ações das varas cíveis e criminais mencionadas, verificou que **NADA CONSTA** contra:

Nome: MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO  
CPF/CNPJ: 726.888.587-34  
FILIAÇÃO: OLGA PULCHEIRA ARPINI  
OCTAVIO ARPINI

O referido é verdade e dou fé.

Eu, Escrevente Juramentado(a) deste cartório, preenchi os claros e digitei na forma da lei.

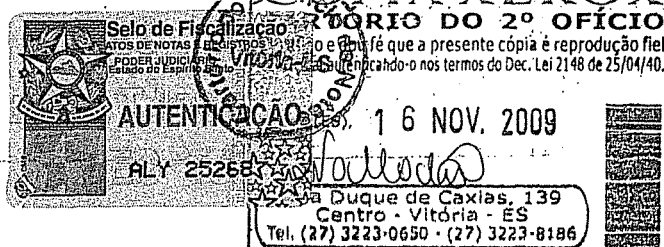
Vitória, 13 novembro 2009

MARCELO TAVARES DE ALBUQUERQUE  
CONTADOR

OS PROCESSOS E AÇÕES ACIMA CITADOS TRAMITAM APENAS NA COMARCA DE VITÓRIA

CARTÓRIO CONTADOR, PARTIDOR, DISTRIBUIDOR E DEPOSITÁRIO PÚBLICO DO FÓRUM DE VITÓRIA  
Rua Pedro Palácios, 105 / 2º andar - Cidade Alta - Vitória - ES - Fórum Criminal "Desembargador José Mathias de Almeida Neto"  
CEP 29010-160 - Tel. (0xx27) 3223-4422

**NÃO ABRANGE JUIZADOS ESPECIAIS E VARA DE EXECUÇÕES PENAIS**



000026  
das Comunicações  
M. 34  
Rubrica

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
JUIZADO DE DIREITO DE VITÓRIA  
1º CARTÓRIO CONTADOR, DISTRIBUIDOR, PARTIDOR E  
DEPOSITÁRIO PÚBLICO**

000027

M. das Comunicações  
N.º 35  
Rubrica:  
[Assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

**DECLARAÇÃO**

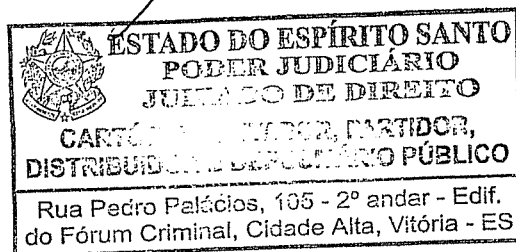
08 FEV 2012

Declaro para os devidos fins que a consulta realizada no sistema informatizado de 1ª Instância (eJud) para emissão de Certidão do Distribuidor não determina um período específico, posto que abrange todos os processos em tramitação neste juízo, conforme dispõe o artigo 134 do Código de Normas:

Art. 134. As petições, inquéritos policiais, representações e qualquer processo ou procedimento estarão sujeitos à classificação e distribuição, livre ou por dependência, ainda que de natureza urgente, e somente depois disso serão objeto de jurisdição, salvo aquelas apresentadas durante o regime de plantão.

Vitória, 23 de novembro de 2009.

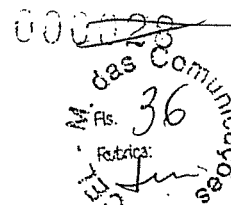
**Roberto Eller**  
**Contador em Exercício**



[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DA CAPITAL  
2ª CONTADORIA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

**CERTIDÃO NEGATIVA  
DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

08 FEV 2012

*CÁSSIA OTÍLIA FURTADO MAGALHÃES, 2ª Contadora, Distribuidora, Partidora e depositária Pública de Vitória, Comarca da Capital, competente para as Varas das Fazendas Públicas Estaduais e Municipal, Vara de Falências, Concordatas e Recuperação Judicial e Extrajudicial, 10ª, 11ª, 12ª Varas Cíveis, Vara de Registros Públicos, Vara Privativa das Execuções Fiscais e Vara Especializada Acidentes de Trabalho, por nomeação na forma da lei, etc...*

*CERTIFICA que consultando o Sistema Integrado de Gerenciamento de Processos do Poder Judiciário, destinado ao registro de ações e/ou processos da VARA DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, verificou que nos últimos dez anos nada consta contra MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO, CPF nº 726.888.587-34.-*

**O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.**

*Vitória (ES), sexta-feira, 11 de dezembro de 2009.*

*Eu, Cassia Otília Furtado Magalhães, 2ª. Contadora de Vitória, subscrevo.*

**CÁSSIA OTÍLIA FURTADO MAGALHÃES**

**Contadora**  
**Mat. nº 035.794-01**

**Mª Tereza Schwartz Frasson**

Juízo de  
Matrícula 035588-86

**2ª CONTADORIA - End.: FÓRUM DES. JOSÉ MATHIAS DE ALMEIDA NETO**  
**Rua Pedro Palácios, 105 - Bairro: Cidade Alta - Vitória/ES - CEP 29.010-160**  
**Telefone: 3223.44.22 - ramal 216**

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PRIMEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE VITÓRIA - ES

000029

das Comunicações  
N.º 37  
Pública

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL.

CERTIDÃO

08 FEV 2012

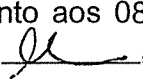
ESTA CERTIDÃO É VÁLIDA APENAS PARA O PRIMEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE VITÓRIA-ES.

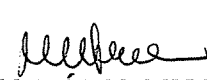
Eu, **ANDRÉIA DÓRIA LIMA**, Chefe de Secretaria do 1º Juizado Especial Cível de Vitória, Comarca de Entrância especial do Estado do Espírito Santo, por nomeação na forma da Lei, etc.

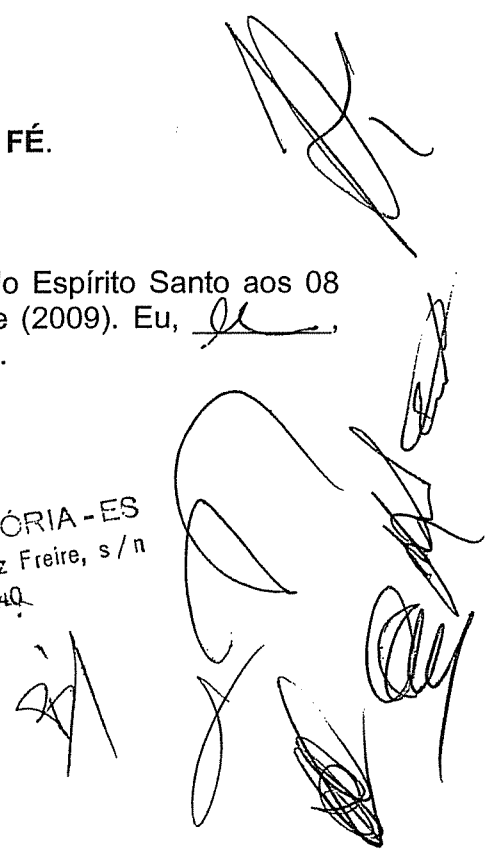
Certifico que, revendo o banco de dados do sistema informatizado destinado aos registro de ações deste Juizado (CPD/TJ/ES) verifiquei que **NADA CONSTA**, nos últimos 05 (cinco) anos, em desfavor de **MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO**, filha de Octavio Arpini e Olga Pulcheira Arpini, portadora do CPF/MF nº 726.888.587-34.

ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA PARA PROCESSOS DO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE VITÓRIA.

A REFERIDA É VERDADE E DOU FÉ.

DADA E PASSADA nesta cidade de Vitória, Capital do Espírito Santo aos 08 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove (2009). Eu, , Chefe de Secretaria, digitei, conferi, subscrevi e assinei.

  
**ANDRÉIA DÓRIA LIMA**  
**CHEFE DE SECRETARIA**  
1.º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE VITÓRIA-ES  
Forum Muniz Freire — 2.º Andar — Rua Muniz Freire, s/n  
Cidade Alta — Centro — 29015-140





~~000030~~  
Min. das Comunicações  
N.º 38  
Assinatura: [assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

[assinatura]

## 1.5.2 – Certidões Criminais (subitem 5.1.5)

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

OFÍCIO ÚNICO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

000039  
FEB 11 2012  
13:11  
Ministério das Comunicações

## CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

AV. ALBERTO TORRES, 315 - CENTRO - TELEFAX: (22) 2723-5022 / 2726-4102

E-MAIL: cartorioidistribuidor@globo.com

MANOEL JOSÉ FILHO, OFICIAL DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.

CONFERE COM O ORIGINAL

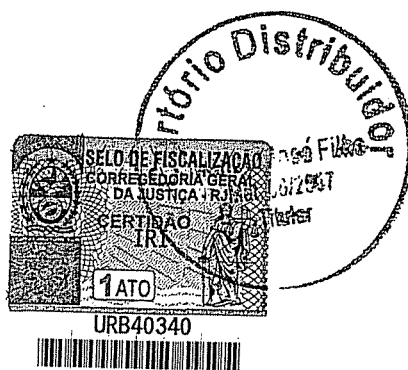
## CERTIFICA

08 FEV 2012

COM REFERÊNCIA AOS ASSUNTOS ABAIXO MENCIONADOS, E DÁ FÉ QUE, REVENDO EM SEU PODER E CARTÓRIO OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO RELATIVOS A:

I - Ações Penais Originárias de Egregio Tribunal de Justiça: II - Feitos Criminais;  
II - Interdição e/ou Indisponibilidade de Bens previstas pela Lei nº 6024 de 13/03/74 que trata de Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda;  
IV - Ações Penais, Inqueritos Policiais, Flagrantes, Precatorias e outros procedimentos.  
VINTE E TRES DE NOVENO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E NOVE xxxxxx ate  
VINTE E TRES DE NOVENO DE DOIS MIL E NOVE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de  
MARIA DE FORTIMA AFFINI CAMARGO xxxxxx  
QUALIFICAÇÃO : CPF N. 726.888.587-34 CONFORME REQUERIDO/////////  
REQUERIDA E EMITIDA EM: 23/11/2009, CAMPOS DOS GOYTACAZES.////

FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE: CADASTRO./////////  
PORT. Nº. 55 de 30 de dezembro 2008: (Tab. 01-Ato 01) R\$:5,76 (Tab. 01-Ato 02) R\$:2,51 (Tab. 01-Ato 08) R\$:7,74 (Tab. 01-Ato 09) R\$:2,90 (Tab. 01-Ato 10) R\$:2,90 ( F.E.T.J. ): R\$:4,36 (FUMPERJ) R\$:1,09 (FUMPERJ) R\$:1,09 > Total R\$:28,35/////////  
EU, OFICIAL A ASSINO



Assinaturas manuscritas

000032  
das Comunicações  
M. Fls. 40  
Rubrica:  
[assinatura]

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER JUDICIÁRIO

**JE Crim/Viol.Dom.Fam.Mulher da Comarca de Campos**

Avenida XV de novembro, 289, 3º andar – Centro – Cep. 28.035-100  
Tel.: (22) 2737-9700 – Ramais: 9755, 9756 e 9757.

SERVICO PÚBLICO FEDERAL  
Instituto de Criminalística

CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 FEV 2012

**Cláudio Afonso Gomes Soares,**  
Técnico de Atividade Judiciária, matrícula nº 01/9976,  
substituto do Analista Judiciário com função de Escrivão  
do I Juizado Especial Criminal da Comarca de Campos  
dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro e República  
Federativa do Brasil, por designação na forma da lei,

**CERTIFICA**, em virtude de pedido verbal, feito por **Maria de Fatima Arpini Camargo**, que revendo o sistema DCP – Distribuição e Controle Processual desta Serventia, dele, a partir de 10/08/2001 (dez de agosto de dois mil e um), até a presente data, **não consta nenhuma condenação em nome de Maria de Fatima Arpini Camargo, filha de Octavio Arpini e Olga Pulcheira Arpini, nascida em 18/01/1960, RG nº 444.352-ES, de 30/11/1988, CPF nº 726.888.587-34. Foram recolhidas custas no valor de R\$11,60 – GRERJ nº 5100684928-3.** O referido é verdade. Dou fé. Extraída aos doze dias do mês de novembro de dois mil e nove, nesta Cidade e Comarca de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro e República Federativa do Brasil. Eu, **[assinatura]**, Substituto do Escrivão digitei-a, conferi, subscrevo e encerro.

**Cláudio Afonso Gomes Soares**  
Substituto do A. J. c/ função de Escrivão  
Matrícula nº 01/9976

[Assinaturas e rubricas manuscritas]



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

SERVIÇO DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

000033  
M. das Comunicações  
Fls. 41  
Rubrica

## DECLARAÇÃO



Atendendo a pedido de parte interessada da Sra. Maria de Fatima Arpini Camargo, portadora do C.P.F. Nº. **726.888.584-34. DECLARO**, para todos os fins de direito, que a Corregedoria-Geral da Justiça certifica que, a Comarca da Capital é constituída pelos Juízos de **Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana**, todos de Entrância Especial. Na Comarca da Capital existe 01 (uma) 5ª Vara Criminal de Vitória - Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas para exercer a competência a elas atribuídas, no âmbito de todas as Comarcas da Capital de Entrância Especial.

Vitória, 14 de dezembro de 2009.

**FERNANDA NOGUEIRA QUEIROZ**  
Controladora Geral das Escrivania e Serventias

*(Assinaturas manuscritas)*



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
5ª CRIMINAL DE VITÓRIA - VEPEMA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

**CERTIDÃO**

**SYLVIA VALÉRIA DIAS PASSONI**  
Escrivã Judiciária, respondendo pela 5ª  
VARA CRIMINAL DE VITÓRIA, por  
nomeação na forma da lei, etc...

CERTIFICA a pedido da parte interessada, que, consulta realizada no sistema de registro de Guia de Execução desta Vara (netterm - ANTIGO: Últimos 05 anos e siep - ATUAL), verifiquei ausência de registro em nome de MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO, filha de Octavio Arpini e Olga Pulcheira Arpini, inscrito no CPF nº 726888587-34, Carteira de Identidade 444.352-SSP-ES (documentos apresentados pelo requerente).

DADA e PASSADA nesta Cidade e Comarca de Vitória, Estado do Espírito Santo, Comarca da Capital, aos 13 (treze) do mês de novembro de dois mil e nove (2009). Eu, *S*  
Escrivã Judiciária que digitei.

*S*  
**SYLVIA VALÉRIA DIAS PASSONI**  
Escrivã Judiciária




VEPEMA - 5ª VARA CRIMINAL DE VITÓRIA, COMARCA DA CAPITAL.  
Rua Cosme Rolim, s/n, Centro, Vitória, ES, CEP 29015-050, Tel.: 0xx-27-3223-6036



000035

M. das Comunicações  
N.º 43  
Rubrica:ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO1º Juizado Especial Criminal de Vitória  
Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº 440, Bento Ferreira,  
Vitória/ES, Tel.: 3345-8187**CERTIDÃO**  
(LEI 9.099/95)SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

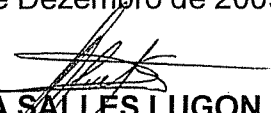
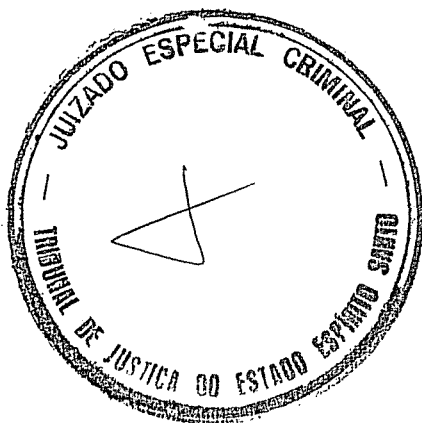
  
Dra. Sylvia Maria Salles Lugon Bourguignon  
Escrivã Judiciária titular do 1º Juizado Especial Criminal  
de Vitória/ES por nomeação e na forma da Lei, etc... e  
devidamente autorizada pelo Provimento 002/98.

**CERTIFICO**, a pedido verbal **MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO**, filha de Octavio Arpini e Olga Pulcheira Arpini, nascida aos 18/01/1960, inscrito no CPF sob o nº 726.888.587-34, carteira de identidade nº 444.352 SPTC/ES, após consultar o Sistema dos Juizados Especiais(EJUD), verifiquei que **NADA CONSTA** em desfavor do(a) requerente neste Cartório do 1º Juizado Especial Criminal de Vitória, nos registros de Termos Circunstanciados, em andamento e arquivados até a presente data.

O referido é verdade e dou fé.

Eu,  escrevente juramentado diligenciei e digitei.

Vitória, 11 de Dezembro de 2009.

  
**SYLVIA MARIA SALLES LUGON BOURGUIGNON**  
Escrivã Judiciária  
(Prov.002/98 ECG/ES)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
2º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE VITÓRIA

000035

Min. das Comu.  
M. Fis. 44  
Rubrica  
[Assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

CERTIDÃO

08 FEV 2012

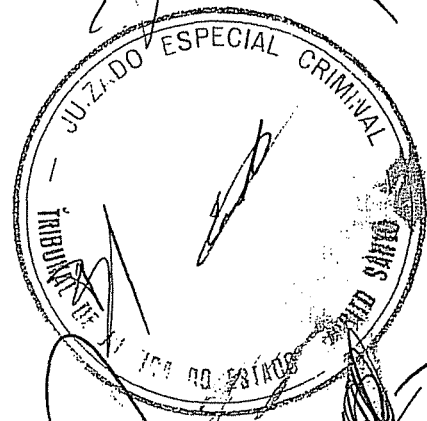
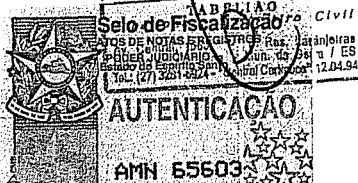
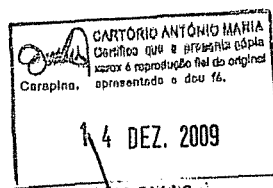
NÚBIA RENATA LOSS, Escrivã Judiciária  
do 2º Juizado Especial Criminal de Vitória,  
Comarca de Capital, Estado do Espírito  
Santo, por nomeação na forma da Lei etc.

Certifico e dou fé que, após consultar o sistema de informática e-Jud, não foi encontrado nenhum Termo Circunstanciado, nos últimos 5 (cinco) anos, neste 2º Juizado Especial Criminal, em desfavor de MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO, filha de Octavio Arpini e de Olga Pulcheira Arpini, nascida em 18/01/1960.

Certifico, ainda, que não há registros de que ela já tenha sido beneficiada pela Lei nº 9.099/95 até a presente data.

Vitória, 04 de dezembro de 2009

Núbia Renata Loss  
Escrivã Judiciária



000037

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFETE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
**3º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE VITÓRIA**

**CERTIDÃO**

**SIDNEY FASSBENDER DE REZENDE**, Escrivão  
Judiciário do 3º Juizado Especial Criminal de  
Vitória, Comarca da Capital, designada na forma  
da lei.

**CERTIFICA** e dá fé, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que, após consultar o cadastro de Autores do Fato, bem como o Livro de Registro de Feitos, deste 3º Juizado Especial Criminal, **NÃO CONSTATOU** nenhum Termo Circunstanciado, Ação Penal ou outro procedimento, em desfavor de MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO, portadora da carteira de identidade n.º 444.352-SSP-ES; Cadastro de Pessoa Física n.º 726.888.587-34. **DADA E PASSADA** nesta Cidade de Vitória/ES, aos onze (11) dia do mês de dezembro do ano de dois mil e nove (2009). Eu, Sidney Fassbender de Rezende, Escrivão Judiciário, digitei, conferi e assino.

**SIDNEY FASSBENDER DE REZENDE**  
Escrivão Judiciário

**3º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE VITÓRIA**

Av. Maruípe, nº 2544 - Bloco B - 1º Piso  
Bairro Itararé - CEP: 20.043-213 - VITÓRIA - ES



000038



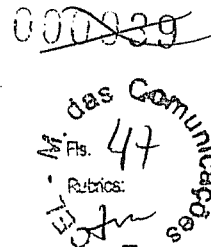
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

### 1.5.3 – Certidão Cível e Criminal da Justiça Federal (subitem 5.1.5)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO



**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
AÇÕES E EXECUÇÕES**

**Natureza:**  
**Cíveis, Criminais, Execuções Fiscais e Juizados Especiais**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEB 2012

Nº da Certidão 2009.923548

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra:**

**MARIA-DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO**, ou vinculado ao CPF: 726.888.587-34,

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro.

**Observações:**

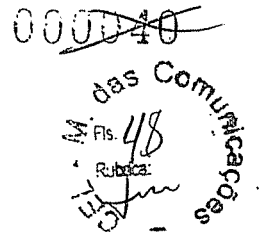
- a) Certidão expedida gratuitamente pela **Internet**, com base na Portaria Nº 055/08-GDF, publicada no DOERJ de 30/09/2008, página 5;
- b) a informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (<http://www.jfrj.gov.br>);
- d) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro - RJ, 23/11/2009 , às 10h52min.

**Seção de Expedição de Certidões**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO



**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
AÇÕES E EXECUÇÕES**

**Natureza:**  
**Cíveis, Criminais, Execuções Fiscais e Juizados Especiais**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

Nº da Certidão 2009.095719

08 FEV 2012

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra:**

**MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO**, ou vinculado ao **CPF: 726.888.587-34**,

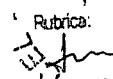
**N A D A C O N S T A** na Justiça Federal de 1º Grau no Espírito Santo.

**Observações:**

- a) Certidão expedida gratuitamente pela **Internet**, com base na Portaria Nº 443/2004 publicada em 18/01/2005;
- b) a informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Espírito Santo (<http://www.jfes.jus.br>);
- d) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Vitória - ES, 01/12/2009 , às 14h00min.

**Seção de Expedição de Certidões**

000041  
Min. das Comunicações  
N.º 49  
Rubrica:  


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



## 1.5.4 – Certidões dos Cartórios Distribuidores de Protestos de Títulos (subitem 5.1.5)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

das Comunicações  
M. Fis. 50  
Rubrica:  
000042

**CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO**

AV. ALBERTO TORRES, 315 - CENTRO - TELEFAX: (22) 2723-5022 / 2726-4102

E-MAIL: cartorioidistribuidor@globo.com

MANOEL JOSÉ FILHO, OFICIAL DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, ESTADO DO RIO DE JANEIRO E REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC

Serviço Público  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

**CERTIFICA** 08 FEV 2012

COM REFERÊNCIA AOS ASSUNTOS ABAIXO MENCIONADOS, E DÁ FÉ QUE, REVENDO EM SEU PODER E CARTÓRIO OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO RELATIVOS A:

TÍTULOS PARA PROTESTO

23 NOVEMBRO 2004 ATE 23 NOVEMBRO 2009

NADA CONSTA CONTRA MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO

SQM O CPF : 726888587-34

( \*SETE\*DOIS\*SEIS\*OITO\*OITO\*OITO\*CINCO\*OITO\*SETE\*TRES\*QUATRO\* )

CAMPOS DOS GOYTACASES (RJ), 24 NOVEMBRO 2009. Eu

dei buscas e eu \_\_\_\_\_ oficial, subscrevo e assino.

TABELA	ITEM	ATO	EMOLUMENTOS
01	1	Buscas	R\$ 0,00
01	2	Pagina	R\$ 0,00
01	8	Digitalizacao	R\$ 0,00
01	9	Infor./Grav.E	R\$ 0,00

	EMOLUMENTOS	R\$27,57
	F.E.T.J 20%	R\$ 5,51
FUNDPERJ + FUNPERJ 10%		R\$ 2,74
FUNDPERJ + FUNPERJ 10%		R\$ 0,00
TOTAL DO ATO		R\$35,82



# CARTÓRIO PRIVATIVO DE PROTESTO DE TÍTULOS E LETRAS

Praça Costa Pereira, 52 - 1º andar - Vitória - ES

Dr. JOÃO DALMÁCIO CASTELLO MIGUEL  
Tabelião

Dra. PAULA CASTELLO MIGUEL  
1ª Substituta

HERÁCLITO H. DA SILVA FILHO  
2º Substituto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

## CERTIDÃO

DR. JOÃO DALMACIO CASTELLO MIGUEL Tabelião  
Privativo de protesto de Títulos e Letras da Comarca  
de Vitória, Capital do Espírito Santo, por nomeação  
vitalícia na forma da lei, etc., etc.

8 FEV 2012

CERTIFICO E DOU FÉ, atendendo a pedido verbal de parte interessada,  
que revendo livros de Registro de Protesto de Títulos e Letras, a meu cargo,  
no período de 5 (cinco) anos anteriores à presente data, deles verifiquei não  
constar protesto algum - por falta de pagamento - de responsabilidade de

MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO \* \* \* \* \*  
CPF 726.888.587-34 \* \* \* \* \*

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ,

VITÓRIA, 12 DE NOVEMBRO DE 2009

Flávio Márcio Machado  
2º Substituto

COPIA XEROX  
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel  
do original, autenticando-o nos termos do Dec. Lei 2148 de 25/04/40.

Vitória (ES), 16 NOV. 2009

Selo de Fiscalização de Cartas, 139  
CARTAS DE NOTAS E REGISTROS  
PODER JUDICIÁRIO  
FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
1-0650 - (28) 3223-8186

AUTENTICAÇÃO

ALY 25253



NBSB EF GBWNB BSQO DBNBSHP					FMM
Certidão	Proc. Dados	Busca	Emolumentos	FUNEPI	Total
R\$ 6,70	R\$ 3,47	R\$ 5,36	R\$ 15,53	R\$ 1,55	R\$ 17,08

Válida somente no original.

Esta certidão só se refere ao(s) nome(s) e documento(s) tal como acima grafados, não abrangendo  
nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de  
grafia no pedido respectivo.



Cartório do 1º Ofício - 1ª Zona - Serra-ES

Comarca da Capital

Registro Geral de Imóveis e Anexos

Bel. Elisabeth Bergami Rocha  
Oficiala e Tabeliã

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

000044

das Comunicações  
M. 52  
Rubrica

Certidão

08FEV 2012

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
1ª ZONA - SERRA/ES  
Elisabeth Bergami Rocha  
Oficiala e Tabeliã  
Gilcênio Radicchi Rocha  
Substituto Legal  
Keller José de Almeida  
Marina Bergami Rocha  
Substituto  
Carla Almonfrey Orletti  
Escrevente Autorizada

A Bacharela ELISABETH BERGAMI ROCHA,  
Oficiala e Tabeliã do Cartório do Registro Geral  
de Imóveis e Anexos da 1ª Zona da Serra,  
ES, Comarca da Capital, por nomeação na  
forma da lei, etc...

CERTIFICA E DA FÉ, atendendo a pedido verbal  
da parte interessada, que revendo em seu poder e Cartório a seu cargo os  
LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS DE TÍTULOS E OUTROS  
DOCUMENTOS DE DÍVIDAS, no período de CINCO ANOS anteriores a presente  
data verificou não constar PROTESTO algum de responsabilidade de:

MARIA DE FATIMA ARRINI CAMARGO \*\*\*\*\*

CPF 726.888.587-34 \*\*\*\*\*

O referido é verdade e dou fé.

SERRA ES, 11 DE DEZEMBRO DE 2009

BEL. ELISABETH BERGAMI ROCHA

Oficiala e Tabeliã

Válida somente no original

Rua Rômulo Castello, 117 - Centro - Serra - ES - Cep 29176-080 - TeleFax: (27) 3251-1685



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



VARA DA SERRA - COMARCA DA CAPITAL  
Av. Civil, 1350, Laranjeiras - Serra - ES - CEP 29.165-680  
Telefax: (27) 3328-0455 - www.cartorioserra.com.br



Protesto de Títulos e Documentos de Dívida  
Registro de Títulos e Documentos Registro de Imóveis  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas Registro de Títulos

Oficial e Tabelião: Dr<sup>a</sup> Etelvina Abreu do Valle Ribeiro  
Substituto: Dr<sup>a</sup> Etelvina Abreu do Valle Ribeiro  
Bruno do Valle Couto Teixeira  
Ricardo do Valle Couto Teixeira  
Camila do Valle Couto Teixeira

CONFERE COM O ORIGINAL

Nº Protocolo: PT-37481

Gerada às 12:55:37 - \*W4Q1.T2R2.D8U8.I4U9.F\*

08 FEV 2012

## CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

Dra. Etelvina Abreu do Valle Ribeiro, Tabeliã e Oficiala do Cartório do 1º Ofício - 2ª Zona da Serra, Comarca da Capital, concursada e nomeada na forma da lei, etc...

CERTIFICA E DÁ FÉ que, a requerimento, revendo os livros de **REGISTRO DE PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE DÍVIDAS**, a partir de 24 de Novembro de 2004 até a presente data, verificou não constar nenhum registro de protesto contra:

**MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO**

CPF: 726.888.587-34

Estado Civil: Casada

Nacionalidade: Brasileira

Endereço: Rua Holdercim, 1061 Civit II Serra - ES CEP.: 29.168-020

Eu, ANA CAROLINA DA SILVA COUTINHO BALLA, Escrevente Auxiliar, dei busca, digitei e assino a presente certidão.

**O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.**

**Certidão emitida as doze horas e cinquenta e cinco minutos e trinta e sete segundos**

Serra (ES), 24 de novembro de 2009.

Ana Carolinas. Coutinho Balla

**Horário de Atendimento ao público de 09:00 às 18:00**

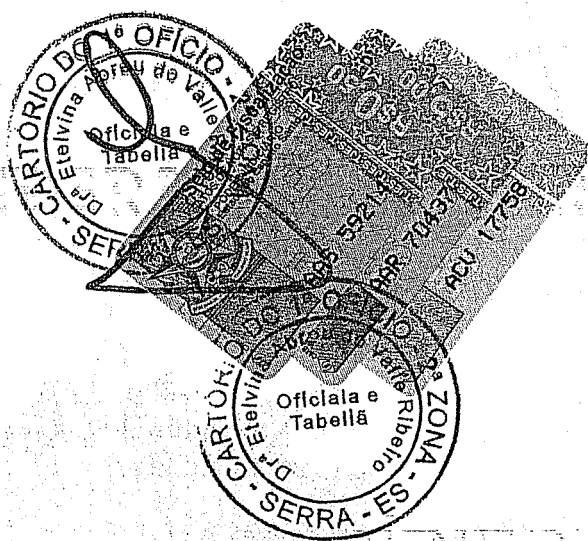
**VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL**



Esta certidão só se refere ao(s) nome(s) e documentos(s) tal como acima grafados, não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, invertidos, semelhantes ou resultantes de grafia no pedido respectivo.



das Comunicações  
53-V



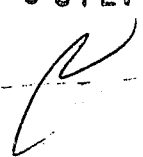
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012  
R



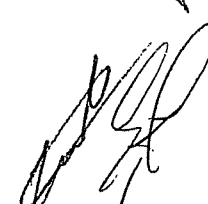

000048  
Min. das Comunicações  
M. P. 54  
Rubrica:  
CEL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



## 1.6– Certidão de Quitação Eleitoral (subitem 5.1.6)




JUSTIÇA ELEITORAL  
98ª ZONA ELEITORAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ  
AV. DR. ALBERTO TORRES, 81 Telefone 22 27221884

000747

Min. das Comunicações  
M. Rs. 55  
Rubrica

## Certidão

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO  
Inscrição: 000768411430 Zona: 98 Seção: 123  
Município: 58190 - CAMPOS DOS GOYTACAZES UF: RJ  
Data de nascimento: 18/01/1960 Domiciliada desde: 23/11/2009  
Filiação: OLGA PULCHEIRA ARPINI  
OCTAVIO ARPINI

Em 25 de novembro de 2009.

Marcelo Bessa Cabral  
Chefe do Cartório da 98ª ZE

MARCELO BESSA CABRAL  
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

000048  
das Comunicações  
M. Fis. 56  
Rubrica:  
[assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

[assinatura]

1.7 – Alvará de funcionamento  
da proponente ou documento  
congênere (5.1.7)

[assinaturas]

Prefeitura Municipal da Serra  
Secretaria de Finanças  
Departamento de Administração Tributária

Emissão: 10/12/2009 11:32:04

000049  
M. das Comunicações  
Pág. 1 de 1

Alvará de Licença para Funcionamento Nº 375737/2009

Emissão Nº: 2

Data Concessão 17/11/2009

Dados do Contribuinte

Inscrição Municipal: 390.496-2  
Contribuinte: TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA  
Documento: CNPJ nº 11042517000160  
Endereço: R HOLDERCIM, 1061 - SALA 103  
CIVIT II - SERRA - ES  
Cep : 29.168-020

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Observação

Cumprindo o que dispõe o Código Tributário em vigor, expedimos o presente Alvará de Licença para Funcionamento, em favor do contribuinte acima identificado, que fica autorizado a exercer as atividades, abaixo discriminadas, na condição deste município até 31/12/2009.

Atividades Autorizadas

Código  
6021-7/00

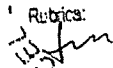
Descrição  
Atividades de televisão aberta

Serra, 10 de Dezembro de 2009

EDNA MARIA KIRMSE DO NASCIMENTO

81280000000-0 00004318200-5 91231000554-7 36660020076-5




000050  
Min. das Comunicações  
M. Fis. 58  
Rubrica: 

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



## 2 - Qualificação Econômico-Financeira (5.2)





~~000051~~

Min. das Comunicações  
M. Fis. 59  
Rubrica:  
[assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

[assinatura]

## 2.1 - Balanço de Abertura (subitem 5.2.2)

[assinaturas]

000052

**BALANÇO**  
**TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA**  
 CNPJ.: 11.042.517/0001-60  
**BALANÇO DE ABERTURA EM 30/09/2009 - EM R\$ 1,00**

Comunicações  
 M. Rs. 60  
 Rubrica: 4

<u>ATIVO</u>	<u>30/09/09</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>30/09/09</u>
CIRCULANTE	<u>5.000.000</u>	CIRCULANTE	
DISPONÍVEL	<u>5.000.000</u>		
Aplicações de liquidez imediata	5.000.000		
NÃO CIRCULANTE	0	NÃO CIRCULANTE	0
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
PERMANENTE	0	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>5.000.000</u>
		CAPITAL SOCIAL	<u>5.000.000</u>
		Capital Social Subscrito	10.000.000
		Capital Social à Integralizar	(5.000.000)
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>5.000.000</u>	<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>5.000.000</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Maria de Fátima Arpji Camargo  
 Administradora  
 CPF nº 726.888.587-34

Fábio Luiz André Regiane  
 Contador  
 CRC-SP nº 228719/O-3 T-RJ

JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO  
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 15/12/2009 SOB Nº: 20091482658  
 Protocolo: 09/148265-8, DE 15/12/2009  
 Empresa: 32 2 0142986 8  
 TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA

PAULO CESAR BECACICI ESTEVES  
 SECRETARIO-GERAL





SERVIÇO FISCAL FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012



000953



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

### CERTIDÃO DE REGISTRO SECUNDÁRIO

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO  
certifica que o(a) profissional identificado no presente documento possui  
Registro Secundário para exercer a profissão no Estado do Espírito  
Santo.

ESTADO DO ESPÍRITO  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

#### IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....: FABIO LUIZ ANDRE REGIANE  
REGISTRO.....: SP-228719/O  
CATEGORIA...: CONTADOR  
CPF.....: 263.679.818-88

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código  
Penal Brasileiro, sujeito o autor à respectiva ação penal.

Emissão: ESPÍRITO SANTO, 02/12/2009 as 17:27:03

Valido até: 01/01/2010

Código de Controle: 3380.3021.4525.0353

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCES.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

000054

Min. das Comunicações  
Fls. 62  
Rubrica:

08 FEV 2012

### CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página 001/ 001

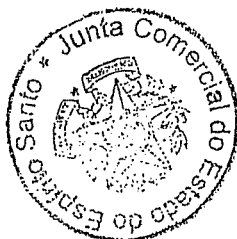
Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial <b>TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA</b>			
Natureza Jurídica: <b>SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA</b>			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) <b>32 2 0142986-8</b>	CNPJ <b>11.042.517/0001-60</b>	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo <b>08/07/2009</b>	Data de Início de Atividade <b>08/07/2009</b>
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) <b>RUA HOLDERCIM, 1061-SALA 103, CIVIT II, SERRA, ES, 29.168-020</b>			
Objeto Social <b>A EXECUCAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA E DE SONS E IMAGENS, SEUS ANCILARES, AUXILIARES, AFINS E CORRELATOS, SEMPRE COM FINALIDADE EDUCATIVAS, CULTURAIS E INFORMATIVAS, CIVICAS E PATRIOTICAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO, PERMISSAO OU AUTORIZACAO, NESTA OU EM OUTRA LOCALIDADE DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO ESPECIFICA EM VIGOR.</b>			
Capital: R\$ <b>10.000.000,00</b> (DEZ MILHOES DE REAIS)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) <b>Não</b>	Prazo de Duração <b>Indeterminado</b>	
Capital Integralizado: R\$ <b>10.000.000,00</b> (DEZ MILHOES DE REAIS)			
<b>Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato</b>			
<u>Nome/CPF ou CNPJ</u>	<u>Participação no capital (R\$)</u>	<u>Espécie de Sócio</u>	<u>Administrador</u>
<b>ALUIZIO ALVES NETO</b> 444.046.891-87	<b>500.000,00</b>	<b>SOCIO</b>	<b>XXXXXXX</b>
<b>HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES</b> 130.470.197-20	<b>2.010.000,00</b>	<b>SOCIO</b>	<b>XXXXXXX</b>
<b>MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARÃO</b> 726.888.587-34	<b>7.490.000,00</b>	<b>SOCIO</b>	<b>Administrador XXXXXXX</b>
<b>Último Arquivamento</b> Data: <b>15/12/2009</b> Número: <b>20091482658</b> Ato: <b>OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO</b> Evento (s): <b>OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO</b>		<b>Situação</b> <b>REGISTRO ATIVO</b> <b>Status</b> <b>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</b>	

VITÓRIA - ES, 15 de dezembro de 2009

Eu,  
Conferi e assino.

PAULO CESAR BECÁCICI ESTEVES  
SECRETARIO-GERAL



José Bráulio Bassini  
Vice Presidente da JUCEES

M. das Comunicações  
At. 62-V  
Rubrica:  
*[Signature]*

SERVICO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012  
*[Signature]*



~~000055~~

M. das Comunicações  
N.º 63  
Petrópolis  
15/01/12

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



2.2 – Fiança Bancária (subitem  
5.2.3 a)



Osasco - SP, 27 de novembro de 2009.

Ao  
Ministério das Comunicações  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R  
Brasília - DF

Ref.: Carta de Fiança nº 2.042.389-7

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL



08 FEV 2012

Prezados Senhores,

Pela presente carta de fiança, o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, Município e Comarca de Osasco-SP, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, assume perante V.S<sup>as</sup>., a partir desta data, na qualidade de fiador da empresa Televisão Costa Branca Ltda., com sede na Avenida Holdercim, nº 1061, Sala 103, Civit II, Serra - ES, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.042.517/0001-60, até o valor de R\$ 11.436,06 (onze mil, quatrocentos e trinta e seis reais e seis centavos), o compromisso pelo cumprimento das obrigações por ela assumidas na proposta para participação na Concorrência nº 067/2009-CEL/MC, tem por objeto a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em horário ilimitado (execução durante 24 horas do dia), na localidade de Mossoró - RN pelo prazo de 15 (quinze) anos.

Assim, até o limite acima fixado, comprometemo-nos a satisfazer perante V.S<sup>as</sup>., no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da sua comunicação escrita protocolizada no Departamento de Controle Operacional deste Banco, Setor de Fianças, situado na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Osasco-SP, a obrigação afiançada que não for devidamente cumprida pela Afiançada na data aprazada, desde que dentro do mencionado prazo a Afiançada não apresente determinação judicial obstando este Banco de efetuar o pagamento da obrigação inadimplida.

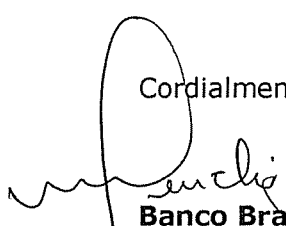
Esta fiança vigorará até 16.12.2011, quando a sua eficácia jurídica expirar-se-á de pleno direito.

Fica estabelecido, desde já, que a exigibilidade da presente fiança cessará de pleno direito, após decorrido o prazo de 10 (dez) dias, contados da data do vencimento da obrigação garantida, sem que a Beneficiária tenha notificado o Fiador para efetuar o pagamento da obrigação afiançada e inadimplida.

Fica estabelecido, ainda, que esta fiança será considerada extinta em caso de eventual sucessão da Beneficiária ou da Afiançada, relativamente às obrigações por ela garantidas.

A Afiançada declara-se ciente e de pleno acordo com o texto desta fiança, mediante a aposição de sua concordância ao final.

Cordialmente,

  
Tânia Cristina Meuchi Remontti**Banco Bradesco S.A.**  
Adriana Brandão Ribeiro Silva  
2º CARTÓRIO  
OSASCO  
2º CARTÓRIO  
OSASCO

De acordo:



Televisão Costa Branca Ltda.

das Comunicações  
M. 64-V  
R. 10

10 OFICIO DE CAMPOS Valido somente com Selo de Fiscalizacao  
RECONHECO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE: MARIA DE FATIMA APFINI  
CAMARGO \*\*\*\*\*  
ENCOLMEN: 3,68 \*\*\*\*\* CONF. POR (R)  
FETJ: 0,73 EM TESTEM (R) DA VERDADE. \*\*\*\*\*  
FUNFERJ: 0,18 CAMPOS DOS RUYTACAZES/RJ, 09 DE DEZEMBRO DE 2012  
FUNFERJ: 0,18  
TOTAL : 4,77 RENATA DOS SANTOS RANGEL - ESCRIVENTE \*\*\*\*\*



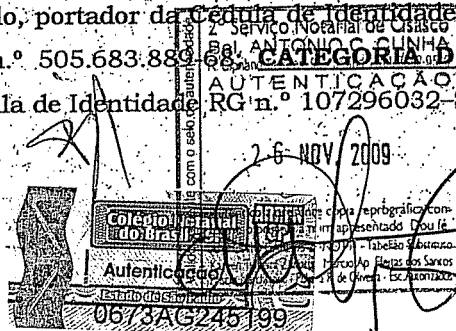
SERVICO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das ComunicaçõesM. das Comunicações  
65  
R. 100  
100**PROCURAÇÃO CONFERE COM O ORIGINAL**

08 FEV 2012

Por este Instrumento Particular de Procuração, o **BANCO BRADESCO S.A.**, com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representado por seus diretores infra-assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **CATEGORIA A: ALDA PAIXÃO PEREZIN MALAVOLTA**, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 18360878-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n.º 100.495.788-20; **CLAUDINEI DE SOUZA LUQUES**, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 18.586.343-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 076.395.178-18; **SILMARA SOUSA DE MORAES SILVA**, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 192787081-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n.º 142.133.278-76; **MARIANA VICCIOLI GOMES**, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 256247626-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n.º 280.673.168-21; **ADRIANA BRANDÃO RIBEIRO SILVA**, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 241740022-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n.º 153.471.048-56; **PRISCILA VALVERDE FERREIRA**, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 435692355-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n.º 301.815.128-31; **SIONEIA DA COSTA JOAQUIM**, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 19845917-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n.º 096.525.998-67; **TÂNIA CRISTINA MEUCHI REMONTTI**, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 222463648-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n.º 139.862.438-10; **CATEGORIA B: DIÓGENES BATISTA DOS SANTOS**, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1708846-SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o n.º 160.561.325-87; **EDSON CARLOS DE OLIVEIRA JÚNIOR**, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 18003871-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 090.811.058-84; **FÁBIO GERALDO MACIEL DIAS**, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1305222-SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o n.º 346.270.226-20; **EDNO CANTIDIO PEREZ**, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 12949464-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 009.303.538-11; **CATEGORIA C: LUIS CLÁUDIO TOLDO**, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG n.º 9485632-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 004.415.658-83; **ROBERTO CARLOS DOS SANTOS**, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 9052185-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 076.602.318-47; **JODELCI MORAES DE SOUZA**, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 9775156-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 004.311.378-89; **JÚLIO CÉSAR VENTURINI**, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 19132067-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 505.683.889-08; **CATEGORIA D: JOSÉ MARIA SOARES NUNES**, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 107296032-SSP/SP







e inscrito no CPF/MF sob o n.º 001.666.878-20; **MARIO LUNA**, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7295753-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 666.963.808-68; **VICENTE CARMO SANTO**, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10832195-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 011.316.688-55; todos brasileiros, bancários e com endereço comercial na Cidade de Deus acima referida, para a finalidade especial de representar o outorgante na emissão de cartas de fiança bancária, podendo convencionar prazos, valores e demais condições, observando-se que a representação do outorgante exigirá a forma de assinatura e atendimento dos limites de valores a saber: **1 - Valores de até R\$50.000,00** - devem ser assinadas sempre por dois (02) procuradores de qualquer das categorias; **2 - Valores de R\$50.000,01 até R\$1.500.000,00** - devem ser assinadas por 2 (dois) procuradores, sendo um, das categorias "B", "C" ou "D"; **3 - Valores de R\$ 1.500.000,01 até 7.000.000,00** - devem ser assinadas por um procurador das categorias "B", "C" ou "D", sendo obrigatoriamente um dos procuradores da categoria "C" ou "D"; **4 - Valores de R\$ 7.000.000,01 até R\$ 10.000.000,00** - devem ser assinadas por um procurador das categorias "B" ou "C" juntamente com o procurador da categoria "D"; **5 - Valores acima de R\$ 10.000.000,00** - devem ser assinadas sempre por dois diretores executivos do outorgante. A representação do outorgante na emissão das fianças cujos limites estão previstos nos itens 1. à 4 também poderá se dar com a assinatura de um procurador de qualquer categoria em conjunto com um diretor executivo do outorgante; poderá ainda ditos procuradores, sempre em conjunto de dois (02) independentemente da ordem de nomeação, categoria e limitação no tocante a valores, assinar atestados de idoneidade e capacidade financeira, termos de compromisso, aval em CPR (Cédula de Produtor Rural), Instrumento Particular de Contrato de Constituição de Garantias e Outras Avenças, Instrumento Particular de Contrato de Constituição de Garantias em Favor de Fiador para Garantir Créditos Decorrentes de Fiança e Instrumento Particular de Contrato de Limite Rotativo para Prestação de Fiança, outorga de Garantias e outras Avenças, podendo convencionar prazos, valores e demais condições. O presente mandato é outorgado com prazo de validade de 12 (doze) meses contados desta data, sendo vedado o seu substabelecimento.

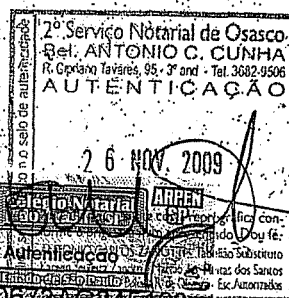
Osasco, 08 de setembro de 2009.



BANCO BRADESCO S.A.

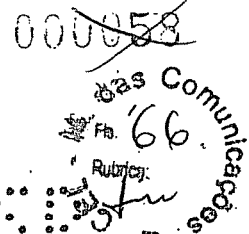
Sérgio Socha

José Luiz Açar Pedro



AGE 10.3.2009 - 16h30

**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social**



**Título I - Da Organização, Duração e Sede**

Art. 1º) O Banco Bradesco S.A., companhia aberta, doravante chamado Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto.

CONFERE COM O ORIGINAL.

Art. 2º) O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. 08 FEV 2012

Art. 3º) A Sociedade tem sede e foro no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", situado na Vila Yara, no município e comarca de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 4º) Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Agências no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho.

**Título II - Dos Objetivos Sociais**

Art. 5º) O objetivo da Sociedade é efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio.

**Título III - Do Capital Social**

Art. 6º) O Capital Social é de R\$23.000.000.000,00 (vinte e três bilhões de reais), dividido em 3.069.869.800 (três bilhões, sessenta e nove milhões, oitocentas e sessenta e nove mil e oitocentas) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 1.534.934.979 (um bilhão, quinhentos e trinta e quatro milhões, novecentas e trinta e quatro mil, novecentas e setenta e nove) ordinárias e 1.534.934.821 (um bilhão, quinhentos e trinta e quatro milhões, novecentas e trinta e quatro mil, oitocentas e vinte e uma) preferenciais.

**Parágrafo Primeiro** - As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores.



**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social - 2 -**

000058  
Comunicações  
Nº Fil: 67  
Rubrica: [assinatura]

**Parágrafo Segundo** - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes direitos e vantagens:

- a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade;
- b) dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias;
- c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária, integrante do bloco de controle.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

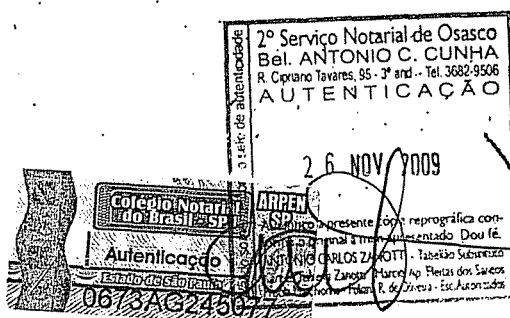
**Parágrafo Terceiro** - Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais.

**Parágrafo Quarto** - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, nela própria, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações.

**Parágrafo Quinto** - Não será permitida:

- a) conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e vice-versa;
- b) emissão de partes beneficiárias.

**Parágrafo Sexto** - Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação.



[Assinaturas manuscritas]

Banco Bradesco S.A.  
Estatuto Social - 3 -

000068  
M. Fis. 68  
Rubrica:  
Comunicações

Título IV - Da Administração

Art. 7º) A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Título V - Do Conselho de Administração

Art. 8º) O Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) a 9 (nove) membros, que escolherão entre si 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente.

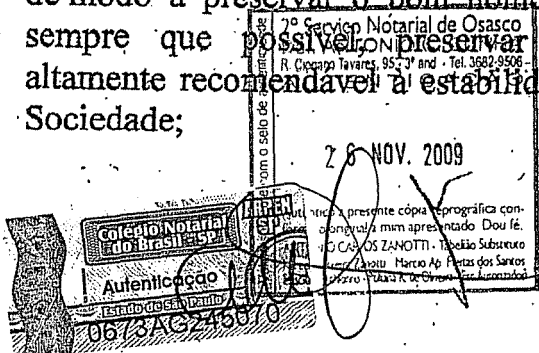
**Parágrafo Primeiro** - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade, no caso de empate.

**Parágrafo Segundo** - Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto entre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído.

**Parágrafo Terceiro** - Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto.

Art. 9º) Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho:

- zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções;
- cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade;
- sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável a estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade;



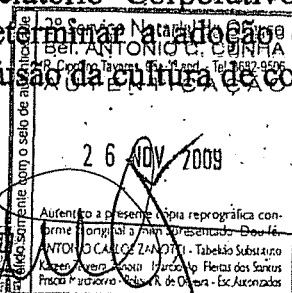
Banco Bradesco S.A. 08 FEV 2012  
Estatuto Social - 4 -

Banco Bradesco S.A. 08 FEB 2012

## Estatuto Social - 4 -

0881 Communications  
MAY 69  
LH

- d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, inclusive deliberar sobre a constituição e o funcionamento de Carteiras Operacionais;
- e) autorizar, nos casos de operações com empresas não integrantes da Organização Bradesco, a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não-permanente da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, quando de valor superior a 1% (um por cento) de seus respectivos Patrimônios Líquidos;
- f) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sexto do Artigo 6º;
- g) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário;
- h) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria;
- i) submeter à Assembléia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade;
- j) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas;
- k) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
- l) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações financeiras submetidos pela Diretoria;
- m) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos;
- n) realizar o rateio da remuneração dos Administradores, estabelecida pela Assembléia Geral e fixar as gratificações de conselheiros, diretores e funcionários, quando entender de concedê-las;
- o) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados;
- p) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e do Ouvidor;
- q) aprovar o Relatório Corporativo de Conformidade dos Controles Internos e determinar a implementação de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controle e mitigação de riscos.



26 NOV 2009

Banco Bradesco S.A.

Estatuto Social - 5 - 08 FEV 2012

Rubrica:

**Parágrafo Único** - O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos.

Art. 10) Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões deste Órgão e as Assembléias Gerais, podendo indicar para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho.

**Parágrafo Único** - O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões.

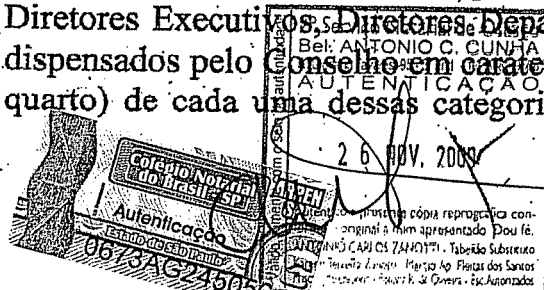
Art. 11) O Conselho reunir-se-á trimestralmente e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, ou da metade dos demais membros em exercício, fazendo lavrar ata de cada reunião.

## Título VI - Da Diretoria

Art. 12) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, é composta de 52 (cinquenta e dois) a 76 (setenta e seis) membros, sendo de 19 (dezenove) a 26 (vinte e seis) o número de Diretores Executivos, distribuídos nas seguintes categorias de cargos: 1 (um) Diretor-Presidente, de 7 (sete) a 10 (dez) Diretores Vice-Presidentes e de 11 (onze) a 15 (quinze) Diretores Gerentes. Os demais cargos da Diretoria serão distribuídos da seguinte forma: de 33 (trinta e três) a 50 (cinquenta) Diretores Departamentais e Diretores, sendo de 27 (vinte e sete) a 41 (quarenta e um) o número de Diretores Departamentais, e de 6 (seis) a 9 (nove) o de Diretores.

**Parágrafo Primeiro** - O Conselho fixará em cada eleição as quantidades de cargos a preencher e designará, nomeadamente, entre os Diretores Executivos que eleger, os que devam ocupar as funções de Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes e Diretores Gerentes, observados os requisitos dos Artigos 17, 18 e 19 deste Estatuto.

**Parágrafo Segundo** - Os requisitos previstos no Inciso II do Artigo 18 e "caput" do 19, relativos, respectivamente, a Diretores Executivos, Diretores Departamentais e Diretores, poderão ser dispensados pelo Conselho em caráter excepcional, até o limite de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) de cada uma dessas categorias de cargos, salvo em relação aos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social - 6 -**

0000063  
das Comunicações  
Fls. 71  
Rubrica:

Diretores nomeados para os cargos de Presidente e de Vice-Presidentes.

Art. 13) Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na letra "e" do Artigo 9º deste Estatuto.

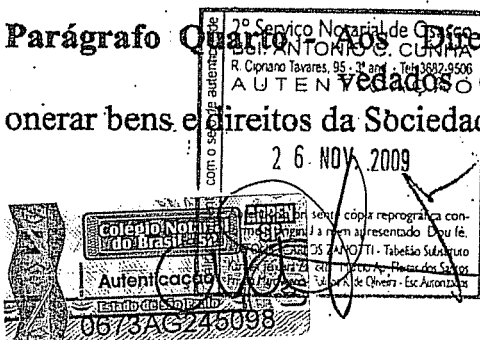
**Parágrafo Primeiro** - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor- Presidente ou Diretor Vice-Presidente.

**Parágrafo Segundo** - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo.

**Parágrafo Terceiro** - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos:

- a) mandatos com cláusula "ad judicium", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida;
- b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- c) participação em licitações;
- d) em Assembléias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada;
- e) perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade;
- f) em depoimentos judiciais.

**Parágrafo Quarto** - Aos Diretores Departamentais e Diretores são vedados os atos que impliquem em alienar e onerar bens e direitos da Sociedade.





000064 Comunicações  
Data: 72  
Rubrica: [Signature]

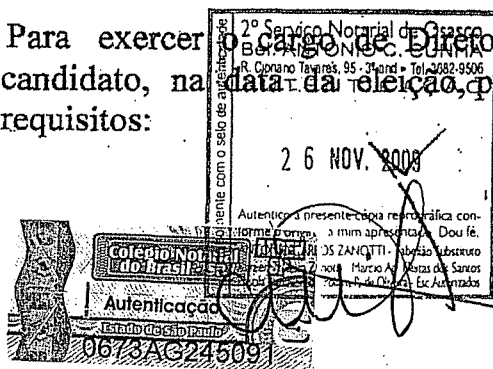
conferidas pela lei e p

- SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
Comunicações que lhes foram atribuídas  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEB 2012



te, os seguintes





**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social - 8 -**

0000655  
Comunicações  
Nº 73  
Rubrica:

- I. tenha menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- II. faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas há mais de 10 (dez) anos, ininterruptamente.

Art. 19) Para exercer o cargo de Diretor Departamental e de Diretor é necessário que o candidato faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas, e tenha na data da eleição:

- I. Diretor Departamental - menos de 62 (sessenta e dois) anos de idade;
- II. Diretor - menos de 60 (sessenta) anos de idade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

**Título VII - Do Conselho Fiscal**

08 FEV 2012

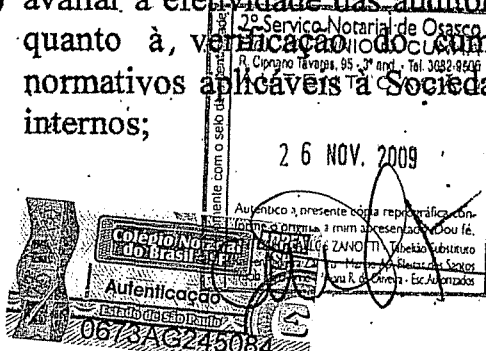
Art. 20) O Conselho Fiscal, não permanente, compor-se-á, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes.

**Título VIII - Do Comitê de Auditoria**

Art. 21) A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato de 1 (um) ano, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

**Parágrafo Único** - Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
- b) revisar, previamente à divulgação ao Mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- c) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;



**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social - 9 -**

00008674  
Rubrica  
Comunicações

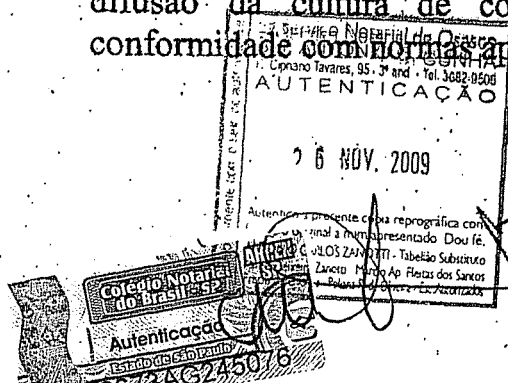
- d) avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, bem como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria;
- e) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
- f) recomendar à Diretoria da Sociedade correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- g) reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade e auditorias independente e interna;
- h) verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros;
- i) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento;
- j) reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

08 FEV 2012

**Título IX - Do Comitê de Controles Internos e Compliance**

Art. 22) A Sociedade terá um Comitê de Controles Internos e Compliance, composto de 4 (quatro) a 8 (oito) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

**Parágrafo Único** - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e conformidade com normas aplicáveis à Organização Bradesco.



**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social - 10 -**

00008745  
Rubrica:  
das Comunicações

**Título X - Do Comitê de Remuneração**

Art. 23) A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

**Parágrafo Único** - O Comitê terá por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da Organização Bradesco, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

CONFERE COM O ORIGINAL

**Título XI - Do Comitê de Conduta Ética**

08 FEV 2012

Art. 24) A Sociedade terá um Comitê de Conduta Ética, composto por até 9 (nove) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

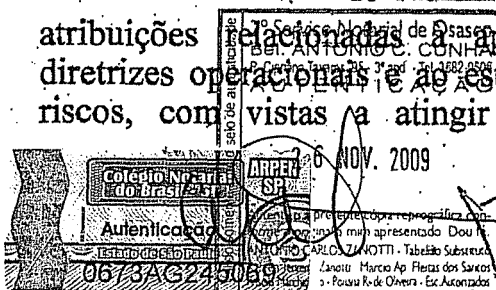
**Parágrafo Único** - O Comitê terá por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Conduta Ética da Organização Bradesco, tanto corporativo quanto setoriais, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade.

**Título XII - Do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital**

Art. 25) A Sociedade terá um Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, composto por até 13 (treze) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

**Parágrafo Único** - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas

atribuições relacionadas à aprovação de políticas institucionais e diretrizes operacionais e de estabelecimento de limites de exposição a riscos, com vistas a atingir a sua efetiva gestão no âmbito da



**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social - 11 -**

000068  
das Comunicações  
Rubrica

Organização Bradesco, aqui entendido o consolidado econômico e financeiro.

**Título XIII - Da Ouvidoria**

Art. 26) A Sociedade terá uma Ouvidoria que atuará em nome de todas as Instituições integrantes da Organização Bradesco, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, composta de 1 (um) Ouvidor, designado e destituído pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

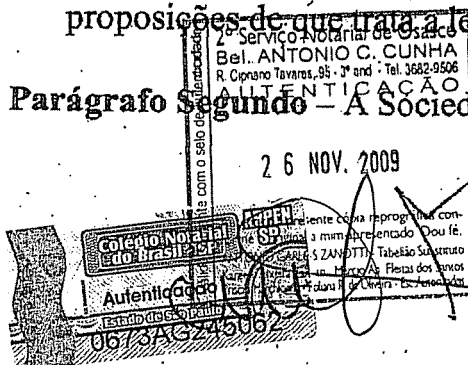
CONFERE COM O ORIGINAL

**Parágrafo Primeiro** – A Ouvidoria terá por atribuição:

08 FEV. 2012

- zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre as Instituições das quais dispõe o “caput” deste Artigo, os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das Instituições das quais dispõe o “caput” deste Artigo, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou por quaisquer outros pontos de atendimento;
- prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;
- informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar trinta dias;
- encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na letra “d”;
- propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas;
- elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo proposições de que trata a letra “f”, quando existentes.

**Parágrafo Segundo** – A Sociedade:



**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social - 12 -**

000089  
M. Fis. 77  
Rubrica:  
Comunicações

- a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção;
- b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

**Título XIV - Das Assembléias Gerais** 08 FEV 2012

Art. 27) As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão:

- a) convocadas com prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência;
- b) presididas pelo Presidente do Conselho, ou, na sua ausência, por seu substituto estatutário, que convidará um ou mais acionistas para Secretários.

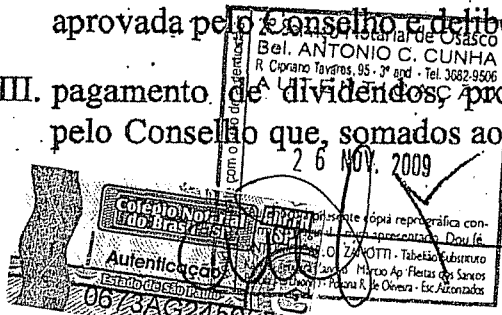
**Título XV - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados**

Art. 28) O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro.

Art. 29) Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais.

Art. 30) O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação:

- I. constituição de Reserva Legal;
- II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembléia Geral;
- III. pagamento de dividendos propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros



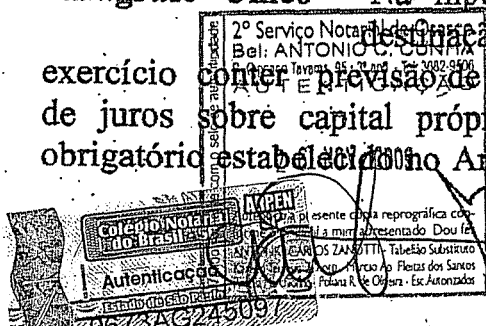
~~000070~~  
M. das Comunicações  
Fis. 78  
Rubrica:  
[Signature]





**Parágrafo Primeiro** - A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos a intermediários, especialmente semestrais e mensais, a conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

08 FEB 2012

Art. 31) O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembléia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

**Parágrafo Único** - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a distribuição a ser dada ao Lucro Líquido do exercício, a previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 30, Inciso III, e/ou retenção de lucros



**Banco Bradesco S.A.**  
**Estatuto Social - 14 -**

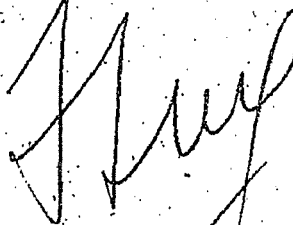
000071 das Comunicações  
Rb. 79  
Rubrica: [assinatura]

nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

\*\*\*\*\*

Declaramos que a presente é cópia fiel do Estatuto Social deste Banco, contendo a deliberação aprovada na AGE de 10.3.2009 - 16h30.

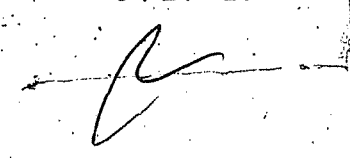
**Banco Bradesco S.A.**



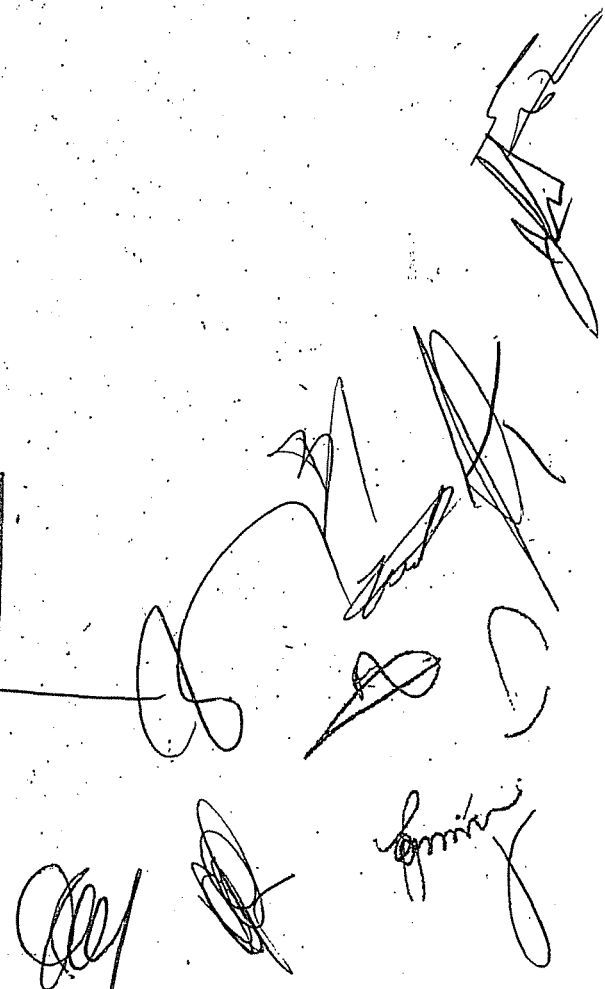
Sérgio Sechu  
Diretor Vice-Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FÉV 2012



2º Serviço Notarial de Osasco  
Bel. ANTONIO C. GUNHA  
R. Cipriano Tavares, 95 - 3º and. - Tel. 3682.9506  
AUTENTICAÇÃO  
26 NOV 2009

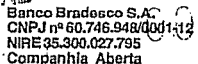












Ata da Reunião Extraordinária nº 1.426, do Conselho de Administração, realizada em 10.3.2009

[illegible]

serviço Notarial de Osasco  
ANTONIO C. CUNHA  
R. João Tavares, 95 - 3º and - Tel. 3682-95  
AUTENTICACÃO

CNPJ/ME nº 60.779.186/0001-86 - NIRE nº 35.300.048/041

As vinte e quatro dias do mês de março do ano de 2009, às 10:30 h, na sede social da Companhia Graciosa S.A., situada na Rua Financiera Central e Investimentos, localizada no Cepelão do Estado de Alagoas, compareceram os Acionistas da Companhia para a Assembleia Geral Extraordinária convocada no livro 1º de Atas das Assembleias, com o objetivo de aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia, representando 100% do capital social. Editada da Convocatória: Verificou-se, em 1ª convocação, a presença de acionistas representando a totalidade do Capital Social com direito a voto, o que foi constatado pelas assinaturas no livro "Presença de Acionistas", tornando-se dispensável a convocação dos editais, conforme autorizado o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404/78. Mesa: Presidente: João Batista de Souza - Secretário: José Roberto Lamechilha. Ordem do Dia: 1) Alterar parcialmente o Estatuto da Companhia a fim de atender à Resolução 3.605 de 29/08/2008 do Banco Central; 2) Alteração do Capítulo III do Estatuto Social da Companhia, estabelecendo novas regras de administração; 3) Consolidar o Estatuto Social; 4) Aproveitamento da distribuição de dividendos no valor de R\$ 15.000.000,00 do saldo da conta de Lucros Acumulados; 5) Outros assuntos de Interesse Social. Deliberações: Os acionistas, salvo os legítimos impedimentos, sem discussão, proferiram as seguintes deliberações: 1) Alterar parcialmente o Estatuto Social da Companhia a fim de atender à Resolução 3.605 de 29/08/2008 do Banco Central do Brasil; Em razão desta alteração o artigo 2º passará a ter a seguinte redação: "Artigo 2º - O exercício social coincidirá com o ano civil, e serão levantados balanços mensais e balanços gerais, estes em 30 de Junho e 31 de Dezembro do cada ano. Parágrafo Primeiro - Dos lucros líquidos apurados em cada balanço serão destinados 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até alcançar o limite previsto em lei; Parágrafo Segundo - A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 6% (seis por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404 de-15/12/1976. Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao obrigatório previsto neste artigo, ou a retenção de todo o lucro. Parágrafo Quarto - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia, e desde que o Conselho Fiscal, se em funcionamento, der parecer favorável a essa decisão. Parágrafo Quinto - O saldo, se houver, por deliberações do acionista nos parágrafos anteriores, será distribuído, em igualdade de condições, entre os acionistas, em dinheiro ou em bens, de acordo com a opção que o acionista fizer no ato do pagamento da respectiva parcela. Parágrafo Sexto - O aumento de capital, a emissão de novas ações, a conversão de debêntures, a distribuição de bonificações aos acionistas, ou outra destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, Afetando o limite de que trata este parágrafo, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou aumento do capital social ou sobre sua distribuição." 2) A fim de preservar os interesses da companhia foi proposta e aprovada alteração relativa à Administração da sociedade, reatadas no Capítulo III do Estatuto que passará a vigorar com a seguinte redação: "Capítulo III - Da Administração" - Artigo 10º - A Sociedade será administrada por uma diretoria composta de 2 (dois) diretores, no mínimo, e de 8 (oito) diretores, no máximo, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Superintendente e até 6 (seis) diretores sem designação, residentes no país, eleitos pela assembleia geral. Parágrafo Primeiro - É obrigatória a eleição de dois diretores titulares, sendo os restantes eleitos de acordo com o número de vagas. Os negócios sociais da Companhia serão administrados pelo Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O mandato de cada diretor terá duração de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, devendo os diretores permanecerem no exercício de seus cargos até que ocorra a posse dos novos. Artigo 11º - A administração do cargo de Diretor far-se-á por termo devidamente lavrado e assinado no "Livro de Atas da Reunião da Diretoria". Artigo 12º - Além das atribuições legais e das que constarem deste Estatuto, cabe a Diretoria, sempre com a observância e com as restrições constantes do artigo 16º: a) Zelar pela fiel observância do estatuto e das resoluções da Assembleia Geral; b) Supervisionar a abertura e fechamento das agências ou escritórios; c) Supervisionar a constituição de mandatos e das respectivas poderes; d) Elaborar relatório anual; e) Admitir e demitir funcionários, fixando-lhes as atribuições, encargos e salários. Artigo 13º - Na ocorrência de impedimentos temporários, os Diretores Presidente e Superintendente substituir-se-ão reciprocamente, assumindo suas funções. Artigo 14º - Ao Diretor Presidente compete especialmente: a) Convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais; b) Convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria; c) Representar a Companhia perante terceiros; d) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; e) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; f) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; g) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; h) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; i) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; j) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; k) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; l) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; m) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; n) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; o) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; p) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; q) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; r) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; s) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; t) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; u) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; v) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; w) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; x) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; y) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; z) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; aa) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ab) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ac) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ad) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ae) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; af) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ag) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ah) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ai) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; aj) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ak) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; al) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; am) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; an) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ao) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ap) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; aq) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ar) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; as) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; at) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; au) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; av) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; aw) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ax) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ay) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; az) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ba) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bb) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bc) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bd) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; be) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bf) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bg) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bh) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bi) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bj) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bk) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bl) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bm) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bn) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bo) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bp) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bq) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; br) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bs) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bt) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bu) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bv) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bw) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bx) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; by) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; bz) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ca) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cb) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cc) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cd) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ce) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cf) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cg) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ch) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ci) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cj) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ck) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cl) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cm) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cn) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; co) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cp) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cq) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cr) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cs) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ct) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cu) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cv) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cw) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cx) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cy) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; cz) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; da) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; db) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dc) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dd) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; de) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; df) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dg) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dh) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; di) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dj) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dk) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dl) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dm) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dn) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; do) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dp) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dq) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dr) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ds) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dt) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; du) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dv) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dw) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dx) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dy) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; dz) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ea) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; eb) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ec) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ed) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ee) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ef) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; eg) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; eh) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ei) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ej) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ek) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; el) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; em) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; en) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; eo) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ep) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; eq) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; er) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; es) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; et) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; eu) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ev) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ew) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ex) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ey) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ez) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fa) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fb) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fc) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fd) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fe) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ff) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fg) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fh) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fi) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fj) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fk) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fl) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fm) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fn) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fo) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fp) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fq) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fr) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fs) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ft) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fu) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fv) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fw) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fx) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fy) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; fz) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ga) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gb) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gc) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gd) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ge) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gf) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gg) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gh) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gi) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gj) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gk) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gl) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gm) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gn) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; go) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gp) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gq) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gr) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gs) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gt) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gu) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gv) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gw) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gx) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gy) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; gz) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ha) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hb) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hc) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hd) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; he) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hf) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hg) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hh) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hi) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hj) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hk) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hl) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hm) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hn) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ho) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hp) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hq) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hr) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hs) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; ht) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hu) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hv) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hw) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hx) Representar a Companhia perante os órgãos de fiscalização; hy) Representar a Companhia perante os órgãos de

0000075

M. das Comunicações  
Fl. 83  
Rubrica:  
*[Signature]*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 FEV 2012  
*[Signature]*

## 2.3- Cálculo do Índice de Solvência (subitem 5.2.5b)

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

Cálculo do Índice de Solvência - Televisão Costa Branca Ltda

000076  
Min. das Comunicações  
Fls. 84  
Rubrica:  
CEL

Dados:

	R\$
Ativo Total	5.000.000,00
Passivo Circulante	0,00
Exigível a Longo Prazo	0,00

Cálculo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,0$$

$$IS = 5.000.000,00 \div (1) \geq 1,0$$

$$IS = 5.000.000,00 \geq 1,0$$

Portanto, o índice de solvência é: 5.000.000,00

Onde:

IS: Índice de Solvência

AT: Ativo Total

PC: Passivo Circulante

ELP: Exigível a Longo Prazo


Se PC + ELP = 0, será considerado o fator 1 como divisor

Cálculo de acordo com a cláusula 5.2.5 letra "b" do Edital de Concorrência nº 067/2009 - CEL/MC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

  
Maria de Fátima Arpini Camargo  
Administradora  
CPF nº 726.888.587-34

  
Fábio Luiz André Regiane  
Contador  
CRC-SP nº 228719/O-3 T-RJ





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO  
SANTO**

**CERTIDÃO DE REGISTRO SECUNDÁRIO**

08 FEV 2012

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO  
certifica que o(a) profissional identificado no presente documento possui  
Registro Secundário para exercer a profissão no Estado do Espírito  
Santo.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME.....: FABIO LUIZ ANDRE REGIANE  
REGISTRO.....: SP-228719/O  
CATEGORIA...: CONTADOR  
CPF.....: 263.679.818-88

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código  
Penal Brasileiro, sujeito o autor à respectiva ação penal.

Emissão: ESPIRITO SANTO, 02/12/2009 as 17:27:03

Valido até: 01/01/2010

Codigo de Controle: 3380.3021.4525.0353

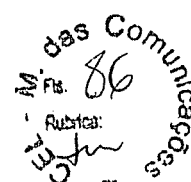
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCES.

000077  
Min. das Comunicações  
M. Ps. 85  
Rubrica: [assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

[Assinaturas manuais]

000078



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

## 2.4 - Certidão negativa de Pedido de Falência, Recuperação Judicial e Concordata (subitem 5.3.)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DA CAPITAL  
2ª CONTADORIA

000079

das Comunicações  
Fls. 84  
Rubrica:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

8 FEB 2012



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

*CÁSSIA OTÍLIA FURTADO MAGALHÃES, 2ª Contadora, Distribuidora, Partidora e depositária Pública de Vitória, Comarca da Capital, competente para as Varas das Fazendas Públicas Estaduais e Municipal, Falências e Concordatas, 10ª, 11ª, 12ª Varas Cíveis, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Privativa das Execuções Fiscais, por nomeação na forma da lei, etc...*

**CERTIFICA** que consultando o Sistema Integrado de Gerenciamento de Processos do Poder Judiciário, destinado ao registro de ações e/ou processos da **VARA DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL**, verificou que nos últimos dez anos **nada consta** contra **TELEVISÃO COSTA-BRANCA LTDA, CNPJ: 11.042.517/0001-60**.

**O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.**

*Vitória (ES), quinta-feira, 12 de novembro de 2009.*

*Eu, Cássia Otília Furtado Magalhães, 2ª. Contadora de Vitória, que subscrevo.*

**CÁSSIA OTÍLIA FURTADO MAGALHÃES**  
Contadora  
Mat. nº 35.794-01

*Cássia Otília Furtado Magalhães  
2ª Contadora*

**COPIA XEROX**  
**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO**  
Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original, autenticado nos termos do Dec. Lei 2148 de 25/04/40.

Vitória (ES), 16 NOV. 2009

Rua Duque de Caxias,  
Centro - Vitória - ES  
Tel. (27) 3223-0650 - (27) 3223-0651


Selo de Fiscalização  
NOTAS E REGISTROS  
PODER JUDICIÁRIO  
Estado do Espírito Santo



2ª CONTADORIA - End.: FÓRUM DES. JOSÉ MATHIAS DE ALMEIDA NETO  
Rua Pedro Palácios, 105 - Cidade Alta - Vitória/ES - CEP 29.015-160  
Telefone: 3223.44.22 - ramal 216

ALY 25270



[Voltar](#) [Imprimir Página](#)

PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

**CERTIDÃO**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

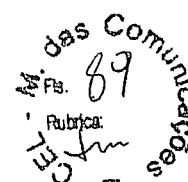
A Corregedoria-Geral da Justiça **Certifica** que, a Comarca da Capital é constituída pelos Juízos de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, todos de Entrância Especial. Na Comarca da Capital existem 07 (sete) cartórios de Protesto de Títulos e Letras, assim distribuídos: 01 (um) em Vitória, 02 (dois) em Vila Velha, sendo da 1ª. Zona, e 01 (um) da 2ª. Zona, 01 (um) em Cariacica, 02 (dois) na Serra, sendo 01 (um) da 1ª. Zona, e 01 (um) da 2ª. Zona, 01 (um) em Viana, **Certifica**, outrossim, que no Juízo de Vitória, existem duas Contadorias e de acordo com a Resolução nº **008/2000**, publicada no Diário da Justiça de **24/01/2000**, **estão afetos à 1ª Contadoria**, os feitos de competências das Varas Cíveis, da Vara de Órfãos e Sucessões, da Varas de Família, das Varas Criminais, das Varas dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e **estão afetos à 2ª Contadoria**, os feitos da competência das Varas da Fazenda Pública Estadual, da Vara da Fazenda Pública Estadual Privativa das Execuções Fiscais, da Vara da Fazenda Pública Municipal, da Vara dos Registros Públicos, da Vara do Meio Ambiente, da Vara do Consumidor, da Vara de Acidentes do Trabalho e da Vara de Falência e Concordata. **Certifica**, ainda, que a referida Vara especializada em **Falência e Concordata** é competente para processar e julgar os feitos dos Juízos de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana. **Certifica**, finalmente, que nos demais Juízos da Comarca da Capital, existem 04 (quatro) Cartórios do Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público, assim discriminados: **01 (um) em Vila Velha, 01 (um) em Cariacica, 01 (um) na Serra, 01 (um) em Viana.**

Emitido às **06:12:57** do dia **11/12/2009**.  
Válido até **10/01/2010**.

A veracidade das informações contidas neste documento eletrônico deverá ser verificada no site **<http://www.cgj.es.gov.br>**.



~~000081~~

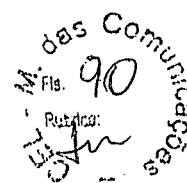


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

### 3- Regularidade Fiscal (5.4)

~~000082~~



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

3.1 - Prova de inscrição no  
Cadastro Nacional de  
Pessoa Jurídica - CNPJ/MF  
(subitem 5.4a)



000083

das Comunicações  
RFB 91  
Rubrica:  
[assinatura]

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

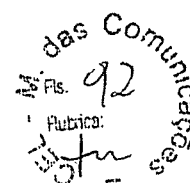
08 FEV 2012

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>11.042.517/0001-60</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>08/07/2009</b>
NOME EMPRESARIAL <b>TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA</b>			
LOGRADOURO <b>AV HOLDERCIM</b>	NÚMERO <b>1061</b>	COMPLEMENTO <b>SALA 103</b>	
CEP <b>29.168-020</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CIVIT II</b>	MUNICÍPIO <b>SERRA</b>	UF <b>ES</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>08/07/2009</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.  
Emitido no dia **30/11/2009** às **15:14:02** (data e hora de Brasília).

Voltar

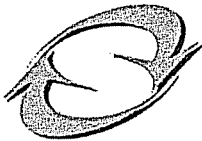

000084



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

## 3.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual

Several handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page. There are approximately six distinct marks, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

	<b>SINTEGRA/ICMS</b> <b>Consulta Pública ao Cadastro</b>	
---	---	---

000985  
M. das Comunicações  
Fls. 93  
Folha: 1

Cadastro atualizado até: 11/12/2009

## IDENTIFICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA

CNPJ:	11.042.517/0001-60	Inscrição Estadual:	082.677.18-2
Razão Social :	TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA		

## ENDEREÇO

Logradouro:	RUA HOLDERCIM		
Número:	1061	Complemento:	SALA 103
Bairro:	CIVIT II		
Município:	SERRA	UF:	ES
CEP:	29168-066	Telefone:	(27)3348-6550

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica:	ATIVIDADESDE TELEVISAO ABERTA
Data de Início de Atividade:	11/12/2009
Situação Cadastral Vigente:	HABILITADO
Data desta Situação Cadastral:	11/12/2009
Regime de Apuração:	ORDINARIO

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo contribuinte, estando sujeitos a posterior confirmação pelo Fisco.

Data da Consulta: 11/12/2009

VOLTAR

000088



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

### 3.3 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal


Several handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page. There are approximately six distinct marks, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

**Prefeitura Municipal da Serra**  
**Espelho de Cadastro Mobiliário**

000087

Emissão: 11/12/2009 11:10:19

Página: 1 de 1

<b>Inscrição Fiscal</b> 1 - 390.496-2	<b>Data Lançamento</b> 08/07/2009	<b>Data Desativação</b>	
<b>Endereço da Inscrição</b> R HOLDERCIM, 1061 - SALA 103 CIVIT II - SERRA - ES Cep : 29.168-020			
<b>Contribuinte Principal</b> TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA		<b>Documento Contribuinte</b> CNPJ nº 11042517000160	
<b>Endereço do Contribuinte Principal</b> R HOLDERCIM, 1061 - SALA 103 CIVIT II - SERRA - ES Cep : 29.168-020		SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Ministério das Comunicações <b>CONFERE COM O ORIGINAL</b> 08 FEV 2012	
<b>Sócio(s)</b>			
Nome / Razão Social HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES LUIZIO ALVES NETO		Documento CPF nº 13047019720 CPF nº 44404689187	Data Entrada 08/07/2009 08/07/2009
<b>Contador(es)</b>			
Nome / Razão Social JOSE CARLOS ZAMPROGNO		Documento CPF nº 31779077734	Data Entrada 09/07/2009
<b>Informações Cadastrais</b>			
Capital Social: 10.000.000,00 Documento Origem: 65253/2009 Inscricao de IPTU: 10809094 Situação Cadastral: Ativa Situação Taxa Fiscalização: Normal Situação Taxa Publicidade: Normal		Certidão Corpo Bombeiro: Nº 146397/09-VÁL.15/01/2010 Esporádico: Não Localizado: Sim Situação ISS: Normal Situação Taxa Localização: Normal Substituto Tributário: Não	
<b>Atividade(s) Exercida(s)</b>			
Código 6021-7/00	Descrição Atividades de televisão aberta	Data Inicio 08/07/2009	Data Fim
<b>Publicidade(s)</b>			
Descrição Publicidade em estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prest	Qtde 1	Data Cadastro 16/11/2009 16:2	Data Referencia 08/07/2009
<b>Histórico</b>			
Tipo Histórico: Cadastramento Processo: 00.065.253/2009 Registrado em: 16/11/2009 16:25:33 Observação: Registro efetuado através da Ficha nº 46606		Data Referência: 08/07/2009 Documento: Por: MARISTELA RIBEIRO BRAGA	
Observações: - Dados referente a 11/12/2009			

000088  
das Comunicações  
N.º 96  
Publica:  
CEL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

3.4 - Prova de regularidade  
relativa à Seguridade  
Social (subitem 5.4b)

*[Handwritten signatures and initials]*





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**  
**E ÀS DE TERCEIROS**

Nº 235452009-07001110

Nome: TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA  
CNPJ: 11.042.517/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Esta certidão, emitida em nome da matriz é válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa do INSS, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as inscrições em Dívida Ativa da União, administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão tem as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, e alterações, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples, inclusive a decorrente de cisão total, fusão ou incorporação.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

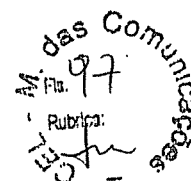
Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida em 16/11/2009.  
Válida até 15/05/2010.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

000089



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

~~000000~~



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

3.5 - Prova de regularidade  
relativa ao Fundo de  
Garantia por Tempo de  
Serviço - FGTS  
(subitem 5.4c)

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 11042517/0001-60  
**Razão Social:** TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA  
**Endereço:** AV HOLDERCIM 1060 SALA 103 / CIVIT II / SERRA / ES / 29168-020

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 14/12/2009 a 12/01/2010

**Certificação Número:** 2009121409545218283843

Informação obtida em 14/12/2009, às 10:00:31.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

000291  
M. das Comunicações  
M. Rs. 99  
Rubrica:  
[Assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012  
[Assinatura]

[Assinaturas]

~~000092~~

Min. das Comunicações  
M. Fis. 100  
Rubrica: [assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

### 3.6 - Certidões Negativas de Débitos com a Fazenda Nacional (subitem 5.4d)

[Assinaturas manuscritas]



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

000093



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA**  
CNPJ: **11.042.517/0001-60**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007  
Emitida às 08:01:17 do dia 12/11/2009 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/05/2010.

Código de controle da certidão: **258A.5446.F2EF.F3B0**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

000084



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

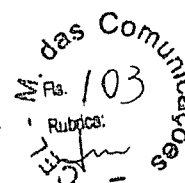
### 3.7 - Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual - (subitem 5.4d)



Estado do Espírito Santo  
Secretaria de Estado da Fazenda

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

000095



Certidão N° 2009787662  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

Identificação do Requerente: CNPJ N° 11.042.517/0001-60

08 FEV 2012

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto n° 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

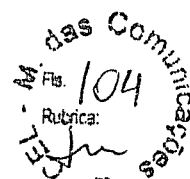
Certidão emitida em 11/12/2009, válida até 11/03/2010.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço [www.sefaz.es.gov.br](http://www.sefaz.es.gov.br) ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 11 de Dezembro de 2009.

Autenticação eletrônica: 15261.644B.0FCE1

000096



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

### 3.8 - Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal (subitem 5.4d)

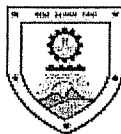


000097

Imprimir

Cancelar

Comunicações  
N.º 105  
Rubrica:  
[assinatura]



**Prefeitura Municipal da Serra**  
Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Administração Tributária

Data Emissão: 17/11/2009

**Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal**

**Nº Certidão**  
034.672-65/2009

**Certidão Gerada Em**  
17/11/2009

**Data Validade**  
16/01/2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
**CONFERE COM O ORIGINAL**

**Dados Pessoais**

Nome: TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA  
Documento: CNPJ nº 11042517000160  
Endereço: R HOLDERCIM, 1061 - SALA 103 CIVIT II - SERRA - ES Cep : 29.168-020

08FEV 2012

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão, é certificado que não constam em seu nome, nesta data, débitos com a Fazenda Municipal.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet no endereço [www.serra.es.gov.br](http://www.serra.es.gov.br)

Certidão emitida com base no art. 177, §2º da Lei 2662 de 29 de dezembro de 2003, Código Tributário Municipal (CTM).

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Serra, 17 de Novembro de 2009

[Assinaturas manuscritas]

000095



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

### 3.9 Código de Organização e Divisão Judiciárias Jurisdição das varas de execuções penais do Estado do Espírito Santo

**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS  
JURISDIÇÃO DAS VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS**

Para efeitos das execuções penais fica o Estado do Espírito Santo dividido em Regiões, na forma abaixo:

SEDES	BARRA DE SÃO FRANCISCO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	COLATINA	LINHARES	SÃO MATEUS	VIANA	VILA VELHA
1	ÁGUA DOCE DO NORTE	ALEGRE	BAIXO GUANDU	ARACRUZ	BOA ESPERANÇA	AFONSC CLÁUDIO	ALFREDO CHAVES
2	ÁGUIA BRANCA	APIACÁ	GOVERNADOR LINDENBERG	FUNDÃO	CONCEIÇÃO DA BARRA	BREJETUBA	ANCHIETA
3	ALTO RIO NOVO	ATÍLIO VIVÁQUA	ITAGUAÇU	IBIRAÇU	JAGUARÉ	CONCEIÇÃO DO CASTELO	CARIACICA
4	ECOPORANGA	BOM JESUS DO NORTE	ITARANA	JOÃO NEIVA	MONTANHA	DOMINGOS MARTINS	GUARAPARI
5	MANTENÓPOLIS	CASTELO	MAFILÂNDIA	RIO BANANAL	MULRICI	IBATIBA	ICONHA
6	SÃO GABRIEL DA PALHA	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	PANCAS	SOCRETAMA	NOVA VENÉCIA	IRUPI	PIÚMA
7	VILA VALÉRIO	DORES DO RIO PRETO	SÃO ROQUE DO CANAÃ		PEDRO CANÁRIO	UNA	
8		GUAÇUI	SANTA TERESA		PINHEIROS	ARANJA DA TERRA	
9		IBITIRAMA	SÃO DOMINGOS DO NORTE		PONTO BELO	MARECHAL FLORIANO	
10		ITAPEMIRIM			VILA PAVÃO	MUNIZ FREIRE	
11		JERÔNIMO MONTEIRO				SANTA MARIA DE JETIBA	
12		NARATAIZES				SANTA LEOPOLDINA	
13		NIMOSO DO SUL				SERRA	
14		MUQUI				VENDA NOVA DO IMIGRANTE	
15		PRESIDENTE KENNEDY				VITÓRIA	
16		RIO NOVO DO SUL					
17		SÃO JOSÉ DO CALCADO					
18		VARGEM ALTA					

6 8 FEV 2012

SERVIÇO JUDICIAL FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONTÉM O ORIGINAL

002/93  
das Comunicações  
P. 107  
R. 135



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE VIANA-ES  
PRIVATIVA DAS EXECUÇÕES PENAIS

00-100

Min. das Comunicações  
N.º 100  
Rubrica:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

**CERTIDÃO**

08 FEV 2012



**MERY RUTH RICAS DE OLIVEIRA,**  
Chefe de Secretaria da Segunda Vara  
Criminal de Viana-ES, Privativa das  
Execuções Criminais, por nomeação  
na forma da Lei, etc...

**C E R T I F I C A**, apedido da parte interessada e para os devidos fins que, compulsando os registros cartorários no **SIEP**, restou verificado que **NÃO CONSTA GUIA DE EXECUÇÃO REGISTRADA** nesta Segunda Vara Criminal da Comarca de Viana - Privativa das Execuções Criminais, desde sua criação em 26/06/2006, em desfavor do Sr **MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO**, filha de Octávio Arpini e de Olga Pulcheira Arpini, portadora da CI n.º 444.352 SPT/ES e inscrita no CPF sob o n.º 726.888.587-34.

O referido é verdade e dou fé.

Viana/ES, 14 de dezembro de 2009.

**MERY RUTH RICAS DE OLIVEIRA**  
Chefe de Secretaria

CARTÓRIO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DE VIANA-ES  
Rua Major Domingos Vicente, nº 70, Viana Sede  
Viana/ES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Comunicações  
109  
Rubrica  
CEL

**ATA DE REUNIÃO Nº 184/2009**

**SESSÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO,  
PROPOSTA(S) TÉCNICA(S) E PROPOSTA(S) DE PREÇO(S)**

**CONCORRÊNCIA Nº 067/2009/CEL/MC**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

**SERVIÇO: TV – CANAL 18**

**CONFERE COM O ORIGINAL**

**08 FEV 2012**

**LOCALIDADE: MOSSORÓ/RN**

Em, 16 de dezembro de 2009, quarta-feira, às 09h00 (nove horas), no salão nobre, subsolo do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de recebimento dos invólucros contendo a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço dos interessados na licitação acima identificada, conforme publicação no DOU de 30 de novembro de 2009, Seção "3", Número 228, Página 158, sendo desenvolvidas as atividades a seguir: (1) Assinatura da lista de presença dos representantes legais das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, que será anexada à presente Ata, que ficou a disposição dos interessados das 08h00 (oito horas) às 09h00 (nove horas), bem como distribuição dos crachás respectivos. (2) Convocação das licitantes para entrega dos Invólucros à Comissão pela ordem da aludida lista de presença, qual seja: 1 – **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA.**, CNPJ nº 07121466/0001-94, 2 – **TELEVISÃO POTIGUAR LTDA.**, CNPJ nº 11327417/0001-80, 3 – **RA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, CNPJ nº 10401129/0001-65, 4 – **TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**, CNPJ nº 11042517/0001-60, 5 – **TELEVALE TELEVISÃO VALE DO IPOJUCA LTDA.**, CNPJ nº 11371749/0001-61, 6 – **SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIAOM LTDA.**, CNPJ nº 11360960/0001-89, 7 – **SPC-SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, CNPJ nº 07628934/0001-11, 8 – **UNICOM-UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA.**, CNPJ nº 11357827/0001-73, 9 – **REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA.**, CNPJ nº 58832528/0001-07, 10 – **SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, CNPJ nº 11345012/0001-74, 11 – **TV CIDADE LTDA.**, CNPJ nº 07185170/0001-37, 12 – **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA.**, CNPJ nº 06178113/0001-68, 13 – **NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.**, CNPJ nº 08797923/0001-28, 14 – **TELEVISÃO RESISTÊNCIA LTDA.**, CNPJ nº 11337898/0001-04, 15 – **REDE ELLO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA.**, CNPJ nº 11357800/0001-80, 16 – **RÁDIO PRINCESA DO VALE LTDA.**, CNPJ nº 08085045/0001-18. (3) Rubrica em todas as partes coladas dos envelopes contendo as Documentações de Habilitação e as Propostas Técnicas e de Preço pelos membros da Comissão e pelos representantes legais das Proponentes, ou seus procuradores

*M. Domenici*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

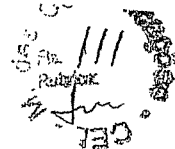
08 FEV 2012

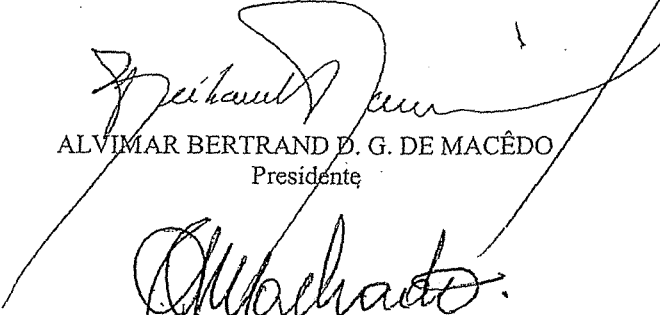
110  
730


legalmente constituídos. (4) Abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação das licitantes, conforme a ordem da lista de presença, e rubrica dos documentos respectivos pelos membros da Comissão e pela comissão eleita pelos representantes legais das Proponentes, ou seus procuradores legalmente constituídos, sendo verificada a seguinte quantidade de páginas por invólucro: 1) EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA., (42 páginas), 2) TELEVISÃO POTIGUAR LTDA., (45 páginas), 3) RA PARTICIPAÇÕES LTDA., (56 páginas), 4) TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA., (100 páginas), 5) TELEVALE TELEVISÃO VALE DO IPOJUCA LTDA., (43 páginas), 6) SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIAOM LTDA., (58 páginas), 7) SPC-SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA., (81 páginas), 8) UNICOM-UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA., (46 páginas), 9) REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA., (105 páginas), 10) SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA., (41 páginas), 11) TV CIDADE LTDA., (86 páginas), 12) EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA., (56 páginas), 13) NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA., (55 páginas), 14) TELEVISÃO RESISTÊNCIA LTDA., (41 páginas), 15) REDE ELLO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA., (28 páginas), 16) RÁDIO PRINCESA DO VALE LTDA., (55 páginas). (5) Os envelopes contendo as propostas, uma vez rubricadas, foram acondicionadas em envelopes do tipo *starlock* de números 4588119 (Propostas Técnicas) e 4587956 (Propostas de Preço), e ambos lacrados no malote de cor verde tipo *snapseal* sob o n.º 0009388, e mantidos sob a guarda da Comissão Especial de Licitação. (6) Foi comunicado aos proponentes que os documentos de habilitação rubricados nesta sessão serão escaneados e disponibilizados em meio magnético aos interessados em 02 (dois) dias úteis, sendo que os originais estarão disponíveis para vistas após sua análise por parte da Comissão Especial de Licitação, conforme o subitem 10.6 do Edital. (7) **O Presidente franqueou aos concorrentes a possibilidade de consignação em ata de qualquer manifestação.** (8) O Sr. Presidente determinou que fossem registradas em ata as seguintes intercorrências: a) O representante legal de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. exibiu o original do contrato social para a entrega dos invólucros. b) O representante legal de RÁDIO PRINCESA DO VALE LTDA. exibiu o original da carteira de identidade nº 306551/SSP/RN, para a entrega dos invólucros. c) O representante legal de UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA. exibiu o original do contrato social para a entrega dos invólucros. d) O representante legal de TV CIDADE LTDA. exibiu o original do contrato social para a entrega dos invólucros. e) O representante legal de REDE ELLO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA. exibiu somente procuração para a entrega dos invólucros. f) A Comissão Especial de Licitação propôs aos licitantes presentes a formação de comissão composta de 05 (cinco) concorrentes para assinatura dos documentos de habilitação, o que foi aceito sem nenhuma objeção, sendo indicadas pelos licitantes as seguintes pessoas: a Sra. MARIA LUCIA TENORIO DO NASCIMENTO, representando a licitante TELEVISÃO POTIGUAR LTDA.; a Sra. VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA, representando a licitante TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.; o Sr. SAULO COUTINHO DE LUCENA, representando a licitante TELEVALE TELEVISÃO VALE DO IPOJUCA LTDA.; a Sra. LUCIANA DE CAMPOS MACIEL, representando a licitante REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA.; e o Sr. NEDER MARIANO PEREIRA, representando a licitante TELEVISÃO RESISTÊNCIA LTDA. g) Os representantes legais das licitantes EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. e NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM DIGITAL LTDA., se ausentaram do recinto após a entrega dos invólucros, antes do término da sessão, sem que assinassem a presente ata. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 11h30 (onze horas e trinta minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes, ou por seus procuradores legalmente constituídos.




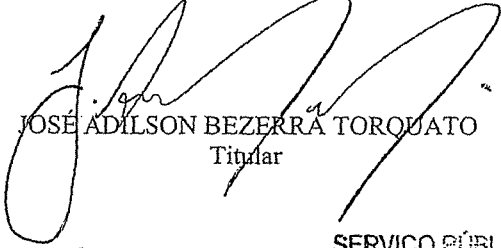
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente

  
ERIKO MENDES DOMENICI  
Vice-Presidente

  
EDMAR DE FREITAS MACHADO  
Titular

  
JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO  
Titular


Representantes ou Procuradores

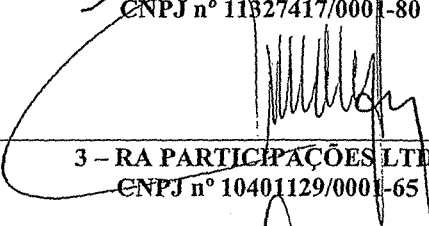
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

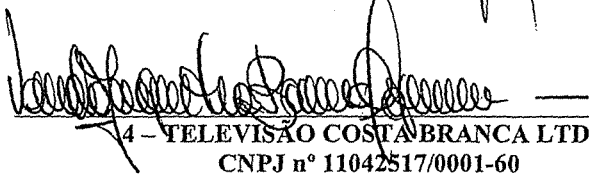
08 FEV 2012

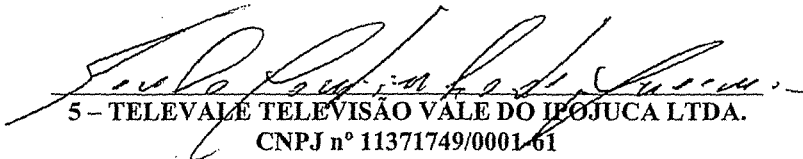
AUSENTE

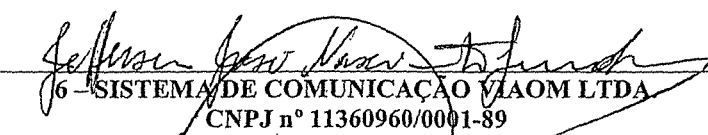
1 - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA.  
CNPJ nº 07121087534/0001-94


  
2 - TELEVISÃO POTIGUAR LTDA.  
CNPJ nº 11327417/0001-80

  
3 - RA PARTICIPAÇÕES LTDA.  
CNPJ nº 10401129/0001-65

  
4 - TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.  
CNPJ nº 11042517/0001-60

  
5 - TELEVALE TELEVISÃO VALE DO IPOJUCA LTDA.  
CNPJ nº 11371749/0001-61

  
6 - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIAOM LTDA  
CNPJ nº 11360960/0001-89

  
7 - SPC-SISTEMA PERNAMBUCANO  
DE COMUNICAÇÕES LTDA.  
CNPJ nº 07628934/0001-11



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Comunicações  
das  
Fis. 112  
Rúbrica  
CEL

4P-  
8 - UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA.  
CNPJ nº 11357827/0001-73

*[Assinatura]*  
9 - REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA.  
CNPJ nº 5883258/0001-07

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

*[Assinatura]*  
10 - SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA.  
CNPJ nº 11345012/0001-74

*[Assinatura]*  
11 - TV CIDADE LTDA.  
CNPJ nº 07185170/0001-37

*[Assinatura]*  
12 - EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA.  
CNPJ nº 04517416/0001-32

AUSENTE  
13 - NOSSA RÁDIO DE TERESINA LTDA.  
CNPJ nº 08797923/0001-28

14 - TELEVISÃO RESISTÊNCIA LTDA.  
CNPJ nº 11337898/0001-04

*[Assinatura]*  
Erlito M. Domenici  
CEL - MC

*[Assinatura]*  
15 - REDE ELLO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA.  
CNPJ nº 11357800/0001-80

*[Assinatura]*  
16 - RÁDIO PRINCESA DO VALE LTDA.  
CNPJ nº 08085045/0001-18



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL



FOLHA Nº 01/06

CONCORRÊNCIA Nº 067/2009-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 16/12/2009

SERVIÇO: TV - CANAL: 18

CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): MOSSORÓ- RN

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ	Nome do representante legal ou Procurador e CPF	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
1	EMPRESA DE RADIO DIFUSÃO URSA MAIOR LTDA 07121466/0001-94	ANTONIO MENDES DE BIANCOS FO 836754008-59			menesdobiancos 13@GMAIL.COM 44-33562051
2	TELEVISÃO POTIGUAR LTD 11.327.417/0001-80	MARIA LUCIA TENORIO DO NASCIMENTO 648165-31	 08-FEV-2012 CONFERE COM O ORIGINAL.		mgluc@terra com.br. 61) 32231608
3	RA PARTICIPAÇÕES LTDA 10.401.129/0001-65	ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA 010.759.691-15		 13 13	alexverano@ brturbo.com.br 61) 9986-2032

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL



FOLHA Nº 02/06

CONCORRÊNCIA Nº 067/2009-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 16/12/2009

SERVIÇO: TV - CANAL: 18

CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): MOSSORÓ-RN

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ	Nome do representante legal ou Procurador e CPF	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
4	TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. CNPJ nº	WANDA YAGUEIRA SILVA NOGUEIRA CPF nº R6.440.781-34			wandayagueira@global wandayagueira@ quadrante.com.br 61-33279264
5	TELEVALE - TELEVISÃO YARE DO IPOJUCA LTDA CNPJ 11371748-0001-61	SAULO COUTINHO DE LULEMA CPF. 075703414-49	 CONFERE COM O ORIGINAL 08 FEV 2012 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Ministério das Comunicações		LULEMA SAULO YAHOO.COM.BR 61-337792 11-34354193 99752136
6	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIA OM LTDA CNPJ: M. 360.960/0001-89	JEFFERSON JOSÉ NASCI- MENTO GUEDES CPF: 046.722.634-28			jnguedes@hotmail. com (81) 8828-4084



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

FOLHA Nº 03/106

CONCORRÊNCIA Nº 067/2009-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 16/12/2009

SERVIÇO: TV - CANAL: 18

CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): MOSSORÓ- RN

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ	Nome do representante legal ou Procurador e CPF	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
7	SPC - Sistema Pernambucano de Comunicações LTda. CNPJ: 07.628.934/0001-11	Henrique Valença de Albuquerque CPF: 043.436.004-77			henrique@porto zero.com.br 81-8223-6801 81-3421-7542
8	UNICOM UNIAS COMU- nicas LTDA. CNPJ: 11.357.822/0001-73	MARCULO DA SILVA FERREIRA CPF: 168517.224-53	 08 FEV 2012		MARCULO@Porto zero.com.br. (81) 34697578 (81) 99717305
9	Rede 21 Comunicações Ltda. CNPJ: 11.827.578/0001-11	Liviana de Lima Maril CPF: 289.352.938-06		 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Ministério das Comunicações CONFERE COM O ORIGINAL	lmaril@siguei casco.com.br (11) 3409-489



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

FOLHA Nº 04/106

CONCORRÊNCIA Nº 067/2009-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 16/12/2009

SERVIÇO: TV - CANAL: 18

CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): MOSSORÓ- RN

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ	Nome do representante legal ou Procurador e CPF	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
10	SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO 11.345.012/0001-74	FERNANDO EUGENIO MEDIOS MARINO 202305163-00			FERNANDEUGENIOHA TECPA.COM.BR (84) 9149 9419-134
11	TV CIDADE LTDA 07.185170/0001-37	VINÍCIOS 07. AFFANIO CASTRO ALVES CPF: 69.717.953-34			85 99867230 vtecep@hotmail.com
12	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA	RICARDO RACHELO DA SILVA CPF: 645.814.474-72			RICARDO@SISTEMACORREIO. COM.BR (83) 3216 5103 945 3950



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

FOLHA Nº 05/06

CONCORRÊNCIA Nº 067/2009-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 16/12/2009

SERVIÇO: TV - CANAL: 18

CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): MOSSORÓ-RN

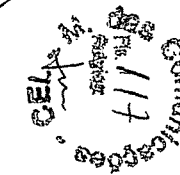
Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ	Nome do representante legal ou Procurador e CPF	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
13	NOSSA RADIO DE TERESINA FM LTDA. 08.777.923-0001 23	ALEXANDRE HENRIQUE COSTA DIAS 016.652.427-10			ALEXANDRE HENRIQUE O EG.com.br 21-7397-3353
14	TELEVISÃO RESISTÊNCIA LTDA 11.337.898/0001-04	NEDER MARIANO SERRA 201.358.744-49			(67)8403-2734 ENG.NEDER@notruaiz com
15	REDE ELIO BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA. 11.357.870/0001-80	EMIR BAUCCH FILHO 162.679.401-49			emirbaucchi@ terra.com.br (62)9298-2662

08 FEV 2012

CONFERE COM O ORIGINAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL



FOLHA Nº 06/06

CONCORRÊNCIA Nº 067/2009-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 16/12/2009

SERVIÇO: TV - CANAL: 18

CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): MOSSORÓ-RN

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ	Nome do representante legal ou Procurador e CPF	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
16	RADIO PRINCEZA DO VAL LTDA. 08085045/0001-18	MILTON MARQUES MEDEIROS 020.166.488-49			MILTON@TCM10 COM-62 ivan.pct@vcl.com.br (084) 3315.0700
<div>CEL 118 Comunicações</div> <div>SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Ministério das Comunicações CONFERE COM O ORIGINAL 08 FEV 2012</div>					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



**AValiação de documentação de habilitação**  
**N.º 210 2009**

**PROCESSO** : 53000 063153/2009-71

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

**LICITANTE** : TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.

CONFERE COM O ORIGINAL

**CONCORRÊNCIA** : 067/2009-CEL/MC

08 FEV 2012

**LOCALIDADE** : MOSSORÓ-RN

**DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À PROPONENTE**

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
4.1	Pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras.	X	-	-	13/ 17	-
4.1	Com sede e administração no País.	X	-	-	13/ 17	-
4.1	Com pelo menos 70% do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	X	-	-	13/ 17	-
4.1.1	Participação de capital estrangeiro de acordo com a Lei n.º 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que possuam participação direta ou indireta de estrangeiros em seu capital social).	-	-	X	-	-
4.2.1	Recadastrada conforme Portaria MC n.º 447/2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).	-	-	X	-	-
5.1.1	Ato constitutivo em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrado na repartição competente.	X	-	-	13/ 17	-
5.1.1	Ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data de recebimento da documentação e propostas (dispositivo aplicado somente a Sociedades Anônimas – S/A).	-	-	X	-	-
5.1.1.1	Atividade de execução de serviços de radiodifusão dentre os objetivos sociais.	X	-	-	13	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Min. das Comunicações  
N.º 120  
Rubrica: [assinatura]

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.1.2	Ata de eleição da Diretoria (dispositivo aplicado somente a Fundações).	-	-	X	-	-
5.1.1.3	Atos constitutivos de todos os sócios pessoas jurídicas, até que se comprove a observância do art. 2º da Lei 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu quadro societário).	-	-	X	-	-
5.1.1.4	Documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante da Proponente (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu quadro societário).	-	-	X	-	-
5.1.3	Declaração conforme Anexo I.	X	-	-	24	-
5.1.4	Declaração conforme Anexo II.	X	-	-	26	-
5.1.7	Alvará de funcionamento ou documento congênere.	X	-	-	57	-
5.2.1	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou do exercício anterior caso não tenha transcorrido o prazo legal de sua divulgação (dispositivo aplicável somente a licitantes em atividade).	-	-	X	-	-
5.2.2	Balanco de abertura (dispositivo aplicável somente a licitantes inativas ou constituídas há menos de um ano).	X	-	-	60	-
5.2.3, 5.2.3.1 e 5.2.3.1.1	Carta de fiança bancária emitida em favor da proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo, equivalente a 1% do valor mínimo previsto pela outorga, válida por 24 meses a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas (dispositivo não aplicável se a licitante optou por caução em dinheiro).	X	-	-	64/ 82	-
5.2.3 e 5.2.3.2	Caução em dinheiro equivalente a 1% do valor mínimo previsto pela outorga, feita junto à Caixa Econômica Federal em formulário específico (dispositivo não aplicável se a licitante optou por carta de fiança bancária).	-	-	X	-	-
5.2.5 "b"	Índice de solvência $\geq 1,0$	X	-	-	84	1





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

M. das Comunicações  
Fig. 121  
Publica: P

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.3	Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.	X	-	-	87/ 88	X
5.4 "a"	Prova de inscrição no CNPJ	X	-	-	91	-
5.4 "b"	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.	X	-	-	97	X
5.4 "c"	Prova de regularidade relativa ao FGTS.	X	-	-	101	X
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Nacional, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	101	X
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	103	X
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	105	X

**DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO SÓCIO ALUIZIO ALVES NETO**

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses.	X	-	-	20	X

**DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO SÓCIO HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES**

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses.	X	-	-	21	X



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Min. das Comunicações  
Fls. 122  
Rubrica: [assinatura]

**DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A SÓCIA MARIA DE FÁTIMA ARPINI  
CAMARGO (DIRIGENTE)**

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses.	X	-	-	19	-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	48	-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	48	-
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	39/ 40/ 42/ 43/ 44/ 45/	-
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	37 30/ 34/ 32	-
5.1.5	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	50/ 51/ 52/ 53/	-
5.1.5.2	Certidões de objeto e pé de ações ou de documentos equivalentes que revelem as situações processuais (dispositivo aplicável somente na hipótese de as certidões referidas no subitem 5.1.5 do edital conterem menção <i>positiva</i> ).	-	-	X	-	-
5.1.6	Prova de quitação com as obrigações eleitorais.	X	-	-	55	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



Com fundamento na análise apresentada, recomendo à Comissão Especial de Licitação que considere a TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. **HABILITADA** para a Concorrência /2009-CEL/MC

Brasília (DF), de de 2009.

RUSSIL DE BEM  
ASSISTENTE JURIDICO

Em 28 de Dez. de 2009.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Após exame do que constam dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO N.º 210 /2009 de fls. a . Consigne-se em ata própria a decisão tomada e publique-se.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

<sup>1</sup> IS = 5.000



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Min. das Comunicações  
N.º 124  
Rubrica: 9  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

ATA DE REUNIÃO Nº 002/2010


08 FEV 2012

Em, 04 de janeiro de 2010, segunda-feira, às 15h:15 (quinze horas e quinze minutos), na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na sobreloja do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R,” Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria-MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009 e suas alterações em conformidade, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D.G. de Macêdo, Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici (ausência justificada) e dos membros titulares Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de “**habilitação**” de proponentes, com relação à concorrência indicada a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1) O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os **resultados de análise de documentos de habilitação**, com a numeração constante desta Ata; (2) Após as devidas verificações a Comissão aprovou as conclusões contidas nos mencionados resultados assinando-as e adotando providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos integrantes da Comissão.

CONCORRÊNCIA (S) Nº(s)	AVALIAÇÕES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Nº(s)
067/2009-CEL/MC	169, 170, 171, 172, 173, 174, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 200, 201 e 210/2009

  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI  
Vice-Presidente

  
EDMAR DE FREITAS MACHADO  
Titular

  
JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO  
Titular



160

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 5, sexta-feira, 9 de janeiro de 2010

## ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº 061/2009-CEL/MC, Localidade de Arapiraca/AL

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA.	TV	53000.062518/09	HABILITADA
SISTEMA ALAGOANO DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	TV	53000.062524/09	HABILITADA
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	TV	53000.062510/09	HABILITADA
EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO URSAL	TV	53000.062511/09	HABILITADA
REDE AGRESTE-SERTÃO DE COMUNICAÇÃO LTDA.	TV	53000.062525/09	HABILITADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIAOM LTDA.	TV	53000.062522/09	HABILITADA
TELEVISÃO FENIX LTDA.	TV	53000.062515/09	HABILITADA
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO	TV	53000.062513/09	HABILITADA
UNICOM UNIAO COMUNICACAO LTDA.	TV	53000.062523/09	HABILITADA
ALAGUAS COMUNICACAO LTDA-ME	TV	53000.062527/09	HABILITADA
TELEVISAO PANAMERICANA LTDA.	TV	53000.062521/09	HABILITADA
SISTEMA REGIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	TV	53000.062517/09	HABILITADA
SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES LTDA.	TV	53000.062516/09	NAO HABILITADA
CORINGA TOUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.	TV	53000.062514/09	NAO HABILITADA
REDE XUDO DE COMUNICAÇÕES LTDA.	TV	53000.062519/09	NAO HABILITADA
SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA.	TV	53000.062520/09	NAO HABILITADA
TELEVALE - TELEVISAO VALE DO IPOJUCA LTDA.	TV	53000.062526/09	NAO HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na concorrência constante do anexo único.

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 11 a 15 de janeiro de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 18 de janeiro de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", c/c §5º, c/c art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº 066/2009-CEL/MC, Localidade de Umuarama/PR

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
COPY-SIMILE - REPRODUÇÕES GRAFICAS LTDA.	TV	53000.062857/09	HABILITADA
IDNA COMUNICACAO LTDA-ME	TV	53000.062851/09	HABILITADA
RADIO E TELEVISAO MRC LTDA.	TV	53000.062846/09	HABILITADA
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	TV	53000.062845/09	HABILITADA
SISTEMA ONIX DE COMUNICAÇÃO LTDA.	TV	53000.062860/09	HABILITADA
TERRA BRASIL COMUNICACAO LTDA.	TV	53000.062838/09	HABILITADA
XEIAS COMUNICACAO LTDA.	TV	53000.062848/09	HABILITADA
MARTINS FAYAD RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	TV	53000.062861/09	HABILITADA
TELEVISAO DIAMANTE LTDA.	TV	53000.062859/09	HABILITADA
REDE ELLO BRASIL COMUNICACAO LTDA.	TV	53000.062852/09	HABILITADA
OCAN COMUNICACAO DIGITAL SE LTDA.	TV	53000.062854/09	HABILITADA
EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO URSAL	TV	53000.062844/09	HABILITADA
MAIOR LTDA.	TV	53000.062849/09	HABILITADA
MERCES COMUNICACOES LTDA.	TV	53000.062855/09	HABILITADA
RADIO E TELEVISAO SUL LTDA.	TV	53000.062843/09	HABILITADA
TV REGIONAL LTDA.	TV	53000.062836/09	NAO HABILITADA
LD SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	TV	53000.062850/09	NAO HABILITADA
RICNOTÍCIAS RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	TV	53000.062853/09	NAO HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na concorrência constante do anexo único.

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 11 a 15 de janeiro de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 18 de janeiro de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", c/c §5º, c/c art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº 067/2009-CEL/MC, Localidade de Mossoró/RN

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA.	TV	53000.063153/09	HABILITADA
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA.	TV	53000.063152/09	HABILITADA
UNICOM UNIAO COMUNICACAO LTDA.	TV	53000.063156/09	HABILITADA
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	TV	53000.063155/09	HABILITADA
REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA.	TV	53000.063147/09	HABILITADA
RA PARTICIPAÇÕES LTDA.	TV	53000.063150/09	HABILITADA
TELEVISAO POTIGUAR LTDA.	TV	53000.063159/09	HABILITADA
TELEVISAO RESISTENCIA LTDA.	TV	53000.063158/09	HABILITADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIAOM LTDA.	TV	53000.063162/09	HABILITADA
SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA.	TV	53000.063163/09	HABILITADA
EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO URSAL	TV	53000.063161/09	HABILITADA
MAIOR LTDA.	TV	53000.063148/09	HABILITADA
REDE ELLO BRASIL COMUNICACAO LTDA.	TV	53000.063148/09	HABILITADA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010010800160

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

IRADJO PRINCESA DO VALE LTDA.	TV	53000.063160/09	NAO HABILITADA
TV CIDADE LTDA.	TV	53000.063149/09	NAO HABILITADA
SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA.	TV	53000.063154/09	NAO HABILITADA
TELEVALE - TELEVISAO VALE DO IPOJUCA LTDA.	TV	53000.063157/09	NAO HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na concorrência constante do anexo único.

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 11 a 15 de janeiro de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 18 de janeiro de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", c/c §5º, c/c art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº 068/2009-CEL/MC, Localidade de Aracaju/SE

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
TELEVISAO FENIX LTDA.	TV	53000.063447/09	HABILITADA
REDE ELLO BRASIL COMUNICACAO LTDA.	TV	53000.063433/09	HABILITADA
REDE XUDO DE COMUNICAÇÕES LTDA.	TV	53000.063439/09	HABILITADA
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	TV	53000.063430/09	HABILITADA
DIGITAL COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA.	TV	53000.063444/09	HABILITADA
TELEVISAO PANAMERICANA LTDA.	TV	53000.063440/09	HABILITADA
REDE SERGIPIANA DE COMUNICAÇÃO S/A	TV	53000.063448/09	HABILITADA
RADIO E TELEVISAO MASSA LTDA-ME	TV	53000.063449/09	HABILITADA
TELEVISAO ALTAMAR LTDA.	TV	53000.063446/09	HABILITADA
LIBERDADE COMUNICAÇÕES SERGIPI	TV	53000.063447/09	HABILITADA
CHTV TELEVISAO LTDA.	TV	53000.063436/09	HABILITADA
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO	TV	53000.063452/09	HABILITADA
REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA.	TV	53000.063445/09	HABILITADA
TELEVALE - TELEVISAO VALE DO IPOJUCA LTDA.	TV	53000.063451/09	NAO HABILITADA
SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES LTDA.	TV	53000.063438/09	NAO HABILITADA
REDE MARIA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	TV	53000.063437/09	NAO HABILITADA
TV ARANHA S/A	TV	53000.063443/09	NAO HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na concorrência constante do anexo único.

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 11 a 15 de janeiro de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 18 de janeiro de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", c/c §5º, c/c art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 5 de janeiro de 2010

## ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº 069/2009-CEL/MC, Localidade de Marília/SP

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
TELEVISAO FENIX LTDA.	TV	53000.063609/09	HABILITADA
TELEVISAO ANAX LTDA.	TV	53000.063607/09	HABILITADA
SISTEMA ADONAI DE COMUNICAÇÃO LTDA.	TV	53000.063606/09	HABILITADA
PILAR COMUNICAÇÃO LTDA.	TV	53000.063700/09	HABILITADA
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	TV	53000.063609/09	HABILITADA
TV OESTE PAULISTA LTDA.	TV	53000.063603/09	HABILITADA
FUNDACAO UNIESP DE TELECOMUNICAÇÃO	TV	53000.063604/09	NAO HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na concorrência constante do anexo único.

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 11 a 15 de janeiro de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 18 de janeiro de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", c/c §5º, c/c art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº 005/2009-CEL/MC, Localidade de Barra do Choça/BA

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
TOTAL COMUNICACAO PUBLICIDADE E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA.	FM	53000.061239/09	HABILITADA
FUNDACAO ESPIRITA ANDRE LUIZ	FM	53000.061237/09	HABILITADA
ANRE PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS LTDA.	FM	53000.061238/09	HABILITADA
REDE ELLO BRASIL COMUNICACAO LTDA.	FM	53000.061246/09	HABILITADA
EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO URSAL	FM	53000.061243/09	HABILITADA
MAIOR LTDA.	FM	53000.061244/09	NAO HABILITADA
JESUS DE NAZARÉ FM LTDA.	FM	53000.061245/09	NAO HABILITADA
CMO DE JEREMOABO FM LTDA.	FM	53000.061240/09	NAO HABILITADA
RADIO JEREMOABO FM LTDA.	FM	53000.061242/09	NAO HABILITADA
CHAVES FERNANDES LTDA.	FM	53000.061236/09	NAO HABILITADA
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	FM	53000.061235/09	NAO HABILITADA
PLANALTO DA CONQUISTA SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53000.061241/09	NAO HABILITADA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012  
P

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53000.063153/09 a documentação  
a seguir constituída de auto folhas,  
que assim numerei: 126 / 133  
Data: 28 / 01 / 2010  
Nome: Luiza  
Assinatura: P

EXMO. SR. DR. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE  
LICITAÇÃO – CEL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

5  
das Comunicações  
Fls. 126  
Rubrica  
CEL  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Concorrência 067/2009  
Processo: 53000.063153/2009  
Local: Mossoró/RN  
Serviço: TV

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASILIA - DF

53000 003315/2010-55

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

22/01/2010-09:46

**UNICON UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA.**, CNPJ 11.357.827/0001-73,  
com sede na Rua Ana Maira da Silva Brasileirinho, 77, Conjunto Residencial  
Antares, apt.º 202, bairro Maurício de Nassau, Caruaru, Pernambuco, CEP 55.014-  
325, vem por meio do seu procurador legalmente constituído, interpor

**RECURSO CONTRA DECISÃO**  
**DA CEL QUE DETERMINOU A HABILITAÇÃO**

da Proponente **TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**, na Concorrência  
067/2009, referente ao serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade de  
Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, com base nos fatos e fundamentos que  
passa a expor:

A decisão da CEL que determinou a Habilitação da Proponente acima, foi  
publicada no DOU de 08 de janeiro de 2010, tendo como prazo inicial para a  
interposição de recursos, o dia 18 de janeiro, e prazo final, o dia 22 de janeiro do  
corrente ano, o que torna o presente apelo protocolizado nesta data, tempestivo.

Em que pese todo o conhecimento jurídico e presteza na execução dos serviços da CEL, a decisão de habilitação da proponente Empresa de Comunicação Correio Ltda., deve ser revogada, tendo em vista que os seguintes pontos:

**1 – Ausência de juntada de Certidões expedidas pela Justiça Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos – Item 5.1.3 do Edital**

O Edital de Convocação estabelece a exigência de Certidões Cíveis e Criminais, Estadual e Federal, dos dirigentes da proponente, **em todos os locais de residência e de exercício de atividade econômica.**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério da Justiça  
CONFERE COM O ORIGINAL

E é de conhecimento meridiano que dentro do gênero Criminal incluem-se as Ações Criminais e as Execuções Criminais propriamente ditas.

08 FEV 2012

E o próprio edital estabelece no item 5.1.5.3. as razões para a apresentação das certidões Criminais, incluindo as Execuções, a saber:

"5.1.5.3. A Proponente, em decorrência das certidões a que se refere o subitem 5.1.5 será inabilitada:  
(...)  
c) diante do trânsito em julgado de sentença penal condenatória."

Portanto, é evidente que entre as certidões criminais apresentadas, deveriam constar também as certidões de distribuição de processos criminais, uma vez que essa certidão é a única capaz de demonstrar a existência ou não de processos penais. E dentre essa eventual relação de processos penais, é que é capaz de saber quais em quais desses já foram prolatados sentença, ainda que essa sentença não tenha sido executada pelas varas dos executivos penais.

Ora, diante do avassalador número de processos e do insuficiente número de servidores, é perfeitamente possível que em um processo criminal tenha sido prolatada sentença, mas que essa sentença ainda não tenha sido executada.





Nesse sentido, a Certidão que se refere unicamente a Distribuição de execuções penais, é falha e incompleta sobre a distribuição desses processos.

E assim se procedeu com a licitante, quando a mesma colacionou apenas a Certidão emitida pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Vitória, emitida em 13/11/2009 (fls. 42), quando essa Vara apresenta Competência apenas para processar e julgar as execuções penais, conforme Certidão de Fls. 41.

Portanto, a Certidão Criminal apresentada (fls. 42) não atinge a distribuição de processos, mas tão somente, a eventual execução de penas e/ou medidas alternativas, não cumprindo com as exigências estabelecidas no presente Edital.

Portanto, estando incompletas as certidões de fls. 41 e 42, não atendeu a licitante ao item 5.1.3. e 5.1.5.3. c) do Edital, razão pela qual a mesma deve ser declarada inabilitada.


## 2 - Conclusão

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Isto posto, requer a reforma da decisão da CEL que Habilitou a Proponente, para que diante das razões acima apresentadas, proceda com a conseqüente Inabilitação da Licitante Televisão Costa Branca Ltda.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.  
Recife, 20 de janeiro de 2010.

  
**Marcílio da Silva Ferreira**  
CPF 168.517.224-53

# PROCURAÇÃO

CEL. 129  
M. das Comunicações  
Rubrica

CEL. 129  
M. das Comunicações  
Rubrica

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

**UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.357.827/0001-73, com sede na cidade de Caruaru (PE), na Rua Ana Maria da Silva Brasileiro, nº 77, Conjunto Residencial Antares – Apto. 202 – bairro Maurício de Nassau, CEP 55.014-325, por meio de seus sócios administradores, os Srs. **IVAN DE BARROS FEITOSA**, brasileiro, empresário, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 1.650.553 SSP – PE e do CPF nº 188.969.444-49, residente e domiciliado na cidade de Caruaru (PE), na Rua Ana Maria da Silva Brasileiro, nº 77, Conjunto Residencial Antares – Apto. 202 – bairro Maurício de Nassau, CEP 55.014-325, **JOÃO BATISTA VIANA DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado, portador da Carteira de Identidade nº 2.789.612 SDS – PE e do CPF nº 412.759.694-53, residente e domiciliado na cidade de Caruaru (PE), na Rua Quinze de Novembro, nº 178, bairro Nossa Senhora das Dores, CEP 55.004-160, e **MARCELO FRANCISCO DA SILVA**, brasileiro, empresário, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 2.447.671 SSP – PE e do CPF nº 338.841.024-00, residente e domiciliado na cidade de Caruaru (PE), na Rua Caxambu, nº 118, bairro Divinópolis, CEP 55.014-080, nomeia e constitui seu bastante procurador **MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.320.462 SSP – PE e do CPF nº 168.517.224-53, com endereço comercial na cidade de Recife (PE), na Avenida Agamenon Magalhães, nº 2764, Sala 902, bairro Espinheiro, CEP 52.020-000, a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da **Concorrência nº 067/2009 CEL/MC**, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas,

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



**CARTÓRIO ROMA RECIFE**  
0º Ofício de Notas  
AUTENTICAÇÃO Conforme com o Original apresentado dou fé  
21 JAN 2012  
Carlos Alberto R. Roma Jr Substituto  
Robson Jerônimo B. de Lima Esc. Aut.  
Adalberto Matias de S. Mogno Esc. Aut.  
Ernesto Antônio Nunes Neto Esc. Aut.  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista nos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.



Caruaru (PE), 05 de dezembro de 2009.

4º CARTÓRIO  
3º Cartório de Notas

Ivan de Barros Feitosa  
CPF nº 188.969.444-49

4º CARTÓRIO

João Batista Viana da Silva  
João Batista Viana da Silva  
CPF nº 412.759.694-53

Marcelo Francisco da Silva  
CPF nº 338.841.024-00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

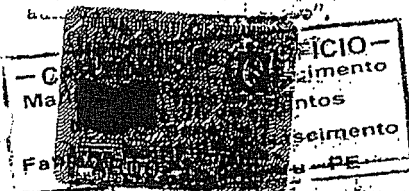
08 FEV 2012

Autógrafo Autógrafa a firma

João Batista Viana da Silva  
Marcelo Francisco da Silva

10 DEZ 2009  
Lm. C. de V. do

"Visto em 05 de dezembro de 2009"



TC 3º SERVIÇO NOTARIAL E DE PROTESTO Bel. Carlos Toscano

Rua dos Expedicionários, 122 - Caruaru - PE - 55.002-440 - Fone (81) 3722-4735 - Fax (81) 3721-2118

Reconhecimento por semelhança à firma de: IVAN DE BARROS FEITOSA; dou-  
to.

CARUARU/PE, 11 DE DEZEMBRO DE 2009. Em testemunho da verdade.

Op.: 5

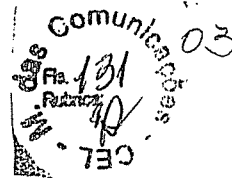
SILKA MELO DE OLIVEIRA  
Emol. R\$ 2,53 - TSNR R\$ 0,51 - Total R\$ 3,04 SUBSTITUTA



CARTÓRIO ROMA REGIFE  
Autenticação Conforme com  
o Original apresentado dou fé.

7 JAN 2010

Carlos Alberto R. Roma Jr. Substituto  
Robson Jerônimo B. de Lima Esc. Aut.  
Adalberto Matias de S. Magno Esc. Aut.  
Ernesto Antônio Nunes Neto Esc. Aut.  
IDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE  
LICITAÇÕES DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - MINICOM

Ref: Concorrência Pública nº 067/2009

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 003500/2010-40

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO  
22/01/2010-17:39

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

**REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA.**, empresa sediada à Rua Radiantes, nº 13, Jardim Guedala, na Capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 58.832.528/0001-07, vem à presença de V. Exa., com fundamento no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93, e item 18.1, I, do Edital da Concorrência em referência, apresentar seu **RECURSO ADMINISTRATIVO** diante da r. decisão que habilitou a empresa **TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**, o qual requer seja recebido e provido, com a reconsideração de referida decisão, ou, caso assim não ocorra, faça-o subir à autoridade superior, a quem se requer, desde já, a reforma da r. decisão da DD. Comissão e a declaração de inabilitação da empresa mencionada, como medida que se impõe ante os fundamentos a seguir expostos.

**I - DA NÃO APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES DOS ITENS 5.1 E 5.1.5 DO EDITAL**

A licitante ora Recorrida não poderia ter sido habilitada, porquanto o exame mais detido de sua documentação revela que não logrou comprovar sua



qualificação jurídica, pois, não apresentou as certidões em nome da empresa exigidas pelos itens 5.1 e 5.1.5 do Edital.

Dispõem os itens 5.1 e 5.1.5 do Edital:

*"5.1 – Para habilitar-se, a Proponente está obrigada a satisfazer as exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões e declarações a seguir especificados, original ou cópia autenticada."*

Serviço das Comunicações  
Município de Curitiba  
CONFERE COM ORIGINAL  
08 FEV 2012

*5.1.5 – Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos."*  
(destacamos)

O dispositivo editalício acima mencionado é claro ao determinar que a proponente deve satisfazer todas as exigências de habilitação, de forma que as certidões deveriam ter sido apresentadas também em seu nome.

Isso se justifica pelo fato de que a finalidade da exigência da documentação prevista no Edital é permitir que a situação da proponente seja examinada em seus aspectos jurídicos, técnicos, fiscais e econômicos.

Com efeito, é a proponente quem assumirá a responsabilidade pelo contrato decorrente desse certame, de modo que as informações relativas ao número e valor das eventuais ações que estejam tramitando nas Justiças Federal e Estadual, bem como o conhecimento sobre a existência de protestos contra ela, são de grande relevância para averiguar sua saúde financeira, inclusive, para avaliar sua capacidade de efetivamente arcar com o pagamento do valor da outorga, caso venha a sagrar-se vencedora da licitação.

Apenas a título de argumentação, não se poderia, sob qualquer hipótese, imaginar que a exigência que consta do referido item do Edital pudesse ser atendida apenas por meio da apresentação de documentos dos dirigentes da empresa, pois a menção a que as certidões devem ser *todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos* visa, tão somente, limitar a apresentação daqueles documentos quanto à sua localidade (residência e exercício de atividade econômica dos dirigentes) e ao tempo (últimos 05 anos).

Essa é a única interpretação possível para o atendimento à finalidade legal e editalícia relativa ao dever de aferição da qualificação econômico-financeira da proponente, o que, evidentemente, não seria possível se fossem apresentadas apenas as certidões relativas aos seus dirigentes.

Diante disso, a empresa deve ser inabilitada, pois não juntou todas as certidões exigidas nos itens 5.1 e 5.1.5 do Edital, referentes à pessoa jurídica.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

## II - DO PEDIDO

Pela força insuperável dos motivos de fato e direito acima expostos e face aos princípios e regras que norteiam a atuação da Administração Pública, deve o presente Recurso Administrativo ser provido para o fim de inabilitar a empresa TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA., em razão do descumprimento das exigências editalícias previstas nos itens 5.1 e 5.1.5, conforme especificado acima.

Nestes termos,

Pede deferimento.

São Paulo, 22 de janeiro de 2010

AFONSO HENRIQUE ARANTES DE PAULA

OAB/DF nº 22.868

Nesta data, anexei aos autos do processo de nº 53000.003153/09 a documentação a seguir constituída de 01 folhas, que assim numerai: 134

Data: 28 / 01 / 10

Nome: Janio J. Marques

Assinatura: [assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

18 FEV 2012  
R



116

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 FEV 2012

Comunicações  
174  
730

066/2009	PR	Umuarama	TV	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Martins Fayad Radiodifusão Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	DNA - Comunicação Ltda.-ME	Mercês Comunicações Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Xetas Comunicação Ltda.	Mercês Comunicações Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	DNA - Comunicação Ltda.-ME	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Xetas Comunicação Ltda.	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	DNA - Comunicação Ltda.-ME	Ocan Comunicação Digital SE Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Ocan Comunicação Digital SE Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Xetas Comunicação Ltda.	Ocan Comunicação Digital SE Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	DNA - Comunicação Ltda.-ME	Rádio 90.1 FM Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Xetas Comunicação Ltda.	Rádio 90.1 FM Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	DNA - Comunicação Ltda.-ME	Rádio e Televisão Sul Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio e Televisão Sul Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Xetas Comunicação Ltda.	Rádio e Televisão Sul Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	DNA - Comunicação Ltda.-ME	Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Xetas Comunicação Ltda.	Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	DNA - Comunicação Ltda.-ME	Rico Notícias Radiodifusão Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Xetas Comunicação Ltda.	Rico Notícias Radiodifusão Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	DNA - Comunicação Ltda.-ME	Sistema Onix de Comunicação Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Sistema Onix de Comunicação Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Xetas Comunicação Ltda.	Sistema Onix de Comunicação Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	DNA - Comunicação Ltda.-ME	Televisão Diamante Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Xetas Comunicação Ltda.	Televisão Diamante Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	DNA - Comunicação Ltda.-ME	Terra Brasil Comunicação Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Terra Brasil Comunicação Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Xetas Comunicação Ltda.	Terra Brasil Comunicação Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	DNA - Comunicação Ltda.-ME	TV Regional Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Rádio e Televisão MRC Ltda.	TV Regional Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Xetas Comunicação Ltda.	TV Regional Ltda.
066/2009	PR	Umuarama	TV	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Xetas Comunicação Ltda.

067/2009	RN	Mossoró	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Sistema de Comunicação Vinom Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Sistema Potiguar de Comunicação Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Televisão Costa Branca Ltda.	Sistema Potiguar de Comunicação Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Unicom União Comunicação Ltda.	Sistema Potiguar de Comunicação Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Televisão Costa Branca Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Unicom União Comunicação Ltda.	Televisão Costa Branca Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Televisão Potiguar Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Televisão Costa Branca Ltda.	Televisão Potiguar Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Unicom União Comunicação Ltda.	Televisão Potiguar Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Televisão Resistência Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Televisão Costa Branca Ltda.	Televisão Resistência Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Unicom União Comunicação Ltda.	Televisão Resistência Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Unicom União Comunicação Ltda.

#### ANEXO II RECURSOS CONTRA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Conc. N.º SSR/MC	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
067/2009	RN	Mossoró	TV	Rádio Princesa do Vale Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	SPC - Sistema Pernambucano de Comunicações Ltda.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC n.º 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação, nas(s) Concorrência(s) indicada(s) no(s) Anexo(s) I e II.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### ANEXO I

##### RECURSOS CONTRA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Conc. N.º SSR/MC	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente	Recorrida
068/2009	SE	Aracaju	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Empresa de Comunicação Correio Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	GBTV Televisão Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	GBTV Televisão Ltda.	Liberdade Comunicação Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Liberdade Comunicação Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Televisão Fênix Ltda.	Liberdade Comunicação Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Ocan Comunicação Digital SE Ltda.	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Ocan Comunicação Digital SE Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	GBTV Televisão Ltda.	Ocan Comunicação Digital SE Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	GBTV Televisão Ltda.	Rádio e Televisão Massa Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Televisão Fênix Ltda.	Rádio e Televisão Massa Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Rádio e Televisão Massa Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Televisão Fênix Ltda.	Rede 21 Comunicações Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	GBTV Televisão Ltda.	Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	GBTV Televisão Ltda.	Rede Xodó de Comunicações Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Rede Xodó de Comunicações Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	GBTV Televisão Ltda.	RSC - Rede Sergipana de Comunicação S/A
068/2009	SE	Aracaju	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	RSC - Rede Sergipana de Comunicação S/A
068/2009	SE	Aracaju	TV	GBTV Televisão Ltda.	Televisão Altamar Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Televisão Altamar Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	GBTV Televisão Ltda.	Televisão Fênix Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Televisão Fênix Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	GBTV Televisão Ltda.	Televisão Panamericana Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Televisão Panamericana Ltda.

#### ANEXO II RECURSOS CONTRA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Conc. N.º SSR/MC	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
068/2009	SE	Aracaju	TV	Rede Ilha de Comunicação Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	Santa Maria Participações Ltda.
068/2009	SE	Aracaju	TV	TV Aratu S/A

#### ANEXO II RECURSOS CONTRA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Conc. N.º SSR/MC	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
066/2009	PR	Umuarama	TV	Rico Notícias Radiodifusão Ltda.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC n.º 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação, nas(s) Concorrência(s) indicada(s) no(s) Anexo(s) I e II.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### ANEXO I

##### RECURSOS CONTRA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Conc. N.º SSR/MC	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente	Recorrida
067/2009	RN	Mossoró	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Empresa de Comunicação Correio Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Unicom União Comunicação Ltda.	Empresa de Comunicação Correio Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	SPC - Sistema Pernambucano de Comunicações Ltda.	Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Unicom União Comunicação Ltda.	Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	RA Participações Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Unicom União Comunicação Ltda.	RA Participações Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	RA Participações Ltda.	Rede 21 Comunicações Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Unicom União Comunicação Ltda.	Rede 21 Comunicações Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	RA Participações Ltda.	Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Rede 21 Comunicações Ltda.	Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	SPC - Sistema Pernambucano de Comunicações Ltda.	Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.
067/2009	RN	Mossoró	TV	Unicom União Comunicação Ltda.	Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010012900116

Documento assinado digitalmente conforme MP n.º 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53000.063153/09 a documentação  
a seguir constituída de 09 folhas,  
que assim numerai: 135 / 143  
Data: 12 / 02 / 2010  
Nome: Rogério Roberto de S.  
Assinatura: [assinatura]

Ministério das Comunicações  
CEL  
Rubrica: 125

Ilustríssimo Senhor

**DOUTOR ALVIMAR BERTRAND G. DE MACÊDO**

M.D. Presidente da Comissão Especial de Licitação  
do Ministério das Comunicações.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 005608/2010-77

SEPRODIOLOGICOLOG/CGRL/SPD

04/02/2010-17:47

Referência: Processo nº. 53000.063.153/2009-71

Protocolo nº. 53000.003.315/2010-55

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

A **TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.** com sede na Rua Holdercim, nº. 1.061, sala 103, Civit II, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, CNPJ nº. 11.042.517/0001-60, empresa licitante da Concorrência nº. 067/2009/CEL/MC, que tem como objeto a outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Senhoria, por seu representante legal abaixo assinado, apresentar impugnação ao recurso interposto pela proponente **UNICON UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA.**, contra a habilitação desta entidade no certame.

#### DOS FATOS.

1. Utilizando-se das prerrogativas da Lei nº. 8.666/1993 e do texto editalício, apresentou a proponente **UNICON UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA.**, recurso contra a decisão da Comissão Especial de Licitação, que tornou esta proponente habilitada.

*Handwritten signature*

2. Alegou, primordialmente, o seguinte:

- a. Que esta licitante deixou de apresentar a certidão criminal de distribuição de processos de Vitória, apresentando apenas a certidão emitida pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Vitória, emitida em 13/11/2009 (fls. 42), quando essa Vara apresenta competência para processar e julgar as execuções penais, conforme certidão de fls.41.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

DAS CONTRA-RAZÕES

3. Dispõe o artigo 15, § 5º alínea- "b" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - SRS:

"Art. 15. Para a habilitação exigir-se-á aos interessados documentação relativa a:

.....

§ 5º. A documentação relativa aos dirigentes consistirá em:

a).....

b) certidão dos cartórios distribuidores Cíveis e Criminais e de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;" (grifado)

5. O Edital em epígrafe contemplou o determinado pelo artigo 15 do RSR, no subitem 5.1.5. da seguinte forma:

"5.1.5. Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos."

6. Observa-se pelo texto editalício acima reproduzido, que a obrigatoriedade repousa na apresentação das certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal referentes a feitos cíveis e criminais dos locais onde o administrador

Uail Ruf

mantém ou manteve residências e exerce ou exerceu atividades econômicas nos últimos 05 anos.

7. Em obediência aos textos regulamentar e editalício, esta proponente anexou a sua documentação de habilitação, todas as certidões exigidas, inclusive a referente às ações cíveis e criminais, expedida pelo Juizado de Direito de Vitória, 1ª Contadoria, "CERTIDÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR" postada as FLS. 34, DO PROCESSO Nº.53000.063.153/2009-71.

8. No intuito de alijar o maior número possível de proponentes do certame, a presente licitante Recorrente analisou os autos do processo em questão de forma evasiva e irresponsável, alegando o inexistente.

9. Espernear com ações infundadas, com objetivos procrastinatórios, onera a Administração, lota o **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL** repartições públicas de processos e impede o **Ministério das Comunicações** certame prossiga de forma eficiente.

CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

#### DO PEDIDO

Diante do exposto, e tendo em vista que os motivos alegados pela **UNICON UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA**, não ensejam na exclusão desta licitante do certame por estarem em desarmonia com os fatos e com a Lei, espera esta Recorrida que seja acatados os termos da presente Impugnação por essa douta Comissão Especial de Licitação, e, conseqüentemente, seja mantida a decisão constante das folhas 160, da Seção 3, do Diário Oficial publicado em 08 de janeiro de 2010.

Serra - ES, 1º de fevereiro de 2010.



**MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO**

Administradora

CPF nº. 726.888.587-34

Ilustríssimo Senhor

**DOUTOR ALVIMAR BERTRAND G. DE MACÊDO**

M.D. Presidente da Comissão Especial de Licitação  
do Ministério das Comunicações.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 005609/2010-11

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPD

04/02/2010-17:47

Referência: Processo nº. 53000.063.153/2009-71  
Protocolo nº. 53000.003.500/2010-40

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

A TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. com sede na Rua Holdercim, nº. 1.061, sala 103, Civit II, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, CNPJ nº. 11.042.517/0001-60, empresa licitante da Concorrência nº. 067/2009/CEL/MC, que tem como objeto a outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Senhoria, por seu representante legal abaixo assinado, apresentar impugnação ao recurso interposto pela proponente **REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA.**, contra a habilitação desta entidade no certame.

## DOS FATOS.



1. Utilizando-se das prerrogativas da Lei nº. 8.666/1993 e do texto editalício, apresentou a proponente **REDE 21 DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, recurso contra a decisão da Comissão Especial de Licitação, que tornou esta proponente habilitada.

2. Alegou, primordialmente, o seguinte:

a. Que esta proponente deixou de apresentar as certidões constantes os itens 5.1 e 5.1.5 do Edital referentes à pessoa jurídica proponente.

SEMPRE PÚBLICO FEDERAL  
Sistema das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

## DAS CONTRA-RAZÕES

3. Dispõe o artigo 15, § 5º alínea "b" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR:

"Art. 15. Para a habilitação exigir-se-á aos interessados documentação relativa a:

.....

§ 5º. A documentação relativa aos dirigentes consistirá em:

a).....

b) certidão dos cartórios distribuidores Cíveis e Criminais e de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;" (grifado)

4. Determina o artigo 124, da Lei nº. 8666/1963:

"Art. 124. Aplicam-se às licitações e aos contratos para permissão ou concessão de serviços públicos os dispositivos desta Lei, **que não conflitem com a legislação específica sobre o assunto.**" (grifado)

5. Consoante ao dispositivo retro mencionado, o Edital em epígrafe contemplou o determinado pelo artigo 15 do RSR, no subitem 5.1.5. da seguinte forma:

"5.1.5. Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos

locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos."

5. Observa-se pelo texto editalício acima reproduzido, que a obrigatoriedade repousa na apresentação das certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal referentes a feitos cíveis e criminais dos locais onde o administrador mantém ou manteve residências e exerce ou exerceu atividades econômicas nos últimos 05 anos.

6. Mesmo porque, não poderia o Edital fugir das determinações contidas na legislação específica de radiodifusão, cujo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, neste sentido, teve a sua redação alterada pelo Decreto n°. 2.108, de 24 de dezembro de 1996.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

7. Além do que, a vinculação da Administração às normas e condições do Edital, que a lei qualifica, é estrita e acarreta pelo menos três consequências importantes:

- a) a discricionariedade da Administração para estabelecer o conteúdo do Edital transmuda-se em vinculação uma vez este publicado, passando a obrigar tanto o administrador quanto os competidores.
- b) O descumprimento de disposição editalícia, pela Administração, equivale à violação do direito subjetivo dos licitantes de se submeterem ao certame segundo regras claras, previamente fixadas, estáveis e iguais para todos os interessados.
- c) Para que o Edital vincule legitimamente a Administração e os licitantes, necessário é que todas as suas cláusulas e condições estejam de acordo com os princípios regentes da matéria e da lei, seguindo-se que o Edital não é peça tangível ao inteiro alvedrio da Administração.

Mil Puf

8. Vale ressaltar, que a competência vinculada decorre da submissão do Poder Público ao princípio da legalidade. Assim, a Comissão não dispõe de qualquer liberdade ou possibilidade de escolha de opção de conduta, pois seu agir encontra-se totalmente regrado pelos atos vinculados por si emitidos.

9. Outro ângulo que merece ser observado, é que a Administração não pode julgar de forma diferenciada adotando ou não o texto editalício conforme o caso, sem ferir o princípio da igualdade inscrito no preâmbulo da Constituição Federal que se aplica por inteiro ao procedimento licitatório.

10. Não resta a menor dúvida quanto à vinculação da Administração aos critérios por ela estabelecidos. Segundo a afirmação de Carlos S. de Barros Júnior, em *Das Concorrências*, RFDUSP, 62(2): 251. "De qualquer forma, a liberdade de apreciação, ainda quando a Administração se reserva expressamente esse direito, não poderá deixar de conter-se rigorosamente ao previsto nas cláusulas do Edital e normas legais".

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

#### DA LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ.

11. Verifica-se que sem qualquer amparo legal, a licitante **REDE 21 DE COMUNICAÇÕES LTDA.** vem tentando retirar do certame as demais proponentes, levantando suspeições e dúvidas acerca da idoneidade de suas concorrentes.

12 - Tal procedimento predatório é previsto no artigo 17 do Código de Processo Civil, como **litigância de má-fé**, assim definida pela professora Maria Helena Diniz:

*Maria Helena Diniz*



Comunicações  
Fig. 42  
Rubrica: [assinatura]  
CEL

"LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - Direito processual civil. Diz-se ato de deduzir pretensão ou defesa contra texto, expresso de lei ou fato incontroverso, **alterar a verdade dos fatos; usar do processo para conseguir objetivo ilegal; opor resistência injustificada ao andamento do processo; proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; provocar incidentes manifestamente infundados** ..."

13 - Litigâncias dessa natureza estão sendo punidas pelo Poder Judiciário, conforme já fixou o Pretório Excelso em diretriz jurisprudencial, cujo relator foi o Ministro Marco Aurélio (STF - 2ª Turma - Agravo Regimental em Agravo de Instrumento ou Petição nº. 146998 - DJ 19.3.93, p. 4284).

Ministério Público Federal  
Serviço de Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

"... frente ao descompasso entre a decisão impugnada e as razões do agravo, este transparece como sendo meramente protelatório."

08 FEV 2012

As razões dissociadas da matéria tratada no recurso afiguram-se meramente protelatórias, por submeter à Comissão de Licitação a análise de uma questão infundada, sem qualquer possibilidade de sucesso. O recurso, nessa circunstância, serve apenas à finalidade de abarrotar as prateleiras da Administração Pública, sem qualquer probabilidade de reforma da decisão. Aliás, sobre o tema versa a Súmula 284 do STF, de seguinte teor "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

14 - Da mesma forma decidiu o Tribunal de Alçada de São Paulo (2º TAC-SP-AP-s/REV 427.852 - 6º Cam - Rel. Juiz LAGRAS - TA NETO - j 22.3.95).

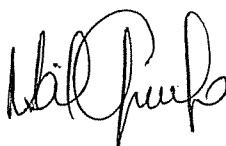
"Litigante de má-fé - recurso deduzindo questões já decididas e transitadas em julgado - caráter protelatório - caracterização - a interposição de vários recursos, sem êxito do recorrente, todos voltados contra a mesma matéria e, com agravante de serem, em sua maioria, cópia reprográfica, caracteriza abuso do direito postulatório."

[assinatura]

## DO PEDIDO

Diante do exposto, e tendo em vista que os motivos alegados pela Recorrente não ensejam na exclusão desta licitante do certame por estarem em desarmonia com os fatos, com a Lei, a doutrina e com a jurisprudência, espera esta Recorrida que seja acatados os termos da presente Impugnação por essa douta Comissão Especial de Licitação, e, consequentemente, seja mantida a decisão constante das folhas 160, da Seção 3, do Diário Oficial publicado em 08 de janeiro de 2010.

Serra - ES, 1º de fevereiro de 2010.




**MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO**

Administradora

CPF nº. 726.888.587-34

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



CEL.  
Rubrica: M3  
das Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53000063153/09 a documentação  
a seguir constituída de 144 folhas,  
que assim numerei: 144 / 149

Data: 12/5/10

Nome: Terquato

Assinatura: [Assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Min. das Comunicações  
Fls. 144  
Rubrica:

**INFORMAÇÃO MC/CEL/N.º 094/2010**

**CONCORRÊNCIA** : 067/2009-CEL/MC (MOSSORÓ/RN - TV)  
**PROCESSO** : 53000.063153/2009-71  
**RECORRENTE** : UNICON UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA  
**RECORRIDA.....**: TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.

- I -

Trata-se de recurso interposto por Unicon União Comunicação Ltda. (fls.126/130) contra a decisão desta Comissão Especial de Licitação que considerou a Televisão Costa Branca Ltda. habilitada na concorrência em epígrafe.

A Recorrente argumenta, em síntese, que “estando incompletas as certidões de fls. 41 e 42, não atendeu a licitante ao item 5.1.3 e 5.1.5.3 ‘c’ do Edital, razão pela qual a mesma deve ser declarada inabilitada”

A Recorrida impugnou o recurso interposto – fls. 135/137 - e declarou que “esta proponente anexou a sua documentação de habilitação, todas as certidões exigidas, inclusive a referente às ações cíveis e criminais, expedida pelo Juizado de Direito de Vitória, 1ª Contadoria, ‘Certidão Cível, Criminal e Auditoria Militar”

É o relatório do necessário, passo a opinar.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

- II -

O recurso e impugnação tempestivos, merecendo conhecimento.

Relativo ao objeto em questão, dispõe o edital 067/2009 o que se segue:

5.1.5 Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos.

(...)

5.1.5.3 A Proponente, em decorrência das certidões a que se refere o subitem 5.1.5 será inabilitada:

(...)

c) diante do trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Á folha 41 temos uma declaração da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo onde dispõe que a Comarca da Capital é constituída pelos juízos de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

M. das Comunicações  
Fls. 145  
Rubrica:

Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, todos de Entrância Especial. Sendo que na comarca da capital existe uma 5ª Vara Criminal de Vitória onde exerce a competência a elas atribuídas, no âmbito de todas as comarcas da capital de Entrância Especial, ou seja, a certidão apresentada à fl. 42, tem validade ampla já que exerce competência no âmbito de todas as comarcas da capital.

- III -

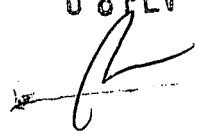
Diante o exposto sugiro conhecer e não prover o Recurso ora interposto, mantendo o ato da Comissão que habilitou a Televisão Costa Branca Ltda., nesta Concorrência 067/09, com relação ao serviço e localidades acima referenciadas.

É a proposta que ora submeto à apreciação do Presidente da Comissão Especial de Licitação.

Brasília/DF, 05 de maio de 2010.

  
**GIZELE CORRÊA DE ALENCAR**  
Assessora

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012  


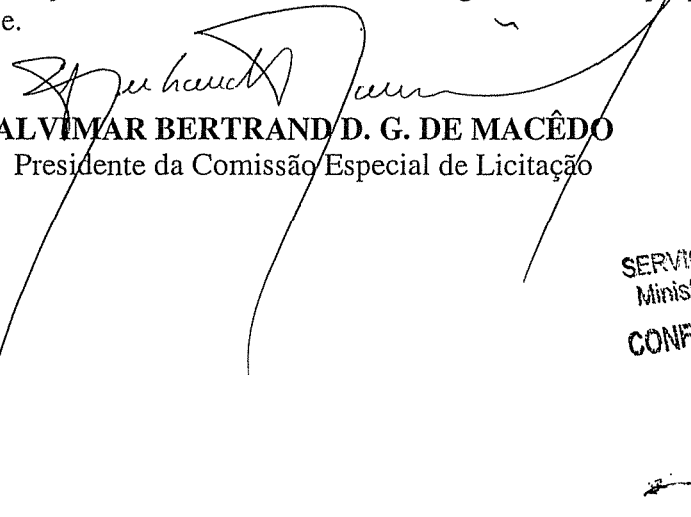


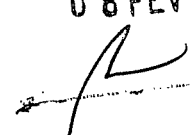
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Min. das Comunicações  
Fls. 146  
Rubrica:  
19/05

Em 05 de maio de 2010.

Após exame do que constam dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da informação de fls. a . Submeta-se à consideração do Senhor Ministro, e consigne-se em ata própria a decisão tomada e publique-se.

  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012  




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

M. das Comunicações  
N.º 147  
RJ/2009  
330

**INFORMAÇÃO MC/CEL/N.º 095/2010**

**CONCORRÊNCIA** : 067/2009-CEL/MC (MOSSORÓ/RN - TV)

**PROCESSO** : 53000.063153/2009-71

**RECORRENTE** : REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA.

**RECORRIDA.....**: TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

- I -

Trata-se de recurso interposto por Rede 21 Comunicações Ltda. (fls.131/133) contra a decisão desta Comissão Especial de Licitação que considerou a Televisão Costa Branca Ltda. habilitada na concorrência em epígrafe.

A Recorrente argumenta, em síntese, que “não apresentou as certidões em nome da empresa exigidas pelos itens 5.1 e 5.1.5 do edital”

A Recorrida impugnou o recurso interposto – fls. 138/143 - e declarou que “a obrigatoriedade repousa na apresentação das certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal referentes a feitos cíveis e criminais dos locais onde o administrador mantém ou manteve residências e exerce ou exerceu atividades econômicas nos últimos 05 anos”

É o relatório do necessário, passo a opinar.

- II -

O recurso e impugnação tempestivos, merecendo conhecimento.

Relativo ao objeto em questão, dispõe o edital 067/2009 o que se segue:

5.1 Para habilitar-se, a Proponente estará obrigada a satisfazer às exigências relativas a Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto n.º1, os documentos, certidões e declarações a seguir especificados, original ou cópia autenticada.

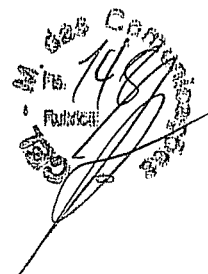
(...)

5.1.5 Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos.

A alegação apresentada pela Recorrente em relação às Certidões em nome da empresa não deve prosperar já que o subitem 5.1.5 não elenca esta exigência, e tão somente a apresentação de certidões em nome do(a) sócio(a) dirigente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



- III -

Diante o exposto sugiro conhecer e não prover o Recurso ora interposto, mantendo o ato da Comissão que habilitou a Televisão Costa Branca Ltda., nesta Concorrência 067/09, com relação ao serviço e localidades acima referenciadas.

É a proposta que ora submeto à apreciação do Presidente da Comissão Especial de Licitação.

Brasília/DF, 05 de maio de 2010.

  
**GIZELE CORRÊA DE ALENCAR**  
Assessora



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012








SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

das Com  
149  
Publica  
do

Em 05 de maio de 2010.

Após exame do que constam dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da informação de fls. a . Submeta-se à consideração do Senhor Ministro, e consigne-se em ata própria a decisão tomada e publique-se.

  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
C 8 FEV 2012  
R.

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53000.063193/09 a documentação  
a seguir constituída de 03 folhas,  
que assim numerei: 150 | 151 | 152  
Data: 18 | 05 | 10  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: OK



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CEL/MC  
150  
RUBRICADO  
CEL

ATA DE REUNIÃO Nº 202/2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

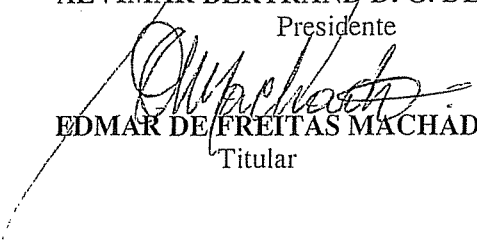
Em, 12 de maio de 2010, quarta-feira, às 15h:00 (quinze horas), na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na Sobreloja do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R,” Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, constituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo e Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros, Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de apreciar os trabalhos referentes à análise dos “**recursos e impugnações**” interpostos pelas licitantes, os quais compreenderam, entre outras atividades: (1) O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão as informações contendo a análise dos referidos **recursos e impugnações**. (2) Após a leitura dos documentos a Comissão aprovou o desenvolvimento e as conclusões contidas na(s) **Informação(ões) abaixo constantes desta Ata**, adotando as providências necessárias ao prosseguimento da presente licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e pelos integrantes da Comissão.


CONCORRÊNCIA Nº	PROCESSO(S) Nº(s)	INFORMAÇÃO(ÕES) Nº (s)
067/2009=CEL/MC	53000.063159/2009	064, 068, 069/2010/CEL/MC
067/2009=CEL/MC	53000.063156/2009	070/2010/CEL/MC
067/2009=CEL/MC	53000.063163/2009	072, 073, 074/2010/CEL/MC
067/2009=CEL/MC	53000.063161/2009	075, 076, 077/2010/CEL/MC
067/2009=CEL/MC	53000.063160/2009	078/2010/CEL/MC
067/2009=CEL/MC	53000.063162/2009	079/2010/CEL/MC
067/2009=CEL/MC	53000.063148/2009	080, 081, 082 e 083/2010/CEL/MC
067/2009=CEL/MC	53000.063158/2009	084, 085, 086/2010/CEL/MC
067/2009=CEL/MC	53000.063154/2009	089/2010/CEL/MC
067/2009=CEL/MC	53000.063152/2009	090, 091/2010/CEL/MC
067/2009=CEL/MC	53000.063147/2009	092, 093/2010/CEL/MC
067/2009=CEL/MC	53000.063153/2009	094, 095/2010/CEL/MC
067/2009=CEL/MC	53000.063155/2009	096/2010/CEL/MC
067/2009=CEL/MC	53000.063150/2009	097, 098/2010/CEL/MC

Cont...

Cont. da Ata de Reunião da CEL/MC, Nº 202/2010, de 12-05-2010, quarta-feira.


  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente

  
EDMAR DE FREITAS MACHADO  
Titular

  
ERIKO MENDES DOMENICI  
Vice-Presidente

  
JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO  
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012



0.8 FEV 2012

ISSN 1677-7069

129



Nº 91, sexta-feira, 14 de maio de 2010

Diário Oficial da União - Seção 3

lização do certame abaixo indicado. O Pregão será realizado no dia 27 DE MAIO DE 2010 às 14 horas, horário local, na sala da Gerência de Licitação e Compras, localizada na Rua Barão de Anadia, 121, Centro - Mucit/AL, CEP 57020-630. O acolhimento dos envelopes será até às 12h00min do mesmo dia. O Edital estará à disposição dos interessados para leitura ou aquisição no endereço acima citado, nos horários de 9h às 12h e das 14h às 17h, mediante o pagamento da quantia de R\$ 10,00 (dez reais) ou gratuitamente no endereço eletrônico [www.cbtu.gov.br](http://www.cbtu.gov.br) ou e-mail [andrei@cbtu.gov.br](mailto:andrei@cbtu.gov.br). Maiores informações através do telefone: (82) 2123-1744 ou pelo telefax (82) 2123-1709.

ANDERSON CARDOSO SILVA  
Gerente de Licitações e Compras

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS  
DE RECIFE

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2010 /CBTU/STU/REC

Nº LICITAÇÃO BB 305994-Objeto: AQUISIÇÃO DE SINALIZADORES ACÚSTICOS. Torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 27/05/2010 às 10:00, horário de Brasília, se dará a abertura de Proposta de Pregão do pregão em epígrafe. Data Limite para recebimento das propostas: 27/05/2010 até às 09:00h. Maiores informações pelos fones: 08xx81-21028520 ou 21028521 ou pelo site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). A licitação será realizada através do site Banco do Brasil.

MÁRCIO CARVALHO DA SILVA XAVIER  
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2010 /CBTU/STU/REC

Nº LICITAÇÃO BB 305911-Objeto: AQUISIÇÃO DE PARAFUSOS ALLEN E PINOS PARA PORTA E TRUQUE DO TREM. Torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 27/05/2010 às 10:00, horário de Brasília, se dará a abertura de Proposta de Pregão do pregão em epígrafe. Data Limite para recebimento das propostas: 27/05/2010 até às 09:00h. Maiores informações pelos fones: 08xx81-21028520 ou 21028521 ou pelo site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). A licitação será realizada através do site Banco do Brasil.

SÉRGIO ROBERTO SOARES PEREIRA  
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2010 /CBTU/STU/REC

Nº LICITAÇÃO BB 305225-Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE 05 (CINCO) COMPRESSORES DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO CENTRAL DO EOA DA CBTU/STU/REC. Torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 27/05/2010 às 15:00, horário de Brasília, se dará a abertura de Proposta de Pregão do pregão em epígrafe. Data Limite para recebimento das propostas: 27/05/2010 até às 14:00h. Maiores informações pelos fones: 08xx81-21028520 ou 21028521 ou pelo site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). A licitação será realizada através do site Banco do Brasil.

LUIZ EUGÊNIO DE CARVALHO FREIRE  
Pregoeiro

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7.120.036/2010

Contrato firmado com FLORICULTURA SANTOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa para implantar a recuperação da área verde em locais específicos, com fornecimento dos materiais, (conforme as plantas baixas em anexo), bem como aquisição e instalação de aspersores e mangueiras para irrigação, nas áreas que compreendem os entornos das Estações e dependências da área administrativa da Tren-surb, conforme especificações e locais previstos no Termo de Referência, Anexo 01 do Edital, no valor global de R\$ 392.720,24 (trezentos e noventa e dois mil, setecentos e vinte reais e vinte e quatro centavos), pelo prazo de 03 (três) meses, contados da emissão da Ordem de Início de Serviços, Processo Administrativo nº: 0471/2010 Assinatura: 07/05/2010

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 01 de junho de 2010, às 08:30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 09h ter início a disputa em sessão pública. OBJETO: Aquisição de toners para impressoras, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus Anexos. Limite para recebimento de propostas até às 08h na mesma data da Licitação no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Maiores informações pelo fone (51) 3363-8212 ou pelo site [www.trensurb.gov.br](http://www.trensurb.gov.br). Processo nº 0670/2010.

Porto Alegre, 14 de abril de 2010.  
NARA JOYCE CORRÊA OLINTO  
Pregoeira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010051400129

AVISO REABERTURA DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 345/2009

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 26 de maio de 2010, às 10h se dará a reabertura da Sessão Pública da licitação em epígrafe, conforme Mandado de Segurança Nº 5000095-84.2010.404.7100/RS, para fase de lances. OBJETO: Contratação de empresa para serviço para o transporte público de usuários em escadas rolantes nas estações Unisinos e São Leopoldo. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8115. Processo nº 2520/2009.

Porto Alegre, 13 de maio de 2010.

PEDRO ZOTTIS NETO

Chefe do Setor de Compras  
Substituto

AVISO DE REVOGAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 116/2009

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público a revogação da licitação em epígrafe, cujo objeto trata da Contratação de Serviços Advocatícios na Forma de Sociedade de Advogados, para Atuação em Negociação e Fase Processual em Dissídios Coletivos, bem como Contencioso Trabalhista, em todas as Instâncias inclusive no Tribunal Superior do Trabalho e Supremo Tribunal Federal. O Relatório de Julgamento foi devidamente homologado, constando nos autos do processo e para conhecimento dos interessados, disponível junto a Comissão Permanente de Licitação - COPEL. Processo Administrativo: 0990/2009.

Porto Alegre, 13 de maio de 2010

SERGIO SANCHES

Presidente da COPEL  
Substituto

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com a legislação em vigor e Editais de Licitação, torna público o resultado de análise do(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação de proponente(s), com relação à(s) concorrência(s) e respectivo(s) serviço(s) indicado(s) no Anexo Único.

Brasília - DF, 11 de maio de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS - CONHECIDO E PROVIDO.

Concorrência Nº - CEL/MC	Ser-Viço	Localidade(s)	UF	Recorrente	Contra Habilitação de:
062/2009	TV	Iturubá	BA	SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA	TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
063/2009	TV	Mucugê	BA	SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA	TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
067/2009	TV	Mossoró	RN	REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA	RA PARTICIPAÇÕES LTDA
067/2009	TV	Mossoró	RN	UNICOM UNIAO COMUNICACAO LTDA	TELEVISAO RESISTENCIA LTDA
067/2009	TV	Mossoró	RN	TELEVISAO COSTA BRANCA	TELEVISAO RESISTENCIA LTDA
067/2009	TV	Mossoró	RN	REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA	TELEVISAO RESISTENCIA LTDA
067/2009	TV	Mossoró	RN	UNICOM UNIAO COMUNICACAO LTDA	EMPRESA DE COMUNICACAO CORREIO LTDA

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação do(s) proponente(s) identificado(s) na(s) concorrência(s) constante(s) do(s) anexo(s).

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 17 a 21 de maio de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 24 de maio de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", §5º, art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 13 de maio de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência Nº 013/2010-CEL/MC, Localidade de São Borja/RS

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
Mistral Radiodifusão Ltda	TV	510001021644/10	HABILITADA
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda	TV	510001021645/10	HABILITADA
SE Serviços de Comunicações Ltda-ME	TV	510001021646/10	HABILITADA
Rádio e Televisão RBC Ltda	TV	510001021647/10	HABILITADA
NSTV Sistema de Comunicações Ltda	TV	510001021648/10	HABILITADA
Rede Brasil de Radiodifusão Limitada	TV	510001021649/10	HABILITADA
Rigo & Bouchet Comunicações Ltda	TV	510001021650/10	HABILITADA
Rede Mundial de Rádio e Televisão Ltda	TV	510001021651/10	NAO HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação do(s) proponente(s) identificado(s) na(s) concorrência(s) constante(s) do(s) anexo(s).

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 17 a 21 de maio de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 24 de maio de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", §5º, art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Nesta data, anexe aos autos do processo de  
nº 53000.063153/09 a documentação  
a seguir constituída de 11 folhas,  
que assim numerei: SEM

Data: 08 / 02 / 2010  
Nome: Reginaldo de  
Assinatura: [assinatura]

Nesta data, anexe aos autos do processo de  
nº 53000.063153/09 a documentação  
a seguir constituída de 10 folhas,  
que assim numerei: 153 a 160

Data: 21 / 02 / 2011  
Nome: luanna  
Assinatura: lm



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS – CGAA

CONJUR  
Fls. 153  
Rubrica  
M. das Comunicações

NOTA/N.º 107 -2.21/ 2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU

CONCORRÊNCIA n.º 067/2009 – CEL/MC

LOCALIDADE: MOSSORÓ/RN

PROCESSO PRINCIPAL: 53000.034342/2009-36

RECORRENTES: UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA. (53000.063156/09); TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. (53000.063153/09) e REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. (53000.063147/09)

RECORRIDA: TELEVISÃO POTIGUAR LTDA.

PROCESSO: 53000.063159/2009-48

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

ASSUNTO: Concorrência nº 067/2009-CEL/MC. Recursos na fase de Habilitação. Recursos interpostos pelas licitantes UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA., TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. e REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. contra a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante TELEVISÃO POTIGUAR LTDA. no certame. Recursos tempestivos. Balanço de abertura sem registro na Junta Comercial. Registro não é obrigatório para efeitos de participação em licitação, salvo quando exigido no instrumento convocatório. Ausência de certidões referentes ao subitem 5.1.5 em nome da empresa recorrida, exigência somente quanto aos dirigentes da empresa. Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual válida. Pela manutenção da decisão da Comissão Especial de Licitação que conheceu, mas negou provimento aos recursos interpostos.

Senhor Consultor Jurídico,

Trata-se do certame da Concorrência Pública n.º 67/2009-CEL/MC, que tem por objeto a outorga de concessão para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), pelo prazo de 15 anos, na localidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.

2. O resultado da análise da documentação de habilitação foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 08 de janeiro de 2010, página 160, à fl. 78 do processo piloto nº 53000.034342/2009-36. A licitante recorrida foi declarada habilitada pela Comissão Especial de Licitação.

3. As licitantes UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA. (fls. 74/81 do processo nº 53000.063159/2009); TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. (fls. 82/87 do processo nº 53000.063159/2009) e REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. (fls. 88/92 do processo nº 53000.063159/2009), interpuseram tempestivamente recursos contra a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante TELEVISÃO POTIGUAR LTDA.

4. A recorrida apresentou impugnação aos mencionados recursos (fls. 94/99).

5. A Comissão Especial de Licitação, por meio das Informações MC/CEL/Nº 064,

*[Assinatura]*

068 e 069/2010, às fls. 100/110 do processo da recorrida, apreciou os argumentos aduzidos nos recursos, manifestando-se pela manutenção da habilitação da recorrente e encaminhando, por conseguinte, os autos ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para decisão.

6. Vejamos.

7. A alegação da recorrente UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA. de que a recorrida apresentou balanço contábil inapto, pois o Balanço de Abertura não está registrado na Junta Comercial não merece prosperar.

8. O balanço patrimonial das sociedades comerciais é exigível a partir do encerramento do seu exercício social. Exceção é feita apenas quanto às sociedades anônimas e às sociedades por quotas de responsabilidade limitada que, nos termos do que faculta o Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, adotarem a estrutura de sociedade anônima, quando, então, reger-se-ão pelas normas desta.

9. São requisitos para a eficácia do balanço patrimonial da sociedade anônima a publicação na imprensa oficial e o registro no órgão competente (artigos 176, § 1º, e 289, § 5º, da Lei nº 6.404/76), motivo pelo qual a Administração, em procedimento licitatório, pode e deve exigir a apresentação do balanço patrimonial devidamente registrado.

10. Com relação às demais formas societárias (no caso da licitante recorrida trata-se de Sociedade Limitada) que não sociedade anônima, poderá exigir que o balanço patrimonial seja acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, este de fato, por lei, deve ser sempre registrado (artigo 1.181 do Código Civil<sup>1</sup> e artigo 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/69<sup>2</sup>). A obrigação decorrerá, única e exclusivamente, de previsão no instrumento convocatório.

11. Logo, verifica-se que o registro do balanço de abertura/ e ou patrimonial na junta comercial não é obrigatório para efeitos de participação em licitação, salvo quando exigido no instrumento convocatório, nos termos acima assinalados.

12. Ainda neste contexto, vejamos o que o doutrinador Marçal Justen Filho comenta a respeito da apresentação das demonstrações contábeis em seu livro "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" 11ª Edição – Dialética, cujos trechos transcrevemos abaixo com grifos nossos:

"O ato convocatório deve definir precisamente o modo de exibição das demonstrações financeiras." (pág.431)

(...)

"A exigência da apresentação de documentos contábeis destina-se a propiciar o exame da situação econômico-financeira da licitante. O que se pretende é a seriedade e a atualidade dos dados. Todas as exigências formais caracterizáveis como desnecessárias, excessivas ou inúteis devem ser proscritas. Logo, não há cabimento em formular exigências de apresentação de documentos contábeis mirabolantes, tal como se ausência de sua exibição importasse alguma presunção de inidoneidade. Assim, chega-se ao ponto de exigir a apresentação de Livros Comerciais no seu original, sob o fundamento de que a "forma legal para a contabilidade" envolve a escrituração deles. Ora, qual a utilidade para a Administração em verificar os Livros o que a ela interessa é o conteúdo do balanço e outras demonstrações contábeis? O princípio da instrumentalidade das formas tem de ser aplicado para conduzir à

<sup>1</sup> Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.

<sup>2</sup> Art. 5º, § 2º Os Livros ou fichas do Diário deverão conter termos de abertura e de encerramento, e ser submetidos à autenticação do órgão competente do Registro do Comércio.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

CONJUR  
Fls. 154  
Rubrica  
das Comunicações

satisfatoriedade da exibição de cópia autenticada do Livro ou de extrato de balanço, devidamente firmado pelo representante legal da sociedade e pelo contador." (pág. 342)

(...)

"Afigura-se descabida a disputa sobre o tema da forma concreta de apresentação de documentos contábeis, especialmente quando isso se traduza em problema gerado pela omissão do ato convocatório. Veja-se que a primeira fórmula para evitar disputas é o edital indicar, de modo claro, a exigência reputada como necessária por parte da Administração. Atender a essa regra evitaria a maior parte dos problemas concretos, eis que o interessado teria ciência prévia da concepção visualizada como concreta por parte da Administração." (pág. 344).

13. Desse modo, verifica-se que razão não assiste à recorrente, uma vez que a documentação referida foi apresentada segundo os preceitos do Edital.

14. Alegaram, ainda, as recorrentes TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. e REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. que a recorrida descumpriu o subitem 5.1.5<sup>3</sup> do edital.

15. A recorrente TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. aduziu que teria faltado a Certidão da Justiça Estadual de feitos cíveis e criminais de competência dos Juizados Especiais em relação ao administrador Elviro Do Carmo Rebouças Neto. Contudo, a certidão juntada à fl. 26 do processo da recorrida refere-se ao administrador em questão e cumpre satisfatoriamente as prescrições do subitem 5.1.5 no que tange a Certidão expedida pela Justiça Estadual, quanto a feitos cíveis e criminais.

16. Quanto à alegação da recorrente REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA., de que a recorrida não apresentou as certidões expedidas pela Justiça Estadual quanto aos feitos cíveis e criminais, bem como dos Cartórios de Protestos e Títulos em nome da empresa, resta dizer que não encontra respaldo nas regras contidas no instrumento convocatório que, claramente, exige certidões das Justiças Estadual e Federal, bem como dos cartórios de Protestos de Títulos, somente dos dirigentes das empresas participantes do certame e não no nome da própria empresa. Cumpre destacar que não cabe a Comissão Especial de Licitação utilizar-se de interpretação extensiva aos requisitos dispostos no edital da concorrência.

17. O Tribunal de Contas da União possui decisão que coaduna com o ideário exposto. Vejamos:

"Análise:

A audiência se resume na resolução de duas questões: a possibilidade de se exigir do licitante certidão de inexistência de débitos não inscritos em dívida ativa e a exigência de certidões de regularidade fiscal não suficientemente especificadas no edital de licitação.

Quanto a esta última questão, entendemos que a forma de comprovação da regularidade fiscal deverá estar suficientemente detalhada no Edital, não cabendo à Comissão de Licitação fazer interpretação extensiva dos requisitos de habilitação presentes no instrumento convocatório.

Ainda assim, caso duas ou mais interpretações forem possíveis, deverão ser admitidos os licitantes que atenderem a quaisquer delas. Estes deverão ser habilitados, até mesmo, por isonomia, caso contrário, aqueles que não

<sup>3</sup> "5.1.5. Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício da atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos".

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

conhecerem a jurisprudência das Comissões restarão prejudicados.(...)” (Acórdão 1848/2003 – Plenário) (grifos nossos).

18. Nesse diapasão, se o subitem 5.1.5 do instrumento convocatório não versa sobre apresentação das aludidas certidões em nome da empresa, não há que se falar em inabilitação de licitante fundada nesse argumento. Se o edital não exige tal certidão, esta não pode ser exigida como indispensável.

19. Por fim, quanto à alegação das recorrentes UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA e REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA quanto a irregularidade na Certidão Negativa de Débitos Estaduais apresentada pela recorrida, à fl. 47, com o consequente descumprimento do subitem 5.4. “d”<sup>4</sup> do instrumento convocatório, mais uma vez, falta razão às recorrentes.

20. Verifica-se que as recorrentes se mostraram irresignáveis com a Certidão Negativa de Débitos Estaduais (fl. 47) apresentada pela recorrida, porquanto o aludido documento trazia a seguinte declaração: “... *somente produzindo efeitos jurídicos se apresentada conjuntamente a Certidão Negativa da Dívida Ativa do Estado emitida pela Procuradoria Geral do Rio Grande do Norte.*”. Ocorre que, o documento apresentado à fl. 129, esclarece que a citada declaração além de não constar em nenhum regulamento administrativo e/ou jurídico, apenas foi introduzida na referida certidão com o fito de “*auxiliar os contribuintes quanto a eventuais esquecimentos relativos à emissão da certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa...*”.

21. Assim, conclui-se que para fins de participação em concorrência pública, não se mostra exigível que a Certidão Negativa de Débitos Estaduais juntada pela recorrida seja acompanhada de outra Certidão Negativa de Débitos. Ademais, uma exigência neste sentido careceria de fundamentos legais, haja vista que, como mencionado, não há nenhum preceito legal que estabeleça tal exigência ou a regulamente. Com efeito, infere-se que o documento ofertado à fl. 47 atende aos ditames do subitem 5.4. “d” do instrumento convocatório.

22. Destarte, diante de todos os fatos aqui delineados, conclui-se que o procedimento da Comissão Especial de Licitação em relação à habilitação da recorrida resultou de interpretação correta da Lei 8.666/93 e da estrita observância ao disposto no Ato Convocatório.

23. Diante do exposto, opinamos pelo seguinte:

a. pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela licitante UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA., mantendo-se a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante TELEVISÃO POTIGUAR LTDA. no certame da Concorrência nº 067/2009, para a localidade de Mossoró/RN, nos termos da INFORMAÇÃO/MC/CEL/Nº 064/2010, às fls. 100/102 do processo nº 53000.063159/2009-48;

b. pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela licitante TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA., mantendo-se a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante TELEVISÃO POTIGUAR LTDA. no certame da Concorrência nº 067/2009, para a localidade de Mossoró/RN, nos termos da INFORMAÇÃO/MC/CEL/Nº 068/2010, às fls. 104/106 do processo nº 53000.063159/2009-48;

c. pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela licitante REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA., mantendo-se a decisão da Comissão Especial de Licitação que

<sup>4</sup> 5.4 A Proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante: “d”) Certidões Negativas de Débito ou Certidões Positivas com Efeito de Negativas de Débitos para com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal.

habilitou a licitante TELEVISÃO POTIGUAR LTDA. no certame da Concorrência nº 067/2009, para a localidade de Mossoró/RN, nos termos da INFORMAÇÃO/MC/CEL/Nº 069/2010, às fls. 107/109 do processo nº 53000.063159/2009-48;

d. à consideração do Sr. Ministro. E, após, pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação para providências.

À consideração superior.

Brasília, 01 de fevereiro de 2011.

*Camila Lorena L S Medrado*  
CAMILA LORENA LORDELO SANTANA MEDRADO  
Advogada da União  
Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Aprovo. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

*Rodrigo Zerbone Loureiro*  
RODRIGO ZERBONE LOUREIRO  
Consultor Jurídico



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS – CGAA

CONJUR  
Fls. 156  
Rubrica  
M. das Comunicações

NOTA/N.º 108 -2.21/ 2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU

CONCORRÊNCIA n.º 067/2009 – CEL/MC

LOCALIDADE: MOSSORÓ/RN

PROCESSO PRINCIPAL: 53000.034342/2009-36

RECORRENTES: UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA. (53000.063156/09), TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. (53000.063153/09) e REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. (53000.063147/09)

RECORRIDA: SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA.

PROCESSO: 53000.063163/2009-14

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM ORIGINAL

08 FEV 2012

ASSUNTO: Concorrência nº 067/2009-CEL/MC. Recursos na fase de Habilitação. Recursos interpostos pelas licitantes UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA., TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. e REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. contra a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA. no certame. Recursos tempestivos. Falta de Alvará de Funcionamento. Documento congêneres que supre os preceitos do edital. Ausência de certidões referentes ao subitem 5.1.5 em nome da empresa recorrida, exigência somente quanto aos dirigentes da empresa. Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual válida. Pela manutenção da decisão da Comissão Especial de Licitação que conheceu, mas negou provimento aos recursos interpostos.

Senhor Consultor Jurídico,

Trata-se do certame da Concorrência Pública n.º 67/2009-CEL/MC, que tem por objeto a outorga de concessão para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), pelo prazo de 15 anos, na localidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.

2. O resultado da análise da documentação de habilitação foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 08 de janeiro de 2010, página 160, à fl. 78 do processo piloto nº 53000.034342/2009-36. A licitante recorrida foi declarada habilitada pela Comissão Especial de Licitação.

3. As licitantes REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. (fls. 66/69 do processo nº 53000.063163/2009), UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA. (fls. 70/78 do processo nº 53000.063163/2009) e TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. (fls. 79/84 do processo nº 53000.063163/2009) interpuseram tempestivamente recursos contra a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA.

4. A recorrida apresentou impugnação aos mencionados recursos (fls. 86/137).

5. A Comissão Especial de Licitação, por meio das Informações MC/CEL/Nº 072, 073 e 074/2010, às fls. 138/148 do processo da recorrida, apreciou os argumentos aduzidos nos recursos, manifestando-se pela manutenção da habilitação da recorrente e

*[Assinatura]*

encaminhando, por conseguinte, os autos ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para decisão.

6. Vejamos.

7. A alegação da recorrente UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA. de que a recorrida apresentou balanço contábil inapto, pois o Balanço de Abertura não está registrado na Junta Comercial não merece prosperar.

8. O balanço patrimonial das sociedades comerciais é exigível a partir do encerramento do seu exercício social. Exceção é feita apenas quanto às sociedades anônimas e às sociedades por quotas de responsabilidade limitada que, nos termos do que faculta o Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, adotarem a estrutura de sociedade anônima, quando, então, reger-se-ão pelas normas desta.

9. São requisitos para a eficácia do balanço patrimonial da sociedade anônima a publicação na imprensa oficial e o registro no órgão competente (artigos 176, § 1º, e 289, § 5º, da Lei nº 6.404/76), motivo pelo qual a Administração, em procedimento licitatório, pode e deve exigir a apresentação do balanço patrimonial devidamente registrado.

10. Com relação às demais formas societárias (no caso da licitante recorrida trata-se de Sociedade Limitada) que não sociedade anônima, poderá exigir que o balanço patrimonial seja acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, este de fato, por lei, deve ser sempre registrado (artigo 1.181 do Código Civil<sup>1</sup> e artigo 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/69<sup>2</sup>). A obrigação decorrerá, única e exclusivamente, de previsão no instrumento convocatório.

11. Logo, verifica-se que o registro do balanço de abertura/ e ou patrimonial na junta comercial não é obrigatório para efeitos de participação em licitação, salvo quando exigido no instrumento convocatório, nos termos acima assinalados.

12. Ainda neste contexto, vejamos o que o doutrinador Marçal Justen Filho comenta a respeito da apresentação das demonstrações contábeis em seu livro "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" 11ª Edição – Dialética, cujos recortes transcrevemos abaixo com grifos nossos:

"O ato convocatório deve definir precisamente o modo de exibição das demonstrações financeiras." (pág.431)

(...)

"A exigência da apresentação de documentos contábeis destina-se a propiciar o exame da situação econômico-financeira da licitante. O que se pretende é a seriedade e a atualidade dos dados. Todas as exigências formais caracterizáveis como desnecessárias, excessivas ou inúteis devem ser proscritas. Logo, não há cabimento em formular exigências de apresentação de documentos contábeis mirabolantes, tal como se ausência de sua exibição importasse alguma presunção de inidoneidade. Assim, chega-se ao ponto de exigir a apresentação de Livros Comerciais no seu original, sob o fundamento de que a "forma legal para a contabilidade" envolve a escrituração deles. Ora, qual a utilidade para a Administração em verificar os Livros o que a ela interessa é o conteúdo do balanço e outras demonstrações contábeis? O princípio da instrumentalidade das formas tem de ser aplicado para conduzir à satisfatoriedade da exibição de cópia autenticada do Livro ou de extrato de balanço, devidamente firmado pelo representante legal da sociedade e pelo

<sup>1</sup> Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.

<sup>2</sup> Art. 5º, § 2º Os Livros ou fichas do Diário deverão conter termos de abertura e de encerramento, e ser submetidos à autenticação do órgão competente do Registro do Comércio.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

CONJUR  
Fls. 157  
Rubrica  
Min. das Comunicações

contador." (pág. 342)

(...)

"Afigura-se descabida a disputa sobre o tema da forma concreta de apresentação de documentos contábeis, especialmente quando isso se traduza em problema gerado pela omissão do ato convocatório. Veja-se que a primeira fórmula para evitar disputas é o edital indicar, de modo claro, a exigência reputada como necessária por parte da Administração. Atender a essa regra evitaria a maior parte dos problemas concretos, eis que o interessado teria ciência prévia da concepção visualizada como concreta por parte da Administração." (pág. 344).

13. Desse modo, verifica-se que razão não assiste à recorrente, uma vez que a documentação referida foi apresentada segundo os preceitos do Edital.

14. A licitante UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA. alegou, ainda, que a recorrida contrariou o subitem 5.1.7 do Edital, uma vez que não apresentou Alvará de Funcionamento Municipal. Contudo, carece razão a recorrente.

15. Isto porque o subitem 5.1.7<sup>3</sup> do Edital deixa claro que a licitante poderá apresentar Alvará de Funcionamento ou documento congênere e é nesta segunda opção que se encaixa o documento acostado à fl. 34. No mencionado documento, consta referência ao licenciamento da licitante. Ademais, a recorrida, em sua impugnação ao recurso, juntou declaração emitida pela Secretaria Municipal de Tributação de Natal/RN, que dispõe que a comprovação do alvará de funcionamento é realizada através do pagamento da taxa de localização. Deste modo, o documento acostado à fl. 34 atende ao disposto no subitem 5.1.7 do Edital.

16. Alegaram, ainda, as recorrentes TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. e REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. que a recorrida descumpriu o subitem 5.1.5<sup>4</sup> do edital.

17. A recorrente TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. aduziu que teria faltado a Certidão da Justiça Estadual de feitos cíveis e criminais de competência dos Juizados Especiais em relação ao administrador Elviro Do Carmo Rebouças Neto. Contudo, a certidão juntada à fl. 26 do processo da recorrida refere-se ao administrador em questão e cumpre satisfatoriamente as prescrições do subitem 5.1.5 no que tange a Certidão expedida pela Justiça Estadual, quanto a feitos cíveis e criminais.

18. Quanto à alegação da recorrente REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA., de que a recorrida não apresentou as certidões expedidas pela Justiça Estadual quanto aos feitos cíveis e criminais, bem como dos Cartórios de Protestos e Títulos em nome da empresa, resta dizer que não encontra respaldo nas regras contidas no instrumento convocatório que, claramente, exige certidões das Justiças Estadual e Federal, bem como dos cartórios de Protestos de Títulos, somente dos dirigentes das empresas participantes do certame e não no nome da própria empresa. Cumpre destacar que não cabe a Comissão Especial de Licitação utilizar-se de interpretação extensiva aos requisitos dispostos no edital da concorrência.

19. O Tribunal de Contas da União possui decisão que coaduna com o ideário exposto. Vejamos:

"Análise:

A audiência se resume na resolução de duas questões: a possibilidade de se

<sup>3</sup> 5.1.7 Alvará de Funcionamento da Proponente ou documento congênere.

<sup>4</sup> "5.1.5. Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício da atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos".

exigir do licitante certidão de inexistência de débitos não inscritos em dívida ativa e a exigência de certidões de regularidade fiscal não suficientemente especificadas no edital de licitação.

Quanto a esta última questão, entendemos que a forma de comprovação da regularidade fiscal deverá estar suficientemente detalhada no Edital, não cabendo à Comissão de Licitação fazer interpretação extensiva dos requisitos de habilitação presentes no instrumento convocatório.

Ainda assim, caso duas ou mais interpretações forem possíveis, deverão ser admitidos os licitantes que atenderem a quaisquer delas. Estes deverão ser habilitados, até mesmo, por isonomia, caso contrário, aqueles que não conhecerem a jurisprudência das Comissões restarão prejudicados.(...)” (Acórdão 1848/2003 – Plenário) (grifos nossos).

20. Nesse diapasão, se o subitem 5.1.5 do instrumento convocatório não versa sobre apresentação das aludidas certidões em nome da empresa, não há que se falar em inabilitação de licitante fundada nesse argumento. Se o edital não exige tal certidão, esta não pode ser exigida como indispensável.

21. Por fim, quanto à alegação das recorrentes UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA. e REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. quanto a irregularidade na Certidão Negativa de Débitos Estaduais apresentada pela recorrida à fl. 54, com o conseqüente descumprimento do subitem 5.4. “d”<sup>5</sup> do instrumento convocatório, mais uma vez, falta razão às recorrentes.

22. Verifica-se que as recorrentes se mostraram irresignáveis com a Certidão Negativa de Débitos Estaduais (fl. 47) apresentada pela recorrida, porquanto o aludido documento trazia a seguinte declaração: “... *somente produzindo efeitos jurídicos se apresentada conjuntamente a Certidão Negativa da Dívida Ativa do Estado emitida pela Procuradoria Geral do Rio Grande do Norte.*”. Ocorre que, o documento apresentado à fl. 129 do processo da recorrida, emitido pela Coordenadoria de Arrecadação, Controle e Estatística da Secretaria de Estado da Tributação do Rio Grande do Norte esclarece que a citada declaração (fl. 47), além de não constar em nenhum regulamento administrativo e/ou jurídico, apenas foi introduzida na referida certidão com o fito de “*auxiliar os contribuintes quanto a eventuais esquecimentos relativos à emissão da certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa...*”.

23. Assim, conclui-se que para fins de participação em concorrência pública, não há exigência que a Certidão Negativa de Débitos Estaduais juntada pela recorrida seja acompanhada de outra Certidão Negativa de Débitos. Ademais, uma exigência neste sentido careceria de fundamentos legais, haja vista que, como mencionado, não há nenhum preceito legal que estabeleça tal exigência ou a regulamente. Com efeito, infere-se que o documento ofertado à fl. 47 atende aos ditames do subitem 5.4. “d” do instrumento convocatório.

24. Destarte, diante de todos os fatos aqui delineados, conclui-se que o procedimento da Comissão Especial de Licitação em relação à habilitação da recorrida resultou de interpretação correta da Lei 8.666/93 e da estrita observância ao disposto no Ato Convocatório.

25. Diante do exposto, opinamos pelo seguinte:

a. pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela licitante REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA., mantendo-se a decisão da Comissão Especial de Licitação que

<sup>5</sup> 5.4 A Proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante: “d)” Certidões Negativas de Débito ou Certidões Positivas com Efeito de Negativas de Débitos para com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal.

habilitou a licitante SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA. no certame da Concorrência nº 067/2009, para a localidade de Mossoró/RN, nos termos da INFORMAÇÃO/MC/CEL/Nº 072/2010, às fls. 138/140 do processo nº 53000.063163/2009-14;

b. pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela licitante UNICON UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA., mantendo-se a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA. no certame da Concorrência nº 067/2009, para a localidade de Mossoró/RN, nos termos da INFORMAÇÃO/MC/CEL/Nº 073/2010, às fls. 142/144 do processo nº 53000.063163/2009-14;

c. pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela licitante TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA., mantendo-se a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA. no certame da Concorrência nº 067/2009, para a localidade de Mossoró/RN, nos termos da INFORMAÇÃO/MC/CEL/Nº 074/2010, às fls. 146/148 do processo nº 53000.063163/2009-14;

d. à consideração do Sr. Ministro. E, após, pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação para providências.

À consideração superior.

Brasília, 01 de fevereiro de 2011.

*Camila Lorena L S Medrado*  
CAMILA LORENA LORDELO SANTANA MEDRADO  
Advogada da União  
Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos

Aprovo. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Ministro. Após, à Comissão Especial de Licitação.

*Rodrigo Zerbone Loureiro*  
RODRIGO ZERBONE LOUREIRO  
Consultor Jurídico





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS – CGAA

4  
CONJUR  
Fls. 159  
Rubrica  
M. das Comunicações

NOTA/N.º 110 -2.21/ 2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU

CONCORRÊNCIA n.º 067/2009 – CEL/MC

LOCALIDADE: MOSSORÓ/RN

PROCESSO PRINCIPAL: 53000.034342/2009-36

RECORRENTES: UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA. (53000.063156/09) e REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. (53000.063147/09)

RECORRIDA: TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.

PROCESSO: 53000.063153/2009-71

ASSUNTO: Concorrência n.º 067/2009-CEL/MC. Recursos na fase de Habilitação. Recursos interpostos pelas licitantes UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA. e REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. contra a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. no certame. Recursos tempestivos. Certidões analisadas suprem os preceitos do edital. Ausência de certidões referentes ao subitem 5.1.5 em nome da empresa recorrida, exigência somente quanto aos dirigentes da empresa. Pela manutenção da decisão da Comissão Especial de Licitação que conheceu, mas negou provimento aos recursos interpostos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Senhor Consultor Jurídico,

Trata-se do certame da Concorrência Pública n.º 67/2009-CEL/MC, que tem por objeto a outorga de concessão para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), pelo prazo de 15 anos, na localidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.

2. O resultado da análise da documentação de habilitação foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 08 de janeiro de 2010, página 160, à fl. 78 do processo piloto n.º 53000.034342/2009-36. A licitante recorrida foi declarada habilitada pela Comissão Especial de Licitação.

3. As licitantes UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA. (fls. 126/130 do processo n.º 53000.063153/2009) e REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. (fls. 131/133 do processo n.º 53000.063153/2009), interpuseram tempestivamente recursos contra a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.

4. A recorrida apresentou impugnação aos mencionados recursos (fls. 135/143).

5. A Comissão Especial de Licitação, por meio das Informações MC/CEL/Nº 094, e 095/2010, às fls. 144/149 do processo da recorrida, apreciou os argumentos aduzidos nos recursos, manifestando-se pela manutenção da habilitação da recorrente e encaminhando,

por conseguinte, os autos ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para decisão.

6. Vejamos.

7. No mérito, a irresignação das recorrentes não merece prosperar, uma vez que toda a documentação da recorrida foi apresentada adequadamente.

8. Não assiste razão à recorrente UNICOM UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA. quando alega que a recorrida apresentou Certidão da Justiça Estadual de feitos criminais, à fl. 42, em relação à dirigente Maria de Fátima Arpini Camargo, incompleta, uma vez que não abrangia todos feitos criminais.

9. Ao analisar a certidão de fl. 42 conjuntamente com a de fl. 41 e 34, verifica-se que as referidas certidões abrangem qualquer feito criminal e cumprem satisfatoriamente as prescrições do subitem 5.1.5<sup>1</sup> do instrumento convocatório no que tange as Certidões expedidas pela Justiça Estadual de feitos criminais, uma vez que a 5ª Vara Criminal de Vitória exerce competência no âmbito de todas as comarcas da capital de entrância Especial.

10. Quanto à alegação da recorrente REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA., de que a recorrida não apresentou as certidões exigidas no subitem 5.1.5 do Edital em nome da empresa, resta dizer que não encontra respaldo nas regras contidas no instrumento convocatório que, claramente, exige certidões das Justiças Estadual e Federal, bem como dos cartórios de Protestos de Títulos, somente dos dirigentes das empresas participantes do certame e não no nome da própria empresa. Cumpre destacar que não cabe a Comissão Especial de Licitação utilizar-se de interpretação extensiva aos requisitos dispostos no edital da concorrência.

11. O Tribunal de Contas da União possui decisão que coaduna com o ideário exposto. Vejamos:

Análise:

A audiência se resume na resolução de duas questões: a possibilidade de se exigir do licitante certidão de inexistência de débitos não inscritos em dívida ativa, e a exigência de certidões de regularidade fiscal não suficientemente especificadas no edital de licitação.

Quanto a esta última questão, entendemos que a forma de comprovação da regularidade fiscal deverá estar suficientemente detalhada no Edital, não cabendo à Comissão de Licitação fazer interpretação extensiva dos requisitos de habilitação presentes no instrumento convocatório.

Ainda assim, caso duas ou mais interpretações forem possíveis, deverão ser admitidos os licitantes que atenderem a quaisquer delas. Estes deverão ser habilitados, até mesmo, por isonomia, caso contrário, aqueles que não conhecerem a jurisprudência das Comissões restarão prejudicados.(...)” (Acórdão 1848/2003 – Plenário) (grifos nossos).

12. Nesse diapasão, se o subitem 5.1.5 do instrumento convocatório não versa sobre apresentação das aludidas certidões em nome da empresa, não há que se falar em inabilitação de licitante fundada nesse argumento. Se o edital não exige tal certidão, esta não pode ser exigida como indispensável.

13. Destarte, diante de todos os fatos aqui delineados, conclui-se que o procedimento da Comissão Especial de Licitação em relação à habilitação da recorrida resultou de interpretação correta da Lei 8.666/93 e da estrita observância ao disposto no

<sup>1</sup> “5.1.5. Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício da atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos”.



Ato Convocatório.

14. Diante do exposto, opinamos pelo seguinte:

a. pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela licitante UNICON UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA., mantendo-se a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. no certame da Concorrência nº 067/2009, para a localidade de Mossoró/RN, nos termos da INFORMAÇÃO/MC/CEL/Nº 094/2010, às fls. 144/146 do processo nº 53000.063153/2009-71;

b. pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela licitante REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA., mantendo-se a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. no certame da Concorrência nº 067/2009, para a localidade de Mossoró/RN, nos termos da INFORMAÇÃO/MC/CEL/Nº 095/2010, às fls. 147/149 do processo nº 53000.063153/2009-71;

c. à consideração do Sr. Ministro. E, após, pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação para providências.

À consideração superior.

*Camila Lorena L S Medrado*  
CÂMILA LORENA LORDELO SANTANA MEDRADO  
Advogada da União  
Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos

Brasília, 01 de fevereiro de 2012  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

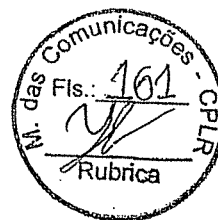
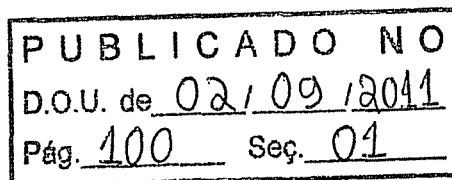
Aprovo. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

*[Signature]*  
RODRIGO ZERBONE LOUREIRO  
Consultor Jurídico

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53000.063153/2009-71 a documentação  
a seguir constituída de 02 (dois) folhas,  
que estão numeradas: 461 / 462  
Data: 02 / 09 / 2011  
Nome: Yudson Carlos Corralles  
Assinatura: Yudson

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

EM BRANCO



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**GABINETE DO MINISTRO**

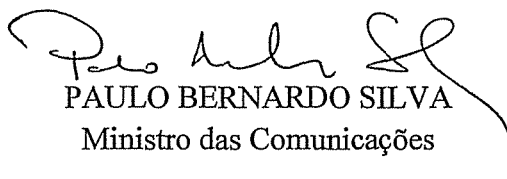
**DESPACHO DO MINISTRO**

Em 01 de Setembro de 2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Considerando o disposto na NOTA N.º 110-2.21/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, adoto seus fundamentos como razões desta decisão, para julgar os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência 067/2009-CEL/MC, conforme indicado no Anexo I, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

  
PAULO BERNARDO SILVA  
Ministro das Comunicações

**ANEXO I – RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS**

<b>Processo</b>	<b>Recorrente</b>	<b>Recorrida</b>	<b>Decisão</b>
53000.063153/2009	Unicon União Comunicação Ltda.	Televisão Costa Branca Ltda.	Recurso conhecido e não provido
53000.063153/2009	Rede 21 Comunicações Ltda.	Televisão Costa Branca Ltda.	Recurso conhecido e não provido



100

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção

Nº 170, sexta-feira, 2 de setembro de 2011

## DESPACHOS DO MINISTRO

Em 1º setembro de 2011

Considerando o disposto na NOTA N.º 107-2.21/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, adoto seus fundamentos como razões desta decisão, para julgar os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência 067/2009-CEL/MC, conforme indicado no Anexo I, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO I

## RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Processo	Recorrente	Recorrida	Decisão
53000.063159/2009	Unicon União Comunicação Ltda.	Televisão Potiguar Ltda.	Recurso conhecido e não provido
53000.063159/2009	Televisão Costa Branca Ltda.	Televisão Potiguar Ltda.	Recurso conhecido e não provido
53000.063159/2009	Rede 21 Comunicações Ltda.	Televisão Potiguar Ltda.	Recurso conhecido e não provido

Considerando o disposto na NOTA N.º 108-2.21/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, adoto seus fundamentos como razões desta decisão, para julgar os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência 067/2009-CEL/MC, conforme indicado no Anexo I, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO I

## RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Processo	Recorrente	Recorrida	Decisão
53000.063163/2009	Rede 21 Comunicações Ltda.	Sistema Potiguar de Comunicação Ltda.	Recurso conhecido e não provido
53000.063163/2009	Unicon União Comunicação Ltda.	Sistema Potiguar de Comunicação Ltda.	Recurso conhecido e não provido
53000.063163/2009	Televisão Costa Branca Ltda.	Sistema Potiguar de Comunicação Ltda.	Recurso conhecido e não provido

Considerando o disposto na NOTA N.º 109-2.21/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, adoto seus fundamentos como razões desta decisão, para julgar os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência 067/2009-CEL/MC, conforme indicado no Anexo I e II, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO I

## RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Processo	Recorrente	Recorrida	Decisão
53000.063152/2009	Rede 21 Comunicações Ltda.	Empresa de Comunicação Correio Ltda.	Recurso não conhecido

## ANEXO II

## RECURSOS CONTRA A PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Processo	Recorrente	Decisão
53000.063152/2009	Empresa de Comunicação Correio Ltda.	Recurso conhecido e não provido

Considerando o disposto na NOTA N.º 110-2.21/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, adoto seus fundamentos como razões desta decisão, para julgar os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência 067/2009-CEL/MC, conforme indicado no Anexo I, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO I

## RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Processo	Recorrente	Recorrida	Decisão
53000.063153/2009	Unicon União Comunicação Ltda.	Televisão Costa Branca Ltda.	Recurso conhecido e não provido
53000.063153/2009	Rede 21 Comunicações Ltda.	Televisão Costa Branca Ltda.	Recurso conhecido e não provido

Considerando o disposto na NOTA N.º 111-2.21/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, adoto seus fundamentos como razões desta decisão, para julgar os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência 067/2009-CEL/MC, conforme indicado no Anexo I, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012011090200100

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



ANEXO I

## RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Processo	Recorrente	Recorrida	Decisão
53000.063156/2009	Rede 21 Comunicações Ltda.	Unicon União Comunicação Ltda.	Recurso conhecido e não provido
53000.063162/2009	Rede 21 Comunicações Ltda.	Sistema de Comunicação Viagem Ltda.	Recurso conhecido e não provido
53000.063155/2009	Rede 21 Comunicações Ltda.	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.	Recurso conhecido e não provido

Considerando o disposto na NOTA N.º 117-2.21/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, adoto seus fundamentos como razões desta decisão, para julgar os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência 067/2009-CEL/MC, conforme indicado no Anexo I, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO I

## RECURSOS CONTRA A PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Processo	Recorrente	Decisão
53000.063158/2009	Televisão Resistência Ltda.	Recurso conhecido e não provido

Considerando o disposto na NOTA N.º 118-2.21/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, adoto seus fundamentos como razões desta decisão, para julgar os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência 067/2009-CEL/MC, conforme indicado no Anexo I, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO I

## RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Processo	Recorrente	Recorrida	Decisão
53000.063147/2009	Unicon União Comunicação Ltda.	Rede 21 Comunicações Ltda.	Recurso conhecido e não provido
53000.063147/2009	RA Participações Ltda.	Rede 21 Comunicações Ltda.	Recurso conhecido e não provido

Considerando o disposto na NOTA N.º 119-2.21/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, adoto seus fundamentos como razões desta decisão, para julgar os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência 067/2009-CEL/MC, conforme indicado no Anexo I, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO I

## RECURSOS CONTRA A PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Processo	Recorrente	Decisão
53000.063154/2009	SPC - Sistema Pernambucano de Comunicações Ltda.	Recurso conhecido e não provido

Considerando o disposto na NOTA N.º 120-2.21/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, adoto seus fundamentos como razões desta decisão, para julgar os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência 067/2009-CEL/MC, conforme indicado no Anexo I, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO I

## RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Processo	Recorrente	Recorrida	Decisão
53000.063148/2009	Rede 21 Comunicações Ltda.	Rede Elio Brasil Comunicação Ltda.	Recurso conhecido e não provido
53000.063148/2009	RA Participações Ltda.	Rede Elio Brasil Comunicação Ltda.	Recurso conhecido e não provido

Considerando o disposto na NOTA N.º 121-2.21/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, adoto seus fundamentos como razões desta decisão, para julgar os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência 067/2009-CEL/MC, conforme indicado no Anexo I, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

PAULO BERNARDO SILVA

## ANEXO I

## RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

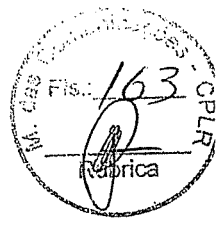
Processo	Recorrente	Recorrida	Decisão
53000.063161/2009	Unicon União Comunicação Ltda.	Empresa de Radiodifusão Ursa maior Ltda.	Recurso conhecido e não provido
53000.063161/2009	SPC - Sistema Pernambucano de Comunicações Ltda.	Empresa de Radiodifusão Ursa maior Ltda.	Recurso conhecido e não provido
53000.063161/2009	Rede 21 Comunicações Ltda.	Empresa de Radiodifusão Ursa maior Ltda.	Recurso conhecido e não provido

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Nesta data anexe aos autos do processo de  
nº 53000663/53/094 a documentação  
a seguir constituída de 02 folhas,  
que assim numerou: 163, 164  
Data: 15 de 09 de 2011  
Nome: Rui  
Assinatura: [assinatura]

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



126

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 178, quinta-feira, 15 de setembro de 2011

**DIRETORIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE**

**EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

Espécie: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/2010, de prestação de serviços de suporte técnico para computação pessoal na DR/RN. OBJETO DO TERMO ADITIVO: Repactuar os valores unitários em função da Convenção Coletiva de Trabalho 2010-2011 da categoria, homologada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 25/07/2011, com vigência de 01/05/2010 a 31/12/2011, sendo os seus efeitos retroativos à data de assinatura do contrato: 15/08/2010; Renovar a vigência do contrato por 12 (doze) meses, para o período de 16/08/2011 a 16/08/2012 e repactuar os valores unitários do contrato em função da exclusão das rubricas "Reserva Técnica" e "Treinamento/Reciclagem de pessoal", em consonância com os acordos TCU 645/2009 e R25/2010, ratificados pela Nota Jurídica GCEJ/DEJUR-0864/2010. CONTRATADA: BITSERV SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA. VALOR DO ADITAMENTO: R\$ 449.904,80 (quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e quatro reais e oitenta centavos). VIGÊNCIA: 16/08/2011.

Espécie: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2010, de prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção em unidades da Diretoria Regional do Rio Grande do Norte. OBJETO DO TERMO ADITIVO: Aumentar a quantidade contratada em 0,76% em função da criação de 01 (um) posto de limpeza sazonal de 04hrs semanais, de segunda à sexta-feira, no horário das 07 às 11hrs e das 13 às 17hrs, no prédio da operação FNDE, localizado em Mossoró/RN, a partir de 01/09/2011 e com funcionamento até 29/02/2012, totalizando 06 (seis) meses. CONTRATADA: JMT SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. VALOR DO ADITAMENTO: R\$ 7.982,16 (sete mil, novecentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos). VIGÊNCIA: 01/09/2011.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PGE-11000020/2011**

OBJETO: Contratação de empresa para Locação de Veículos Utilitários; HOMOLOGADO A EMPRESA: SBX Gestão de Frotas Ltda-ME. CNPJ 08.942.491/0001-00; VALOR GLOBAL DE R\$ 248.499,00 (trinta e nove mil quatrocentos e setenta e oito reais e dez centavos).

JOSÉ PAULO DE MEDFIRIOS JÚNIOR  
Pregoeiro

**DIRETORIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL**

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

IL Nº 004/2011; OBJETO: Patrocínio concedido pela ECT/RS para a realização do evento "EXPO SÃO LUIZ", feira multisectorial, de repercussão regional; CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SÃO LUIZ GONZAGA; VALOR GLOBAL: R\$10.000,00 (dez mil reais); DATA DA RATIFICAÇÃO: 09/09/2011; ENQUADRAMENTO LEGAL: Art. 25, caput, Lei 8.666/93.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2011**

OBJETO: Aquisição de móveis em aço, através do Sistema de Registro de Preços, homologado às empresas: Rita Alves Pereira Guedes, no valor de R\$ 159.030,33 para o lote 01; Marco A. Antoniazzi, no valor de R\$ 57.200,00 para o lote 02 e R\$ 33.254,00 para o lote 03; Lapertil Indústria e Comércio de Móveis Ltda., no valor de R\$ 48.900,98 para o lote 04.

TALEN DA COSTA PINHO  
Pregoeiro

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/2011**

OBJETO: Aquisição de diversos materiais de consumo, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos, com recebimento das propostas no endereço www.licitacoes-e.com.br. Limite do acolhimento e abertura das propostas: 13h do dia 28/09/2011. Início da disputa de preços: às 14h do dia 28/09/2011. O edital poderá ser obtido pelos interessados, através do endereço eletrônico, www.correios.com.br. Mais informações pelo telefone/fax: (51)3220 8988 e 3220 8729 ou pelo e-mail: licitacoes-rs@correios.com.br.

MIGUEL LEANDRO DA C. SEZIMBRA  
Pregoeiro

**AVISO DE REVOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 130/2011**

A ECT/DR/RS, torna público a revogação do Pregão Eletrônico nº 130/2011, cujo objeto é a contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças, em caldeiras de água quente para chuveiros do complexo operacional da ECT/DR/RS, face ter restado fracionado.

MIGUEL LEANDRO DA C. SEZIMBRA  
Pregoeiro

**DIRETORIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO**

**EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS**

Green Transportes de Cargas e Locação Ltda - 2º Termo Aditivo - Contrato 079/2009 - Assinatura: 01/09/11 - Objeto: Prorrogar a Vigência do Contrato 079/2009, por um período de mais 12 (doze) meses de 02/09/2011 e 02/09/2012.

Locadora de Veículos Rocha's 1000 Ltda - 2º Termo Aditivo - Contrato 087/2009 - Assinatura: 11/09/11 - Objeto: Prorrogar a Vigência do Contrato 087/2009, por um período de mais 12 (doze) meses de 11/09/2011 e 11/09/2012.

FULL LOG Transportes Ltda - 4º Termo Aditivo - Contrato 082/2009 - Assinatura: 10/09/11 - Objeto: Prorrogar a Vigência do Contrato 082/2009, por um período de mais 12 (doze) meses de 10/09/2011 e 10/09/2012.

Locadora de Veículos Rocha's 1000 Ltda - 2º Termo Aditivo - Contrato 081/2009 - Assinatura: 02/09/11 - Objeto: Prorrogar a Vigência do Contrato 081/2009, por um período de mais 12 (doze) meses de 04/09/2011 e 04/09/2012.

**DIRETORIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato 6/2010; Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DO AMBULATÓRIO MÉDICO DA ECT/DR/RO; Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do contrato nº 6/2010, por mais um período de 12 (doze) meses; Contratada: 032.187.912-00/ESTRELLA PRECIADA BENESEY DE MACEDO; Valor Global: R\$ 83.359,08 (oitenta e três mil trezentos e cinquenta e nove reais e oito centavos); Data de Assinatura: 01/08/11.

**DIRETORIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000042/2011**

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de mão de obra, peças de reposição, componentes, consumíveis e materiais de limpeza, em scanners utilizados no centro de logística integrada do Correio digital da Diretoria Regional de Santa Catarina, instalado no CTE/Florianópolis, por 12 meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente. HOMOLOGADO A EMPRESA: RCL - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. LOTE: Único; VALOR GLOBAL: R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais).

JORGE ALEXANDRE NIEDERAUER RAMOS  
Pregoeiro

**DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO INTERIOR**

**AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000068/2011**

Objeto: Aquisição de equipamentos eletrônicos (Notebooks, Netbooks e Câmeras Fotográficas Digitais), conforme Edital; Lote 1 Adjudicado e Homologado à empresa: IBSNews Informática Ltda, no valor global de R\$ 36.999,90; Lote 2 Adjudicado e Homologado à empresa: IICR Comércio e Serviços Ltda - EPP, no valor global de R\$ 3.810,60.

JULIANA BUENO REFI  
Pregoeira

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000097/2011**

Objeto: Prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas pelo sistema POOL Misto, consiste viagens de caráter eventual, sem programação prévia, conforme Edital; Adjudicado e Homologado à empresa: Pesofort Transportes Ltda, no valor global de R\$ 227.120,00.

JOÃO CRISTIANO PAVAN ARATJO  
Pregoeiro

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000116/2011**

Objeto: Prestação de serviços de hospedagem para colaboradores da ECT na cidade de Presidente Prudente, conforme Edital. Abertura da Licitação: 29/09/2011 às 08:00 horas. Retirada do edital e informações: no endereço <http://www.correios.com.br>, pelo telefone (14) 4009-3558 / 4009-3600 ou fax (14) 4009-3659.

JULIANA BUENO REFI  
Pregoeira

**DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO METROPOLITANA**

**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11000294/2011**

Objeto: Dispensa de Licitação nº 11000294/2011, referente à locação de imóvel, Arthur Ribeiro e Outra, CDD Boqueirão/DR-SPM, valor global R\$420.000,00, data da ratificação: 08/09/2011. INCISO X, ART. 24 DA LEI Nº 8.666/93.

**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11000297/2011**

Objeto: Dispensa de Licitação nº 11000297/2011, referente à locação de imóvel, OTAPAN - Empreendimentos e Administração Ltda., AC Bairro da Previdência/DR-SPM, valor global R\$1.140.000,00, data da ratificação: 12/09/2011. INCISO X, ART. 24 DA LEI Nº 8.666/93.

**AVISO DE ADIAMENTO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000120 - GERAD/DR/SPM**

Comunicamos a todos os interessados o adiamento "sine die" do Pregão Eletrônico nº 11000120 - GERAD/DR/SPM, que tem por objeto a prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção de instalações prediais das unidades pertencentes à Região de Vendas 08, conforme edital e seus anexos. O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial da União nº 167, seção 3, página 96, de 30/08/2011.

VALTER ANUNCIACÃO DOS SANTOS JÚNIOR  
Pregoeiro

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000104**

Objeto: Aquisição de sofás de 2 lugares (SOB-02) e sofás de 3 lugares (SOB-03), por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme edital e seus anexos. Empresa adjudicada: "Madellier Comercial Ltda. - EPP" - CNPJ nº 02.027.570/0001-09, para o lote 1 (único), no valor global de R\$ 90.496,00. Autoridade Adjudicatada: Valter Anuncição dos Santos Junior - Pregoeiro. Autoridade Homologadora: Cíntia Maria Sarmento de Souza Sogayar - Gerente de Administração.

VALTER ANUNCIACÃO DOS SANTOS JÚNIOR  
Pregoeiro

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000128 - GERAD/DR/SPM**

Objeto: Serviços de adaptação de imóvel para instalação da Agência de Correios Macedo, conforme edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br>. (ID desta licitação 386434). O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 30/09/2011. Abertura das Propostas: 03/10/2011 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 03/10/2011 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico [geradpregao@correios.com.br](mailto:geradpregao@correios.com.br). No campo "assunto", mencionar PGE 11000128.

VALTER ANUNCIACÃO DOS SANTOS JÚNIOR  
Pregoeiro

**DIRETORIA REGIONAL EM SERGIPE**

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 32/2011; Objeto: Locação de 01 (uma) empilhadeira de contra peso movida a combustível GLP, com capacidade de 2000Kg, centro de carga a 500mm, por um período de 12 (doze) meses, incluindo a manutenção preventiva e corretiva durante a vigência do contrato; Contratado: M & D - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS LTDA; CNPJ: 05.840.607/0001-01; Data de assinatura: 01/09/2011; Vigência: 01/09/2011 a 01/09/2012; Origem: Pregão Eletrônico 18/2011, com subordinação nos ditames da Lei 8.666/93; Valor global da Contratação: R\$ 39.498,96 (trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos); Conta Orçamentária: 70011.44404.030004 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000019/2011**

OBJETO: Prestação de Serviço de Produção de Eventos-Integração/Emprego/Empresa/Corrida dos Carteiros 2011, homologado à empresa Lenildo Pereira da Silva-ME. CNPJ 08.668.920/0001-94, com um valor global anual de R\$ 48.500,00.

ELIO FREITAS C. CANGUSSU  
Pregoeiro

**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

**AVISO**

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) invólucro(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) do(s) Proponente(s) habilitado(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 1º andar, sala 132, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 FEV 2012

Nº 178, quinta-feira, 15 de setembro de 2011

## Diário Oficial da União - Seção 3

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº CEL/MC	Localidade	UF
21/09/2011	09h30	067/2009	Mossoró	RN

Brasília-DF, 14 de setembro de 2011.  
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão

### RESULTADOS DE PROPOSTA TÉCNICA

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, nos termos da Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com os Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, os resultados da pontuação das Propostas Técnicas das licitantes habilitadas conforme Anexos.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 1º andar, sala 132, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 13.6 do Edital.

Brasília-DF, 14 de setembro de 2011.  
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão

### ANEXO I

Concorrência nº 065/2009-CEL/MC, Localidade de Santa Quitéria do Maranhão/MA.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tcc	Resultado
Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.	TV	53000.002038/10	100.00000	CLASSIFICADA
NSTV Sistema de Comunicações Ltda.	TV	53000.002035/10	100.00000	CLASSIFICADA
Ocean Comunicação Digital SE Ltda.	TV	53000.002037/10	100.00000	CLASSIFICADA
RF Tecnologia e Participações Ltda.	TV	53000.002036/10	100.00000	CLASSIFICADA

### ANEXO II

Concorrência nº 019/2009-CEL/MC, Localidade de Lagoa do Prata/MG.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tcc	Resultado
Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.	FM	53000.003643/10	100.00000	CLASSIFICADA
Sistema Milenium de Radiodifusão Ltda.	FM	53000.003642/10	100.00000	CLASSIFICADA

### ANEXO III

Concorrência nº 018/2009-CEL/MC, Localidade de São Bento/MA.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tcc	Resultado
Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.	FM	53000.003340/10	100.00000	CLASSIFICADA
Ocean Comunicação Digital SE Ltda.	FM	53000.003344/10	100.00000	CLASSIFICADA

### ANEXO IV

Concorrência nº 058/2010-CEL/MC, Localidade de Santa Rosa do Sul/MG.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tcc	Resultado
LMSO Radiodifusão Ltda.	FM	53000.045152/10	100.00000	CLASSIFICADA
NSTV Sistema de Comunicações Ltda.	FM	53000.045146/10	100.00000	CLASSIFICADA
Oha FM Sociedade Ltda.	FM	53000.045149/10	100.00000	CLASSIFICADA
Onã Verde Comunicações Ltda.	FM	53000.045154/10	100.00000	CLASSIFICADA
Rádio Canaã FM Ltda.	FM	53000.045158/10	100.00000	CLASSIFICADA
Rádio Fronteira Ltda.	FM	53000.045160/10	100.00000	CLASSIFICADA
Rádio Itatiaia Ltda.	FM	53000.045155/10	100.00000	CLASSIFICADA
Rádio Nirvana FM Ltda.	FM	53000.045157/10	100.00000	CLASSIFICADA
Rádio Sombrio FM Ltda. EPP	FM	53000.045154/10	100.00000	CLASSIFICADA
SE Serviços de Comunicações Ltda. ME	FM	53000.045153/10	100.00000	CLASSIFICADA
Sistema Técnico de Radiodifusão Ltda.	FM	53000.045150/10	100.00000	CLASSIFICADA
Vitória Empresa de Radiodifusão de Sons e Imagens Ltda.	FM	53000.045162/10	100.00000	CLASSIFICADA

## Ministério das Relações Exteriores

### FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2011 - UASG 244001

Nº Processo: 091000001492011. INEXIGIBILIDADE Nº 20/2011  
Contratante: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - CPF Contratado: 04511018715. Contratado: SERGIO FERNANDO GUARISCIII BATI - Objeto: Cessão de direitos autorais/patrimoniais do texto "RIO BRANCO: O IIOMEM, O DIPLOMATA, O HISTORIADOR". Fundamento Legal: Lei 9610/98 e Lei 8666/93. Vigência: 06/09/2011 a 06/09/2012. Valor Total: R\$4.000,00. Fonte: 100000000 - 2011NER00126. Data de Assinatura: 06/09/2011.

(SICON - 14/09/2011) 244001-24290-2011NER00001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2011 - UASG 244001

Nº Processo: 09100000338201179. INEXIGIBILIDADE Nº 84/2011  
Contratante: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - CPF Contratado: 04511018715. Contratado: SERGIO FERNANDO GUARISCIII BATI - Objeto: Cessão de direitos autorais/patrimoniais do texto "RIO BRANCO: O IIOMEM, O DIPLOMATA, O HISTORIADOR". Fundamento Legal: Lei 9610/98 e Lei 8666/93. Vigência: 06/09/2011 a 06/09/2012. Valor Total: R\$4.000,00. Fonte: 100000000 - 2011NER00283. Data de Assinatura: 06/09/2011.

(SICON - 14/09/2011) 244001-24290-2011NER00001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032011091500127

## Ministério de Minas e Energia

### AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA SETORIAL

#### AVISO

Complemento ao Aviso da Audiência Pública nº 043/2011, publicado no Diário Oficial da União do dia 11 de agosto de 2011, seção 3, página 134.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA SETORIAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da competência que lhe foi atribuída por meio da Portaria ANEEL nº 109, de 11 de julho de 2005, COMUNICA, em complemento às disposições contidas no supracitado Aviso de Audiência Pública, que a data para realização da Sessão ao Vivo-Presencial, antes prevista para o dia 29/09/2011, foi alterada para o dia 30/09/2011, das 9h30 às 13 horas, no Auditório da ANEEL, situado à SGAN 603, módulo II, Brasília/DF. Os trinta minutos iniciais da Sessão Presencial serão destinados ao credenciamento dos participantes no local do evento.

Permaneçam inalterados os demais procedimentos e informações do Aviso de Audiência Pública acima referido.

ANDRÉ RUELLE

#### AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 51/2011

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA SETORIAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da competência que lhe foi atribuída por meio da Portaria ANEEL nº 109, de 11 de julho de 2005,

COMUNICA que foi aberta a AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 051/2011, com período para envio de contribuição de 15/09/2011 a 30/09/2011, por intercâmbio documental.

OBJETIVO da Audiência Pública: obter subsídios para o Manual de Monitoramento e Fiscalização da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC.

A documentação objeto desta Audiência Pública, o modelo para envio de contribuições, assim como os critérios e procedimentos para participação, estão à disposição dos interessados ou podem ser solicitados nos seguintes endereços:

INTERNET: <http://www.aneel.gov.br>, área "A ANEEL", no menu Audiências/Consultas/Fórum, Audiências Públicas, Audiência Ano 2011, item Audiência 051/2011 - "Mais detalhes"; e

ANEEL: SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Térreo/Protocolo Geral, CEP 70.830-030, Brasília-DF, por meio do e-mail [ap051\\_2011@aneel.gov.br](mailto:ap051_2011@aneel.gov.br) ou pelo fax n. (61) 2192-8839.

ANDRÉ RUELLE

### AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2010 UASG 323031

Número do Contrato: 9169/2010. Nº Processo: 48610015185201085. PREGÃO SISPP Nº 88/2010 Contratante: AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS-NATURAL E BIOCOMBUSTI. CNPJ Contratado: 04786911000147. Contratado: PSN TECNOLOGIA LTDA - Objeto: Prorrogação da vigência do contrato por 12 (doze) meses, correspondentes ao período de 29/12/2011 a 28/12/2012, e acrescer ao item 1 do contrato 173 (cento e setenta e três) licenças adquiridas no item 2. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 29/12/2011 a 28/12/2012. Valor Total: R\$52.758,74. Fonte: 129032280 - 2011NER00228. Data de Assinatura: 14/09/2011.

(SICON - 14/09/2011) 323031-32205-2011NER00014

### CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

EXTRATO DO CONTRATO Nº ECP-0082/2011

CONTRATANTE: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS; BENEFICIÁRIA: Jurebcha Produções Artísticas Ltda.; OBJETO: Contribuição financeira a título de patrocínio para a realização do projeto "Outros Tempos"; ESPÉCIE: Contrato nº ECP-0082/2011; VALOR: R\$ 249.900,00 (duzentos e quarenta e nove mil e novecentos reais); FUNDAMENTO LEGAL: Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93; CRÉDITO: 615.941,08.00; DATA DE ASSINATURA: 12/09/2011; SIGNATÁRIOS: Pela ELETROBRAS: José da Costa Carvalho Neto - Presidente, pela BENEFICIÁRIA: Alessandra Castañeda de Araújo e Poliana Paiva de Araújo - Sócios-Gerentes.

EXTRATO DO CONTRATO Nº ECP-0081/2011

CONTRATANTE: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras; BENEFICIÁRIA: Lume Organização de Eventos Ltda.; OBJETO: Contribuição financeira a título de patrocínio para a realização do projeto "CIRCUITO PARA A CIDADANIA"; ESPÉCIE: Contrato nº ECP-0081/2011; VALOR: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); FUNDAMENTO LEGAL: Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93; CRÉDITO: 615.941,08.00; DATA DE ASSINATURA: 01/09/2011; SIGNATÁRIOS: Pela Eletrobras: José da Costa Carvalho Neto - Presidente, pela BENEFICIÁRIA: Rafael Fontana - Sócio-Diretor.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras; PROPONENTE: Jurebcha Produções Artísticas Ltda.; OBJETO: Patrocínio para a realização do projeto "Outros Tempos"; FUNDAMENTO LEGAL: caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, que trata da inexigibilidade de licitação, ratificada pelo Presidente, José da Costa Carvalho Neto, por meio da Resolução nº 780/2011, de 08/09/2011.

### CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: CERON/DO/119/2011. Contratante: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron. Contratada: Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil - SICOOB. Proveniente da Inexigibilidade de Licitação nº 004/2011. Objeto: Prestação dos Serviços, sem exclusividade, de recebimento de notas fiscais/conta de energia elétrica e demais encargos incidentes, inclusive nas taxas de serviços e multas moratórias. Vigência: 60 (sessenta) meses. Valor total R\$ 434.723,40 (quatrocentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte e três reais e quarenta centavos). Assinatura: 13/09/2011. Antônio Ferraz Ribeiro de Carvalho - Representante do Diretor Comercial e José Paulo Vieira Oliveira - Gerente do Departamento de Suprimentos, pela Contratante, Edson Quevedo Soares - Diretor Presidente e Iris Fernando de Castro - Diretor Operacional, pela Contratada.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53000-063/53/09 a documentação  
a seguir constituída de 165 folhas.  
que assim numerai: 09, 169  
Data: 21 / 09 / 2011  
Nome: [Assinatura]  
Assinatura: [Assinatura]



00000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

# Proposta Técnica

Mossoró-RN

**TELEVISÃO COSTA  
BRANCA LTDA.**

*[Handwritten signatures and initials]*

000002



Proponente: **TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**  
Edital de Concorrência nº 067/2009-CEL/MC  
Localidade: Mossoró – RN

**Índice**  
**Proposta Técnica (item 6)**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

- 1 – Programas Jornalísticos, Educativos e Informativos de caráter geral (subitem 6.1.1)
- 2 – Serviço Noticioso de caráter geral - (subitem 6.1.2)
- 3 – Programas Culturais, Artísticos e Jornalísticos, produzidos e gerados na localidade objeto da outorga - (subitem 6.1.3)
- 4 – Prazo em meses para o início da execução do serviço em caráter definitivo - (subitem 6.1.6)

000003

**PROPOSTA TÉCNICA**

Edital da Concorrência nº 067/2009-CEL/MC

Localidade: **Mossoró** UF: **RN**Razão Social da Proponente: **TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**CNPJ/MF nº. **11.042.517/0001-60** Data: **15/12/2009.**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

## 1. Programas jornalísticos, educativos e informativos:

Programas jornalísticos, educativos e Informativos de caráter geral.	Tempo dos programas em minutos (T1)	(%T1) T1x100/1440
	<b>115,20</b>	<b>8,0</b>

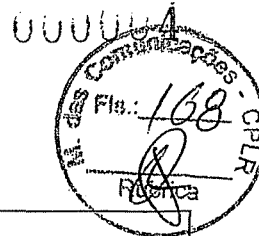
## 2. Serviço noticioso:

Programas de serviço noticioso de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T2)	(%T2) T2x100/1440
	<b>115,20</b>	<b>8,0</b>

## 3. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence à localidade objeto da outorga.

Programas culturais, artísticos e jornalísticos de caráter local.	Tempo dos programas em minutos (T3)	(%T3) T3x100/1440
	<b>115,20</b>	<b>8,0</b>

1



4. Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo:

Prazo em meses para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo (T4)	Quantidade de meses (T4)
	9,0

Serra - ES, 15 de dezembro de 2009.

**MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO**

Administradora  
CPF nº. 726.888.587-34

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

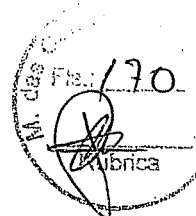


CONJUNTO Nº 2 - PROPOSTA TÉCNICA Edital da Concorrência nº 067/2009 - CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: <b>MOSSORÓ-RN</b>
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: <b>TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.</b>
<u>Conteúdo:</u>  Conjunto nº 2: Proposta Técnica.

recebida desta anexo aos autos do processo nº 53000-063/53/09 a 06  
e seguir com o nº 175  
que assim numeral: 22, 29, 2011  
Data: 22/09/2011  
Nome: [assinatura]  
Assinatura: [assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 082/2011

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)  
TÉCNICA(S)

CONCORRÊNCIA Nº 067/2009-CEL/MC

SERVIÇO : SONS E IMAGENS (TV)

LOCALIDADE: MOSSORÓ/RN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Em, 21 (vinte e um) dias do mês de setembro de 2011, quarta-feira, às 09h:30 (nove horas e trinta minutos), na Sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão - CPLR/SCE-MC, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Ala Oeste, sala 131, primeiro andar do Edifício Anexo do Ministério das Comunicações, Via N-2, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 223, de 06/06/2011, publicada no DOU de 07/06/2011 e suas alterações, com a participação de sua Presidente, Denise Menezes de Oliveira, Vice-Presidente, Álvaro Augusto de Souza Neto e do membro permanente Carlos Alberto Martins Gold Júnior, com o objetivo de realizar a **abertura dos invólucros contendo as propostas técnicas das proponentes habilitadas na concorrência nº 067/2009-CEL/MC**, que visa à outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de Sons e Imagens (TV), na localidade de: **MOSSORÓ/RN**, conforme publicação no DOU de 15 de setembro de 2011, Seção "3", Número 178, Página(s) 126 e 127, sendo desenvolvidas as atividades a seguir: (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Conferência do malote de cor verde do tipo snapseal lacrado sob o nº 0009388, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote e conferência do envelope tipo starlock de nº 4588119, constatada sua integridade. (4) Abertura do envelope plástico citado e conferência dos invólucros contendo as propostas técnicas dos licitantes, sendo constatada a sua integridade de todos eles. (5) Foram disponibilizados para verificação os envelopes constantes da presente abertura, não ficando registrado nenhuma irregularidade. (6) Abertura dos invólucros lacrados contendo as propostas técnicas da(s) seguintes empresa(s): EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA., Processo nº 53000.063161/09; NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA., Processo nº 53000.063155/09; REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.063147/09; REDE ELLO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.063148/09; SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIAOM LTDA., Processo nº 53000.063162/09; SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.063163/09; TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA., Processo nº 53000.063153/09; TELEVISÃO POTIGUAR LTDA., Processo nº 53000.063159/09; UNICOM - UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.063156/09; (7) Apuração e registro em planilha eletrônica dos itens constantes das propostas técnicas sendo obtidas as pontuações conforme segue: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA., 100.00000; NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA., 100.00000; REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA., 100.00000; REDE ELLO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA., 100.00000; SISTEMA DE

afm

cliel





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

COMUNICAÇÃO VIAOM LTDA., 70.00000; SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100.00000; TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA., 100.00000; TELEVISÃO POTIGUAR LTDA., 100.00000; UNICOM – UNIÃO COMUNICAÇÃO LTDA., 70.00000. (8) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão e público presente. (9) A Sra. Presidente determinou que fossem registradas em ata as seguintes observações/intercorrencias: a) Sistema de Comunicação Viaom Ltda. e UNICON – União Comunicação Ltda., desclassificadas em virtude do tempo de programas culturais, artísticos e jornalísticos gerados na localidade propostos, previstos no item 13.1.3 do edital, que resultaram na falta do alcance do percentual mínimo exigido. b) o malote de cor verde do tipo *snapseal* foi novamente lacrado sob o nº 0009200. (10) Impressão, leitura e aprovação dos documentos denominados “**Resultados das Propostas Técnicas**” - que seguem em anexo, que apontam as pontuações das propostas técnicas constantes da presente abertura. Nada mais havendo à acrescentar, a Presidente deu por encerrada a presente sessão as 10h:10 (dez horas e dez minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente, Vice-Presidente e membro Permanente da Comissão.

  
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

Presidente

  
ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO

Vice-Presidente

  
CARLOS ALBERTO MARTINS GOLD JÚNIOR

Membro permanente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 067/2009-CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA(S)

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

FOLHA(S) 01/01

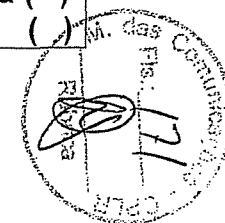
DATA: 21/09/2011

SERVIÇO : SONS E IMÁGENS (TV)

LOCALIDADE : MOSSORÓ/RN

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
TELEVISÃO POTIGUAR LTDA	Maria Lucia Tenório do Nascimento			648168 DF	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
Televisão Costa Branca Ltda	RAZIO CESAR DEGRASIA BARBOSA			2312M-DF	Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM ORIGINAL  
08 FEV 2012





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 067/2009-CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA(S)

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

FOLHA(S) 01/01

DATA: 21/09/2011

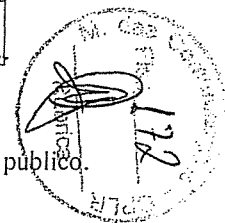
SERVIÇO: SONS E IMÁGENS (TV)

LOCALIDADE(S) : MOSSORÓ/RN

Nome	RG nº/UF	Rubrica
ALVIMAR BERTLAND D. S. DE MACÊDO	12869-0AB/DF	
Jaeger Henrique macedo	120 289. 043 - RJ	
HERMANINI B. LEDEBOUR.	595940 SS P RJ	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Modelo de lista de presença de público.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

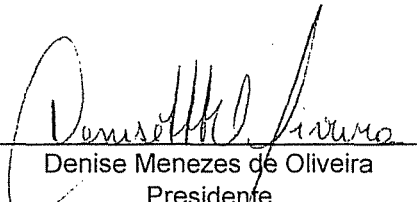
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

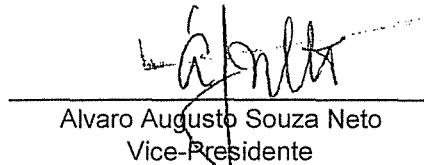
**RESULTADO DA PROPOSTA TÉCNICA**

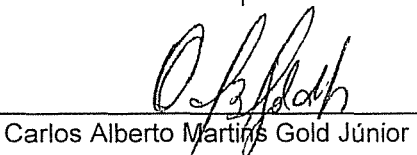
Processo	53000.063153/2009			
Proponente	TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA			
Concorrência	067/2009	Local	MOSSORÓ	UF : RN
Serviço	TV		Grupo de Enquadramento : A	

	Min	%	Condição
Programas jornalísticos, educativos e informativos (ANEXO V, item 1))	115.200	8,00000	5% ≤ T1 ≤ 8%
Programas de serviços noticiosos (ANEXO V, item 2)	115.200	8,00000	5% ≤ T2 ≤ 8%
Programas culturais, artísticos e jornalísticos gerados na localidade (ANEXO V, item 3)	115.200	8,00000	5% ≤ T3 ≤ 8%
Prazo em meses para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo (ANEXO V, item 4)	9		9 ≤ T4 ≤ 36

P1 =	15,00000	<b>CLASSIFICADA</b> CONFERE COM O ORIGINAL 08 FEV 2012
P2 =	15,00000	
P3 =	30,00000	
P4 =	40,00000	
PT =	100,00000	

  
Denise Menezes de Oliveira  
Presidente

  
Alvaro Augusto Souza Neto  
Vice-Presidente

  
Carlos Alberto Martins Gold Júnior  
Membro Permanente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



Nº 183, quinta-feira, 22 de setembro de 2011

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

107



vinte e oito reais e noventa e seis centavos); À EMPRESA: MARCO A ANTONIAZZI; Lote 12; Valor Unitário: R\$ 399,99; VALOR GLOBAL: R\$ 1.999,95 (um mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

MIRIAM TAMBOSI  
Pregoeira

**DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO INTERIOR**  
**EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS**

01) Contrato Nº 0226/2011; Data de Assinatura: 13/09/11; Contratada: 06.072.860/0001-17 TRANSLIG LOGISTICA LTDA EPP; Objeto: Prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas - LTR-SP-1206; Origem: Pregão Eletrônico Nº 11000078/2011; Vigência: 14/10/2011 a 14/10/2012; Valor Total: R\$ 70.977,96 (setenta mil e novecentos e setenta e sete reais e noventa e seis centavos).

02) Contrato Nº 0215/2011; Data de Assinatura: 01/09/2011; Contratada: 01.170.162/0001-30/ NOVA RUSII PRODUÇÕES LTDA - ME; Objeto: Prestação de serviços de Filmagem da realização das avaliações de Capacidade Física Laboral dos candidatos aprovados no concurso público da ECT; Origem: Pregão Eletrônico nº 110000105/2011; Vigência: 01/09/2011 a 01/09/2012; Valor Total: R\$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais).

**AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000092/2011**

Objeto: Prestação de serviço de hospedagem para colaboradores da ECT na cidade de São José dos Campos, conforme Edital; Adjudicado e Homologado à empresa: APPLY EVENTOS LTDA., no valor global de R\$ 59.200,00.

ENFIAS FRANCISCO PEREIRA ROUSA  
Pregoeira

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 11000019/2011**

Objeto: Prestação de serviços para manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças genuínas e originais, em motocicletas da marca Honda, centralizadas na cidade de Juá/SP e micro região, conforme Edital; Adjudicado e Homologado à empresa: Waguí Motos Juá Ltda - ME, no valor global de R\$ 46.370,00.

JULIANA BUENO RETI  
Pregoeira

**DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO**  
**METROPOLITANA**

**AVISO DE ANULAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000098-GERAD/DR/SPM**

Objeto: Aquisição de conjunto de paleta/tampa/manga - PTM 01, por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme edital e seus anexos. Comunicamos que, com base no Artigo 49 da Lei 8.666/93, foram verificados os pressupostos básicos que justificam e que determinam a anulação de todos os atos praticados referentes a esta licitação, nos termos do Artigo 29 do Decreto 5.450/2005. O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial da União Nº 122, seção 3, página 95, de 28/06/2011. Os autos estão encaminhados à consulta por parte dos interessados.

REGINALDO DOS SANTOS SOUZA  
Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000062 - GERAD/DR/SPM**

Comunicamos a todos os interessados que o Pregão Eletrônico Nº 11000062 - GERAD/DR/SPM, cujo objeto é a prestação de serviços de transporte de carga postal em linhas urbanas, na modalidade "pool" (uso eventual), conforme edital e seus anexos, foi declarado fracassado por não haver proposta válida, restando "sem vencedor". O Aviso de licitação foi publicado no Diário Oficial da União Nº 108, seção 3, página 110, de 07/06/2011. Os autos encontram-se encaminhados para consulta.

JOÃO SOARES DA SILVA  
Pregoeira

**DIRETORIA REGIONAL EM SERGIPE**

**AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000015/2011**

OBJETO: Serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos com fornecimento de peças e acessórios, homologado às empresas, Lote 1: Sergiuto LTDA, CNPJ 13.018.122/0001-57, com valor global anual de R\$ 17.549,02, Lote 2,3,4 e 5: Pereira Auto Center LTDA, CNPJ 05.058.340/0001-97, com valor global anual de Lote 2 R\$ 157.075,15, Lote 3 R\$ 55.999,27, Lote 4 R\$ 14.998,76 e Lote 5 R\$ 60.995,31.

ROBERTO ALENCAR DO NASCIMENTO  
Pregoeira

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000016/2011**

OBJETO: Aquisição de Mobiliários às Áreas Administrativas Desta Regional, homologado às empresas, Lote 1: Ana Rosa Souza do Nascimento, CNPJ 10.605.978/0001-30, com valor global anual de R\$ 9.250,00, Lote 2: Indústria do Brasil MC-ME LTDA, CNPJ 8.273.276/001-55, com valor global anual de R\$ 9.400,00.

ELOÁ DE FREITAS CARDOSO CANGIUSU  
Pregoeira

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000017/2011**

OBJETO: Manutenção preventiva e corretiva de motocicletas com fornecimento de peças, acessórios e lubrificantes, homologado à empresa, Joselito Vieira dos Santos, CNPJ 00.099.452/0001-72, com valor global anual de Lote 1 R\$ 15.062,11 e Lote 3 R\$ 105.973,09.

ROBERTO ALENCAR DO NASCIMENTO  
Pregoeira

**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

A COORDENADORA-GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGAS, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 188, § 4º, inciso III, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2006, e suas modificações.

CONSIDERANDO que a entidade GRUPO TUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA., vencedora da Concorrência nº 084/2001-SSR/MC, para explorar o serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na localidade de Tucano, Estado da Bahia, não recebeu aos efeitos de exigência, abaixo relacionados, para apresentação de documentos com vistas à instrução do processo nº 53640.000227/2002, em preparação à celebração do Contrato de Adesão de Permissão com a União, resolve:

NOTIFICAR, nos termos do art. 4º do art. 26 da Lei nº 9.784, de 1999, a entidade, na pessoa de seu representante legal, para que apresente ao Ministério das Comunicações, localizado na Esplanada dos Ministérios, bloco R, Anexo B, Ala Oeste, Sala 300, CEP: 70.044-900, correio eletrônico outorga@mc.com.br, telefone: (61) 3311-6281/6397/6358/6554, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da publicação deste Edital, sob pena de indeferimento do procedimento de assinatura do contrato, em original ou cópia autenticada, os seguintes documentos: a) certidão de inteiro teor do contrato social da entidade, atualizada até a última alteração arquivada, emitida pela Junta Comercial; b) cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do diretor que irá assinar o contrato, ou do procurador (se for o caso); c) instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso; d) endereço completo, com telefone/fax, para emissão de correspondência e o comprovante definitivo do CNPJ da entidade.

VÂNEA RABELO

**AVISOS**

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) do(s) Proponente(s) habilitado(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 1º andar, sala 132, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº	CEL/MC	Localidade	UF
28/09/2011	09h30	034/2009	Juni		PE
		054/2009	Campo Belo do Sul		SC
		014/2010	Sobradinho		RS
		015/2010	Rio do Sul		SC

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, torna público, por meio deste Aviso e seu anexo único, deliberação sobre o Pedido de Desistência da proponente e, em conformidade com o art. 43, § 6º, da Lei 8.666, de 23 de junho de 1993, concluiu pela NÃO ACEITAÇÃO do pedido, acrescido dos subitens 13.3 e 13.3.1 do edital 063/2009.

**ANEXO ÚNICO**

Concorrência Nº	UF	Localidade	Serviço	Proponente	Processo Nº
063/2009-CEL/MC	BA	Mucugê	TV	Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	53000.001557/2010

A Comissão Permanente de Licitação de Serviço de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, e com base nos Editais de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO aos recursos interpostos na fase de habilitação, na Concorrência indicada no Anexo Único.

Os autos dos processos estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação de Serviço de Radiodifusão no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 1º andar, sala 132, Brasília/DF.

Eventuais manifestações deverão ser protocolizadas no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília-DF, 21 de setembro de 2011.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**ANEXO ÚNICO**

**RECURSOS CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS**

Cunc. n.º	UF	Localidade	Serviço	Recorrente	Recorrida
CEL/MC					
001/2007	MG	Amargui	TV	Televisão Oum Verde Ltda.	Plenitude Comunicações Ltda.
001/2007	MG	Amargui	TV	Televisão Oum Verde Ltda.	TV.COM Ltda.

**RESULTADO DE ANÁLISE TÉCNICA**

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, nos termos da Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, os resultados da pontuação das Propostas Técnicas das licitantes habilitadas conforme Anexo I.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 1º andar, sala 132, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 13.6 do Edital.

Brasília-DF, 21 de setembro de 2011.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Nº 133, quinta-feira, 22 de setembro de 2011



108

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

ANEXO I

Concorrência n.º 067/2009-CEL/MC, Localidade de Mossoró/RN.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tce	Resultado
Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	TV	53000.063161/09	100.00000	CLASSIFICADA
Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.	TV	53000.063155/09	100.00000	CLASSIFICADA
Rede 21 Comunicações Ltda.	TV	53000.063147/09	100.00000	CLASSIFICADA
Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.	TV	53000.063148/09	100.00000	CLASSIFICADA
Sistema Potiguar de Comunicação Ltda.	TV	53000.063163/09	100.00000	CLASSIFICADA
Televisão Costa Branca Ltda.	TV	53000.063153/09	100.00000	CLASSIFICADA
Televisão Potiguar Ltda.	TV	53000.063159/09	100.00000	CLASSIFICADA
Sistema de Comunicação Viacom Ltda.	TV	53000.063162/09		DESCLASSIFICADA
UNICOM - União Comunicação Ltda.	TV	53000.063156/09		DESCLASSIFICADA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9106/2011 - UASG 323030  
Nº Processo: 48610010145201128.  
PREGÃO SISPP Nº 48/2011 Contratante: AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS-NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. CNPJ Contratado: 00831964000181. Contratado: H PRINT REPROGRAFIA E AUTOMACAO DEESCRITORIO LTDA. Objeto: Serviço continuado de reprografia com locação de equipamentos multifuncionais, incluindo no mínimo 03 operadores. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 21/09/2011 a 20/09/2012. Valor Total: R\$177.999,58. Fonte: 174022064 - 2011NE800142. Data de Assinatura: 21/09/2011.

(SICON - 21/09/2011) 323031-32205-2011NE800014

COMUNICADO Nº 113, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Em atendimento ao requerimento formulado por intermédio da Defesa Administrativa, datada de 02/07/2010, da Fast Petróleo Ltda., CNPJ 06.029.939/0002-46, referente ao Processo nº 48621.000381/2010, instaurado em decorrência da Lavratura do Auto de Infração 307680, comunico que a ANP realizará as análises de amostras-testemunhas de Biodiesel nº. 94365, e de Óleo Diesel, nº. 94369, em 27 de setembro de 2011, às 16:00 horas, no endereço abaixo indicado:

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS  
LABORATÓRIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES  
AVENIDA PROF. ALMEIDA PRADO, 532 - CIDADE UNIVERSITÁRIA  
CEP 05508-901 - BUTANTÃ / SÃO PAULO  
TEL.: (11) 37674552

Sra. Heloisa Antonoff  
Solicito, por oportuno, seja providenciado o comparecimento de representante legal da citada empresa a fim de acompanhar as análises supracitadas, que contará também com a presença de fiscal da ANP.

A despesa reclamada pelas análises será de responsabilidade da empresa requerente, em face do que prescreve o artigo 13, § 3º, do Decreto Nº 2.953, de 28/01/99.

Em caso de dúvida, entrar em contato pelo telefone (11) 22761337.

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA  
Superintendente de Fiscalização do Abastecimento

COMUNICADO Nº 114, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Em atendimento ao requerimento formulado por intermédio da Defesa Administrativa, datada de 04/02/2011, da Rede de Petróleo Xingu Ltda., CNPJ 02.840.223/0001-92, referente ao Processo nº 48621.000084/2011, instaurado em decorrência da Lavratura do Auto de Infração 345111, comunico que a ANP realizará a análise de amostra-testemunha de Óleo Diesel B 5-500, nº. 103914, em 27 de setembro de 2011, às 11:00 horas, no endereço abaixo indicado:

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS  
LABORATÓRIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES  
AVENIDA PROF. ALMEIDA PRADO, 532 - CIDADE UNIVERSITÁRIA  
CEP 05508-901 - BUTANTÃ / SÃO PAULO  
TEL.: (11) 37674552

Sra. Heloisa Antonoff  
Solicito, por oportuno, seja providenciado o comparecimento de representante legal da citada empresa a fim de acompanhar a análise supracitada, que contará também com a presença de fiscal da ANP.

A despesa reclamada pela análise será de responsabilidade da empresa requerente, em face do que prescreve o artigo 13, § 3º, do Decreto Nº 2.953, de 28/01/99.

Em caso de dúvida, entrar em contato pelo telefone (11) 22761337.

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA  
Superintendente de Fiscalização do Abastecimento

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
CONVENIO Nº ECV-324-A/2011

CONVENIENTES: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de Furna dos Baianos e Prefeitura Municipal de Aquidauana-MS; OBJETO: Execução do Projeto "Centro Comunitário de Produção de Furna dos Baianos"; ESPÉCIE: Termo Aditivo de Convênio nº ECV-324-A/2011; VALOR: R\$ 54.821,52 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos); VIGÊNCIA: 20 (vinte) meses. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116 da Lei 8666/93. DATA DE ASSINATURA: 02/08/2011. SIGNATÁRIOS: Pela Eletrobras: José da Costa Carvalho Neto - Presidente, pela ANAQ-FB: Sebastião Correia dos Santos - Presidente, pela PMA: Fauzi Muhammad Abdul Hamid Suleiman - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 36/2011 - UASG 910808

Nº Processo: 63334. Objeto: Pregão Eletrônico - A contratação de empresa especializada para a realização de serviços de Especialista (market maker) das ações Ordinárias e Preferenciais da classe B, de emissão da ELETROBRAS, negociadas na Bolsa de Valores de Madrid através do Programa Latibex, conforme condições estabelecidas

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2011 - UASG 240010

Nº Processo: 09020000015201116. PREGÃO SISPP Nº 3/2011 Contratante: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/CNPJ Contratado: 03420926000124. Contratado: GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. - Objeto: Serviço de acesso ip por meio de link permanente, dedicado, exclusivo e disponível 24/7, na velocidade de 100 Mbit/s. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, art. 61, parágrafo único. Vigência: 20/09/2011 a 19/09/2012. Valor Total: R\$82.998,00. Fonte: 108000000 - 2011NE800057. Data de Assinatura: 20/09/2011.

(SICON - 21/09/2011) 240013-00001-2011NE800009

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 20/2011 - UASG 320004

Nº Processo: 48000001350201181. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de mobiliário, por lote, para o Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, e de acordo com as especificações técnicas consignadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, Total de Itens Licitados: 00013. Edital: 22/09/2011 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco "u" - Sala 435 Centro - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 22/09/2011 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 04/10/2011 às 10h00 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: Edital disponível no site: [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)

CLAUDETE MARTINS  
Pregoeira

(SICON - 21/09/2011) 320004-00001-2011NE800019

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 300/2011 - UASG 323028

Nº Processo: 48500001829201186. PREGÃO SISPP Nº 40/2011 Contratante: AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA - ELÉTRICA - ANEEL. CNPJ Contratado: 76535764032690. Contratado: BRASIL TELECOM S/A - Objeto: Prestação de Serviço Telefônico Fixo Computado (STFC) na modalidade local para atender às necessidades da ANEEL. Fundamento Legal: Leis n. 8666/93 e 10520/2002, Decretos n. 5450/2005 e 6204/2007, LC 123/2006, IN SLTI/MPOG 02/2008 e 03/2009. Vigência: 26/09/2011 a 25/09/2012. Valor Total: R\$145.278,64. Fonte: 174032273 - 2011NE800814. Data de Assinatura: 01/09/2011.

(SICON - 21/09/2011) 323028-00001-2011NE800136

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 130/2011-UASG 323028

Nº Processo: 48500003274201115. Objeto: Prestação de Serviços de Fornecedor de Energia Elétrica aos Edifícios Sede e Anexos do Condomínio formado pelos Prédios da ANEEL/ANPP/CPRM. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Fornecedor ou suplen- timento de energia elétrica e gás natural com concessionário, per- missionário ou autorizado. Declaração de Dispensa em 20/09/2011.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assinada.html>, pelo código 00032011092200108

AUREO DE ARAUJO SOUZA, Superintendente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios. Ratificação em 20/09/2011. NELSON JOSE HUBNER MOREIRA, Diretor-geral. Valor Global: R\$ 1.292.400,00. CNPJ CONTRATADA: 07.522.669/0001-92 CEB DIS- TR IBUCAO S.A..

(SICON - 21/09/2011) 323028-32210-2011NE800136

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 57/2011 - UASG 323028

Nº Processo: 48500003784201184. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para aquisição de componentes para microcompu- tadores desktops. Total de Itens Licitados: 00010. Edital: 22/09/2011 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h50. Endereço: Sgan Quadra 603, Bloco "J" Asa Norte - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 22/09/2011 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertu- ra das Propostas: 05/10/2011 às 15h00 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

AUREO DE ARAUJO SOUZA  
Superintendente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios

(SICON - 21/09/2011) 323028-00001-2011NE800136

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 34/2011

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por intermédio do pregoeiro, torna público que, após a avaliação das pro- postas de preços e da documentação de habilitação apresentadas na licitação em referência, cujo objeto é o Registro de Preços para a aquisição de material de manutenção de construção e reparo, foi vencedor para os itens 4, 15, 32 e 54, a empresa FERRAGENS- LIDER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, pelo valor total de R\$ 4.830,40; para o item 51, a empresa UNIVERSO INFORMATICA E FERRAGENS LTDA - EPP, novonor de R\$ 15.480,00; para os itens 23,25, 42e 61, a empresa M.C.R.P. ALVES - EPP, pelo valor total de R\$ 2.322,00; para o item 47, a empresa L.F. GONDIM COMERCIO DE COURO E FERRAMENTAS LTDA, pelo valor de R\$ 319,92; para os itens 10,28,36,37,41,43,53,56 e 59, a empresa JGM ELETRICA E HIDRAULICA LTDA; pelo valor total de R\$ 6.194,80; para o item 50, a empresa COMERCIAL PROGRESSO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, pelo valor de R\$ 82.844,00; para os itens 19 e 20, a empresa ANDERSON ANTONIO DE MENEZES-CO- MERCIO, pelo valor total de R\$ 567,00; para os itens 13 e 40, a empresa FOLK SERVIÇOS ADMIN. E DIST. DE MATERIAIS, no valor total de R\$ 616,20; para o item 35, a empresa JAT-MAC LTDA, pelo valor de R\$ 1.580,00; para os itens 14,22 e 55, pelo valor total de R\$ 21.192,90; para os itens 16, 17, 23, 33, 34 e 39, a empresa HIL- DRALUZ MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP, no valor total de R\$ 6.109,20; para os itens 5,6, 7, 8, 12, 18, 21, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 45, 48, 49, 57 e 58, a empresa MRC REFORMAS EPINTURAS LTDA-ME, pelo valor total de R\$ 7.547,12; para o item 46, a empresa SKILL TEC E MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS DE ME- DIÇÃO LTDA, pelo valor de R\$ 506,00.

ANGELICA LUISA PINTO NOGUEIRA

(SICON - 21/09/2011) 323028-00001-2011NE800136

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9103/2011 - UASG 323030

Nº Processo: 48610009519201162. PREGÃO SISPP Nº 44/2011 Contratante: AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS-NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. CNPJ Contratado: 03617040000175. Contratado: CIAVEIRO CITY LTDA ME - Objeto: Serviços de chaveiro com utilização de ferramenta própria e fornecimento de material. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 21/09/2011 a 31/12/2011. Valor Total: R\$12.425,00. Fonte: 129032280 - 2011NE800129. Data de Assinatura: 21/09/2011.

(SICON - 21/09/2011) 323031-32205-2011NE800014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

EM BRANCO

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53000063153/09 a documentação  
a seguir constituída de 01 folhas,  
que assim numerei: 176 / —  
Data: 28 / 11 / 011  
Nome: Vanusa  
Assinatura: A



150

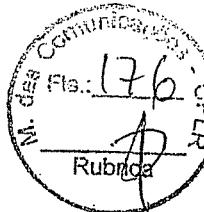
ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 227, segunda-feira, 28 de novembro de 2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



EDITAL E INFORMAÇÕES: <http://www.licitacoes-e.com.br> e <http://www.correios.com.br>, telefone: (48) 3954-4037, fax: (48) 3954-4087, e-mail: [secep@correios.com.br](mailto:secep@correios.com.br) e horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. SESSÃO PÚBLICA PELA INTERNET NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://www.licitacoes-e.com.br>; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 14/12/2011 às 14:00 horas; INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇO: 22/11/11 às 15:00 horas.

JORGE ALEXANDRE NIEDERAUER RAMOS  
Pregoeiro

## DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO INTERIOR

## EXTRATO DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

01) Contrato nº. 0298/2011; Data de Assinatura: 22/11/11; Contratada: 10.418.360/0001-61/EFRA TA CONSTRUTORA LTDA. - ME; Objeto: Prestação de serviços de adaptação de imóvel para ocupação pela AC ASPÁSIA; Origem: Pregão Eletrônico nº. 11000057/2011; Vigência: 22/11/11 a 22/11/12; Valor Total: R\$ 53.020,00 (cinquenta e três mil e vinte reais).

1º. Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº. 53/2009, que tem como objeto a locação de imóvel para abrigar a AC PADRE ANCHIETA; Objeto do Termo Aditivo: Retificação da propriedade do imóvel; Contratado: Valdeci Rodrigues Pimentá; Data da Assinatura: 14/10/2011; Vigência: a partir da assinatura.

Contrato 57/2011; Data de Assinatura: 03/11/2011; Contratada: CPF nº 133.513.708-49/ Gustavo Benetti; Objeto: Locação de Imóvel para abrigar a AC Bernardino de Campos; Origem: Dispensa de Licitação 11000119/2011; Vigência: 01/11/11 a 01/11/16; Valor Total: R\$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais).

Contrato 58/2011; Data de Assinatura: 01/11/2011; Contratada: CPF nº 012.846.496-87/ Gentil Gomes de Oliveira; Objeto: Locação de Imóvel para abrigar a AC Bragança Paulista; Origem: Dispensa de Licitação 11000141/2011; Vigência: 02/11/11 a 02/11/14; Valor Total: R\$ 194.400,00 (cento e noventa e quatro mil e quatrocentos reais).

Contrato 55/2011; Data de Assinatura: 01/11/2011; Contratada: CPF nº 925.101.838-34 / Adalir Gatti; Objeto: Locação de Imóvel para abrigar a AC Nova Sumaré; Origem: Dispensa de Licitação 11000122/2011; Vigência: 01/11/11 a 01/11/16; Valor Total: R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais).

Contrato 53/2011; Data de Assinatura: 01/11/11; Contratada: CPF nº 832.906.308-97 / Aparecido Antonio Gibelli; Objeto: Locação de Imóvel para abrigar o CEE Franca; Origem: Dispensa de Licitação 11000124/2011; Vigência: 02/11/11 a 02/11/16; Valor Total: R\$ 702.000,00 (setecentos e dois mil reais).

AVISO DE ADIAMENTO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000151/2011

Objeto: Prestação de serviços de composição gráfica em camisetas, bonés, sacolas, troféus e blocos de anotações, conforme Edital. A abertura da licitação designada para o dia 25/11/2011 às 13:00 horas, foi adiada "sine die".

JULIANA BUENO RETI  
Pregoeira

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000051/2011

Objeto: Serviços de engenharia - adaptação do imóvel da AC Gunranta, conforme Edital; Adjudicado e Homologado à empresa: Plaw Construções e Locação de Equipamentos Ltda - ME, no valor global de R\$ 28.400,00.

JULIANA BUENO RETI  
Pregoeira

AVISO DE REVOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000104/2011

Objeto: Aquisição de peças para impressora videojet, conforme condições do Edital e seus Anexos. Motivo da revogação: lote deserto.

JULIANA BUENO RETI  
Pregoeira

AVISO DE ADIAMENTO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000160/2011

Objeto: Serviços de manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças genuínas e originais, em motocicletas da marca Dafra, modelo Speed Cargo, ano de fabricação 2009, pertencentes à frota da ECT, centralizadas na cidade de São José do Rio Preto/SP, conforme Edital. A abertura da licitação designada para o dia 25/11/2011 às 08:30 horas, foi adiada para o dia 09/12/2011 às 08:30 horas.

JOÃO CRISTIANO PAVAN ARAUJO  
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000180/2011

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos, utensílios e maquinários, nas unidades da ECT localizadas na Região de Votuporanga/SP, conforme Edital. Abertura da Licitação: 13/12/2011 às 08:00 horas. Retirada do edital e informações: no endereço <http://www.correios.com.br>, pelo telefone (14) 4009-3558 / 4009-3660 ou fax (14) 4009-3659.

JULIANA BUENO RETI  
Pregoeira

## DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO METROPOLITANA

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos por meio de sua Diretoria Regional/SPM notifica o representante legal da empresa Stacco Terceirização Ltda - ME, CNPJ 06.993.808/0001-01, por se encontrar em local incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, Sr. Jílio César de Paula Souza Barbosa, CPF 137.877.188-50, da rescisão unilateral do contrato 102/2010, com aplicação de multa rescisória no valor de R\$ 148.924,25 (cento e quarenta e oito mil novecentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos), conforme alínea "x" do subitem 8.1.2.2. da Cláusula Oitava, em razão do descumprimento das obrigações advindas do Contrato 102/2010. Fica, portanto, a contratada notificada da decisão administrativa, sendo-lhe facultado o disposto na alínea "e", inciso I, do art. 109 da lei 8.999/93.

WILSON ABADIO DE OLIVEIRA  
Diretor

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

## AVISO

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 1º andar, sala 132, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº -CEL/MC	Localidades	UF
7/12/2011	09h00	06/72009	Mossoró.	RN

Brasília - DF, 25 de novembro de 2011.  
ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO  
Vice-Presidente da Comissão

## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2011 - UASG 925150

Nº Processo: 266/2011. Objeto: Locação de terreno destinado à instalação de estação de rádio, em Opilândia/GO. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso X da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Encontra-se às fls. de 2 a 14 do autos processo. Declaração de Dispensa em 24/11/2011. BOLIVAR TARRAGO MOURA NETO, Diretor Administrativo, Ratificação em 24/11/2011. CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES, Presidente, Valor Global: R\$ 39.600,00. CPF CONTRATADA: 838.684.611-91 EULER COELHO M. ARQUES.

(SIDECA - 25/11/2011) 925150-02600-2011NE000056

## EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 31/2011  
Data de Assinatura: 22/11/2011  
Contratada: CONSÓRCIO MEMORA/CPQD  
CNPJ: 14.533.081/0001-08  
Vigência: 22.11.2011 a 21.11.2012

Objeto: Prestação de serviços de modelagem de processos de negócio, capacitação, fornecimento e implantação de solução para automação de gestão de processos.  
Valor total do contrato: R\$ 3.998.700,00 (três milhões, novecentos e noventa e oito mil e setecentos reais).  
Signatários: p/ TELEBRAS: Caio Cezar Bonilha Rodrigues (Presidente) e Bolívar Tarrago Moura Neto (Diretor de Administração), p/ Detentora da Ata: Jeovani Ferreira Salomão (Presidente-Memora).

## Ministério das Relações Exteriores

## FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2011 - UASG 244001

Nº Processo: 09100000416201135. INEXIGIBILIDADE Nº 115/2011. Contratante: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. CPF Contratado: 43479545734. Contratado: GONCALO DE BARROS CARVALHO E MELLOMOURAO. Objeto: Contratação de cessão de direitos autorais do livro "A vertiginosa espiral da racionalidade", de autoria do Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, para publicação e veiculação do tema, no âmbito do livro "Quêdesse Limites - Guiana Francesa. Fundamento Legal: 9.610/98 e Lei 8.666/93. Vigência: 23/11/2011 a 23/11/2012. Valor Total: R\$4.000,00. Fonte: 100000000 - 2011NE000353. Data de Assinatura: 23/11/2011.

(SICON - 25/11/2011) 244001-24290-2011NE000001

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 102/2011 - UASG 244001

Nº Processo: 09100000430201139. INEXIGIBILIDADE Nº 115/2011. Contratante: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. CPF Contratado: 03881776168. Contratado: GELSON FONSECA JUNIOR. Objeto: Contratação de cessão de direitos autorais do livro "Diplomacia e Academia: Um Estudo sobre as análises Acadêmicas sobre a Política Externa Brasileira na Década de 70 e sobre as Relações entre o Itamaraty e a Comunidade Acadêmica, de autoria do Embaixador Gelson Fonseca Junior, para publicação e veiculação do tema. Fundamento Legal: 9.610/98 e Lei 8.666/93. Vigência: 24/11/2011 a 24/11/2012. Valor Total: R\$4.000,00. Fonte: 100000000 - 2011NE000363. Data de Assinatura: 24/11/2011.

(SICON - 25/11/2011) 244001-24290-2011NE000001



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Nesta data anexe aos autos do processo de  
nº 53000063153/09 a documentação  
a seguir constituída de 08 folhas,  
que assim numerei: 177 , 184  
Data: 07 / 12 / 011  
Nome: Vania  
Assinatura: [assinatura]

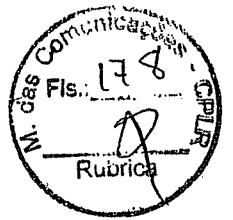


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

# Proposta de Preço pela Outorga

Mossoró - RN

TELEVISÃO COSTA  
BRANCA LTDA.



### Proposta de Preço pela Outorga

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012


Proposta sintética do Preço pela Outorga.

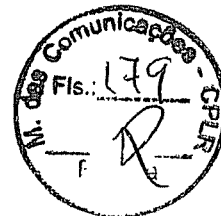
1. Razão Social da Proponente: **TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**
2. CNPJ/MF: **11.042.517/0001-60**
3. Edital de Concorrência nº. **067/2009-CEL/MC**
4. Serviço de **Rádiodifusão de Sons e Imagens (TV)**
5. Localidade: **Mossoró** UF: **RN**
6. Valor Proposto: **R\$ 16.172.520,00 (Dezesseis milhões e cento e setenta e dois mil, quinhentos e vinte reais.)**

1ª Parcela: **R\$ 8.086.260,00 (Oito milhões, oitenta e seis mil, duzentos e sessenta reais.)**

2ª Parcela: **R\$ 8.086.260,00 (Oito milhões, oitenta e seis mil, duzentos e sessenta reais.)**

Serra - ES, 15 de dezembro de 2009.

  
**MARIA DE FÁTIMA ARPINI CAMARGO**  
Administradora



Proponente: **TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.**  
Edital de Concorrência nº 067/2009-CEL/MC  
Localidade: Mossoró - RN

## Índice

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

### Proposta de Preço pela Outorga

1 - Proposta sintética do Preço pela Outorga (item 7)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

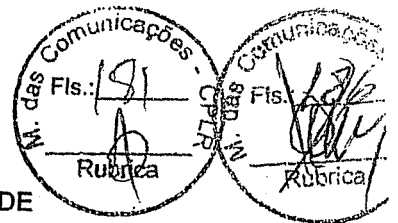
08 FEV 2012



CONJUNTO Nº 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA Edital da Concorrência nº 067/2009 - CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: <b>MOSSORÓ - RN</b>
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: <b>TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.</b>
<u>Conteúdo:</u>  Conjunto nº 3: Proposta de Preço pela Outorga.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO  
ELETRÔNICA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 092/2011

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)  
DE PREÇO(S).

CONCORRÊNCIA Nº 067/2009/CEL/MC

SERVIÇO: TV – CANAL: 18 – CLASSE: C – GRUPO: A

PREÇO MÍNIMO R\$ 1.143.606,71

LOCALIDADE: MOSSORÓ/RN

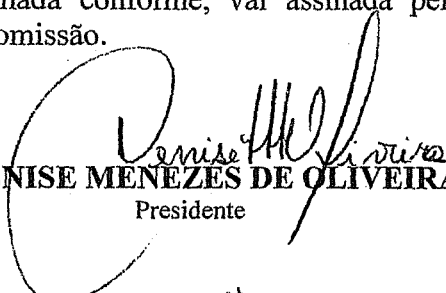
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012


Em, 07 de dezembro de 2011, quarta-feira, às 09h:00 (nove horas), na Sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão - CPLR/SCE-MC, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Ala Oeste, sala 132, primeiro andar do Edifício Anexo do Ministério das Comunicações, Via N-2, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão, instituída por meio da Portaria MC nº 223, de 06/06/2011, publicada no DOU de 07/06/2011, e suas alterações, com a participação de sua Presidente Denise Menezes de Oliveira e do Vice-Presidente Álvaro Augusto de Souza Neto e do membro permanente Carlos Alberto Martins Gold Júnior, com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) contendo as proposta(s) de preço(s) da(s) proponente(s) classificada(s) na Concorrência nº 067/2009-CEL/MC**, que visa à outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de Sons e Imagens (TV), na localidade de **MOSSORÓ/RN**, conforme convocação publicada no DOU de 28/11/2011, Número 227, Seção "3", Página 150, para sessão de abertura e julgamento de propostas de preço em 07/12/2011, sendo desenvolvidas as atividades a seguir; (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Conferência do malote de cor verde tipo **snapsal** sob o n.º 0009200, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote e conferência do envelope tipo **starlock** de números 4587956, sendo constatada sua integridade. (4) Abertura do envelope plástico citado e conferência dos invólucros contendo as propostas de preços dos licitantes; sendo constatada a integridade de todos eles. (5) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) de preço(s) da(s) seguinte(s) empresa(s): EMPRESA DE RÁDIO-DIFUSÃO URSA MAIOR LTDA., Processo nº 53000.063161/09; NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA., Processo nº 53000.063155/09; REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.063147/09; REDE ELLO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.063148/09; SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.063163/09; TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA., Processo nº 53000.063153/09; TELEVISÃO POTIGUAR LTDA., Processo nº 53000.063159/09. (6) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão e público presente. (7) Apuração e registro em planilha eletrônica do(s) valor(s) ofertado(s) pela outorga na localidade conforme segue: MOSSORÓ/RN – EMPRESA DE RÁDIO-DIFUSÃO URSA MAIOR LTDA., R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais); NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA., R\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais); REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 6.100.000,00 (seis milhões e cem mil reais); REDE ELLO




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO  
ELETRÔNICA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 5.718.034,00 (cinco milhões setecentos e dezoito mil e trinta e quatro reais); SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 11.758.000,00 (onze milhões setecentos e cinquenta e oito mil reais); TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA., R\$ 16.172.520,00 (dezesseis milhões cento e setenta e dois mil e quinhentos e vinte reais); TELEVISÃO POTIGUAR LTDA., R\$ 6.110.000,00 (seis milhões cento e dez mil reais). (8) Impressão, leitura e aprovação do documento denominado "**Classificação das Proponentes (Média Ponderada)**", que segue em anexo, que aponta o **Valor da Média Ponderada (VP) da Pontuação da Proposta Técnica (PT) e da Proposta de Preço pela Outorga (PP)** de cada proponente. (9) A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, **por unanimidade de votos**, propôs como vencedora a concorrente que obteve o maior **Valor Ponderado (VP)** na localidade, conforme a seguir discriminado: **MOSSORÓ/RN - TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.** (9) A Sra. Presidente determinou que fosse(m) registrada(s) em Ata a(s) seguinte(s) intercorrência(s): a) O encerramento da sessão as demais propostas técnicas e de preço das proponentes inabilitadas foram acondicionadas no envelope tipo **starlock** sob o nº 4587522 e mantidos sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão. Nada mais havendo a acrescentar, a Presidente deu por encerrada a presente sessão às 09h:20 (nove horas e vinte minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente, Vice-Presidente e membro permanente da Comissão.

  
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA  
Presidente

  
ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO  
Vice-Presidente

  
CARLOS ALBERTO MARTINS GOLD JÚNIOR  
Membro permanente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012



Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão  
Concorrência Nº 067/2009-CEL/MC

Sessão de Abertura de Proposta(s) de Preço(s)

Lista de Presença das Proponentes

Folha(s) 01/01

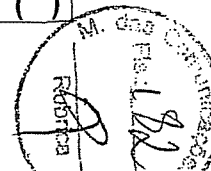
Data: 07/12/2011

Serviço: Sons e Imagens (TV)

Localidade: Mossoró/RN

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.	VANDA JUGURTHA BOWNA NOGUEIRA			1.494.048/DF	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA	JOSÉ CARLOS DE MORAIS			1597/D-CREAS	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
TELEVISÃO POTIGUAR LTDA	MARIA LUCIA TENORIO DO NASCIMENTO			648168 /DF	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 067/2009-CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) DE PREÇO(S)

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

FOLHA(S) 01/01

DATA: 07/12/2011

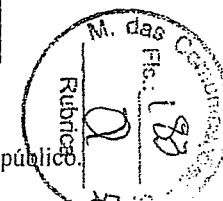
SERVIÇO: SONS E IMÁGENS (TV)

LOCALIDADE(S): MOSSORÓ/RN

Nome	RG nº/UF	Rubrica
<i>João Henrique Moura</i>	<i>120 289-073- RJ</i>	<i>[assinatura]</i>
<i>Alvinar Bertrand D. G. de Macedo</i>	<i>595 840- SSP PE</i> <i>12864- OAB/DF</i>	<i>[assinatura]</i>
<i>Fernando Zucupira Moreno</i>	<i>1783202 SSP/DF</i>	<i>[assinatura]</i>
<i>Paulo Alvaro da Silva</i>	<i>1385684</i>	<i>[assinatura]</i>
<i>Felipe RASERA</i>	<i>7070571-0</i>	<i>[assinatura]</i>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Modelo de lista de presença de público





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

184  
Rúbrica

**CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES**  
(Média Ponderada)

Concorrência : 067/2009

Preço Mínimo : 1.143.606,71 Serviço : TV Grupo : A

Localidade : MOSSORO UF : RN

N.º Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(MP)
53000.063153/2009	Televisão Costa Branca Ltda.	16.172.520,00	100,00000	96,46435	99,64644
53000.063161/2009	Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	13.000.000,00	100,00000	95,60151	99,56015
53000.063163/2009	Sistema Potiguar de Comunicação Ltda.	11.758.000,00	100,00000	95,13690	99,51369
53000.063159/2009	Televisão Potiguar Ltda.	6.110.000,00	100,00000	90,64152	99,06415
53000.063147/2009	Rede 21 Comunicações Ltda.	6.100.000,00	100,00000	90,62617	99,06262
53000.063148/2009	Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.	5.718.034,00	100,00000	90,00000	99,00000
53000.063155/2009	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.	5.100.000,00	100,00000	88,78817	98,87882

Denise Menezes de Oliveira  
Presidente

Alvaro Augusto de Souza Neto  
Vice-Presidente

Carlos Alberto Martins Gold Júnior  
Membro Permanente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Esta data anexa aos autos do processo de  
nº 53000063163/2009 a documentação  
e segue constituída de 185 01 folhas.  
que assim numerai: 185 01  
Data: 08 / 12 / 2011  
Nome: Vander  
Assinatura: A



160

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 235 quinta-feira, 8 de dezembro de 2011

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000162/2011

Objeto: Manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças genuínas e originais, em motocicletas da marca Dafra, modelo Speed Cargo, ano de fabricação 2009, pertencentes à frota da ECT, centralizadas na cidade de Vilhinhos/SP, conforme Edital. Abertura da Licitação: 21/12/2011 às 08:00 horas. Retirada do edital e informações: no endereço <http://www.correios.com.br>, pelo telefone (14) 4009-3558 / 4009-3660 ou fax (14) 4009-3659.

JULIANA BUENO RETI  
Pregoeira

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000182/2011

Objeto: Prestação de serviço de transporte urbano de cargas, na modalidade grupo de linhas de transporte urbano - LTU, conforme Edital. Abertura da Licitação: 21/12/2011 às 08:30 horas. Retirada do edital e informações: no endereço <http://www.correios.com.br>, pelo telefone (14) 4009-3558 / 4009-3660 ou fax (14) 4009-3659.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11000185/2011

Objeto: Manutenção preventiva trimestral e corretiva quando necessária, sem fornecimento de peças conjuntos e produtos para 1 (um) elevador de deficientes localizado na AC Itupeva/DR/SPI e um 1 (um) elevador "monta-carga" localizado na AC Tatui/DR/SPI, conforme Edital. Abertura da Licitação: 21/12/2011 às 13:30 horas. Retirada do edital e informações: no endereço <http://www.correios.com.br>, pelo telefone (14) 4009-3558 / 4009-3660 ou fax (14) 4009-3659.

CAMILA CRISTINA BATISTA PAIVA  
Pregoeira

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 11000041/2011

Objeto: Manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças genuínas/originais em motocicletas das marcas Suzuki, modelo Intruder Cargo, ano de fabricação 2006 e 2007, e Honda, modelos Bros e Fan Cargo, anos de fabricação 2006 e 2009, pertencentes à frota da ECT, centralizadas na cidade de Presidente Prudente/SP, conforme Edital. Abertura da Licitação: 22/12/2011 às 13:00 horas. Retirada do edital e informações: no endereço <http://www.correios.com.br>, pelo telefone (14) 4009-3558 / 4009-3660 ou fax (14) 4009-3659.

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 11000055/2011

Objeto: Manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças genuínas e originais em 03 (três) veículos furgões da marca Fiat, modelo Ducato Maxi Cargo, ano 2006, e 01 (um) furgão da marca Mercedes Benz, modelo Sprinter 313 CDI, ano 2010, pertencentes à frota da ECT, centralizadas na cidade de Rio Claro/SP, conforme Edital. Abertura da Licitação: 21/12/2011 às 14:00 horas. Retirada do edital e informações: no endereço <http://www.correios.com.br>, pelo telefone (14) 4009-3558 / 4009-3660 ou fax (14) 4009-3659.

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 11000058/2011

Objeto: Contratação de serviços de funilaria e pintura com aplicação de peças em veículos da ECT alocados no CTO Ribeirão Preto DR/SPI, conforme Edital. Abertura da Licitação: 21/12/2011 às 09:00 horas. Retirada do edital e informações: no endereço <http://www.correios.com.br>, pelo telefone (14) 4009-3558 / 4009-3660 ou fax (14) 4009-3659.

JOÃO CRISTIANO PAVAN ARAUJO  
Pregoeiro

DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO  
METROPOLITANA

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DL 110003.70: Objeto: prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização e desinfecção com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios e equipamentos, compatíveis com o quantitativo de empregados do Prédio da Vila Maria/ECT/DR/SPM e específicos para as características das áreas físicas do imóvel, com total de 14.509,00 m<sup>2</sup> de área interna e 7.641,00 m<sup>2</sup> de área externa; Contratada: WTC SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA EPP; Valor Global do Contrato: R\$82.548,48 (oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e oito reais quarenta e oito centavos); Data da Ratificação: 02/12/2011; Enquadramento Legal: artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

## DIRETORIA REGIONAL EM SERGIPE

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº. 51/2011: Objeto: Aquisição de Mesa Carteiro (MCA-11-ERG) para a área Operacional da DR/SE; Contratado: Apoio Comércio e Serviços Ltda; CNPJ: 40.994.238/0001-02; Data da Assinatura: 23/11/2011; Vigência: O período de vigência do Contrato será de 12 meses, com início de 23/11/2011 a 23/11/2012; Origem: Pregão Eletrônico nº 25/2011, com subordinação nos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 5.450/05; Valor global: R\$ 104.798,68 (cento e quarenta mil setecentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos); Conta Orçamentária: 70E03.12402.010001 - Móveis e Utensílios.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assinatura.html>, pelo código: 00032011120800160

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO  
ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas, no uso das suas atribuições regimentais, resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes de AR Postal, para cumprimento das exigências dos órgãos relacionados, no prazo de 30

(trinta) dias, procurando, para tanto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica - Ministério das Comunicações, Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - Edifício Anexo - 3º andar - Ala Oeste CEP: 70044-900 - Brasília-DF. O não cumprimento TOTAL das exigências constante de tal Ofício, nesse prazo, implicará no INDEFERIMENTO do pleito, visando a sua perempção.

UF: SP; Localidade: Cosmópolis; Nº do Processo: 53000.014319/2011; Nome da entidade: Flash FM Radiodifusão Ltda.; Nº do Ofício e data: 1762/2011/COREV/CGLO/DEOC/SCE-MC, EM 04/08/2011; Motivo da Devolução: Não procurado

VANEA RABELO

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

## AVISOS

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 1º andar, sala 132, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº - CEL/MC	Localidades	UF
14/12/2011	09h00	019/2009	Lagoa da Prata.	MG
14/12/2011	10h30	034/2009	Jupi.	PE
14/12/2011	14h30	065/2009	Santa Quitéria do Maranhão.	MA
14/12/2011	16h00	018/2009	São Bento.	MA

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 1º andar, sala 132, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº - CEL/MC	Localidades	UF
15/12/2011	09h00	058/2010	Santa Rosa do Sul.	SC
15/12/2011	15h00	054/2009	Campo Belo do Sul.	SC

Brasília - DF, 7 de dezembro de 2011.  
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão

RESULTADO DE JULGAMENTO  
CONCORRÊNCIA Nº 67/2009-CEL/MC

A Comissão Permanente de Licitação de Serviço de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da(s) Concorrência(s) conforme Anexos(s).

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, obedecendo o teor do subitem 19.2 do edital, Brasília/DF.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso III, alínea "b" e "g" e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 7 de dezembro de 2011.  
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão

## ANEXO 1

Concorrência nº 67/2009-CEL/MC, Localidade de Mossoró/RN.

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.063153/09	Televisão Costa Branca Ltda.	16.172.520,00	TV	96,46435	99,64644
53000.063161/09	Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	13.000.000,00	TV	95,60151	99,56015
53000.063163/09	Sistema Potiguar de Comunicação Ltda.	11.758.000,00	TV	95,13690	99,51369
53000.063159/09	Televisão Potiguar Ltda.	6.110.000,00	TV	90,64152	99,06415
53000.063147/09	Rede 21 Comunicações Ltda.	6.100.000,00	TV	90,62617	99,06262
53000.063148/09	Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.	5.718.034,00	TV	90,00000	99,00000
53000.063155/09	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.	5.100.000,00	TV	88,78817	98,87882

## SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES

## COMUNICADO Nº 1, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FUNTEL

Alteração da forma do recolhimento das contribuições para o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Comunicações - Fundtel para GRU - Guia de Recolhimento da União.

A Secretaria Executiva do Conselho Gestor do Fundtel vem comunicar que a arrecadação da contribuição para o Fundtel não mais será efetuada por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), devendo-se utilizar para tal a Guia de Recolhimento da União (GRU), nos termos do art. 6º da Resolução nº 79, de 30 de setembro de 2011, publicada no DOU em 05/10/2011, Seção 1, pág. 63.

Somente serão aceitos pagamentos mediante DARF, através do Código de Arrecadação nº 8807, até o dia 30 de dezembro de 2011, uma vez que as contribuições devem ser pagas até o último dia útil do mês subsequente ao período de apuração.

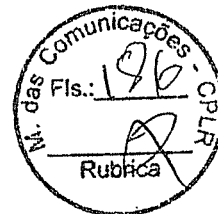
Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas no seguinte endereço eletrônico: <http://www.mc.gov.br/telecomunicacoes/fundtel>.

PEDRO ALFAM FILHO  
Secretário

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53000063153/09 a documentação  
a seguir constituída de 21 folhas,  
que assim numerei: 186 , 206  
Data: 22 , 12 , 04  
Nome: Viana  
Assinatura: [assinatura]



[Início](#)   [Links](#)   [Fale Conosco](#)   [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

<a href="#">Acompanhamento processual</a>
<a href="#">Sistema Push</a>
<a href="#">Cadastramento para obtenção de cópias dos autos</a>
<a href="#">Solicitação de Preferência de Julgamento e Sustentação Oral</a>
<a href="#">Guia do Advogado</a>
<a href="#">Certidão de Andamento</a>
<a href="#">Calendário de Sessões e Pautas de Julgamentos</a>
<a href="#">Boletim Estatístico</a>

## Processos

### Pesquisar por:

(Preencha **qualquer um** dos campos abaixo para realizar a pesquisa.  
Se preferir, preencha mais de um campo.)

<b>Número do Processo no STJ:</b>	Ex.: REsp 123456, HC 54321, AG 435459
<b>Número de REGISTRO no STJ:</b>	Ex.: 2007/0249585-9
<b>Número Único de Processo (NUP):</b>	Ex.: XXXXXX-XX-XXX.X.XX.XXXX
<b>Número do Processo na ORIGEM:</b>	Não digitar barra ("/"), ponto (".") ou traço ("-"). Ex.: 200702495859
<b>OAB do Advogado:</b>	Ex.: DF1234, SP123456

Nome da PARTE: TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA

Nome do  
ADVOGADO:

☐ Exibir somente processos eletrônicos.

[Consultar](#)

[Limpar Campos](#)

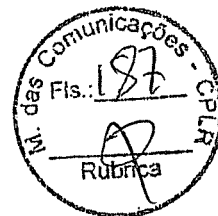
[Pesquisa Avançada >>](#)

Em caso de dúvidas, fale conosco:  
**Seção de Informação Processual**  
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225  
[informacao.processual@stj.jus.br](mailto:informacao.processual@stj.jus.br)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900. Brasília - DF  
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410  
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.



[Início](#)   [Links](#)   [Fale Conosco](#)   [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

## Processos

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

[Buscar Processos](#)

[Nova Pesquisa](#)

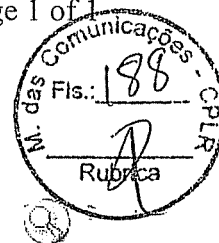
Em caso de dúvidas, fale conosco:  
**Seção de Informação Processual**  
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225  
[informacao.processual@stj.jus.br](mailto:informacao.processual@stj.jus.br)

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900. Brasília - DF  
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410  
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

**Consulta Processual pelo Nome da Parte**  
**Nome Pesquisado: TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA**



***Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA".***

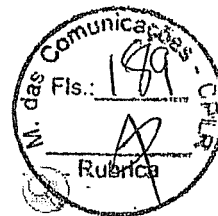
Emitido pelo site [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br) em 22/12/2011 às 11:08:33

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012



**Consulta Processual pelo CPF/CNPJ da Parte**

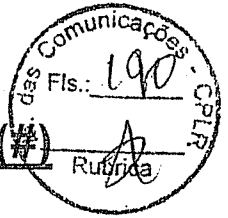
**Argumento informado: 11.042.517/0001-60**



***Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "11.042.517/0001-60".***

Emitido pelo site [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br) em 22/12/2011 às 11:12:24

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012



# Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(61) 3221-6000

- [Início \(#\)](#)
- [Consulta Processual / DF \(/consultaProcessual/index.php?secao=DF\)](#)
- Por nome da parte
- [A- \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [A+ \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)

[Fechar todos \(#\)](#)

[Abrir todos \(#\)](#)

## Opções de pesquisa (#acessoRápido)

- [Número do Processo \(/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secao=DF\)](#)
- [Nome da Parte \(/consultaProcessual/nomeParte.php?secao=DF\)](#)
- [Código OAB do Advogado \(/consultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=DF\)](#)
- [Nome do Advogado \(/consultaProcessual/nomeAdvogado.php?secao=DF\)](#)
- [CPF/CNPJ da parte \(/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secao=DF\)](#)
- [Mandados Judiciais \(/consultaProcessual/mandadoJudicial.php?secao=DF\)](#)
- [Protocolo da Petição \(/consultaProcessual/protocoloPeticao.php?secao=DF\)](#)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Seção Judiciária do Distrito Federal / [Alterar \(#\)](#)

Órgão Selecione

Nenhuma parte com processos encontrado com o argumento informado:[nome: TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA, mostrar processos baixados: Sim]

## Consulta Processual

Nome da Parte

☐ Mostrar os baixados

## Instruções

O Nome da Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras maiúsculas ou minúsculas.

A pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são pessoas diferentes.

Deve ser informado o início ou o nome completo da parte a ser pesquisada.

Esclarecemos que no caso de se consultar nomes em processos criminais, a mesma só abrangerá aqueles processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do réu, conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0633 - DF. Nos demais tipos de processos (Cíveis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

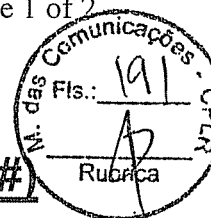
Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 Brasília/DF

© 2011 **Tribunal Regional Federal da Primeira Região**. Todos os direitos reservados.

Aguarde...

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012



# Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(61) 3221-6000

- [Início \(#\)](#)
- [Consulta Processual / DF \(/consultaProcessual/index.php?secao=DF\)](#)
- Por CPF ou CNPJ da parte
- [A- \(javascript:;\)](#)
- [A \(javascript:;\)](#)
- [A+ \(javascript:;\)](#)
- [A \(javascript:;\)](#)
- [A \(javascript:;\)](#)

[Fechar todos \(#\)](#)

[Abrir todos \(#\)](#)

## Opções de pesquisa (#acessoRapido)

- [Número do Processo \(/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secao=DF\)](#)
- [Nome da Parte \(/consultaProcessual/nomeParte.php?secao=DF\)](#)
- [Código OAB do Advogado \(/consultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=DF\)](#)
- [Nome do Advogado \(/consultaProcessual/nomeAdvogado.php?secao=DF\)](#)
- [CPF/CNPJ da parte \(/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secao=DF\)](#)
- [Mandados Judiciais \(/consultaProcessual/mandadoJudicial.php?secao=DF\)](#)
- [Protocolo da Petição \(/consultaProcessual/protocoloPeticao.php?secao=DF\)](#)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Seção Judiciária do Distrito Federal / [Alterar \(#\)](#)

Órgão Selecione

Nenhuma parte com processos encontrado com o argumento informado:[cnpj: 11042517000160, mostrar processos baixados: Sim]

## Consulta Processual

CPF ou CNPJ da Parte

☐ Mostrar os baixados

### Instruções

O CPF ou CNPJ devem ser fornecidos com 11 e 14 dígitos respectivamente.

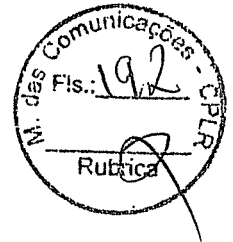
Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores  
CEP: 70070-900 Brasília/DF

© 2011 Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Todos os direitos reservados.

Aguarde...

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

TRF5	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
------	------	------	------	------	------	------



[Início](#) [Institucional](#) [Processos](#) [Publicações](#) [Legislação](#) [Imprensa](#) [Transparência Pública](#) [Concursos](#)

## SERVIÇOS PÚBLICOS

### Busca processual

Número do processo

Número do originário

**Nome da parte ou advogado**

Número da OAB

Processo físico

**Nome da parte ou advogado**

TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA

Ordenar Por: ☐ Nome ☐ Processo ☒ Data

Mostrar Inativos ☐ Busca Exata ☐

**Pesquisar** **Limpar**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

### AGÊNCIA TRF5 DE NOTÍCIAS

Atualizado em 21/12/2011 às 18:31

### TRF5 divulga resultado de provas do concurso para juiz federal substituto

São 347 candidatos participando da segunda etapaA Comissão do XI Concurso Púb...

**Ler esta notícia**

15/12/2011 às 20:00

### TRF5 divulga resultado da primeira prova escrita do concurso para juízes federais

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5 e o Centro de [...]

21/12/2011 às 18:31

**TRF5 suspende vendas da TIM CELULAR no Ceará**

Decisão impõe multa à operadora e à ANATEL, em caso de [...]

16/12/2011 às 12:03

**Português permanece preso no Ceará por tráfico internacional de droga**

O acusado conduzia 478 gramas de cocaína no estômagoO [...]

07/12/2011 às 18:09

**Agente penitenciária consegue suspender processos administrativos no TRF5**

Servidora federal passa por tratamento de saúde em RecifeA [...]

**DESTAQUES TRF5****Escala de Plantão da Judiciária**

Mês de Dezembro de 2011 e Recesso Judiciário (20/12/2011 a 06/01/2012) [...]

**Justiça Criminal**

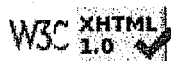
O Poder Judiciário brasileiro está empenhado em debater a questão da seg[...]

**Metas**

Ranking do CNJ coloca o TRF5 o segundo melhor tribunal do país Tribu[...]

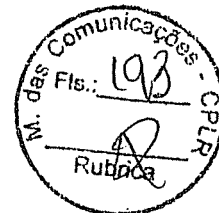
Fale Conosco

Cais do Apolo, s/n - Edifício Ministro Djaci Falcão  
Bairro do Recife - Recife - PE  
CEP 50030-908



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

TRF5	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
------	------	------	------	------	------	------



Processos Consulta Processual

Nova Consulta Ajuda

Resultado da Consulta  
Não foram encontrados registros.



CP2.2 - Serviço de Consulta Processual. Sua opinião sempre será muito importante. Envie comentários acerca deste serviço através do nosso formulário.

Cals do Apolo, s/n - Edifício Ministro Djaci Falcão  
Baixo do Recife - Recife - PE  
CEP 50030-908

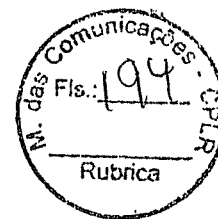
PABX 81 3425.9000  
Protocolo 81 3425 9550  
FAX 81 3224 6356

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



TRF5 | JFAL | JFCE | JFPB | JFPE | JFSE | JFRN

[Início](#) [Institucional](#) [Administração](#) [Processos Físicos](#) [Juizados Especiais](#) [Turma Recursal](#) [Transpa](#)**SERVIÇOS PÚBLICOS****Busca processual**

Número do processo

CPF/CNPJ da parte

**Nome da parte**

Número da OAB

Processo físico

Processo eletrônico

**Nome da parte**

TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA

Busca Exata ☐**Pesquisar****Limpar**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

**DESTAQUES JFRN****Advogado Dativo -  
Inscrições abertas para 11ª  
Vara - Assu**

Confira o edital de inscrição

**Recesso Forense  
2011/2012**

No período do recesso judiciário,  
entre 20 de dezembro de 2011 a 6  
de janeiro de 2012, a JFRN  
funcionará das 13h às 18h.

**Publicação no Diário  
Eletrônico substitui ve  
impressa**

Agora, todos os atos judiciais  
administrativos e a comunic  
JFRN em geral serão publica  
exclusivamente no Diário El

**AGÊNCIA JFRN DE NOTÍCIAS**

20/12/2011

**Justiça Federal do RN condena réus da Operação Paraíso**

O Judiciário Federal do Rio Grande do Norte condenou três do [...]

16/12/2011

**Justiça Federal nega pedido para prisão domiciliar de Rychardson Macec**

O Juiz Federal Walter Nunes, titular da 2ª Vara Federal, neg [...]

15/12/2011

## Audiência de conciliação no caso do hotel da BRA é marcada para 14 de fevereiro

Após uma longa discussão envolvendo a empresa NATHFW, respon [...]

14/12/2011

### Acontecerá hoje continuidade da audiência de conciliação sobre a construção do "hotel da BRA"

Acontecerá hoje, às 15h, a continuidade da audiência de conc [...]

12/12/2011

### Justiça Federal do RN alcança 40% de acordos na Semana de Conciliação

O resultado da Semana de Conciliação da Justiça Federal do R. [...]

09/12/2011

### Judiciário Federal acaba c segredo de justiça e nega indisponibilidade de bens processo contra ex-gestor públicos

Fim do segredo de justiça no processo que tramita no Judici [...]

Siga-nos no twitter

Fa

Natal Mossoró Caicó Assú Pau dos Ferros

Rua Dr. Lauro Pinto, 245  
Lagoa Nova - Natal - RN  
CEP: 59064-250

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012



JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



## Consulta Processual

## Consulta de Processos

Seção		Documento	
Processo*			
Nome da Parte	TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA	<input type="checkbox"/> Nome Exato	
Advogado			
Número Inquérito		Processo Originário	
		<b>Pesquisar</b>	<b>Avançado &gt;&gt;</b>

\* Inserir somente números e pode estar no formato novo ou antigo.

**Erro: A Pesquisa com estes Dados não encontrou nenhum Registro.**

[Voltar à Página Inicial](#)

Número de Acessos: 6274600

[Página Inicial](#) | [Consulta Simplificada](#) | [Consulta Avançada](#) | [Versão](#)

Powered by [MPS Informática](#) - Todos os direitos reservados. Melhor visualizado em 800 x 600 ou superior.

02/12/2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

Nº 201100087731

AÇÕES E EXECUÇÕES

**Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal**

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 04 DE AGOSTO DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA**  
**CNPJ: 11042517000160**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 18/2005-DF ;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfrn.gov.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

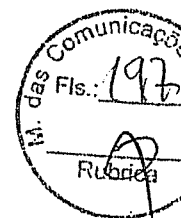
Natal, 22/12/2011 10:24:06

Endereços:

Natal - Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, CEP 59064-250, Fone: (84) 3235-7400

Mossoró - Rua Jorge Coelho de Andrade, s/n - Costa e Silva, CEP: 59625-400, Fone: (84)3422-5855

Caicó - Av. Dom José Adelino Dantas, s/n - Maynard, CEP:59300-000, Fone: (84) 3421-2295

**ANATEL**Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD &gt;&gt;&gt; Consultas &gt;&gt;&gt; Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

**Consulta Geral TV**

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação
<u>18</u>	( Concorrência: 67/2009 )	RN	Mossoró	TV	0	
<u>7+ E</u>	FUNDACAO VINGT ROSADO	RN	Mossoró	TV	1	B

Usuário: - Data: 22/12/2011 Hora: 10:36:45

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012



**ANATEL**

Agência Nacional  
de Telecomunicações

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

## Perfil das Empresas

Tipo de  
comparação: ☐ Exata ☐ Iniciando com ☒ Contendo ◀

Nome da  
Entidade: TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA

CNPJ/CPF da  
Entidade:

### Resultado da Pesquisa

**Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!**

Para maiores informações clique no botão ajuda.

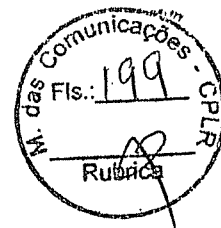
Voltar

☒ Confirmar

Ajuda

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



**ANATEL**

Agência Nacional  
de Telecomunicações

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » » Consultas Gerais » » Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta Resultado

## Perfil das Empresas

Tipo de  
comparação: ☐ Exata ☐ Iniciando com ☒ Contendo ↕

Nome da  
Entidade:

CNPJ/CPF da  
Entidade:

## Resultado da Pesquisa

**Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!**

Para maiores informações clique no botão ajuda.

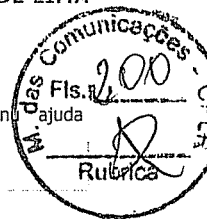
Voltar ☒ Confirmar Ajuda

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012



BOM DIA  
MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Sistemas  
Interativos



Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consulta Participação do Sócio -**  
**RADIODIFUSÃO**

internet tela menu

Dados da consulta Consulta

## Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: ALUIZIO ALVES NETO

Cnpj/Cpf

071.296.454-15

444.046.891-87 ✕

Nome Entidade

ALUIZIO ALVES NETO

ALUIZIO ALVES NETO

Registro 1 até 2 de 2 registros

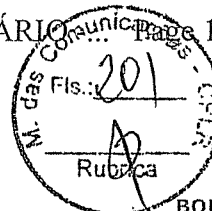
Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012





BOM DIA

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Sistemas  
Interativos



**ANATEL**

Agência Nacional  
de Telecomunicações



Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consulta Participação do Sócio -  
RADIODIFUSÃO

internet tela menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

## Consulta Participação do Sócio - ALUÍZIO ALVES NETO

Serviço	UF	Município	Nome Entidade
800 RTV	RN	Caicó	TELEVISAO CABUGI LTDA
800 RTV	RN	Mossoró	TELEVISAO CABUGI LTDA
247 } TV	RN	Natal	TELEVISAO CABUGI LTDA
248 } TV	RN	Natal	TELEVISAO CABUGI LTDA

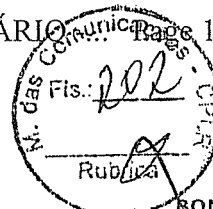
Registro 1 até 4 de 4 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



BOM DIA

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA



**ANATEL**

Agência Nacional  
de Telecomunicações

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» *Consulta Participação do Sócio -*  
*RADIODIFUSÃO*

internet tela menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

## Consulta Participação do Sócio - ALUIZIO ALVES NETO

Serviço	UF	Município	Nome Entidade
205 OM-R	RN	Natal	RADIO CABUGI LTDA

Registro 1 até 1 de 1 registros

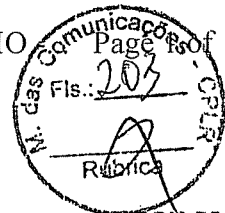
Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



BOM DIA

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

**ANATEL**Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consulta Participação do Sócio -  
RADIODIFUSÃO**

internet tela menu ajuda



Dados da consulta



Consulta

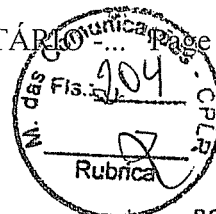
## Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES

**Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
**CONFERE COM O ORIGINAL**

08 FEV 2012



BOM DIA

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Sistemas  
Interativos



Agência Nacional  
de Telecomunicações

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consulta Participação do Sócio -  
RADIODIFUSÃO**

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

## Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO

Cnpj/Cpf

726.888.587-34

Nome Entidade

MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO

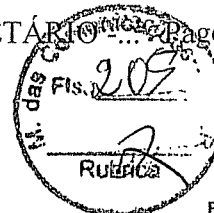
Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

ME



BOM DIA

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Sistemas  
Interativos**ANATEL**Agência Nacional  
de Telecomunicações

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consulta Participação do Sócio -  
RADIODIFUSÃO

Internet | tela | menu | ajuda



Dados da consulta



Resultado

## Consulta Participação do Sócio - MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO

Serviço	UF	Município	Nome Entidade
247 } TV-D	RJ	Campos dos Goytacazes	TV PLANICIE LTDA
248 } TV	RJ	Campos dos Goytacazes	TV PLANICIE LTDA

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



Voltar

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

CÓPIA 2012



ANEXO 4

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DOS SERVIÇOS

- 001 - Outros Serviços
- 019 - Serviço Limitado
- 027 - Serviço Limitado (Alarme Bancário)
- 035 - Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais
- 043 - Serviço Especial de Radiorrecado
- 051 - Serviço de Radiochamada de Interesse Público
- 060 - Serviço de Radiochamada Privado
- 078 - Serviço de Rádio Táxi
- 086 - Serviço Especial de Frequência Padrão
- 094 - Serviço Especial de Sinais Horários
- 108 - Serviço Especial de Radiodeterminação
- 116 - Serviço Telefônico Público Móvel Rodoviário - TELESTRADA
- 124 - Serviço Especial de Supervisão e Controle
- 132 - Serviço Especial de Rádio Autoônea
- 175 - Serviço Radiotelefônico Público
- 183 - Serviço Especial de Boletins Meteorológicos
- 205 - Serviço de Radiodifusão em Onda Média
- 213 - Serviço de Radiodifusão em Onda Curta
- 221 - Serviço de Radiodifusão em Onda Tropical
- 230 - Serviço de Radiodifusão em FM
- 248 - Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - TV
- 250 - Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (\*)
- 302 - Serviço de Radioamador
- 400 - Serviço de Rádio do Cidadão
- 507 - Serviço Móvel Aeronáutico (estação de aeronave)
- 604 - Serviço Móvel Marítimo (estação de navio)
- 701 - Serviço Especial de Música Funcional
- 728 - Serviço Especial de Repetição de Televisão
- 730 - (Serviço Especial) - Repetição de Sinais de TV via Satélite (\*)
- 800 - Serviço Especial de Retransmissão de TV
- 820 - Serviço de Televisão em Circuito Fechado
- 999 - Serviço Prestado

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

\*Embora não se constituindo "modalidade de serviço", foi adotado um código específico para identificação da estação, com fim cadastral. (PORT. MC 143/88).

Substituída em MARÇO/89

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53000-063153/09 a documentação  
a seguir constituída de 01 folhas,  
que assim numerar: 207  
Data: 27 / 12 / 11  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão

**Nota Técnica nº 393/2011/CPLR/DEOC/SCE-MC**

**ASSUNTO: Encaminha autos dos processos da Concorrência nº 067/2009-CEL/MC, para análise da Consultoria Jurídica com vistas à homologação do**

Referência: Processo Principal nº 53000.034342/2009 (Conc. nº 067/2009-CEL/MC)

Processo nº 53000.063153/2009 (licitante vencedora)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de procedimento licitatório de outorga para execução de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, cujos autos da primeira colocada no certame foram instruídos pela Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, conforme Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR Nº 1, de 3 de novembro de 2004, para serem encaminhados à Consultoria Jurídica, com vistas à análise e posterior homologação da decisão do certame à TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.

**ANÁLISE**

2. A TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. participa da Concorrência nº 067/2009-CEL/MC, que deferirá a outorga para execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. O resultado da pontuação das Propostas de Preço pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuídos a cada licitante do certame, foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, pág. 160, do dia 8 de dezembro de 2011, fl. 185 do processo da licitante, que obteve maior valor ponderado no julgamento. A Ata da Comissão que por unanimidade propôs a concorrente como vencedora do certame foi acostada às fl. 181.

3. Em cumprimento à Ordem de Serviço referenciada, foram juntados, às fls. 186/196, os extratos dos Tribunais, que não apresentaram nenhum registro com a denominação da entidade pesquisada.

4. O extrato eletrônico do SRD – Sistema de Controle de Radiodifusão da ANATEL (fl. 197) atesta a existência do canal licitado (canal 18) no Plano Básico de Distribuição.



5. Junto ao SRD e ao SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da ANATEL, foi verificado que a empresa e seus sócios não estão em desacordo com os limites fixados pelo art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67, conforme extratos acostados às fls. 198/206 dos autos do processo da proponente, restando, portanto, observado dito dispositivo legal.

## CONCLUSÃO

6. Pelo exposto, concluímos que o processo está apto a ser encaminhado à Consultoria Jurídica para análise e manifestação quanto à regularidade processual e, caso não haja óbice, opine pela homologação do objeto licitado à vencedora do certame, a TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. Informamos ainda, que, até o presente, não foram encontrados nos autos recursos contrários ao resultado do julgamento.

À consideração superior,

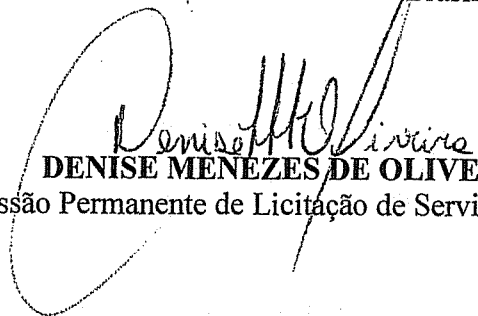
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Brasília, 22 de dezembro de 2011.

  
**MARIA MÔNICA FURTADO R. LIMA**  
Analista

De acordo. Encaminhem-se os autos dos processos da Concorrência à Consultoria Jurídica, como proposto.

Brasília, 22 de dezembro de 2011.

  
**DENISE MENEZES DE OLIVEIRA**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

COTA Nº 0086/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.034342/2009-36

ASSUNTO : Concorrência 067/2009. Localidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte. Foi sagrada vencedora a licitante TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA, necessária que a CPLR diligencie para obter o documento arquivado na Junta Comercial em 15/12/2009, com arrimo no art.43, §3º da Lei 8.666/93.

SERVIÇO DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Senhor Secretário de Comunicação Eletrônica;

Trata-se de procedimento administrativo referente à Concorrência 067/2009, com vistas a outorgar concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV), para a localidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.

2. A concorrente TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA, declarada vencedora do certame, ofertou Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (fl.62 do processo 53000.063153/2009-71), a qual aduz que o último arquivamento perpetrado deu-se em 15/12/2009 e era relativo a outros documentos de interesse da empresa. Ressalte-se que o arquivamento do ato constitutivo da entidade fora efetivado em 08/07/2009.

3. Isto posto, necessário que a CPLR diligencie para obter cópia do documento arquivado na Junta Comercial em 15/12/2009 pela concorrente TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA, com arrimo no art.43, §3º da Lei 8.666/93. Ultimadas as providências, volvam os autos à Consultoria Jurídica para parecer conclusivo.

Brasília, 01 de fevereiro de 2012.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Nesta data anexeí aos autos do processo de  
nº 53000063153/09 a documentação  
a seguir constituída de 10 folhas,  
que assim numerei: 209, 218  
Data: 01, 02, 2012  
Nome: Vanna  
Assinatura: [assinatura]

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão



**Nota Técnica nº 048/2012/CPLR/DEOC/SCE-MC**

**ASSUNTO: Encaminha-se autos dos processos da Concorrência nº 067/2009-CEL/MC, em face da COTA N. 0086/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU.**

Referência: Processo nº 53000.034342/2009-36

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A COTA N. 0086/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU solicitou diligências no sentido de notificar a entidade Televisão Costa Branca Ltda. com intuito de obter cópia do documento arquivado na Junta Comercial em 15/12/2009, com arrimo no art. 43, §3º da Lei 8.666/93.

**ANÁLISE**

2. Ao analisar a Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (fl. 62 do processo n. 53000.063153/2009-71), objeto da referida Cota, constatou-se que o referido documento arquivado na data de 15/12/2009 foi classificado pela Junta Comercial do Estado do Espírito Santo como "Outro documento de interesse da empresa/empresário".

3. A Tabela de Atos e Eventos do Ministério do Desenvolvimento, atual Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (doc. em anexo), prevê os atos passíveis de registro sob tal classificação, não se incluindo em tais documentos o arquivamento de atos constitutivos, alteração e extinção de empresas, alteração do quadro diretivo, sede ou administrador. Possível, entretanto, no registro do referido tipo de atos, a delegação de gerência ou o registro de Procuração.

4. Realizando pesquisa da situação atual da empresa junto ao Cadastro Nacional de Empresas, realizada por meio de convênio firmado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, onde se consegue acessar todos os dados registrados junto às Juntas Comerciais dos Estados, obteve-se nova certidão simplificada da empresa, na qual se verifica, além do registro questionado pela Consultoria Jurídica, o registro de uma Alteração Contratual, efetuado em 21/06/2010.

5. Entretanto, ao se consultar maiores dados acerca da atual situação da empresa Televisão Costa Branca Ltda., verifica-se que os quadros societário e diretivo (sócios e administradores) permanece inalterado, mantendo-se o capital social, a distribuição de cotas e a administradora, a Sr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Arpini Camargo, com a mesma composição indicada na certidão apresentada às fls. 62 dos autos, sem constar, também, a indicação de registro de qualquer ato de nomeação de procurador. (docs. em anexo)

## CONCLUSÃO

4. Dessa forma, sugerimos o encaminhamento dos presentes autos à CONJUR para providências de sua alçada.

À consideração superior.

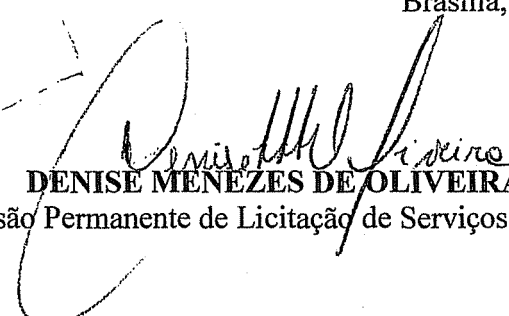
Brasília, 01 de fevereiro de 2012.

  
**GIZELE CORREA DE ALENCAR**  
Analista

De acordo. Encaminhem-se os autos dos processos da Concorrência à Consultoria Jurídica, como proposto.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Brasília, 01 de fevereiro de 2012.

  
**DENISE MENEZES DE OLIVEIRA**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão

## Serviços - de acordo com o Código Civil/2002

## TABELA DE ATOS E EVENTOS

Utilização: Capa de Processo/Requerimento, Requerimentos,  
Ficha de Cadastro Nacional – FCN, Requerimento de Empresário e outros



CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO (O ATO CORRESPONDE AO DOCUMENTO A SER ARQUIVADO)	Capa de Processo/ Reque- rimento	Reque- rimento	FCN	Reque- rimento Empresário	Outros
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO (O EVENTO CORRESPONDE A FATO QUE REQUER TRATAMENTO PARTICULARIZADO E QUE CONSTA DO ATO OU DO PROCESSO A QUE SE REFERE)					
	Os eventos podem ser vinculados a qualquer ato em que haja pertinência. A especificação de alguns eventos abaixo de certos atos indica que são TÍPICOS desses atos, porém, não exclusivos, podendo ser utilizados vinculados a outros atos.					
	<b>Constituição, alteração e extinção de empresas</b>					
080	INSCRIÇÃO (utilizar a partir de 11/01/2003)					
090	CONTRATO (utilizar a partir de 11/01/2003)					
002	ALTERAÇÃO					
003	EXTINÇÃO/DISTRATO					
004	CERTIDÃO DE ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO					
005	ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO					
006	ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA					
007	ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA					
008	ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA					
009	ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE LIQUIDAÇÃO					
010	ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE INCORPORAÇÃO					
011	ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE FUSÃO					
012	ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CISÃO					
013	ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO					
014	ATA DE ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS					
015	ATA DE ASSEMBLÉIA ESPECIAL					
016	ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA					
017	ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
018	ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL					
019	ESTATUTO SOCIAL					
020	DESISTÊNCIA DE SERVIÇO REQUERIDO					
021	ATA DE REUNIÃO/ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS					
019	ESTATUTO SOCIAL					
020	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL					
021	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)					
022	ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL					
023	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE					
024	ALTERAÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE					
025	EXTINÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE					
026	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF					
027	ALTERAÇÃO DE FILIAL EM OUTRA UF					
028	EXTINÇÃO DE FILIAL EM OUTRA UF					
029	ABERTURA DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF					
030	ALTERAÇÃO DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA					
031	EXTINÇÃO DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF					
032	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRO PAÍS					
033	ALTERAÇÃO DE FILIAL EM OUTRO PAÍS					
034	EXTINÇÃO DE FILIAL EM OUTRO PAÍS					

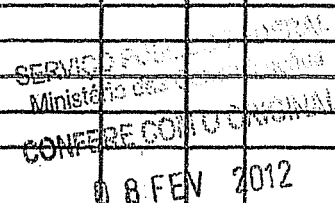
036	TRANSFERÊNCIA DE FILIAL PARA OUTRA UF				
037	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE FILIAL DE OUTRA UF				
038	TRANSFERÊNCIA DE SEDE PARA OUTRA UF				
039	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE OUTRA UF				
040	CONVERSÃO DE SOCIEDADE CIVIL/SOCIEDADE SIMPLES				
041	CONVERSÃO EM SOCIEDADE CIVIL/SOCIEDADE SIMPLES				
042	INCORPORAÇÃO				
043	FUSÃO				
044	CISÃO PARCIAL				
045	CISÃO TOTAL				
046	TRANSFORMAÇÃO				
047	REQUERIMENTO DE DEVOLUÇÃO DE PRAZO				
048	RE-RATIFICAÇÃO				
049	DECL DE INATIVIDADE E DE ENQUADRÁVEL COMO ME/EPP – ART. 29 LEI 8.864/94				
050	ABSORÇÃO DE PARTE CINDIDA				
051	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO				
052	REATIVAÇÃO – ART. 60 LEI 8.934/94				
053	BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO				
054	TRANSFERÊNCIA DE SEDE PARA OUTRO PAÍS				
206	PROCURAÇÃO (quando inserida no processo)				
219	ELEIÇÃO/DESTITUIÇÃO DE DIRETORES				
<i>Filial de Empresa Estrangeira</i>					
101	ABERTURA DE FILIAL AUTORIZADA A FUNCIONAR NO PAÍS				
102	MODIFICAÇÕES POSTERIORES À AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO NO PAÍS				
103	NACIONALIZAÇÃO				
104	CANCELAMENTO DE FILIAL AUTORIZADA A FUNCIONAR NO PAÍS				
<i>Nome Empresarial</i>					
150	PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL				
151	ALTERAÇÃO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL				
152	CANCELAMENTO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL				
153	EXTENSÃO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL A OUTRA UF				
154	ALTERAÇÃO DE EXTENSÃO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL EM OUTRA UF				
155	CANCELAMENTO DE EXTENSÃO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL EM OUTRA UF				
<del>Arquivamento de documentos de interesse da empresa/empresário</del>					
201	ARQUIVAMENTO DE PUBLICAÇÕES DE ATOS DE SOCIEDADE				
202	ANOTAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DE ATOS DE SOCIEDADE				
203	DELEGAÇÃO DE GERÊNCIA				
204	CANCELAMENTO DE DELEGAÇÃO DE GERÊNCIA				
205	CARTA DE RENÚNCIA				
206	PROCURAÇÃO (quando arquivada individualmente)				
207	REVOGAÇÃO DE PROCURAÇÃO				
208	EMANCIPAÇÃO (quando arquivada individualmente)				
209	COMUNICAÇÃO DE EXTRAVIO DE INSTRUMENTO DE ESCRITURAÇÃO				
210	COMUNICAÇÃO DE PARALISAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADES				
210	COMUNIC. DE PARALISAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIV. - SEDE				
221	COMUNIC. DE PARALISAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIV. - FILIAL				
211	COMUNICAÇÃO DE REINÍCIO DE ATIVIDADES PARALISADAS TEMPORARIAMENTE				
211	COMUNIC. DE REINÍCIO DE ATIV. PAR. TEMP. - SEDE				
222	COMUNIC. DE REINÍCIO DE ATIV. PAR. TEMP. - FILIAL				
212	COMUNICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO				
213	CARTA DE EXCLUSIVIDADE				
214	DELIBERAÇÃO DE DIRETORIA				



SERVIÇO POSTAL FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

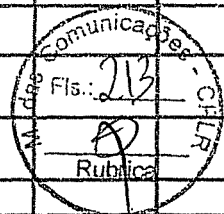
08 FEV 2012

216	REGULAMENTO DE GERÊNCIA				
217	DECLARAÇÕES DE ARMAZÉM GERAL/TRAPICHEIRO				
218	TARIFAS DE ARMAZÉM GERAL/TRAPICHEIRO				
223	BALANÇO				
224	NOMEAÇÃO DE GERENTE POR REPRESENTANTE OU ASSISTENTE				
225	DESTITUIÇÃO DE GERENTE POR REPRESENTANTE OU ASSISTENTE				
226	DECLARAÇÃO ANTENUPCIAL				
227	PACTO ANTENUPCIAL				
228	TÍTULO DE DOAÇÃO DE BENS CLAUSULADOS DE INCOMUNICABILIDADE OU INALIENABILIDADE				
229	TÍTULO DE HERANÇA DE BENS CLAUSULADOS DE INCOMUNICABILIDADE OU INALIENABILIDADE				
230	TÍTULO DE LEGADO DE BENS CLAUSULADOS DE INCOMUNICABILIDADE OU INALIENABILIDADE				
231	SENTENÇA DE DECRETAÇÃO OU DE HOMOLOGAÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL				
232	SENTENÇA DE HOMOLOGAÇÃO DO ATO DE RECONCILIAÇÃO				
233	CONTRATO DE ALIENAÇÃO, USUFRUTO OU ARRENDAMENTO DE ESTABELECIMENTO				
234	AVERBAÇÃO DE NOMEAÇÃO DE ADMINISTRADOR				
235	DESTITUIÇÃO DE ADMINISTRADOR				
310	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESÁRIO				
223	BALANÇO				
	<i>ME/EPP</i>				
315	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA				
307	REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE				
317	DESENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA				
316	ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE				
309	REENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE COMO MICROEMPRESA				
318	DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE				
	<i>Agentes Auxiliares do Comércio</i>				
401	MATRICULA DE TRADUTOR PÚBLICO E INTERPRETE COMERCIAL				
402	CANCELAMENTO DE MATRICULA DE TRADUTOR PÚBLICO E INTERPRETE COMERCIAL				
403	NOMEAÇÃO "AD HOC" DE TRADUTOR PÚBLICO E INTERPRETE COMERCIAL				
404	transferência DE TRADUTOR PÚBLICO E INTERPRETE COMERCIAL PARA OUTRA UF				
405	MATRÍCULA DE LEILOEIRO				
406	CANCELAMENTO DE MATRÍCULA DE LEILOEIRO				
407	INDICAÇÃO DE PREPOSTO DE LEILOEIRO				
408	DISPENSA DE PREPOSTO DE LEILOEIRO				
409	MATRICULA DE ADMINISTRADOR DE ARMAZÉM GERAL				
410	CANCELAMENTO DE MATRICULA DE ADMINISTRADOR DE armazém GERAL				
411	NOMEAÇÃO DE PREPOSTO DE ADMINISTRADOR DE armazém GERAL				
412	CANCELAMENTO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO DE ADMINISTRADOR DE armazém GERAL				
413	MATRICULA DE TRAPICHEIRO				
414	CANCELAMENTO DE MATRICULA DE TRAPICHEIRO				
415	NOMEAÇÃO DE PREPOSTO DE TRAPICHEIRO				
416	CANCELAMENTO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO DE TRAPICHEIRO				
417	PUBLICAÇÕES RELATIVAS A AGENTES AUXILIARES DO COMÉRCIO				
418	NOMEAÇÃO DE FIEL DEPOSITÁRIO				
420	TERMO DE COMPROMISSO DE FIEL DEPOSITÁRIO				
419	CANCELAMENTO DE NOMEAÇÃO DE FIEL DEPOSITÁRIO				
	<i>Pedido de Reconsideração e Recurso ao Plenário</i>				
501	PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO				



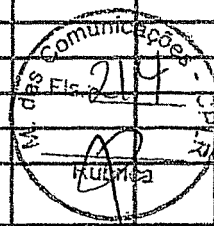


502	RECURSO AO PLENÁRIO				
503	DESISTÊNCIA DE RECURSO AO PLENÁRIO				
	<i>Recurso ao Ministro</i>				
504	RECURSO AO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR				
505	DESISTÊNCIA DE RECURSO AO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR				
	<i>Pesquisa de Nome e Consulta a Documentos</i>				
601	PESQUISA DE NOME EMPRESARIAL IDÊNTICO OU SEMELHANTE				
602	CONSULTA A DOCUMENTOS				
	<i>Registro de Escritura de Debêntures</i>				
980	ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES				
981	ADITAMENTO DE ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES				
	<i>Certidões</i>				
603	CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR				
604	CERTIDÃO SIMPLIFICADA				
605	CERTIDÃO ESPECÍFICA				
610	CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR - INTERNET				
611	CERTIDÃO SIMPLIFICADA - INTERNET				
612	CERTIDÃO ESPECÍFICA - INTERNET				
	<i>Autenticação de Livros Mercantis</i>				
701	AUTENTICAÇÃO DE LIVROS, CONJUNTO DE FOLHAS ENCADERNADAS SOB FORMA DE LIVRO OU CONJUNTO DE FOLHAS CONTINUAS				
702	AUTENTICAÇÃO DE CONJUNTOS DE FOLHAS SOLTAS OU DE FICHAS				
703	AUTENTICAÇÃO DE MICROFICHAS "COM"				
	<i>Carteira de Exercício Profissional</i>				
710	EXPEDIÇÃO DE CARTEIRA DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL				
711	CANCELAMENTO DE CARTEIRA DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL				
712	DEVOLUÇÃO DE CARTEIRA DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL				
	710 CARTEIRA DE EXERC. PROF. - EMPRESÁRIO				
	711 CARTEIRA DE EXERC. PROF. - ADMINISTRADOR DE SOCIEDADE MERCANTIL				
	712 CARTEIRA DE EXERC. PROF. - ADMINISTRADOR DE COOPERATIVA				
	713 CARTEIRA DE EXERC. PROF. - TRADUTOR PUBLICO E INTERPRETE COMERCIAL				
	714 CARTEIRA DE EXERC. PROF. - LEILOEIRO				
	715 CARTEIRA DE EXERC. PROF. - TRAPICHEIRO				
	716 CARTEIRA DE EXERC. PROF. - ADMINISTRADOR DE armazém GERAL				
	<i>Serviços Integrados</i>				
750	SERVIÇOS INTEGRADOS COM OUTRAS JUNTAS COMERCIAIS				
	751 PESQUISA DE NOME EMPRESARIAL EM OUTRA UF				
	752 CERTIDÃO SIMPLIFICADA DE OUTRA UF				
	753 CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DE OUTRA UF				
	754 CERTIDÃO ESPECÍFICA DE OUTRA UF				
	755 PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL EM OUTRA UF				
	756 ALTERAÇÃO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL EM OUTRA UF				
	757 EXTINÇÃO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL EM OUTRA UF				
	758 SERVIÇO INTEGRADO - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF				
	759 SERVIÇO INTEGRADO - ALTERAÇÃO DE FILIAL EM OUTRA UF				
	760 SERVIÇO INTEGRADO - EXTINÇÃO DE FILIAL EM OUTRA UF				
	761 ARQUIVAMENTO DE OUTROS ATOS EM OUTRA UF				
	<i>Cadastro Estadual de Empresas Mercantis</i>				
801	FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE RELATÓRIOS EM PAPEL, MEIO MAGNÉTICO OU CD-ROM (CEE)				
	801 RELATÓRIOS EM PAPEL				
	802 RELATÓRIOS EM MEIO MAGNÉTICO				
	803 RELATÓRIOS EM CD-ROM				



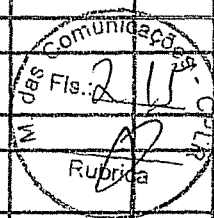
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
CONFERE COMO ORIGINAL  
08 FEV 2012

802	PRESTAÇÃO CONTINUA DE INFORMAÇÕES (ASSINATURA), MEDIANTE ACESSO ELETRÔNICO (CEE)				
804	ASSINATURA PARA ACESSO ELETRÔNICO				
803	PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES MEDIANTE ACESSO ELETRÔNICO (CEE)				
805	ACESSO eletrônico				
	<i>Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE</i>				
804	FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE RELATÓRIOS EM PAPEL, MEIO MAGNÉTICO OU CD-ROM (CNE)				
805	PRESTAÇÃO CONTINUA DE INFORMAÇÕES (ASSINATURA), MEDIANTE ACESSO eletrônico (CNE)				
806	PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES MEDIANTE ACESSO eletrônico (CNE)				
	<i>Outros Serviços</i>				
807	VENDA DE REVISTAS, PERIÓDICOS, PUBLICAÇÕES DIVERSAS				
810	VENDA DE REVISTAS				
811	VENDA DE PERIÓDICOS				
812	VENDA DE PUBLICAÇÕES DIVERSAS				
808	INFORMAÇÕES EM MÍDIA ELETRÔNICA E OUTROS ASSEMELHADOS				
813	VENDA DE INFORMAÇÕES EM CD-ROM				
	<i>Arquivamento de outros atos</i>				
901	OFICIO				
902	SENTENÇA DE DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA				
903	SENTENÇA REVOCATÓRIA DE FALÊNCIA				
904	CONCESSÃO DE CONCORDATA SUSPENSIVA				
905	ENCERRAMENTO DE FALÊNCIA				
906	REABILITAÇÃO DE FALIDO				
907	AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE FALIDO				
908	CASSAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE FALIDO				
909	CONCESSÃO DE CONCORDATA PREVENTIVA				
910	DESISTÊNCIA DE PEDIDO DE CONCORDATA PREVENTIVA				
911	LEVANTAMENTO DE CONCORDATA				
912	DISSOLUÇÃO PARCIAL				
939	OUTROS				
961	AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE POR SUCESSÃO				
962	AUTORIZAÇÃO DE INCAPAZ				
963	REVOGAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INCAPAZ				
964	CESSAÇÃO DE INCAPACIDADE				
965	DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE OU ASSISTENTE				
224	NOMEAÇÃO DE GERENTE POR REPRESENTANTE OU ASSISTENTE				
902	ORDEM JUDICIAL				
915	PENHORA DE COTAS				
916	INDISPONIBILIDADE DE COTAS				
917	IMPEDIMENTO DE ARQUIVAMENTO DE ATOS				
918	CANCELAMENTO DE ARQUIVAMENTO DE ATO				
919	EXTINÇÃO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL				
920	EXCLUSÃO DE SÓCIO				
924	REVOGAÇÃO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL				
958	ARRESTO				
959	LEVANTAMENTO DE PENHORA DE COTAS				
960	LEVANTAMENTO DE INDISPONIBILIDADE DE COTAS				
903	COMUNICAÇÃO EXTRA-JUDICIAL				
925	INTERVENÇÃO				
926	SUSPENSÃO DE INTERVENÇÃO				
927	CANCELAMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO				
928	SUSPENSÃO DE CANCELAMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO				
929	LIQUIDAÇÃO EXTRA-JUDICIAL				



SERVIÇO GERAL FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

930	ENCERRAMENTO DE LIQUIDAÇÃO EXTRA-JUDICIAL						
931	INDISPONIBILIDADE DE BENS DE ADMINISTRADORES(Diretoria/Cons.)						
932	SUSPENSÃO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS DE ADMINISTRADORES						
933	INDISPONIBILIDADE DE BENS DE EX-ADMINISTRADORES						
934	SUSPENSÃO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS DE EX-ADMINISTRADORES						
935	NOMEAÇÃO DE INTERVENTOR						
936	CANCELAMENTO DE NOMEAÇÃO DE INTERVENTOR						
937	NOMEAÇÃO DE LIQUIDANTE						
938	CANCELAMENTO DE NOMEAÇÃO DE LIQUIDANTE						
904	MEDIDA ADMINISTRATIVA						
950	PENDÊNCIA						
951	CANCELAMENTO DE PENDÊNCIA						
952	SUSTAÇÃO DE EFEITOS DE ATO						
953	CANCELAMENTO DE SUSTAÇÃO DE EFEITOS DE ATO						
954	CANCELAMENTO - Art. 60, Lei 8.934/94						
955	ANULAÇÃO DE CANCELAMENTO (pelo art. 60, Lei 8.934/94)						
956	TRANSFERÊNCIA DE PRONTUÁRIO DE OUTRA UF						
957	TRANSFERÊNCIA DE PRONTUÁRIO PARA OUTRA UF						



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

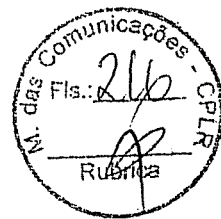
08 FEV 2012

*[Handwritten signature]*



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

**CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS - CNE**  
**SITUAÇÃO ATUAL DE EMPRESA - SÍNTESE - Data: 01/02/2012**  
(Sem valor de certidão)



Page 1/1

Fonte: Cadastro da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

**Nome Empresarial:** TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA

**Natureza Jurídica:** SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

**Número de Identificação do Registro de Empresa - NIRE:** 32.2.0142986-8 **CNPJ:** 11.042.517/0001-60

**Situação:** REGISTRO ATIVO

**Status:**

**Data de arquivamento  
do ato constitutivo**

**Data de início de atividade**

**Data de extinção**

08/07/2009

08/07/2009

**Endereço completo:** RUA HOLDERCIM1061, SALA 103, CIVIT II, SERRA, ES

**Objeto:**

A EXECUCAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA E DE SONS E IMAGENS, SEUS ANCILARES, AUXILIARES, AFINS E CORRELATOS, SEMPRE COM FINALIDADE EDUCATIVAS, CULTURAIS E INFORMATIVAS, CIVICAS E PATRIOTICAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO, PERMISSAO OU AUTORIZACAO, NESTA OU EM OUTRA LOCALIDADE DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO ESPECIFICA EM VIGOR.

**CNAE Fiscal:**

**Principal:**

9001906 - ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO

**Capital:** R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

**Capital Integralizado:** R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

**Sócios e Administradores**

Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital(R\$)	Espécie de Sócio	Administrador do Mandato
MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO / 726.888.587-34	7.490.000,00	SÓCIO	Administrador
ALUIZIO ALVES NETO / 444.046.891-87	500.000,00	SÓCIO	
HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES / 130.470.197-20	2.010.000,00	SÓCIO	

**Prazo de Duração:**

**Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/06):** Não

**Último Arquivamento:**

**Data:** 21/06/2010

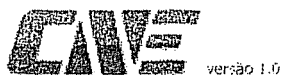
**Número:** 20100593909

**Ato:** ALTERAÇÃO

**Eventos:**

ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

Identificação

Nome empresarial

TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA

Administradores

Pessoa Física

Identificação

Nome

MARIA DE FATIMA ARPINI CAMARGO

CPF/NIRE

726.888.587-34

Outros dados

Há impedimento?

Não

Condição

ADMINISTRADOR

Descrição do cargo

ADMINISTRADOR

Mandato

Data de início

08/07/2009

Representante Legal

Não existe representante legal.

VOLTAR

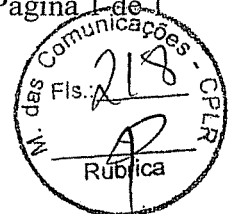
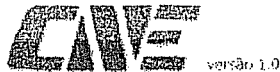
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



DENISE MENEZES DE OI

Identificação

Nome empresarial

TELEVISAO COSTA BRANCA LTDA

NIRE

32.2.0142986-8

Histórico de atos arquivados

Arquivamento

Data	Número	Ato	Evento(s)	Descrição	Nire da filial :
21/06/2010	20100593909	002		ALTERAÇÃO	
			021	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	
15/12/2009	20091482658	310		OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	
08/07/2009	32201429868	090		CONTRATO	

VOLTAR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

CONJUR - M. das Comunicações  
 Fls. 219  
 Rubrica: *[assinatura]*  
 809

SRD - SISTEMA DE CONTROLE DE RADIODIFUSÃO - [SIS versão 2.2.2.2] - Windows Internet Explorer fornecido por Ministério das Comunicações

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Google Pesquisar Mais Fazer login

Sites Sugeridos HotMail gratuito SEF - DF Banco Central do Brasil CorrelWeb Ministério da Previdência So... Psicopedagogia On Line

SRD - SISTEMA DE CONTROLE DE RADIODIFUSÃO - ... Página Segurança Ferramentas

**ANATEL** Sistema Interativos

Menu Principal SRD >> Consultas >> Geral menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

**Consulta Geral TV**

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação
11-	TELEVISAO CABUGI LTDA	RN	Natal	TV	3	H
11	TELEVISAO CABUGI LTDA	RN	Natal	TV	3	A
12	TV PONTA NEGRA LTDA	RN	Natal	TV	3	H
13-	TV PONTA NEGRA LTDA	RN	Natal	TV	3	P
17	MULTI TV COMUNICACOES LTDA	RN	Natal	TV	2	H
22		RN	Natal	TV	0	
25		RN	Natal	TV	0	
27		RN	Natal	TV	0	
2	TELEVISAO NOVOS TEMPOS LTDA	RN	Natal	TV	3	H
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	Natal	TV	3	H

Usuário: - Data: 02/02/2012 Hora: 17:29:10

Registro 1 até 10 de 14 registros

Páginas: [1] 2 [Ir] [Reg]

Concluído

Proc: 53000.0623.17

Instalar NAO SALVAR NA ... contratos públ 2005

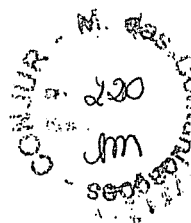
Ministério das Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 Ministério das Comunicações  
 CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA



PARECER Nº 198 /2012/TFC/ CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.034342/2009-36

INTERESSADO: TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEVER 2012

**EMENTA:** Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 067/2009-SSR-MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar concessão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens, para a localidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.

Pela homologação do certame, com adjudicação do objeto à licitante TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.

Senhor Coordenador Geral,

A Comissão Especial de Licitação encaminha, para exame e parecer desta Consultoria Jurídica, os processos em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do procedimento licitatório objeto do Edital da Concorrência n.º 067/2009-SSR/MC, para a localidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.

2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressaltamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, "in verbis":

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

4. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito. (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481)

5. Entretanto, não que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.

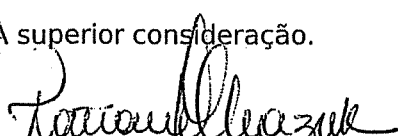
6. Em relação ao procedimento licitatório para a localidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, analisando a Concorrência nº 067/2009-SSR/MC, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório. Logo, cabe homologação com adjudicação do objeto à empresa TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.

7. Ressalte-se que foi verificado arquivamento de documentos da entidade TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, o que demandou diligências da Comissão Permanente de Licitação de Radiodifusão. Concluiu-se que não foi alterado o quadro societário, nem tampouco a administração da empresa. Também restou constatado que não houve arquivamento de procuração (representante legal), conforme documentos juntados às fls.209/218 do processo 53000.063153/2009. Por ocasião da assinatura do contrato, devem ser examinados os documentos em questão.

8. Surgiu dúvida, ainda, acerca do cumprimento do limite do art.12 c/c §3º do Decreto Lei 236/67, no que tange à pessoa natural do sócio ALUÍZIO ALVES NETO, uma vez que certidão do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da ANATEL revelou que o mesmo deteria serviço de radiodifusão de sons e imagens em Natal/RN (fl. 201 do processo 53000.063153/2009), indicando dois códigos de serviço, isto é, 247 e 248. Se fossem detidos dois canais, atingido estaria o limite normativo, posto que tal limite serve tanto para a pessoa jurídica, quanto para os sócios, que somente podem ter duas outorgas de TV por estado. Como o presente certame é para a localidade de Mossoró, também no Estado do Rio Grande do Norte, o sr. ALUÍZIO ALVES NETO, poderia estar violando a regra. Todavia, ficou esclarecido que, na verdade, trata-se de um único canal de TV (canal 11), gerando dois códigos por incluir a transmissão analógica e digital na localidade de Natal/RN, conforme certidão de fl.219 do processo 53000.063153/2009. Logo, não se esbarrou na vedação de que cada cotista poderia deter no máximo duas estações de TV por estado. Assim, não há óbices à homologação da concorrência.

9. Ante o exposto, opinamos no sentido de que haja o encaminhamento dos autos à Secretaria de Comunicação Eletrônica, com proposta favorável à homologação do certame e à adjudicação do objeto à empresa TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA, para a localidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.

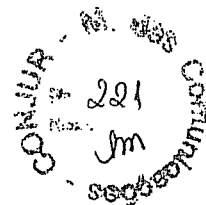
À superior consideração.

  
TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK

Advogada da União

Brasília, 03 de fevereiro de 2012.

Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

DESPACHO Nº 537/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.034342/2009

ASSUNTO : Fase de homologação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Aprovo o PARECER Nº 198/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

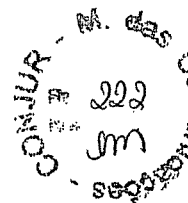
Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 03 de fevereiro de 2012.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO  
Advogado da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



DESPACHO Nº 538/2012/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO N.º: 53000.034342/2009

ASSUNTO : Fase de homologação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012

Aprovo o DESPACHO Nº 537/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº 198/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de autoria da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 3 de fevereiro de 2012.

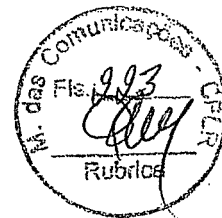
  
José Flávio Bianchi  
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

EM BRANCO

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53002.063/53/09 a documentação  
a seguir constituída de 02 folhas,  
que assim numerei: 223 e 224

Data: 08.02.2012  
Nome: [assinatura]  
Assinatura: [assinatura]



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**DESPACHO DO MINISTRO**

Em 7 de fevereiro de 2012.

SERVIÇO DE REGISTRO GERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
08 FEV 2012

Acolho o **PARECER Nº 198/2012/TFC/ CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, **HOMOLOGO** o certame e promovo as adjudicações respectivas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

  
**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro das Comunicações

**ANEXO ÚNICO**

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA
067/2009	RN	MOSSORÓ	TV	TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA



52

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 28, quarta-feira, 8 de fevereiro de 2012

DESPACHO DO MINISTRO  
Em 7 de fevereiro de 2012

Acolho o PARECER Nº 198/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão. HOMOLOGO o certame e promovo as adjudicações respectivas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

PAULO BERNARDO SILVA

## ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTE VENCEDORA
0672/009	RN	MOSSORÓ	TV	TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 8.386, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Processos nº 53.504.013305/2010, 53.545.001538/2010 e 53.504.025877/2010. Afasta a aplicação da sanção de caducidade da autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, decidida pela empresa INFOSHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF nº 04.662.132/0001-30, outorgada por meio do Ato nº 65.718, de 27 de junho de 2007, e aplica, em substituição, a sanção de multa no valor de R\$ 1.117,0 (mil, cento e dezessete reais), pela violação do art. 43 do Regulamento dos Serviços de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001, art. 60, §2º, do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998 e art. 6º, §1º e §2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966. Concede à INFOSHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, prazo de 60 (sessenta) dias para que a empresa faça a adequação dos contratos celebrados entre ela, as empresas parceiras e os usuários do Serviço, de forma a atender à regulamentação vigente, sob a pena de aplicação da sanção de caducidade à autorização para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia decidida pela empresa.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do ConselhoDESPACHOS DO PRESIDENTE  
Em 20 de setembro de 2011Nº 7.946 -  
Processo nº 53508014522/2009.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela VOITEL LTDA, CNPJ/MF nº 03.081.032/0001-57, em face da decisão proferida pelo Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, por meio do Despacho nº 2.527/2010-Anatel, de 7 de abril de 2010, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a análise de prestação clandestina do STFC, decidida, em sua Reunião nº 612, realizada em 30 de junho de 2011, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se in totum a decisão anteriormente examinada, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 213/2011-CCJR, de 31 de março de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

Em 15 de dezembro de 2011

Nº 10.696 -  
Processo 53557.000855/2008

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo apresentado pela empresa RN BRASIL - SERVIÇOS DE PROVEDORES LTDA, CNPJ/MF nº 05.827.543/0001-09, contra decisão do Superintendente de Serviços Privados, consubstanciada no Ato nº 4.806, de 29 de julho de 2010, decidiu, em sua Reunião nº 632, realizada em 8 de dezembro de 2011, não conhecer do Recurso interposto, por ausência do pressuposto de admissibilidade recursal da tempestividade, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 680/2011-GCER, de 2 de dezembro de 2011.

Em 19 de janeiro de 2012

Nº 532 -  
Processo nº 53500.009428/2010.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o recurso administrativo interposto pela CTBC CELULAR S.A., CNPJ/MF nº 05.835.916/0001-85, autorizada do Serviço Móvel Pessoal, contra decisão do Superintendente de Serviços Privados, consubstanciada no Despacho nº 2.649/2011-PVCPA/PVCP/SPV, de 1º de abril de 2011, nos autos do processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 633, realizada em 13 de dezembro de 2011, conhecer do Recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 57/2011-GCMB, de 9 de dezembro de 2011.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA  
E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 741, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012

Autorizar LIGA INDEPENDENTE DAS ESC DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO, CNPJ nº 28.715.167/0001-58 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 02/02/2012 a 28/02/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI  
Superintendente

ATO Nº 742, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012

Autorizar MIC EVENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 03.319.896/0001-64 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 02/02/2012 a 28/02/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI  
Superintendente

ATO Nº 745, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santos/SP, no período de 05/02/2012 a 05/02/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI  
Superintendente

ATO Nº 756, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Macaé/RJ, no período de 11/02/2012 a 12/02/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI  
Superintendente

ATO Nº 776, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Autorizar 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, CNPJ nº 05.423.963/0001-11 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rentez/PR, no período de 08/02/2012 a 25/03/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI  
Superintendente

ATO Nº 777, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Autorizar 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, CNPJ nº 05.423.963/0001-11 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Antonina/PR, no período de 08/02/2012 a 25/03/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI  
Superintendente

ATO Nº 778, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Autorizar 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, CNPJ nº 05.423.963/0001-11 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Morretes/PR, no período de 08/02/2012 a 25/03/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI  
SuperintendenteSUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS  
DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 765, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo nº 53500.021125/05. ASSOCIAÇÃO BAIONENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM - Baião/PA - Canal 285. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THIOMAZ DE SOUZA MAYA  
SuperintendenteSERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

08 FEV 2012



ATO Nº 766, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo nº 53500.000967/10. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SANTO ANTÔNIO DA CAIUÁ - RADCOM - Santo Antônio do Caiuá/PR - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THIOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 767, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo nº 53500.009680/10. ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO CANTÁ - RADCOM - Cantá/RR - Canal 290. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THIOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 4.806, DE 29 DE JULHO DE 2010

Processo nº 53557.000855/2008. Aplicar à RN Brasil - Serviços de Provedores Ltda., CNPJ/MF nº 03.827.543/0001-09, a sanção de multa no valor de R\$ 1.161,11 (um mil cento e sessenta e seis reais e onze centavos), por descumprimento do disposto nos arts. 55, incisos I, III e V e art. 59, incisos, VIII, IX e XVIII, todos do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001.

DIRCEU BARAVIERA  
Superintendente  
Interim

ATO Nº 8.023, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.019913/2011. Aplica à SCW TELECOM LTDA - EPP, CNPJ nº 07.343.680/0001-95, a sanção de multa no valor de R\$ 170,00 (cento e setenta reais), pelo descumprimento do inciso VII do art. 59 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS  
Superintendente

ATO Nº 8.383, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.021252/2009. Outorga autorização de uso de radiofrequências à NOVACIA TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 00.912.618/0001-28, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) anelare(s).

BRUNO DE CARVALHO RAMOS  
Superintendente

ATO Nº 72, DE 5 DE JANEIRO DE 2012

Processo nº 29100.100662/1979. Outorga autorização para uso de radiofrequência em substituição a radiofrequência anteriormente autorizada à ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTAS DE TÁXI RÁDIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, CNPJ nº 08.274.732/0001-04, associada à autorização para exploração do Serviço de Radiotáxi Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS  
Superintendente

ATO Nº 488, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

Processo nº 535000281122011. Expede autorização de uso de radiofrequências à TDNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 08.837.483/0001-95, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) m-dioenlace(s) anelare(s).

BRUNO DE CARVALHO RAMOS  
Superintendente

ATO Nº 521, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Processo nº 535000225562004. Expede autorização de uso de radiofrequências à EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S A EMBRATEL, CNPJ nº 33.530.486/0001-29, associada à Autorização para exploração do Serviço Móvel Marítimo Especializado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS  
Superintendente

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53.000-063.153/69 a documentação  
a seguir constituída de 07 folhas,  
que assim numerei: 225, 1, 2  
Data: 29 / 02 / 72  
Nome: Moisés  
Assinatura: M



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão

Protocolo: 53000.063153/2009 (cópia 1)

Interessado: Televisão Costa Branca Ltda.


Assunto: Encaminhamento de cópia autenticada de processo e minutas de atos de outorga originais.

À CONJUR.

Trata-se de processo licitatório, visando a outorga de permissão para explorar o Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, para a entidade citada acima, vencedora da Concorrência 067/2009-CEL/MC, para a localidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, conforme despacho de homologação de 7 de fevereiro de 2012, publicado no DOU de 8 subsequente.

Tendo em vista a preparação das minutas dos atos da referida outorga, encaminhe-se, juntamente com a cópia do processo, ao Sr. Consultor Jurídico, para providências cabíveis.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

  
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

COTA nº 298/2012/DPF/CONJUR-MC/AGU  
Processo nº 53000.063153/2009-71  
Interessado: TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA.

Sr. Consultor Jurídico,

Após análise acerca da regularidade jurídica da minuta de ato apresentada a esta Consultoria, esclareço que não foi verificado óbice ao prosseguimento do feito. Isso faz com que a minuta apresentada, encontre-se em conformidade com a legislação aplicável.

Dessa forma, sugiro o encaminhamento do processo à d. Secretaria de Comunicação Eletrônica, para as providências necessárias.

Brasília, 23 de março de 2012.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

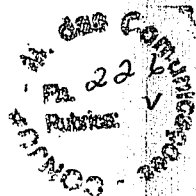
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

De acordo. Encaminhe-se à Secretaria de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 11 de abril de 2012.

JOSE FLAVIO BIANCHI

Consultor Jurídico





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA 067/2009 - CEL/MC**

**SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO**

**CONCESSÃO DE TV**

---

Brasília (DF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

## ÍNDICE

- 1 DO OBJETO
- 2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
- 3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
- 4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
- 6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
- 8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS
- 9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES
- 10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO
- 15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 17 DAS PENALIDADES
- 18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)
- 19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 20 ANEXOS

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**EDITAL - CONCORRÊNCIA N.º 067/2009 – CEL/MC**

**O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, neste ato representado pela Comissão Especial de Licitação instituída por meio da Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, torna público que receberá dos interessados em participar desta Licitação, simultaneamente, a Documentação de Habilitação e as Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), na localidade de Mossoró - RN, cujo Preço Mínimo da Outorga é de R\$ 1.143.606,71 (um milhão cento e quarenta e três mil seiscentos e seis reais e setenta e um centavos).

A entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas ocorrerá no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, às 9:00 horas, no Ministério das Comunicações, situado na Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – no Auditório Lourenço Chehab - Subsolo, Edifício Sede do Ministério das Comunicações - Brasília – Distrito Federal.

A licitação, na modalidade Concorrência, objeto do presente Edital, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; pelo Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; pelo Regulamento Geral do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963; pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e suas alterações; e pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e pela Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2.002, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

## **1 DO OBJETO**

1.1 O objeto desta Licitação é a outorga de concessão para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em horário ilimitado (execução durante 24 horas do dia), na localidade de Mossoró - RN pelo prazo de 15 (quinze) anos, com as seguintes características: Frequência/Canal: 18 (dezoito); Classe: C, Grupo de Enquadramento: A.

## **2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

2.1 Quaisquer dúvidas sobre o conteúdo do presente Edital e de seus Anexos poderão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente no Ministério das Comunicações, ou por intermédio de correspondência registrada, via postal, conforme a seguir indicado, até 30 (trinta) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas:

Externamente:

Ao  
Presidente da Comissão Especial de Licitação  
LICITAÇÃO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ - CEL  
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Sala 104 – Sobreloja  
Edifício Sede do Ministério das Comunicações  
70044-900 – Brasília – DF

Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens questionados;
- c) fundamentação das questões a serem esclarecidas;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas em até (5) cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação e das Propostas, fazendo publicar no Diário Oficial da União o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na sala de vistas da Comissão e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os na Secretaria da Comissão Especial de Licitação e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a apresentação dos Documentos de Habilitação e a formulação das Propostas, a Comissão Especial de Licitação fará publicar, no Diário Oficial da União, Aviso de Alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

2.4 A anulação ou revogação da Licitação, ainda que parcial, é ato do Ministro de Estado das Comunicações. A revogação dar-se-á por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão, e a anulação dar-se-á, de ofício ou por provocação de terceiros, por ilegalidade. Em ambos os casos, a decisão será antecedida de parecer da Consultoria Jurídica do Ministério.

2.4.1 A Comissão Especial de Licitação poderá tornar sem efeito seus próprios atos, em face de ilegalidade, desde que a fase em que praticados não esteja encerrada.

2.4.2 Da decisão de revogação ou anulação a licitação caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2.4.3 Não caberá qualquer indenização às Proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital é excluído o dia do início e incluído o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada para o recebimento das propostas não houver expediente normal no Ministério das Comunicações, considerar-se-á transferido o evento para o primeiro dia útil seguinte.

2.6 A Proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, para fins dos limites a que se refere o artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, terá a quantidade de outorgas computadas a partir da assinatura dos respectivos contratos.

2.6.1 A superação àqueles limites em número de vitórias impedirá novas homologações para o mesmo tipo de serviço, até que os contratos respectivos sejam assinados, ficando os processos em que isto ocorra sobrestados.

### **3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação.

3.2 O não oferecimento, no prazo do item 3.1, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a Proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 O não oferecimento de impugnação ao Edital no prazo estabelecido no subitem 3.1, ainda que a Proponente indique falhas ou irregularidades que o viciaram, implicará preclusão para quaisquer fins, inclusive recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a apresentação da Documentação de Habilitação e formulação das Propostas, preceder-se-á conforme disposto no subitem 2.3.

### **4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, que tenham pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

4.1.1 A participação de capital estrangeiro nas empresas a que se refere o subitem 4.1 deverá obedecer ao que prevê a Lei n.º 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

4.2 É vedada a participação nesta licitação de pessoa jurídica enquadrada nas situações a seguir.

4.2.1 Que não tenha sido cadastrada conforme determinação contida na Portaria MC n.º 447, de 9 de agosto de 2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).

4.2.1.1 Na ocorrência da situação indicada no subitem 4.2.1 a interessada deverá, até a data fixada para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas, apresentar a documentação exigida para o cadastramento.

4.2.2 Que já detenha outorga, ou participe de concessionária/permissionária do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4.2.3 Cujos sócios e dirigentes participem dos quadros societário e diretivo de outras concessionárias/permissionárias do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4.2.4 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da presente licitação.

4.2.5 Cujos sócios, administradores ou gerentes participem do quadro societário ou diretivo de outra executante do mesmo tipo de serviço na localidade objeto desta licitação.

4.2.6 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ou ainda, que esteja impedida ou com seu direito de licitar e contratar com a Administração suspenso.

4.2.7. Cujas falência haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata ou recuperação judicial.

4.3 Não será admitida a inclusão de documento adicional pelas Proponentes ou a substituição ou ainda a alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada, ressalvada a realização das diligências referidas no subitem 9.2.

4.4 Após o recebimento das Propostas não serão admitidas modificações no quadro diretivo e no controle societário das Licitantes.

4.4.1 Fica excetuada da vedação contida no subitem 4.4 a hipótese de transferência *causa mortis*.

4.5 São vedadas, sob pena de desclassificação dos envolvidos, a representação (simultânea ou sucessiva) de mais de um licitante pelo mesmo procurador e a participação de licitantes com sócios (diretos e indiretos) em comum.

## **5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES (CONJUNTO 1)**

5.1 Para habilitar-se, a Proponente estará obrigada a satisfazer às exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões e declarações a seguir especificados, original ou cópia autenticada.

5.1.1 Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrados na repartição competente, devendo a sociedade por ações

encaminhar, também, a ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data do recebimento da documentação e propostas.

5.1.1.1 No ato constitutivo da Proponente, ou em suas alterações, deverá constar, dentre os objetivos sociais, a atividade de execução de serviços de radiodifusão.

5.1.1.2 Em se tratando de Fundação, apresentar, além do estatuto, a ata de eleição de sua diretoria.

5.1.1.3 Caso a Proponente tenha em seu quadro societário sócio pessoa jurídica deverá apresentar o respectivo ato constitutivo de todos os sócios nessa condição que, direta ou indiretamente, participem do capital social, total e votante, da Proponente, até que se comprove a plena observância do art. 2º da Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

5.1.1.4 Para efeito do subitem 5.1.1.3, deverá ser apresentado qualquer dos documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante, da Proponente.

5.1.2 Prova da condição de brasileiros, natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses, das pessoas físicas que sejam sócias da Proponente, feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, carteira profissional, carteira de identidade ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de igualdade de direitos civis.

5.1.3 Declaração da Proponente de que não possui e nem manterá em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme ANEXO I.

5.1.4 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes da Proponente.

5.1.5 Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos.

5.1.5.1 As certidões deverão ter validade na data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas. Caso a certidão não contenha data de validade serão aceitas aquelas expedidas nos 3 (três) meses anteriores à referida data.

5.1.5.2 A menção “positiva” em qualquer das certidões referidas no subitem 5.1.5 implica a obrigatoriedade de apresentação de certidão de objeto e pé da ação respectiva ou de documento equivalente que revele sua situação processual.

5.1.5.3 A Proponente, em decorrência das certidões a que se refere o subitem 5.1.5 será inabilitada:

a) em caso de omissão em sua apresentação;

b) se não apresentar os documentos referidos no subitem 5.1.5.2;



- c) diante do trânsito em julgado de sentença penal condenatória;
- d) se os débitos a que se referirem os títulos protestados superarem o valor mínimo previsto pela outorga do serviço, desde que não estejam sendo contestados judicialmente;
- e) se a sentença de natureza cível for de improbidade administrativa com sentença condenatória não mais sujeita a recurso com efeito suspensivo;
- f) diante de execução não embargada cujo valor ultrapasse o valor mínimo previsto pela outorga do serviço.

5.1.6 Prova de que os dirigentes estão quites com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral.

5.1.7 Alvará de Funcionamento da Proponente ou documento congênere.

5.2 A Proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.2.1 Para as Proponentes em atividade, apresentação do Balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se as demonstrações financeiras do exercício imediatamente anterior, caso não tenha transcorrido, ainda, o prazo legal de sua divulgação.

5.2.2 Para as Proponentes inativas ou constituídas há menos de 1 (um) ano, a apresentação do balanço de abertura em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial.

5.2.3 Comprovante relativo à garantia de manutenção de proposta, válida para as três etapas, equivalente a 1% (um por cento) do valor mínimo previsto pela outorga, podendo a Proponente optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) carta de fiança bancária; ou b) caução.

5.2.3.1 Quando a Proponente optar por carta de fiança bancária, esta deverá ser emitida em favor da Proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo.

5.2.3.1.1 A carta de fiança deverá ter prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas.

5.2.3.2 A comprovação de garantia de manutenção de proposta na forma de caução deverá ser feita junto à Caixa Econômica Federal, em formulário específico, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 1.737, de 20 de dezembro de 1979.

5.2.4 A garantia de manutenção de proposta será devolvida às Proponentes, mediante a apresentação de recibo, conforme segue:

a) às Proponentes inabilitadas, em até 15 (quinze) dias após a comunicação formal da inabilitação, desde que não tenha havido recursos, ou após seus julgamentos.

b) à Proponente vencedora, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato.

c) às Proponentes com propostas classificadas, em até 15 (quinze) dias após a homologação do certame.

5.2.5 A Proponente será considerada em boa situação financeira e, portanto, apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do serviço objeto desta licitação, quando:

a) apresentar a garantia a que se refere o subitem 5.2.3:

b) o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura resultar na verificação, pela Comissão Especial de Licitação, do Índice de Solvência maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero) segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,0$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP : Exigível a Longo Prazo

Se  $PC + ELP = 0$ , será considerado o fator 1 como divisor

5.3 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, expedida pelos distribuidores da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.

5.4 A Proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ/MF;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

d) Certidões Negativas de Débito ou Certidões Positivas com Efeito de Negativas de Débitos para com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal.

5.4.1 Os documentos exigidos nas alíneas do subitem 5.4 deverão ter validade na data de recebimento da Documentação e Propostas.

5.4.2 Caso os documentos mencionados nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 5.4 não contenham data de validade, serão aceitos aqueles expedidos nos 3 (três) meses anteriores à data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.

## **6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**

6.1 Para fins de pontuação, a Proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, informando:

6.1.1 Tempo total diário proposto para transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral, preenchendo o item 1 (um) do ANEXO III (T1).

6.1.1.1 No preenchimento do item 1 (um) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo a que se refere o subitem 6.1.3.

6.1.2 Tempo total diário proposto para o serviço noticioso de caráter geral, preenchendo o item 2 (dois), do ANEXO III (T2).

6.1.2.1 No preenchimento do item 2 (dois) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo mínimo de 5% (cinco por cento) de serviço noticioso fixado no art. 38, alínea "h" do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

6.1.3 Tempo total diário proposto para transmissão de programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, preenchendo o item 3 (três) do ANEXO III (T3).

6.1.5 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, preenchendo o item 4 (quatro) do ANEXO III (T4).

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelo representante legal da Proponente.

6.3 A Proposta Técnica apresentada pela Proponente vencedora será anexada ao Contrato ou Termo de Adesão, conforme o caso, constituindo-se parte integrante dele.

## **7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA**

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.

7.2 A Proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, em 2 (duas) parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O valor ofertado não poderá ser inferior ao Preço Mínimo fixado para a Outorga.

## **8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS**

8.1 A Proponente deverá apresentar a Documentação de Habilitação e Propostas, conforme detalhamento indicado nos itens a seguir.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da Proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma que não a prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das Proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

a) de documento de identidade;

b) da documentação prevista no subitem 5.1.1 deste Edital;

c) de instrumento público ou particular de mandato com firma reconhecida, em se tratando de procurador, conforme Modelo constante do ANEXO VI, a ser entregue em separado no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, que será juntado ao processo.

8.2.2 A não exibição no ato dos documentos indicados no subitem 8.2.1 implicará no não recebimento dos Documentos de Habilitação e as Propostas da Proponente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como CONJUNTO 1, CONJUNTO 2 e CONJUNTO 3, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

<b>CONJUNTO 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b> <b>Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC</b> <b>SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO</b>
Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i>
Razão Social da Proponente: <i>(indicar a Razão Social)</i>
<b><u>Conteúdo:</u></b> <b><u>Conjunto 1</u> – Documentação de Habilitação:</b> <b>Habilitação Jurídica;</b> <b>Qualificação Econômico-Financeira;</b> <b>Regularidade Fiscal.</b>

<b>CONJUNTO 2 – PROPOSTA TÉCNICA</b> <b>Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC</b> <b>SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO</b>
Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i>
Razão Social da Proponente: <i>(indicar a Razão Social)</i>
<b><u>Conteúdo:</u></b> <b><u>Conjunto 2:</u></b> <b>Proposta Técnica.</b>

<b>CONJUNTO 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA</b> <b>Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC</b> <b>SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO</b>
---

Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<b><u>Conteúdo:</u></b>	
<b>Conjunto 3:</b>	
<b>Proposta de Preço pela Outorga.</b>	

8.3.1 A inclusão de qualquer elemento, entre os Documentos de Habilitação e Propostas, que implique violação do sigilo acarretará a desclassificação da Proponente.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no subitem 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital constem de um índice visando facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional, substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela Proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas, e deverão ser preferencialmente datilografadas ou impressas em papel tamanho A4, com até 44 linhas por página e letras no tamanho 12 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação e Propostas, será apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da Proponente no rodapé de cada folha, devendo preferencialmente cada uma das folhas estar numerada sequencial e continuamente, por CONJUNTO, no ângulo superior direito.

## **9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES**

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação, bem como os trabalhos a serem por ela desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, além daquelas constantes deste Edital.

9.2 Cabe ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou a quem ele designar, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões da Comissão, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de sessão pública também pelos representantes legais das Proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas da Comissão, o Presidente solicitará aos representantes legais das Proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, aferindo os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada Proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigar a sua substituição.

9.4.1.1 Os invólucros fechados e documentos serão rubricados pelo representante legal de cada Proponente.

9.4.2 Nas sessões públicas da Comissão, por determinação do Presidente, as eventuais manifestações dos representantes legais das Proponentes serão reduzidas a termo para anexação à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das Proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão, não sendo admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das Proponentes.

9.4.4 O Presidente fará as advertências cabíveis e solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento dos trabalhos.

## **10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

10.1 Aberta a sessão, serão recebidas, em invólucros distintos, a Documentação de Habilitação e as Propostas, que serão rubricados em todas as partes coladas pelos representantes legais das Proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.

10.2 O Presidente anunciará o nome de cada Proponente estabelecendo o critério para a abertura do CONJUNTO 1 (Documentação de Habilitação) e determinará o acondicionamento dos CONJUNTOS 2 (Proposta Técnica) e CONJUNTO 3 (Proposta de Preço) em invólucros fornecidos pela Comissão que serão lacrados e depositados no cofre disponível na sala da Comissão.

10.3 Aberto o CONJUNTO 1 e rubricados os Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente, a sessão será encerrada.

10.4. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que será assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente.

10.5 Encerrada a sessão, o Presidente determinará o recolhimento de toda a Documentação de Habilitação para fins de organização, autuação e remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação para análise.

10.6 Os Proponentes terão acesso à Documentação de Habilitação após a análise da Comissão Especial de Licitação.

## **11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

11.1 A Comissão Especial de Licitação analisará, em sala reservada, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e legislação específica, procedendo à publicação dos conceitos “**HABILITADA**” e “**NÃO HABILITADA**”, conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

11.2 Decorrido o prazo para a interposição dos recursos a Comissão Especial de Licitação intimará os interessados, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para impugnação (contra-razões).

11.3 A(s) Proponente(s) julgada(s) inabilitada(s) fica(m) impedida(s) de participar das fases subsequentes da licitação.

11.3.1 Encerrada a fase de habilitação as Proponentes inabilitadas serão intimadas para resgate de suas Propostas, devidamente lacradas, no prazo de 30 (dias) dias.

11.3.1.1 O não atendimento da intimação no prazo estabelecido autoriza a Administração a incinerar os documentos em referência.

11.4 Ultrapassada a fase de Habilitação, as Proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-financeira e Regularidade Fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após a Habilitação.

11.5 A previsão contida no subitem 11.4 não afasta o poder de autotutela do Ministério das Comunicações.

## **12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.**

12.1 Encerrada a fase de Habilitação a Comissão convocará com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis a sessão pública para abertura das Propostas Técnicas.

12.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas Técnicas (CONJUNTO 2) das Proponentes habilitadas.

12.2 Após a abertura do CONJUNTO 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação dos Proponentes para verificação.

12.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.

12.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas Técnicas com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no item 13.

12.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará ficha de avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata, procedendo à publicação dos conceitos “**CLASSIFICADA**” e “**NÃO CLASSIFICADA**”, conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

12.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos.

### **13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**

13.1 Será atribuída à Proposta Técnica a seguinte pontuação:

13.1.1 A pontuação P1, relativa ao percentual do tempo total diário proposto para a transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral (%T1), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P1 = 65,0 \times [(\%T1 - 5) / (\%T1 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T1 = 5

- Condição Máxima: %T1 = 8

Legenda:

$$\%T1 = T1 \times 100 / 1440$$

T1 = valor preenchido no item 1 do ANEXO III.

13.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual de tempo total diário proposto para serviço noticioso de caráter geral (%T2), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P2 = 65,0 \times [(\%T2 - 5) / (\%T2 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T2 = 5

- Condição Máxima: %T2 = 8

Legenda:

$$\%T2 = T2 \times 100 / 1440$$

T2 = valor preenchido no item 2 do ANEXO III.

13.1.3 A pontuação P3 relativa ao percentual do tempo total diário proposto para programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (%T3), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P3 = 130 \times [(\%T3 - 5) / (\%T3 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T3 = 5

- Condição Máxima: %T3 = 8

Legenda:

$$\%T3 = T3 \times 100 / 1440$$

T3 = valor preenchido no item 3 do ANEXO III.

13.1.4 A pontuação P4 relativa ao prazo em meses (T4) para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P4 = 10 + 50 \times [(36 - T4) / (36 + T4)], \text{ para } 9 \leq T4 \leq 36$$

- Condição Mínima: T4 = 36 meses

- Condição Máxima: T4 = 9 meses

Legenda:



T4 = valor preenchido no item 4 do ANEXO III.

13.1.5 A valoração da Proposta Técnica da Proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 13.1, conforme a seguir:

$$PT = (P1 + P2 + P3 + P4) \text{ pontos.}$$

13.2 Serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem o mínimo de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no § 4º do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com as alterações do Decreto nº 2.108, de 26 de dezembro de 1996.

13.3 O prazo de validade das Propostas é de 24 (vinte e quatro) meses, findo o qual estas serão automaticamente revalidadas por períodos sucessivos de 6 (seis) meses.

13.3.1 Não pretendendo a Proponente manter sua proposta deverá se manifestar, por escrito, em até 5 (cinco) dias antes do transcurso de cada período.

#### **14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO**

14.1 Encerrada a fase de análise e julgamento das Propostas Técnicas, a Comissão convocará, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga e intimará as Proponentes desclassificadas para devolução de suas Propostas.

14.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas de Preço pela Outorga (CONJUNTO 3) das Proponentes classificadas.

14.2 Após a abertura do CONJUNTO 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação para verificação.

14.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.

14.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas de Preço pela Outorga com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no subitem 14.5.

14.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, em especial a de valor inferior ao mínimo estabelecido.

14.5 A pontuação das Propostas de Preço pela Outorga será calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$PP = 50 + 50 \times [ (Vof - Vmin) / Vof ] \quad (\text{Grupo de enquadramento A})$$

$$PP = 60 + 40 \times [ (Vof - Vmin) / Vof ] \quad (\text{Grupo de enquadramento B})$$

$$PP = 70 + 30 \times [ (Vof - Vmin) / Vof ] \text{ (Grupo de enquadramento C)}$$

Legenda:

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vmin = Valor Mínimo fixado para a Outorga

## **15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

15.1 Será considerada vencedora da Licitação a Proponente habilitada e classificada nas fases anteriores que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$$VP = (0,90 PT + 0,10 PP) \text{ pontos (Grupo A)}$$

$$VP = (0,50 PT + 0,50 PP) \text{ pontos (Grupo B)}$$

$$VP = (0,10 PT + 0,90 PP) \text{ pontos (Grupo C)}$$

Ledenda:

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da Proponente.

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

15.2 Ocorrendo empate entre duas ou mais Proponentes, será declarada vencedora a que tiver oferecido maior preço pela outorga. Persistindo o empate será realizado sorteio.

15.3 Concluída a fase de julgamento, o resultado final constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

15.3.1 Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos e julgados os eventuais recursos interpostos a Comissão Especial de Licitação enviará os autos à Consultoria Jurídica para manifestação.

15.4 Em se tratando de localidade constante da relação de Municípios Brasileiros da Faixa de Fronteira, publicada pela Diretoria de Geociências do IBGE, nos termos do art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, antes de remessa dos autos à Consultoria Jurídica, a Proponente será intimada para apresentar no prazo de 90 (noventa) dias documento de Assentimento Prévio emitido pelo órgão competente.

15.4.1 Em caso de negativa de assentimento por parte do órgão encarregado, a licitação será retomada e convocada a segunda colocada no certame e, assim, sucessivamente.

## **16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

16.1 O Ministro de Estado das Comunicações, à vista do Parecer da Consultoria Jurídica, decidirá acerca da homologação da licitação por despacho que será publicado no Diário Oficial da União.

16.2 Transcorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação do despacho de homologação da licitação sem manifestação dos interessados, o Ministro das Comunicações assinará a portaria de

outorga da permissão para a exploração do serviço licitado, ou encaminhará Exposição de Motivos ao Presidente da República, acompanhada da minuta do decreto de outorga de concessão para a exploração do serviço.

16.3 O Contrato ou o Termo de Adesão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações, representando a União, e a concessionária/permissionária, será assinado após a aprovação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

16.4 O Ministério das Comunicações, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do decreto legislativo, convocará a entidade para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, em data que fixará, observado o prazo do item 16.5.

16.5 A concessionária/permissionária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, ocasião em que deverá comprovar o pagamento da primeira parcela pelo preço da outorga.

16.5.1 O valor da primeira parcela pelo preço da outorga será corrigido pelo IPCA-E mensal, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, desde a data de publicação da decisão de homologação da licitação.

16.5.2 O valor correspondente ao pagamento referido no subitem 16.5 será recolhido em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações em Guia de Recolhimento da União (GRU) que deverá ser retirada na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

16.5.3 A concessionária/permissionária, no prazo a que se refere o subitem 16.5, poderá efetuar o pagamento integral do preço pela outorga.

16.5.4 O prazo para pagamento da parcela a que refere o subitem 16.5 somente será prorrogado por motivos de força maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados.

16.7 Assinado o Contrato ou o Termo de Adesão, a concessionária/permissionária providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias.

16.8 O pagamento da segunda parcela pelo preço da outorga deverá ser realizado em até 1 (um) ano, contado da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, observado o que prevêm os subitens 16.5.1 e 16.5.2.

## **17 DAS PENALIDADES**

17.1 Na eventualidade de não comparecimento da concessionária/permissionária para assinar o Contrato ou Termo de Adesão até o último dia do prazo de que trata o subitem 16.5, ou se não efetuar o recolhimento do valor correspondente às parcelas do preço da outorga, será ela considerada desistente.

17.2 Qualquer que seja a hipótese apontada no subitem 17.1 ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ocasionando a remessa de cópia dos autos ao órgão competente da Advocacia-Geral da União para propositura de ação de cancelamento de outorga, sem prejuízo da aplicação das seguintes penalidades:

a) cominação de pena equivalente o valor da primeira parcela do preço da outorga;

b) impedimento de a entidade participar de licitação e de contratar com o Ministério das Comunicações por um período de 2 (dois) anos.

17.3 Na ocorrência das situações descritas no subitem 17.2, a concessionária/permissionária terá o direito à ampla defesa e ao contraditório, em processo administrativo próprio.

17.4 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela concessionária/permissionária em sua Proposta Técnica implicará imposição de multa de até 5% (cinco) por cento do valor da outorga, em processo administrativo próprio.

17.4.1 O descumprimento reiterado dos compromissos assumidos pela concessionária/permissionária em sua Proposta Técnica ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.

17.5 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga considerar-se-á o Contrato ou Termo de Adesão automaticamente rescindido.

## **18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)**

18.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação da Licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação.

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação de que não caibam recurso.

18.2 Os recursos, representações e impugnações (contra-razões) serão sempre dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ainda que se trate de decisão proferida pelo Ministro de Estado das Comunicações, mediante petição, apresentados no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

a) identificação e qualificação da Proponente interessada;

b) o nome do signatário, que deverá ser dirigente ou procurador da Proponente;

c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

d) pedido e sua fundamentação.

18.3 A intimação dos atos referidos no subitem 18.1, inciso I, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos das Proponentes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

18.3.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, as intimações poderão ser feitas por meio eletrônico (*e-mail*), desde que haja a disponibilidade de meios técnicos, ou por outro meio idôneo.

18.3.1.1 As intimações por meio eletrônico serão consideradas recebidas por seu destinatário no dia posterior à sua remessa, sendo que o prazo respectivo passará a fluir no primeiro dia útil subsequente.

18.4 Interposto recurso ou representação, o Presidente da Comissão Especial de Licitação cientificará as demais Proponentes que poderão apresentar impugnação (contra-razões) no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.5 Em todos os casos, os autos estarão à disposição dos interessados no primeiro dia útil seguinte ao da intimação, na Secretaria da Comissão Especial de Licitações.

18.6 Os recursos previstos no subitem 18.1, inciso I, alíneas “a” e “b”, terão efeito suspensivo, podendo o Presidente da Comissão Especial de Licitações, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

18.7 Nas hipóteses do subitem 18.1, inciso I, a Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazer subir o recurso devidamente informado à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.

18.7.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, o Presidente da Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, encaminhará à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.

18.8 O Ministro de Estado das Comunicações proferirá decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento dos autos.

18.9 A autoridade administrativa poderá deixar de conhecer manifestações impertinentes, ressalvados o contraditório e a ampla defesa, bem como os recursos previstos em lei. Em alguns casos poderá, inclusive, haver desclassificação superveniente da manifestante, com fulcro no artigo 43, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

18.9.1 Serão consideradas impertinentes as manifestações que:

- a) deduzirem pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
- b) alterarem a verdade dos fatos;
- c) usarem do processo para conseguir objeto ilegal;
- d) opuserem resistência injustificada ao andamento do processo;

e) procederem de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

f) provocarem incidentes manifestamente infundados;

g) interpuserem recurso com intuito manifestamente protelatório.

18.10 Os interessados terão vistas dos autos na Comissão Especial de Licitação ou na Consultoria Jurídica, conforme o caso, vedada, em qualquer hipótese, a retirada em carga dos processos.

## **19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1 A Licitante se obriga a manter atualizado seu cadastro junto à Comissão Especial de Licitação.

19.2 A Comissão Especial de Licitação atenderá o público externo nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas.

19.3 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão 5 (cinco) decimais à direita da vírgula, arredondando-se a quinta casa, para cima, quando a sexta for maior ou igual a 5 (cinco).

19.4 A concessionária/permissionária somente poderá pleitear aumento da potência de seus transmissores após o transcurso do prazo a que se refere o art. 1º da Portaria de n.º 61, de 6 de março de 2008.

19.5 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.

## **20 ANEXOS**

20.1 ANEXO I – Modelo de Declaração referente a trabalho de menores.

20.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade Proponente.

20.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço.

20.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.

20.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Concessão.

20.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração (particular).

Brasília (DF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI  
Vice-Presidente

EDMAR FREITAS MACHADO  
Titular

MARCUS FERREIRA DA SILVA  
Titular

## ANEXO I

### Modelo de Declaração

Ref.: Concorrência \_\_\_\_/\_\_\_\_-CEL/MC

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....

(data)

.....

(representante legal)



## ANEXO II

### Modelo de Declaração

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da \_\_\_\_\_, declara(m) que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.

\_\_\_\_\_,  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)

## ANEXO III

### Modelo de Proposta Técnica

Edital Concorrência n.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Razão Social da Proponente: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### 1. Programas jornalísticos, educativos e informativos:

Programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T1)	(%T1) $T1 \times 100 / 1440$

#### 2. Serviço noticioso:

Programas de serviço noticioso de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T2)	(%T2) $T2 \times 100 / 1440$

#### 3. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga:

Programas culturais, artísticos e jornalísticos de caráter local	Tempo dos programas em minutos (T3)	(%T3) $T3 \times 100 / 1440$

#### 4. Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo:

Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo (T4)	Quantidade de meses (T4)

#### 8. Local, data e assinatura do(s) representante (s) legal (is)

**ANEXO IV**

**Modelo de Proposta de Preço pela Outorga**

Proposta sintética do Preço pela Outorga.

1. Razão Social da Proponente:

\_\_\_\_\_

2. CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

3. Edital da Concorrência: nº \_\_\_\_\_-CEL/MC

4. Serviço \_\_\_\_\_

5. Localidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

6. Valor Proposto: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso:

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

## ANEXO V

### Minuta de Contrato de Concessão

CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE  
A UNIÃO E A \_\_\_\_\_ PARA EXPLORAR O  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO \_\_\_\_\_, NA  
CIDADE D \_\_\_\_\_ ESTADO D \_\_\_\_\_.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, o Ministro das Comunicações \_\_\_\_\_, representando a União, e \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, representada por seu \_\_\_\_\_, assinam o presente Contrato, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade, pelo Decreto sem número, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União do dia \_\_\_\_\_, aprovado pelo Decreto Legislativo nº \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, para explorar o serviço de \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Fica assegurado à \_\_\_\_\_ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade d \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, o serviço de radiodifusão \_\_\_\_\_, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País.

Parágrafo único - A execução do serviço sob consideração é vinculada aos termos do Edital de Concorrência nº \_\_\_\_/\_ - CEL/MC e às Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, apresentadas na Licitação, pela concessionária, documentos esses que acompanham o presente Contrato como Anexos V e VI, dele fazendo parte integrante.

Cláusula Segunda - A presente concessão é outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do presente Contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula Terceira - O preço ofertado pela concessionária pela outorga objeto do presente Contrato foi de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), em duas parcelas de igual valor, corrigidas nos termos do Edital, da seguinte forma:

- a) O pagamento da primeira parcela no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) foi pago concomitantemente à assinatura do presente Contrato, recolhida em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.
- b) A segunda parcela no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) deverá ser paga em até 1 (um) ano, contado da data de publicação do extrato do presente termo de adesão no Diário Oficial da União.

Cláusula Quarta - A concessionária é obrigada a executar o serviço segundo as condições técnicas constantes do Plano Básico de Distribuição de Canais de \_\_\_\_\_, bem como a:

a) destinar, diariamente, um mínimo de 5% (cinco) por cento de seu tempo total de programação para transmissão de serviço noticioso, em cumprimento à exigência constante da alínea 'h' do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, além dos tempos indicados na Proposta Técnica objeto do ANEXO V do Edital de Concorrência;

b) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

c) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

d) não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem empregar menor de dezesseis anos, sendo permitida a admissão a partir dos quatorze anos, apenas na condição de aprendiz.

e) não permitir que seus sócios integrem o quadro societário de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, nem que seus administradores façam parte do quadro diretivo de entidade na mesma situação;

f) manter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;

g) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;

h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem, tampouco, ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;

i) comunicar ao Ministério das Comunicações a efetivação das alterações contratuais ou estatutárias que não impliquem alteração dos objetivos sociais ou modificação do quadro diretivo e as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social que não resultem em alteração de controle societário, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato;

j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para efetivar alteração dos objetivos sociais, modificação do quadro diretivo, transferência do controle societário e a transferência direta da concessão.

l) manter, durante a vigência da concessão, as condições observadas por ocasião da Habilitação e qualificação exigidas no Edital;

m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;

n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;

o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, das obrigações contraídas e das condições técnicas estabelecidas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações o projeto de instalação da emissora no prazo de 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez, no máximo, por igual período, e contado da data da publicação do extrato do contrato de concessão/termo aditivo;

s) manter 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais, conforme previsto no artigo 28, item 12, alínea "e" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Cláusula Quinta - Na organização da programação, a concessionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

e) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, conforme estabelecido pela legislação aplicável;

f) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; **(Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV));**

g) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

h) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;



i) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;

j) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;

l) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

m) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

n) manter em dia os registros da programação;

Cláusula Sexta - A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta frequência o direito de posse da União.

Cláusula Sétima - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a concessionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula Oitava - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, o direito de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula Nona - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único - A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias, permissionárias ou autorizadas.

Cláusula Décima - A concessionária deverá cumprir as obrigações assumidas em sua Proposta Técnica nas condições compromissadas no ANEXO V do Edital da Concorrência, sob pena de imposição multa de até 5% (cinco por cento) do valor pago pela outorga.

Cláusula Décima Primeira - O descumprido reiterado dos compromissos assumidos pela concessionária ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.

Cláusula Décima Segunda - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis ao serviço de que trata o presente Contrato, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula Décima Terceira - Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga pelo Ministério das Comunicações, a pedido da concessionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á este Contrato automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias dele decorrentes.



Cláusula Décima Quarta - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula Décima Quinta - As partes elegem o foro de Brasília - DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Contrato.

Cláusula Décima Sexta - Fazem parte integrante do presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência nº \_\_\_\_ /\_\_ - CEL/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém \_\_\_\_\_ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas, sendo os 3 (três) - ANEXOS, compostos de \_\_\_\_\_ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

\_\_\_\_\_  
Ministro das Comunicações

\_\_\_\_\_  
Concessionária

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## ANEXO VI

### Modelo de Procuração

( Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_-CEL/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)

OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722  
70044-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 20 /2012/GM-MC

Brasília, 18 de maio de 2012.

Ao Senhor

**LUÍS ALBERTO DOS SANTOS**

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00173 2012 - 203/2012  
- 53000.002037/2010

MC 00173 2012  
- 53000.063153/2009

MC 00174 2012 2 volumes  
- 53000.022272/2008 / 53710.000610/1998 - 1 volume

MC 00175 2012  
- 53000.064874/2011

Atenciosamente,

  
**PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA**  
Coordenador-Geral

Recebido na SAJ  
As 18:46 horas  
no dia 06/09/12  
por EVANGELISTA

Recebido na SAJ-sala 408  
As 19:20  
No dia 06/09/12  
Por Manoel